

PRÁTICA e PAIXÃO



**MEMÓRIAS E MAPAS NO TRABALHO
COM A MENOR-IDADE**

CRP - 6a. região



**GESTÃO
MOVIMENTO**

PRÁTICA e PAIXÃO

MEMÓRIAS E MAPAS NO TRABALHO

PRÁTICA e PAIXÃO

**MEMÓRIAS E MAPAS NO TRABALHO
COM A MENOR-IDADE**

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO

1992

PRÁTICA e PAIXÃO

MEMÓRIAS E MAPAS NO TRABALHO COM A MENOR-IDADE

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO

1992

© desta edição: OBORÉ EDITORIAL LTDA

OBORÉ Editorial Ltda.

Rua Vergueiro 727 – 7º andar – São Paulo/SP – CEP

01504-001 – Fone: (011) 278.6100 – Fax: (011) 277.2749

Coordenação Editorial: Marise Egger

Projeto Gráfico: Célia Rogalski

Produção Gráfica: Tiago Egger D. Estrada

Transcrição de fitas: Andrea Schilling

Copidesque: Andréa Mello

Revisão: Andréa Mello, Ana Luíza Gomes, Ivânia Palmeira e Nelson Breve Dias

Fotos: Iolanda Huzak

Capa: Paulo Baptista

Permitida a reprodução de trechos da obra desde que citada a fonte. Solicita-se envio de exemplar ou cópia comprobatória ao editor.

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ:

P925

Prática e paixão : memórias e mapas no trabalho com a menor-idade / [organizadores, Leonel Braga Neto ... et al]. – São Paulo: Oboré, 1992.

Debates realizados em 1989 e 1992 no Conselho Regional de Psicologia, 6ª Região.

1. Menores abandonados – São Paulo. 2. Assistência a menores – São Paulo. I. Braga Neto, Leonel. II. Conselho Regional de Psicologia (6. Região).

92-0704

CDD - 362.7042098161

CDU - 362.74(816.1)

Epígrafe

Organizadores:

Leonel Braga Neto

Maria Cristina G. Vicentin

Maurício Lourenção

Garcia (conselheiro)

Silvia Esteves

Sueli Pacífico (coordenadora

técnica do CRP)

SUMÁRIO

• Prefácio	11
• Apresentação	15
• Apresentação	17
• Apresentação	19

Debates de 1969

• FEBEM (SP)	23
--------------	----

Expositores: Anelli Iamarut Fauser e Luiz

Augusto Carolino

Depositora: Isabel Martins

SECRETARIA DO MEIOR (SP)

Expositores: Inês Cristina Dória e Mário

Epígrafe

*Vapor Barato, um mero serviço do narcotráfico,
Foi encontrado na ruína de uma escola em construção.*

Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína

Tudo é menino e menina no olho da rua

O asfalto, a ponte, o viaduto ganhando pra lua,

Nada continua.

E o cano da pistola que as crianças mordem

*Reflete todas as cores da paisagem da cidade que é muito
mais bonita e*

muito mais intensa do que no cartão postal.

Alguma coisa está fora da ordem

Fora da nova ordem mundial.

CAETANO VELOSO

(FORA DA ORDEM)

SUMÁRIO

- Prefácio 11
- Agradecimentos 15
- Apresentação 17
- Guia de Leitura 19

Debates de 1989

- FEBEM (SP) 23
Expositores: Ameli Irmtraut Fauser e Luiz Augusto Gerolamo
Debatedora: Isabel Marazina
- SECRETARIA DO MENOR (SP) 51
Expositores: Isilda Cristina Cordeira e Mário Martini
Debatedor: Antonio Lancetti
- VARA DE MENORES (SP) 73
Expositoras: Mônica Carteiro e Marta Cristina Meirelles Ortiz
Debatedor: Sérgio Maida

Debates de 1992

- SECRETARIA DO MENOR (SP) 109
Expositoras: Lídia Bento e Angela Biazi Freire
Debatedor: Antonio Lancetti
- FEBEM 155
Expositores: Rita de Cássia Gonçalves e Sylvio de Sousa Gadelha Costa
Debatedora: Isabel Marazina

- VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE/
VARA DA FAMÍLIA 195
Expositoras: Renata Mancini Ferreira, Maria Antonia
Pires dos Santos Cerqueira e Dayse Cesar
Franco Bernardi
Debatedor: Sérgio Maida
- SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO
COMUNITÁRIA DE SANTOS 249
Expositora: Anamara Simões Martins
- Glossário 287

Prefácio

Foi com enorme satisfação que li os debates desta publicação. Refletem uma grande variação de trabalhos junto à criança pobre, seja em meio aberto ou fechado, e funcionam como “disparadores” de questões importantes, tanto no que se refere à procura de novas estratégias de trabalho junto a estas crianças, quanto à indagação sobre qual é o trabalho do psicólogo junto a elas.

A reflexão em torno das diversas práticas de psicólogos ocupando diferentes lugares institucionais, permite uma análise da relação entre o sujeito e o objeto de seu trabalho fornecendo-nos assim uma grande contribuição para a análise das contradições que sempre estiveram presentes no trabalho do psicólogo nesta área social.

Atravessamos um momento quente da nossa história no que se refere ao atendimento à criança e ao adolescente pobre brasileiro. Não é mais possível se ter uma resposta única para uma questão tão complexa e de tamanha magnitude.

É um desafio para os governantes e para os profissionais de diversas áreas de competência profissional. E nunca é demais enfatizar a importância do debate sobre o que as instituições governamentais e não-governamentais oferecem às crianças brasileiras. É certamente pela ausência de um livre debate fora dos controles institucionais que o atendimento se deu, sobretudo, em regime de internatoprisão por mais de cem anos. A reflexão crítica deste tipo de atendimento muito se deve aos psicólogos, autores de

grande parte das publicações dos últimos 10 anos. A década de 80 foi das mais importantes na produção de textos, teses, questionamentos das práticas e buscas de novas estratégias de trabalho. Mas o marco mais importante foi a mobilização da sociedade brasileira para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. A questão da infância saiu do controle até então quase absoluto do Estado-provedor. A descentralização retirou o poder de definição das diretrizes a nível nacional de um órgão federal, que nada desejava saber sobre as crianças e, por isso mesmo, criava normas e formas de atendimentos absurdos em relação aos interesses dessas crianças. A outra grande mudança e a mais importante, pelos efeitos em cascata que se espera possam ocorrer, foi a mudança da categoria "menor" para criança e adolescente. Esta mudança nos faz indagar quem é esta criança e nos obriga a reagir sobre o que lhe acontece. Neste sentido, em particular, considero muito importante a publicação deste debate, pois reflete justamente esta mudança de postura profissional, metodológica e política. Do mesmo modo os critérios de competência e saber dos psicólogos têm sido transformados por estas múltiplas práticas sociais.

No Brasil não temos tradição de trabalho na área social, onde é necessário intervir na prática e no calor dos acontecimentos. A área de atuação dos psicólogos é difícil, complexa e muito dinâmica neste momento, questionando constantemente a sua responsabilidade social. E sabemos que a formação acadêmica oferecida não nos instrumentaliza adequadamente para esta tarefa difícil e nova. Por isso pensar, debater e publicar estas reflexões é sobremaneira importante.

O trabalho do psicólogo, como nos mostram os debates, se se quer saber quem é esta criança com quem se trabalha,

aproxima-se da via que, em sociologia da intervenção, chama-se investigação-ação participativa. E como nos diz Lourau: esta via “visa assegurar aos atores uma autonomia crescente, libertando-os de crenças discutíveis na necessidade inevitável da ordem estabelecida”*. É nesta perspectiva que se faz a análise da encomenda e de todas as implicações do psicólogo: relativamente à encomenda, à criança e à equipe de trabalho. Neste sentido é importante se ter claro que os instrumentos que a psicologia nos oferece podem e devem ser enriquecidos com os de outros saberes afins. Os caminhos para as questões que as crianças e adolescentes brasileiros, na sua maioria, nos colocam, certamente não podem se esgotar na Psicologia e têm que ser buscados em todos os saberes sociais. Que os psicólogos sejam capazes de realizar estas livres reflexões. Bem o evidenciam os resultados destas práticas sociais ora relatadas.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1992

Sônia E. Altoé

* Hess, R. - “Sociologia de Intervenção”, RÉS, Portugal.

Agradecimentos

A todos que tornaram possível esse trabalho nos seus diferentes momentos:

- aos colegas que compuseram a Comissão de Menoridade ou dela se aproximaram: Anna Luiza Monteiro de Barros, João Nunes de Albuquerque, Júlio César V. Guimarães, Lourdes Alves de Souza, Marilda Rahal, Nelson Figueira Júnior, Sandra Maria Barbosa de Queiroz e Sérgio Ricardo Bassit;*
- aos psicólogos, debatedores e participantes dos encontros que resultaram nessa publicação;*
- a Sueli Pacífico, coordenadora técnica do CRP-06;*
 - a Marise Egger e equipe da OBORÉ Editorial;*
 - ao CRP-06.*

Apresentação

Em 1989, como resultado de um feliz encontro entre a Gestão Palavra Aberta II no Conselho Regional de Psicologia (CRP-06) e psicólogos com diferentes experiências nas instituições de atenção à "menoridade", constituiu-se um grupo de trabalho sobre esse tema: a Comissão de Menoridade.

O que nos unia era uma implicação com essa prática que, no interior daquelas instituições, já nós levava a problematizar permanentemente nossos fazeres na direção de produzir o que chamávamos, então, de "desmenorização". Isto é, um processo de desmonte das práticas sociais de objetificação, controle e captura das crianças, jovens e trabalhadores desse campo dito "a menoridade". Chamávamos "menorização" a esse processo social ativo que recorta do campo da infância-juventude uma parcela a ser reconhecida como "menor", e que é administrada pelos aparatos estatais de controle, desde a polícia até as instituições de guarda, naturalizando sob a égide da "assistência e tutela" um regime de relações predominantemente de dominação, apropriação e violência.

Frente a essa ordem de funcionamento, "desmenorizar" é, criar dispositivos ou fazer-se aliado de tudo o que possa contribuir para a análise desse "regime" e para a instalação de novas formas de responder, ética e socialmente, a estas questões.

Seja porque as crianças nem sempre se deixam "menorizar", seja porque os trabalhadores deste campo muitas vezes escapam às "oficializações" e "burocratizações" de suas práticas, seja porque os processos de luta no campo social guardam necessariamente desconhecidas potências e alguma im-

previsibilidade, são muitas e variadas as práticas aliançadas a essa "guerra de guerrilhas" (como indicou Isabel Marazina), que é do que se trata quando se quer desmenorizar.

Algumas delas estão registradas nos debates – que compõem essa publicação – propostos pela Comissão de Menoridade na tentativa de aprofundar e intensificar a discussão dessas práticas e, particularmente, da contribuição dos psicólogos. Publicando-as, o CRP-06, através da Gestão Movimento, participa da produção de conhecimento neste âmbito da atuação profissional.

"Memórias e mapas" nos pareceu um título sugestivo para essa reunião de experiências e experimentações.

Memórias porque estes debates narram o vigor de práticas, cujos efeitos - mesmo os das que já findaram – seguem "ecoando", numa espécie de ressonância, de vibração. Memórias também como combate às tentativas de "apagamento", de "supressão dos sentidos" que visam esvaziar os contrastes e conter os embates sociais.

Mapas porque os textos propõem e promovem uma circulação, aproximam experiências, deixam entrever conexões inesperadas. Acompanham os diversos caminhos que percorrem crianças e trabalhadores nessa trama social. Mapas também porque, nessas experiências, às vezes foi possível construir um lugar para ficar, um território.

Se ao longo destes textos comparece uma certa "desmenorização", podemos com justeza chamar as práticas com a menoridade, aí narradas, de "práticas menores". "Menores" no sentido que Deleuze/Guattari nos indicam: menor como do lado das minorias, das diferenças, das tentativas microscópicas de combate ao embrutecimento e à passividade; do lado, enfim, da possibilidade de fugir, de escapar das sentenças de morte que muitas vezes o campo social propõe.

Os organizadores

Guia de Leitura

Os textos que se seguem estão organizados em duas partes: Debates de 1989 e Debates de 1992. Na última parte incluímos também o relato de uma experiência de menores de rua da cidade de Santos, que envolveu a Secretaria Municipal da Ação Comunitária e a direção e equipe da Casa de Saúde Anchieta.

Cada um dos três debates de 1989 foi estruturado contando com dois expositores ligados à mesma instituição e um debatedor. A escolha dos expositores a serem convidados passou pelo critério de que fossem psicólogos e tivessem uma prática institucional passível de assegurar um campo de problematização. A função do debatedor foi, a partir dos relatos, explicitar esse campo de problematização, trazendo novos elementos para pensar essas práticas; para tanto, entendemos que os Analistas Institucionais eram os mais indicados para dar conta dessa tarefa.

Naquele momento, as instituições de maior vulto (no duplo sentido da palavra) em relação à prática de psicólogos com a minoridade eram FEBEM, Secretaria do Menor e Vara de Menores – atual Vara da Infância e da Juventude. Chamamos então profissionais ligados – trabalhando ou “recém-saídos” – a essas instituições.

A Comissão de Menoridade interrompeu seu trabalhos no final de 1990.

Em 1992, o Conselho convidou alguns integrantes dessa Comissão para a tarefa de avaliar a importância e validade do material produzido, com o intuito de publicá-lo.

O resultado a que se chegou foi que esta produção não só conservava um registro de memória dessas práticas mas também contribuía com questões essenciais para as práticas atuais, em um quadro social onde as denúncias de violência à infância ganham espaços na mídia e estão presentes nos discursos políticos de interesses diversos.

Com a intenção de “fotografar” a passagem do tempo e dar voz às práticas atuais decidimos realizar outros três debates, reunindo profissionais ligados às mesmas instituições focadas em 1989.

As estruturas dos debates de 1992 foram mantidas – dois expositores e um debatedor –, exceção feita à Vara da Infância e da Juventude, que contou com três expositores.

Para garantir a multiplicação e inclusão das questões problematizadas nos primeiros debates, mantivemos os debatedores e entregamos a cada expositor o material produzido em 1989, referente à instituição sobre a qual iria falar.

O último relato, feito pela Coordenadora da Secretaria de Ação Comunitária de Santos, foi incluído pelo grau de agenciamento que a experiência sugere, indicando possibilidades inventivas quando se abrem de fato as fronteiras institucionais...

Na medida em que não foi possível identificar a autoria de todas as intervenções ocorridas durante os debates, optamos pela designação única de “público” quando da palavra de qualquer participante que não expositor ou debatedor. Exceção feita somente às intervenções de esclarecimento, atribuídas à organização, que denominamos “Comissão”.

Ao final desse volume o leitor vai encontrar um pequeno Glossário, com informações complementares sobre as instituições citadas durante os debates.

Esperamos que essa publicação cumpra seu objetivo de contribuir para as memórias e mapas dessa prática – por que não dizer? – apaixonante.

Debates de 1989

FEBEM (SP)

Realizado em 15/08/89

Expositores:

Ameli Irmtraut Fauser
e Luiz Augusto Gerolamo

Debatedora:

Isabel Marazina

Ameli: Apesar de haver aqui muitas pessoas que conhecem a minha prática, vou situá-la um pouco para aqueles que não a conhecem. Trabalhei durante quase dois anos e meio na FEBEM. Atualmente “desvirtuei” e estou trabalhando em uma organização, uma empresa. O que vou falar aqui refere-se à minha prática na FEBEM.

Trabalhei em um projeto que convencionamos chamar de *Projeto Alternativo Dentro da FEBEM*. Tratou-se da descentralização de uma unidade que, antes desse processo, tinha cerca de duzentos adolescentes carentes e abandonados, entre 14 e 18 anos, do sexo masculino. Descentralizamos essa unidade em sete pensionatos que eram, na verdade, casas residenciais alugadas em bairros de classe média. Em cada casa foram abrigados, no máximo, 24 meninos em regime de internato.

O objetivo central e explícito desse projeto era a reintegração social do adolescente através do trabalho e da escola, passando por um processo que nós chamamos de desinstitucionalização. Não sei quem criou esse termo, mas aproximei-o um pouco de um estudo feito por Horácio

Ribeiro de Sousa⁽¹⁾, que define Institucionalismo como afecções psíquicas ou somáticas causadas pela relação social estabelecida entre a instituição e sua clientela, principalmente com uma acentuação dos vínculos endógenos e enfraquecimento das interações com o mundo extra-institucional. Compreendo que um dos objetivos centrais desse projeto era aproximar a clientela do meio extra-institucional, ou seja, da comunidade.

Sempre me perguntam quais foram os fatores que permitiram a implantação de um projeto como esse na FEBEM. Pensando um pouco a respeito, considero que uma certa conjuntura facilitou sua implantação. Em primeiro lugar, o fato de ter sido concebido no final de 1985 e implantado em 1986, no Governo Montoro, cuja proposta política era fundamentada na descentralização, regionalização e municipalização. Dentro da FEBEM – e quem trabalhou lá sabe – falava-se muito em descentralizar, em acabar com as grandes unidades. Além disso, havia o fato desta unidade, mesmo sendo para menores carentes-abandonados, funcionar dentro do Quadrilátero⁽²⁾, por definição um espaço fechado.

Acredito que existia a necessidade de abrir mais uma unidade de infratores e não havia espaço físico para isso, já que o prédio comportava também a sede administrativa da FEBEM. A unidade de carentes-abandonados poderia funcionar fora do Quadrilátero, abrindo espaço para outra unidade de infratores.

(1) Refere-se ao artigo "Institucionalismo: a perdição das instituições" de Horácio Ribeiro de Souza, publicado em *Temas IMESC*, vol. 1, nº 1, pp. 13-24, julho de 1984. Publicação do Instituto de Medicina Social e Criminologia da Secretaria da Justiça.

(2) Sede administrativa da FEBEM, localizada no Tatuapé, onde funcionavam na época: a Unidade de Recepção, a Unidade de Triagem, os pavilhões para carentes e abandonados e infratores.

A situação vivida pelos funcionários possibilitou o envolvimento deles com o projeto e contribuiu para a sua implantação.

Antes da minha entrada, a unidade tinha vivido uma história bastante sofrida. Houve uma intervenção na época do carnaval, quando jogaram de 30 a 50 menores lá dentro, incluindo infratores. A população ficou muito heterogênea, até com garotos armados. Partindo dessa realidade, qualquer proposta apresentada que possibilitasse algum tipo de trabalho foi, a meu ver, abraçada pelos funcionários como uma tábua de salvação.

Na unidade, fizemos algumas intervenções técnicas que permitiram uma mudança sem grandes dificuldades. A expectativa da FEBEM, enquanto instituição, era de que essa mudança para os pensionatos fosse tumultuada, com quebra-quebra e por aí afora.

No nível dos funcionários, foram feitas reuniões no sentido de sensibilizá-los para a nova realidade e, ainda dentro da unidade, tentamos montar uma dinâmica de trabalho parecida com a que seria adotada posteriormente nos pensionatos.

No caso dos meninos, fizemos um trabalho em grupo, cujo objetivo era lidar com as expectativas e fantasias que tinham em relação ao pensionato. Na verdade, o que realizamos foram duas sessões de grupo, dirigidas por mim e pela assistente social, abertas para 50 meninos. A primeira reunião começou com 20 e depois foi aumentando. Na segunda estavam praticamente os 50.

Foi um processo interessante, no qual pudemos trabalhar as fantasias que eles tinham e as vivências de mudanças anteriores. Na FEBEM transfere-se os menores de uma unidade para outra sem o menor preparo. Nesse grupo apareceram histórias assim: "A gente estava em Itapetininga", no interior, "aí falaram que a gente ia pescar. Colocaram

todo mundo no ônibus e trouxeram para São Paulo.” Era esse o tipo de prática que havia na FEBEM.

Outra questão que pudemos trabalhar naquele grupo foi a consciência ou verbalização da expectativa que tinha a instituição como um todo frente a essa mudança. Um dos meninos a verbalizou da seguinte maneira: “O pessoal acha que nós vamos quebrar tudo, eles esperam que a gente quebre tudo.” Na medida em que trabalhamos isso, notamos que a saída ocorreu de uma forma um pouco mais tranqüila.

Aconteceram outras coisas peculiares, por exemplo, com relação ao nome do projeto. O primeiro que escolhemos foi *Projeto República*, partindo da nossa visão de classe média sobre “república” de estudantes. Eles refutaram porque república fazia pensar em Praça da República – homossexuais e por aí afora. Então, mudamos o nome considerando as sugestões que fizeram.

Nessas reuniões, conseguimos também que os meninos se dividissem entre as casas. Na FEBEM já tínhamos como prática dividir os meninos em três grupos, sendo que os componentes de cada grupo iriam juntos para as casas. Entretanto, meu grupo tinha 50 meninos e precisávamos agora dividi-los em duas casas. Demos a eles a liberdade de fazer essas divisões.

Antes da mudança, fizemos um trabalho de sensibilização junto à vizinhança. Para se ter uma idéia, uma das casas ficava praticamente dentro de uma vila na Moóca, em uma rua cujo quarteirão era todo de casas residenciais de classe média e média-alta. Para os vizinhos era complicado aceitar em sua rua uma casa da FEBEM com 24 adolescentes.

Para mim, esses meninos que atendemos são adolescentes, pessoas da comunidade que foram denominados “menor” a partir do momento que entraram na instituição. O curioso é que eles próprios acabavam se chamando assim; não só de “menor”, mas de “menor carente”. Na época, uma

das sugestões de nome que eles deram para a casa foi *Casa do Menor Abandonado*.

Com a entrada na FEBEM, essa criança ou adolescente se via destituída de sua individualidade, reduzida a uma instância jurídica, ocupando o lugar da falta, da delinquência, da marginalidade, praticamente passando de sujeito a sujeitado. Uma das propostas do projeto era reverter tal processo para que esse "menor" pudesse voltar a ocupar o lugar de adolescente.

Então, quais foram as práticas que nós instituímos nesses pensionatos? Em primeiro lugar, a estruturação do tempo e do espaço físico do próprio pensionato. O adolescente começou a dispor do tempo e do espaço, tendo acesso a lugares que, na instituição, eram-lhe proibidos, por exemplo a cozinha – lugar fundamental e produtivo dentro de uma unidade, e a sala dos funcionários – sempre considerada um tabu muito grande. Eles participaram não só da organização, mas também da decoração desse espaço. Se tivéssemos fotografado o projeto do início ao fim, veríamos hoje uma diferença gritante no processo de estruturação espacial.

Com relação ao tempo, eliminamos aquela rigidez de horários, permanecendo, entretanto, algumas regras e normas necessárias ao bom andamento da casa. De forma geral, tentamos repensar essas normas, visando aí um crescimento do adolescente. Um exemplo disso foi o horário de funcionamento da tevê, um ponto sempre em discussão. No início, o horário era bastante rígido; mas à medida em que foram assumindo responsabilidades, os adolescentes também puderam participar do projeto de abrir exceções. Assim, se hovesse um filme interessante fora do horário, eles poderiam assistir desde que se comprometessem a trabalhar no dia seguinte. O que tentamos fazer foi estabelecer limites claros, contextualizando-os e mostrando seu sentido.

Outra coisa importante era o fato de o espaço social estar muito próximo, inclusive algumas das casas eram geminadas. Isso trouxe uma série de dificuldades, mas acho que o importante para o andamento do projeto foram as regras de convívio social que passaram a fazer sentido enquanto necessidade. Antes, na cabeça dos meninos, eram apenas imposições dos funcionários.

Depois de um tempo, e até para garantir essa sobrevivência na comunidade, alguns meninos pediam, por exemplo, a retirada de outros que não estavam de acordo com essas regras de convívio ou brigavam na rua e depois a polícia vinha procurá-los na casa.

Um item fundamental para a reflexão era o papel do funcionário dentro do pensionato e o que nós, teoricamente, deveríamos estar exigindo dele. Em termos gerais, o papel do funcionário deixava de ser o daquele que garantia a segurança e a disciplina – como era dentro da unidade-, passando a ter um cunho educacional. Dessa forma, ele teria que participar ativamente não só no nível da reflexão, mas também envolvendo-se emocionalmente – o mais difícil para essa população de funcionários.

Quando falo sobre a necessidade de ter um papel de educador, quero dizer que o funcionário precisava sair da posição daquele que mandava e ocupar uma outra: a do funcionário que poderia fazer junto, que funcionaria realmente como um modelo.

Os funcionários também deveriam ensinar o menino a fazer e não fazer por ele. Notamos na instituição que se faz tudo pelo adolescente: coloca-se ele no trabalho, na escola, resolve-se as coisas por ele, tira-se seus documentos etc. No pensionato, tentamos ensinar o adolescente a fazer para que se tornasse autônomo na resolução de suas necessidades.

Também foi importante, dentro do pensionato, que o funcionário incentivasse a reflexão do adolescente com rela-

ção ao trabalho, à escola, aos relacionamentos, enfim, sobre todos os aspectos que compõem uma vida independente.

Mostrou-se ainda primordial que o funcionário conseguisse apontar os recursos existentes no próprio adolescente. Poucos conseguiram, pois a imagem que tinham era a mesma da FEBEM, ou seja, que o adolescente não possuía recursos, ocupava o lugar da falta. Os funcionários trabalhavam em cima dessa visão e nós tentávamos revertê-la. Tivemos, entretanto, alguns que conseguiram essa mudança.

Todo esse processo de desinstitucionalização aplica-se ao conjunto de funcionários da FEBEM, já que também estavam bastante institucionalizados, ocupando um lugar impotente, de quem não sabia trabalhar, de um funcionário de segunda categoria.

Outro aspecto importante do trabalho nos pensionatos foi o que realizamos junto aos meninos para que começassem a ter acesso, conhecimento e participação no seu processo institucional. Demo-lhes o acesso a seus prontuários – a história do menino dentro da instituição. Com isso, começamos a devolver-lhes a história registrada como sendo a deles e que, em muitos casos, não era bem aquela. Num segundo momento, propiciamos que começassem a participar da decisão sobre o que seria a vida dali para frente.

Como a linha central do projeto era o trabalho e a escola, fizemos todo um investimento em cima desses aspectos e o que conseguimos, depois de um tempo, foi que essas coisas passassem de uma regra da instituição para uma necessidade do próprio menino. Isso ocorreu principalmente com a questão do trabalho.

A FEBEM havia se colocado como a mãe mágica, inesgotável, provedora de tudo; e tão rápido as coisas vinham de lá, os meninos acabavam com elas. Não fazia sentido trabalhar nesse contexto, já que as coisas vinham indepen-

dente disso. Então, passamos a responsabilizá-los pela aquisição das próprias roupas e do lazer. Daí o trabalho começou a se configurar como uma necessidade. Todo cidadão trabalha, todo mundo precisa trabalhar para subsistir.

Na medida em que o menino deixava de ocupar o lugar da falta e constituía outros vínculos, podia também manter uma relação razoável com a escola, mesmo sendo do jeito que é a escola estadual.

De uma forma geral, essas práticas se deram como conseqüência de uma mudança nos vínculos, particularmente entre funcionários e meninos, que, anteriormente baseados na desconfiança, passaram a funcionar de forma mais discriminada. Havia a necessidade de confiança mútua: o menino acreditando na ajuda efetiva do funcionário e esse acreditando nos recursos existentes no menino.

Para finalizar, vou falar um pouco sobre a intervenção técnica no pensionato, que foi muito diferente da que ocorria na unidade.

No pensionato passamos a adotar o nome de Assessor Técnico, não só o psicólogo como também o assistente social. A idéia era ocuparmos um lugar de facilitador da reflexão sobre a prática, desde a rotina mais simples até coisas mais elaboradas, por exemplo refletir juntamente com o funcionário o que significava o menino se servir ou ser servido na hora da refeição.

Durante a implantação desse projeto, os técnicos tiveram um papel muito importante, muito valorizado enquanto organizador da nova realidade. Acredito que fomos bastante continentais para com as angústias, medos, inseguranças e ansiedades, tanto dos meninos como também, e principalmente, dos funcionários.

Enquanto limites dessa intervenção, percebemos que, na medida em que essa ação técnica deixou de ser suporte para aliviar medos e ansiedades diversas e passou a questionar efeti-

vamente a realidade estabelecida, colocando em cheque as relações, ela correu o risco de ser destituída. Isso aconteceu com os pensionatos, tanto que estou hoje trabalhando em empresa.

O que percebo, tanto dessa minha prática na FEBEM como de uma anterior – trabalhei em uma entidade religiosa para menores onde reestruturamos um internato basicamente com os mesmos objetivos desse projeto – é que, quando se sai daquele processo de montagem, de modificação e se começa realmente a colocar coisas novas, a instituição passa, repentinamente, a cercear seu trabalho. Ela não quer ser questionada realmente quanto àquela visão já estabelecida.

Pensando um pouco a respeito disso, vejo que o psicólogo – deixando agora o assistente social um pouco de lado – precisa tomar alguns cuidados. Um deles é garantir o distanciamento adequado para poder funcionar como alguém que realiza efetivamente uma análise da dinâmica institucional.

Existe, dentro da instituição, uma demanda constante, principalmente da direção e dos funcionários, no sentido de que se faça um atendimento tradicional, que se atenda o menino e não a instituição. Na medida em que atende o menino, o psicólogo deixa de realizar seu trabalho de intervenção. Acredito que o trabalho tradicional também não corresponde aos anseios do próprio menino. Na verdade, se o psicólogo consegue, dentro do seu trabalho de intervenção, garantir relações mais saudáveis, não precisa fazer nenhum trabalho no nível da terapêutica individual.

Hoje, vejo que para uma proposta dessas vingar é necessário haver um respaldo político; caso contrário, a tendência é o trabalho ser destituído.

Em linhas gerais, era isso o que eu tinha a dizer.

Lutz: Fui convidado a trazer aqui o relato de minha experiência na FEBEM. Não deu tempo de preparar muita coisa, então vou falar um pouco a partir daquilo que fui pensando aqui e aproveitando o gancho da Ameli, que já trouxe algumas coisas.

Permaneci na FEBEM por três anos e minha experiência iniciou-se já no dia em que assinei o contrato. Neste mesmo dia, às 18 horas, fui para uma reunião onde a Lúcia – na época diretora de uma unidade na qual houve um levante – estava reunida com cerca de 15 funcionários.

Discutiam o problema de demissões recentes e fui lá para sentir a “arapuca” na qual estava entrando – no mesmo dia em que assinei o contrato, estava em uma reunião com aqueles que estavam saindo.

No segundo dia de trabalho fui cair na Unidade de Recepção (UR)*, o pronto atendimento do Quadrilátero, a porta de entrada da população atendida pela FEBEM. Quando cheguei, ninguém sabia informar para onde eu deveria ir: “Onde você vai trabalhar?” “Não sei. Sei apenas que tenho que trabalhar aqui.” Daí esperei os encarregados chegarem e eles me perguntaram: “Quem te indicou? Para onde você tem de ir?” Respondi: “Olha, ninguém me indicou, não sei para onde tenho que ir, mas tenho que ir para algum lugar.” Aí me “puseram” na UR. Lá havia entre 180 e 200 “menores”.

Fui apresentado a duas assistentes sociais, a uma outra psicóloga, ao pessoal que trabalhava na área de pedagogia e aos “menores”, que me olhavam com os olhos arregalados. Naquele momento pensei que, já que teria que conviver com aquelas crianças ali, então era preciso fazer alguma coisa.

Mesmo antes de definir com maior clareza que clientela era essa com a qual estaria trabalhando, uma coisa me chamou a atenção: a tal da “contenção”. Essas crianças conviviam as 24 horas do dia dentro da instituição e eu também estaria convivendo com elas de oito a 12 horas, diariamente. Minha ansiedade foi lá em cima! A dos menores também estava super alta,

* Sistema, na época, constituído de sets pavilhões localizados nas instalações da FEBEM, no bairro do Tatuapé, destinados à recepção de todas as crianças e adolescentes recolhidos.

pois não tinham qualquer informação do que poderia acontecer com eles.

No terceiro dia, um funcionário, um Encarregado de Turno, responsável pela, vamos dizer, disciplina da unidade, chamou todos os técnicos e todas as crianças. Fomos colocados em um pátio e ele chegou lá fazendo uma dramatização tremenda, colocando regras e algumas outras coisas. Uma das crianças virou-se para o lado e cochichou algo com outra. O Encarregado foi até o lado da criança e, falando, falando, de repente lhe deu uma cotovelada na cara. Nessa hora eu quase caí para trás - "Terei que fazer realmente alguma coisa nesse trabalho!"

Reuni-me com as assistentes sociais e a outra psicóloga e disse que precisávamos informar a clientela sobre o que aconteceria com ela a partir do momento em que chegava à instituição.

Começamos a desenvolver um trabalho de grupo onde, logo cedo, recebíamos as crianças que haviam chegado na madrugada - uma média diária entre 15 e 20. Nesses grupos explicávamos às crianças o que estava acontecendo, qual era a tramitação burocrática, quanto tempo iriam ficar lá, o que deveriam esperar da situação e como lidar com ela. Desse trabalho participavam o psicólogo, a assistente social, uma pessoa da equipe de pedagogia - os chamados educadores, que realizavam um trabalho de lazer com as crianças - e, quando possível, uma pessoa do esquema de disciplina.

Ao mesmo tempo, desenvolvemos um outro grupo no qual levávamos as respostas dadas pelo juiz: se a criança iria para outro pavilhão, para uma Unidade de Triagem* ou se voltaria para o "mundão", como diziam as crianças.

* Unidades em que as crianças e adolescentes ficavam, na época, aguardando que seus casos fossem estudados para posterior encaminhamento pela autoridade judiciária.

Fazíamos também um *grupo de desligamento*, trabalhando os significados, para cada um, da possibilidade de sair da instituição ou de ter que permanecer nela, passando por todo um processo de triagem, uma Unidade Educacional, e só daí sair via Liberdade Assistida (LA)⁽¹⁾.

Paralelamente a esse trabalho, tentamos desenvolver um outro com os funcionários ligados ao regime de disciplina, que eram os Coordenadores de Turno e os Monitores I. Era o pessoal que ficava de braços cruzados vendo se o moleque "pisava na bola", como dizia a rapaziada, se saía fora das regras. Começamos a aplicar técnicas de dinâmica de grupo nas reuniões. Nelas havia uma discussão danada, lavava-se a roupa suja e trabalhávamos os conteúdos que emergiam. Aí começamos a tentar lidar com a situação de confronto existente entre o "fantasma" que a equipe técnica representava frente à monitoria. Havia uma distância muito grande e tentamos, com esse trabalho, mexer nesse conflito.

Passaram-se uns dois meses e o trabalho começou a resultar em alguma coisa boa para o mandante: as crianças já não ficavam tão ansiosas, a pancadaria teve uma diminuição – embora acontecesse, era mais por baixo do pano do que na frente –, o Pavilhão I⁽²⁾ ficou mais tranqüilo e a possibilidade de levantes tornou-se menor.

Em função desse trabalho e, talvez, de algum diretor ou político ter ido com a minha cara, fui convidado a trabalhar na Unidade de Triagem. Examinei bem a situação e decidi enfrentar mais esse desafio.

(1) Regime de atendimento aos menores que cometeram infração penal (previsto no art. 14 do revogado Código de Menores e no art. 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

(2) Dos pavilhões que faziam parte da Unidade de Recepção, na época, este era considerado o mais problemático: excesso de lotação, poucos funcionários, tensão permanente.

Chegando lá encontrei a unidade um pouco pior do que estava o Pronto Atendimento*, a Unidade de Recepção. O conflito entre equipe técnica e monitoria estava mais acirrado, as crianças já sabiam que iriam ficar lá de três a seis meses, o pessoal técnico trabalhava muito em função da papelada e a criançada ficava à disposição daquilo que surgisse, sujeitas a todo tipo de regras existentes na instituição.

Nessa unidade, o menor tinha que acordar cedinho e respondia uma chamada. Antes e depois do almoço havia outras para saber se todos estavam lá. No final da tarde, chamada novamente. Havia uma preocupação de que essa criança pudesse escapar, fugir, enfim, sair da instituição.

O profissional que trabalhava lá dentro chegava de manhã cedinho e, da mesma forma que o menor, tinha que bater o cartão na entrada, antes e depois do almoço e novamente na hora de ir embora. Existia uma preocupação de que também o funcionário pudesse estar "escapando" – fazendo duas horas de almoço, uma hora e meia e não voltar.

Cheguei nesse lugar com uma certa ilusão de poder, porque, de certa forma, fui para lá como encarregado do setor técnico e respaldado pela experiência realizada naquela outra situação.

Resolvi mudar algumas coisas e comecei com a hora do almoço. Quem quisesse fazer uma hora e meia de almoço não teria problemas.

Ao mesmo tempo em que os menores tinham que produzir um trabalho para receber um retorno financeiro – e isso era medido pela quantidade produzida –, o técnico devia produzir seus relatórios também em quantidade, senão ficava sujeito a uma "punição", exatamente como o menor quando não produzia o determinado. O ponto central do

* *Porta de entrada de todo o sistema de recepção das crianças e adolescentes pobres, órfãos, abandonados ou infratores.*

trabalho foi inverter esse processo: fazer com que o relatório começasse a ser consequência da atuação do técnico junto à criança e com o pessoal de base, que trabalhava com a disciplina, e o pessoal de reeducação, que organizava o trabalho remunerado das crianças, de forma a garantir um relatório multiprofissional com dados mais reais.

“Como vamos fazer isso se o mandante cobra tantos relatórios, tantos ‘issos e aquilo’: ir no cartório, ver pastas etc?” Essa era a pergunta que as pessoas que trabalhavam comigo faziam naquele momento. Sugeri que começássemos devagar, com um dia da semana que passou a ser o dia livre, onde todos desciam para conversar, jogar dominó, fazer atividades livres. Os profissionais iam se adequando a cada grupo de crianças – ou “banca”, como denominavam os grupos ali – e o critério era a atividade com que simpatizassem mais.

Paralelamente a isso, comecei a desenvolver um trabalho de integração entre os setores da Unidade com o objetivo de estabelecer uma comunicação maior entre monitor, coordenador de turno, equipe técnica e o pessoal que ficava no meio, responsável pela reeducação. Isso era importante porque aquilo que a criança trazia para o técnico lá na “salinha” era diferente daquilo que levava para a pessoa que estava lá embaixo com ela. Havia essa diversidade de informações e era preciso torná-las mais precisas. Esse trabalho ocorria semanalmente e utilizávamos várias técnicas de dinâmica de grupo.

Nessa unidade havia duas coisas pelas quais briguei muito. Uma delas foi transformar o atendimento individual em atendimento grupal com o objetivo de torná-lo mais dinâmico, de obter dados mais concretos e proporcionar um maior espaço de troca entre as crianças. Todo o trabalho de atendimento deveria ser feito, desde o início, em grupo e com a participação da assistente social e de um responsável pela reeducação, além do psicólogo. O atendimento

individual poderia ser utilizado em função da necessidade percebida na relação grupal.

Minha outra briga era a reestruturação das regras da casa. Chamamos toda a "rapaziada" e os funcionários que estavam na unidade e fizemos um questionário com várias perguntas, desde a arrumação do quarto onde dormiam até a organização do cardápio do dia. Todos responderam o questionário e nós fizemos um levantamento estatístico dos dados. Com isso chegamos a regras um pouco mais próximas do grupo como um todo.

A partir desses dados, definimos também que não entraria mais nenhuma criança enquanto não houvesse colchões suficientes para todas elas. Essa decisão só foi possível porque já tínhamos, concretamente, um processo de união, um trabalho integrado, fortalecido.

Obviamente existiram muitos obstáculos, vários problemas. Por vezes dávamos dois passos à frente e um para trás, mas conseguimos fazer a coisa acontecer e o mandante não gostou muito do resultado. Ficou incomodado com o fato de não aceitarmos mais crianças e com o enfrentamento das regras estabelecidas.

Da diretoria veio uma portaria dizendo que a equipe técnica, o pessoal de monitoria e o coordenador de turno não poderiam mais ter qualquer vínculo entre si. Os trabalhos deveriam ser realizados separadamente, sem interferências recíprocas. Em outras palavras, quebrou-se toda a integração conseguida, tudo foi por água abaixo. As pessoas entraram em uma tremenda paranóia e novamente vi a "arapuca" em que havia me metido.

Pedi meu descomissionamento, já que não havia mais possibilidade de um trabalho integrado e as coisas voltavam a funcionar no esquema anterior.

Sem o comissionamento, ofereceram-me retornar para o Pronto Atendimento e eu recusei, pois queria passar pelo

mesmo caminho que o menor passava dentro da instituição, queria acompanhar o mesmo processo. Como "punição" fui parar no Pronto Atendimento-2 (PA-2)*, uma sala pequena com quase 280 crianças entre sete e 12 anos de idade. Uma coisa de arrepiar! Na hora de dormir, as crianças deitavam-se até no banheiro. As pessoas que trabalhavam lá estavam totalmente desequilibradas e vinham me procurar para fazer uma terapia. As crianças me procuravam querendo saber quando poderiam voltar para a família delas. Embora as regras definissem que naquele lugar só deveriam estar infratores, havia também crianças abandonadas e carentes.

Fiquei três meses neste local. Nesse período conversava com as crianças com quem tinha mais afinidade e as que chegavam mais perto. Não conseguia realmente fazer mais nada. Voltei à terapia e pedi supervisão, estava "enlouquecendo" naquele lugar.

Depois desses três meses, o diretor me encaminhou para o Núcleo Desportivo e Cultural, uma unidade que trabalhava com as crianças das outras unidades. Fui para lá porque conhecia uma das psicólogas que desenvolvia um trabalho de educação psicomotora. Ela conhecia minha situação e deu um jeito para que me chamassem.

Embora dentro da instituição, o trabalho dessa unidade requeria que os menores saíssem de onde estavam para poderem participar. Meu trabalho inicial foi contactar as outras unidades para que liberassem a criança. A partir dessa conquista de espaço, montei grupos onde trabalhava os conteúdos emergentes que os componentes traziam. Embora tivesse adotado o nome de Grupo de Educação

* *Unidade destinada à recepção de crianças e adolescentes pobres, órfãos e abandonados (7 a 12 anos) até o encaminhamento, pelo Judiciário, às instituições de guarda governamentais e não-governamentais.*

Psicomotora e Conscientização Corporal, que era o trabalho das duas psicólogas, procurei também criar situações para que surgissem determinados conteúdos, trabalhando-os no sentido de que os integrantes do grupo se conhecessem melhor e se situassem em relação ao meio em que estavam vivendo, dentro e fora da instituição.

Os grupos tinham a duração de três meses e muitos menores voltaram a participar deles em ocasiões posteriores. Fazíamos um contrato inicial, estabelecendo claramente que, quando estivéssemos juntos, tentaríamos deixar de lado tudo aquilo que lembrasse o esquema da instituição e nos voltar um pouco para nós mesmos, trocar nossas experiências. Nesses espaços é que conheci realmente essas pessoas. Elas passaram a se abrir comigo, fazendo relaxamentos, contando histórias diversas, falando sobre suas experiências sexuais, de situações em que tiveram que dar um tiro em alguém e no que isso implicou. Sentia-os mais inteíros, respaldando meu trabalho, dando retorno sobre ele.

Foi um trabalho bastante cuidadoso. Fazíamos a abertura, o fechamento e a desvinculação após os três meses.

Na tentativa de passar esse conteúdos para aqueles que trabalhavam dentro das unidades, fiz vários relatórios e sempre me coloquei à disposição para qualquer tipo de troca de informações e idéias, o que nunca ocorreu.

Paralelamente a isso, investi em algumas coisas a nível teórico. Reuni um grupo de psicólogos e assistentes sociais para criar um projeto de trabalho com a questão da AIDS, que a florava cada vez mais. Entregamos o resultado para determinadas pessoas, mas também não deu em nada.

Depois de algum tempo, voltei a investir com mais um grupo de técnicos para pensar uma proposta de reestruturação da atuação do psicólogo dentro da FEBEM, no sentido de inverter alguns processos fundamentais na relação des-

ses profissionais com outras áreas. Não houve retorno e não só por questões institucionais, mas também por certo comodismo de muitos profissionais que não queriam se "misturar" ou achavam que deviam realizar aquilo que o mandante pedia, sem considerar a existência de uma demanda diferente disso.

Fiquei mais um tempo e gastei toda a minha energia para realizar um trabalho mais integrativo. Cansei. Saí e fui parar no Centro de Convivência Infantil, destinado a filhos de funcionários.

Reunido com a equipe técnica e o pessoal de base, fizemos toda uma reestruturação e os resultados foram bons.

Fiquei mais solto para trabalhar com sensibilização, tanto das crianças como dos próprios funcionários. Foi possível atingir um certo nível de integração.

Andei mais um tanto de tempo aí e cansei porque a instituição faz com que o profissional esgote seu potencial. O próprio profissional precisa ter mais percepção para integrar seu trabalho com o de outras áreas, unindo-se aos outros e com a própria categoria.

Espero que, com essa minha fala, possa ter contribuído para o debate que se segue.

Isabel: Acho que tanto a fala da Ameli como a do Luiz trazem muitas coisas. Há uma grande riqueza nessas apresentações. Necessariamente farei um trabalho desordenado porque construí meu pensamento à medida daquilo que foi aparecendo nas falas dos expositores. Entretanto, podemos ver muitas coisas comuns em relação às questões que eles colocam.

Ocorrem-me várias linhas de trabalho. Uma, a mais evidente, é a linha da instituição FEBEM, na qual estão contidas muitas outras instituições.

Creio que dentro dessas instituições está também a questão do psicólogo, que é, em parte, a que me preocupa. Digo "em parte" porque me parece muito importante aquilo que

o Luiz falava, de que a forma de encontrarmos um lugar enquanto classe não está no fechamento e sim na possibilidade de se lidar com a diferença, em relação aos outros profissionais, da maneira mais coletiva possível. Em instituições não podemos falar de psicólogos ou de assistentes sociais, mas sempre da equipe multidisciplinar. Para tanto, é importante pararmos de nos proteger com as “muralhas de papéis” – que a instituição ou nós próprios nos designamos – e passarmos a jogar com nossa identidade profissional de maneira mais fluída e menos paranóica.

Algumas coisas me chamaram a atenção. Quando a Ameli contava que foi trabalhar em uma empresa, ela empregou a palavra “desvirtuei”. Então fiquei pensando que virtude ela havia perdido. Penso que isso marca uma coisa interessante em relação ao lugar que nós assumimos ao trabalhar nesse tipo de instituições: um lugar necessariamente cristão, algo de “sacrificial”, de “ir para frente e tentar”. Isso é importante para esse tipo de trabalho, desde que não se cristalice, mas que fique em função da produção.

Chamaria de guerrilha esse trabalho que realizamos, pois a pretensão de mudar uma instituição como essa é de uma onipotência feroz, principalmente se não há uma vontade política macrossocial que lhe dê respaldo, como dizia a Ameli. É como se tentássemos fazer a revolução desses grupos.

Alguma coisa desse tipo foi realizada em outros momentos da história de acordo com alguns movimentos sociais mais amplos, principalmente na Europa. Depois se percebeu que a questão da mudança não passava exatamente por aí. Creio que essas duas experiências aqui nos trouxeram um pouco essa sensação de guerrilha: “Voltei aqui”, “sabemos que vamos sair”, “insisto lá”. Sabemos também que, se insistirmos no papel de analisadores institucionais, o “mandante”, como dizia o Luiz, em algum momento vai dizer chega.

Na minha terra costuma-se dizer: “Ninguém nos tira o

dançado", ou seja, ninguém nos tira a marca que deixamos e que pode passar pelo prazer, pela abertura, pela produção.

Muitas vezes andamos entre a onipotência e a impotência. Daí, quando uma produção dessa chega ao fim, não podemos nos dar conta de que uma semente ficou e pode se multiplicar. Determinados contatos com essas crianças, funcionários, com esses agentes, geram uma experiência que não se apaga facilmente, com possibilidade de ir se acumulando e construindo coisas diferentes.

No meu trabalho de supervisora e analista institucional, tenho encontrado muito a sensação de que "acabando a experiência nos mandam embora", de que "nada valeu". Nós nos melancolizamos muito com essas histórias e acho importante resgatar a validade dessas experiências pelo acontecimento em si.

Na medida em que a Ameli falava, eu pensava que essa questão da desinstitucionalização, tal como estava colocada nesse projeto, implicaria pensar que o menor poderia diminuir seus prazos de institucionalizado nesse lugar e ir para outro. Precisamos ter claro que não há espaço social possível senão através das instituições. Dessa forma, a questão passa a ser sobre o tipo de institucionalização possível e não a desinstitucionalização. Acho isso importante para pensarmos nossa própria prática, já que nós também somos instituições.

A prática institucional da FEBEM mostra-se extremamente perversa. Chamou-me muito a atenção aquilo que a Ameli contou sobre o discurso dos meninos: "Eles estão esperando que a gente quebre tudo." Quebrar tudo, nesses momentos, talvez fosse a única possibilidade que eles tinham em mãos para resgatar algum pedacinho de subjetivação. Há momentos em que quebrar tudo é a salvação. Em um lugar de objeto tão marcado, em que não há meios termos, ou você quebra tudo ou quebram com você. Em certo sentido, é quebrar para poder juntar por dentro.

Essas falas dos meninos são muito preciosas e me fizeram pensar na questão da república.

Para nós de classe média, república pode implicar um agrupamento coletivo; para eles, pode estar codificado como um espaço marginal. Obviamente porque eles são, de fato, marginais à República. As instituições democráticas não funcionam ali. Para nós, a contratação pode passar pela prática democrática – mesmo que a questionemos e tudo o mais –, por algum lugar onde a lei faça de conta que se expresse. Entretanto, eles recodificam isso como um lugar, um território, onde a lei é a da selva. Num certo sentido é o território onde eles estão condenados a viver o tempo todo. A república para eles é isso.

Precisamos ter claro que esse tipo de tarefa que realizamos é altamente tóxica, com um nível de implicação dramático e que, se não pudermos lutar para conseguir espaços de coletivização do pensamento, acabamos ficando totalmente identificados com o mesmo lugar dos internos.

Luiz dizia sobre as 12 horas que trabalhava.

Luiz: É, no início até sonhava.

Isabel: Claro, exatamente isso, você convivia 24 horas por dia, levava tudo isso junto com você.

Pensei também sobre a questão do funcionário, muito bem notada e caracterizada pelos dois aqui. Em uma tarefa como essa é muito difícil achar algum espaço de distância e o funcionário tem todas as condições para nunca o achar. Geralmente eles vêm dos mesmos lugares que esses menores, têm as mesmas práticas sociais e estão codificados da mesma maneira.

Então, a relação fica extremamente paranóica e só é possível mesmo dar uma cotovelada na cara porque senão vai recebê-la; não do menino, mas porque vai se dar conta da semelhança. A relação é violenta e paranóica no seguinte sentido: "Se não exerço alguma prática violenta de poder

em relação a eles, deixo-me tomar por aquilo que me ameaça; sou muito parecido e tenho que reagir tanto quanto possível para não ficar no lugar dele". O que está em jogo aí é uma identificação mortífera.

Assim, propor que se saia dessa "muralha de papéis" é atacar exatamente uma das defesas mais estruturadas, é colocar o dedo justamente na chaga, porque fora da "muralha" o que acaba por aparecer é justamente essa proximidade.

Creio que, em alguns momentos, o Luiz andou funcionando como analisador e, em outros, como analista institucional. Com isso era inevitável que acontecesse o que ele descreveu aqui. Nós vamos às instituições como analistas institucionais não para que tudo dê certo. Geralmente somos mandados embora. Se isso acontece é porque algo se modifica ou corre o risco de mudar. De certa forma, o problema de uma intervenção institucional é quando não somos mandados embora, porque se não há um movimento da instituição, com maior ou menor grau de violência, mostrando alguma modificação, é sinal de que não mexemos em nenhum lugar do coeficiente super-egóico dessa instituição.

A "muralha de papéis" serve justamente para que não haja transversalidade, para que os setores não se juntem, não se organizem, não se toquem. Isso que o Luiz começou a fazer era justamente a instauração de dispositivos que permitissem aumentar o índice dessa transversalidade, fazendo com que as coisas circulassem e que os desejos comesçassem a aparecer.

O problema dessas instituições é que funcionam muito como pulsionais, ou seja, dão tudo para que não se possa desejar nada - "fazer pelo menor", "dar tudo", "prover". São como essas mães que não podem viver sem os filhos nem com eles, porque não há separação, não há possibilidade de desejo. Essa cronificação está justamente em função de

controlar o impulso desejante e é por isso que não se pode deixar, por exemplo, que os meninos participem de um conselho deliberativo. Para que um exemplo desse deixe de ser uma ilusão é que nossa prática necessita ter por suporte a política social mais ampla. Isso não significa que não devamos continuar a "encher o saco". Creio que é o acúmulo dessas experiências que vai nos fortalecendo. Por outro lado, experiências como essas tornam as instituições menos terroríficas do que são capazes de ser.

Bom, paro por aqui para que possamos abrir o debate.

Público: O técnico se propõe a fazer um trabalho e obtém, com ele, um determinado sucesso, uma determinada repercussão no grupo ou em um segmento mais amplo. Em seguida, vem uma repressão e um retrocesso. Penso que isso, além de frustrar o técnico e as pessoas com quem ele estava trabalhando, deixa um resíduo de frustração. Como vocês sentem esse resíduo que fica com as pessoas que participaram desse trabalho?

Lutz: Se entendi bem, sua pergunta está ligada à frustração. Passamos várias situações de frustrações dentro da instituição e vou te responder poeticamente: fica a esperança de que outros profissionais, como eu, a Ameli e como tantos outros que estão aqui, continuem cutucando. Fico também com alguns retornos da clientela com quem trabalhei, quando os encontro por aí pelas ruas. Acho que para algumas crianças ficou um pouco desse trabalho e isso me deixa contente.

Ameli: Na medida em que fazemos efetivamente uma análise ou intervenção institucional mais sedimentada, mesmo que acabem nos afastando, acho que podemos falar do lado poético da coisa ou até dessa sementinha que ficou plantada. Mas o que observo nos funcionários da FEBEM é que o sentimento de impotência, de descrença, em qualquer tipo de intervenção, é muito grande. Isso é

transmitido para quem entra – não é permitido tentar mudar nada porque nada vai dar certo.

Para mim o que fica é a importância de fundamentar teoricamente a análise institucional, entender melhor a Instituição nessas instituições e até onde se pode estar realizando esse tipo de intervenção.

Lutz: Nessa mesma direção me chamou a atenção – e eu não havia ainda colocado aqui na minha fala – a discrepância que existe entre o treinamento que o funcionário faz antes de entrar na instituição e a realidade que vai enfrentar posteriormente. A paranóia seria menor se houvesse mecanismos adequados de instrumentalização e preparação para esses funcionários. Falta instrumentalização para as pessoas, tanto para os funcionários como para as crianças, principalmente quando estão entrando. É muito importante ir preparando e adequando o profissional para trabalhar naquele lugar.

Público: Com essa colocação que você fez, fiquei pensando se, às vezes, não confundimos a vontade política dos técnicos que entram com a função social da instituição. Fiquei me perguntando se não é esperar muito que a instituição banque uma proposta política nossa que implica mudar, que é a guerrilha colocada pela Isabel. Será que dá para contar com a instituição nesse processo de transformação?

Lutz: Em alguns grupos dentro da instituição discutíamos como lidar com isso que você falou. A minha compreensão, e a de algumas pessoas lá, era de que existiam duas formas de atuação dentro daquela conjuntura política. A maioria das pessoas que ocupava cargos era da confiança política da direção e conchavava com certos grupos e correntes ideológicas. Existia também o pessoal de base – técnicos, monitores, pedagogos etc. Dificilmente essa posição de confiança era delegada por capacidade ou profissionalismo. Nesse sentido tínhamos que trabalhar com a base, estrutu-

rando-a. Mas estruturá-la com quê? Com instrumentalização, cursos e supervisões, para que esse profissional, dentro dessa política, possa atuar fazendo a mediação entre as exigências do mandante e a demanda da clientela.

Em alguns momentos foi possível viabilizar verbas da instituição para essa instrumentalização, mas aí esbarramos naquela questão das relações de classe entre os próprios profissionais.

Se a política fosse outra, a solução seria colocar pessoas competentes nesses cargos de confiança e, através do "poder" que a instituição daria a elas, poderíamos propiciar aos técnicos o contato com metodologias específicas de atuação.

Público: Talvez devêssemos considerar mais aquilo que a Isabel disse no início, que dentro da FEBEM existem várias outras instituições. Acho que o objeto da discussão não deveria ser a instituição, mas sim a delinqüência, a marginalidade, a prostituição, a loucura, enfim, aquilo que a instituição contém. Sempre perpassamos essa questão sem discuti-la e penso que a instituição fica como "bode expiatório" de algo que realmente nos assusta discutir.

Talvez fiquemos protegidos nessa "muralha de papéis" não só porque a instituição é ameaçadora, mas porque a delinqüência que está em cada um de nós é muito mais.

Acho que não adianta muito discutirmos a instituição, onde está contida essa, vamos dizer, essência do humano que existe também em cada um de nós - a loucura, a transgressão. O que é a loucura, a transgressão, para cada um de nós que trabalha, estuda, se casa e se relaciona? Talvez possamos caminhar um pouco por aí.

Isabel: Acho que a compreensão das instituições que estão constantemente nos atravessando ajuda-nos a manter, por um lado, um saudável ceticismo. Compreendê-las nos salva do messianismo, ajuda-nos a não nos cristalizarmos e ficarmos presos a esse mesmo sistema que estamos

combatendo. Talvez o que tenhamos de ter mais claro é a que Instituição essa instituição responde.

Por volta de 1968, Castoriadis*, um dos criadores da análise institucional, falava do instituinte originário do capitalismo como uma dissociação entre o que vale e o que não vale. O que vale é tudo aquilo que possibilita a mais-valia e o que não vale é aquilo que fica fora dessa possibilidade.

Evidentemente, os menores abandonados não servem muito ao sistema, a menos que possam ser medianamente explorados. Todas as práticas sociais que têm por objeto a educação, a saúde etc, em um nível que não seja o da pura manutenção da mão-de-obra e da sua reprodução, também não valem. São simplesmente perdas. Ao capitalismo não interessa que as pessoas sejam felizes, saudáveis, contentes; o que lhe interessa é que sobrevivam para poderem trabalhar.

Então, o que ele faz com esses fluxos desejantes marginais que o próprio sistema produz? Sim, porque com essa estrutura perversa é inevitável que esses fluxos sejam produzidos. A delinquência é uma consequência inevitável do capitalismo e não pode ser de outra maneira.

O modo de produção capitalista é louco, perverso. A população marginalizada precisa ser colocada em algum lugar onde não seja muito vista ou possa ser contida.

Temos que ter um pouco mais clara a possibilidade de avançar nesse tipo de conceitualização. Precisamos pensar no sistema sócio-político, em suas noções básicas que são claras, determinadas e objetivas. Estamos acostumados a pensar que terapêutico é aquilo que está sacralizado enquanto tal - consultas e atendimentos. Se não pudermos visualizar o conteúdo profundamente terapêutico existente nessas ações em que analisamos os diversos níveis insti-

* Refere-se a Cornelius Castoriadis, autor, entre outros livros, de "A Instituição Imaginária da Sociedade". Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

tucionais, ficaremos presos novamente ao instituído. Somos profundamente terapeutas quando entramos em uma instituição e tentamos modificá-la de alguma forma; talvez até mais efetivos do que se nos ativéssemos ao modelo tradicional, que nos prende e nos impede de inventar.

Os limites têm que ser constantemente entrelaçados, revistos, entrecruzados. Não podemos deixar de trabalhar constantemente nesses dois níveis de implicação: o micro e o macrossocial.

Os menores são carentes, os loucos são carentes, as famílias são carentes. A marca da carência evita que eles se tornem analisadores, isso os faria muito perigosos.

Quantas vezes não olhamos o menor como alguém sem possibilidade de discurso? É importante, para nortearmos nossa prática, perceber o quanto isso é um mecanismo invalidante.

Uma vez, quando estava trabalhando na intervenção do Hospital Anchieta, em Santos, vimos as imagens filmadas nos dia da intervenção. Havia uma cena muito forte em que uma paciente dizia: "Isto aqui é igual ao DOI-CODI (Departamento de Operações e Informações – Centro de Operação e Defesa Interna) de 1970. Vocês se lembram do DOI-CODI 70? Vocês se lembram de onde colocaram aquele jornalista? Isto aqui é igual." Foi o analisador mais lúcido em relação a instituições psiquiátricas que escutei em minha vida! Aí a marca da carência desaparece, invalida-se. É a possibilidade do louco.

Público: Nossa prática é muito voltada para o lado técnico. Gastamos muito tempo e energia tentando viabilizar um trabalho de articulação, de socialização, através de uma intervenção técnica, e dizemos que nisso há uma proposta política. Penso que cada vez fica mais claro que essa nossa proposta política deveria avançar mais do que essa ligação que fazemos com o técnico. Nossa

proposta deveria ser melhor embasada tecnicamente e também mais ousada politicamente, no sentido da integração, da articulação desse trabalho institucional, para que possamos ser mais eficazes.

Público: Acho que precisamos repensar uma coisa que falávamos alguns anos atrás: "Parar de psicologizar a política para politizar a psicologia"; e a partir daí saber que usos podemos fazer da nossa técnica para avançar.

Isabel: É importante percebermos que todas as práticas são políticas. A prática técnica é sempre política – não há prática social que não seja. Ou nos colocamos do lado do instituinte, ou do lado do instituído; ou se luta para mudar, ou se luta para que as coisas não mudem; e qualquer das duas colocações será uma postura política. Isso irá se desenvolver por inúmeros caminhos, desde a forma como você escuta aquele que lhe fala, até sua participação política em um âmbito mais amplo.

Público: O aspecto político está na própria produção técnica. Enquanto psicólogos, onde se produz subjetividade, está se produzindo política. A política está na própria abordagem que se tem. Nas instituições há um lugar, nem que seja o de "administrar a miséria", como se costuma dizer, e deve haver competência para isso.

Outra coisa que acho importante, sem querer relativizar toda uma situação econômica e social, é que existe a subjetividade e ela é uma instância que precisamos considerar.

Isabel: Considerar a subjetividade é a possibilidade do sujeito perceber que, tanto quanto não ter comida, pode estar sujeitado também pela instituição familiar – a mais tirânica de todas as instituições –, pela instituição materna – em um certo nível profundamente política. Creio que há uma questão que passa pelo tipo de escuta dessa subjetividade. Por isso acho complicado e novamente a serviço da dissociação dizer "sou psicanalista, com o social não me meto."

Secretaria do Menor (SP)*
Realizado em 25/10/1989

Expositores:

Isilda Cristina Cordeira
e Mário Martini

Debatedor:

Antonio Lancetti

Isilda: Sou psicóloga, formada em Assis e, antes de trabalhar na Secretaria do Menor, fiz apenas um curso de extensão na Maxwell, uma comunidade de drogados. Então, minha primeira experiência efetiva está sendo na Secretaria e o mais interessante foi que comecei a prestar serviço não como psicóloga, mas como educadora de rua.

Uma das coisas que acho mais importante na proposta desse debate é poder discutir o educador de rua nesta área de trabalho. Sinto muito a falta disso, de poder questionar, de ter contribuições novas no sentido de pensar a produção resultante dessa prática.

○ Apesar de estarmos em uma área de trabalho extremamente nova, muito pouco se escreve ou se discute. Nesse sentido, a pergunta do roteiro que vocês elaboraram – Quem é o psicólogo dentro dessa área de atuação? – desencadeou muitas coisas para mim. Considero uma

* As perguntas feitas ao longo do debate tiveram que ser excluídas porque muitas estavam inaudíveis no momento da transcrição das fitas. As respostas foram incorporadas ao texto.

questão importante não só para os psicólogos, mas para outros profissionais da área de humanas que realizam a função de educador de rua.

Falarei aqui como psicóloga que trabalha como educador de rua e não como membro da Secretaria do Menor. Apesar da existência desse tipo de educador na Pastoral do Menor, a Secretaria é a primeira a contratá-los formalmente. Essa Secretaria foi criada recentemente pelo Estado e tem uma proposta de trabalho de vanguarda dentro de uma estrutura contraditória. Em nosso ambiente de trabalho, entramos em confronto com a polícia desse mesmo Estado, que possui uma política de atuação completamente contraditória à nossa, na medida em que prende o menino mesmo sem elementos que legitimem essa apreensão. É um trabalho "preventivo", já que tal criança é, em potencial, um trombadinha, um infrator. Essa oposição desgasta muito o nosso trabalho, principalmente o meu, que é na Casa Aberta da Praça da Sé, onde me confronto diretamente com isso.

O projeto Casa Aberta é o único da Secretaria que tem somente educadores de rua. Sua função é fazer o contato com essas crianças na rua, buscando constituir, em última instância, uma referência nova para elas dentro desse contexto de rua e propiciar novas formas de contatos.

Esse projeto é visto pela Secretaria como a porta de entrada para encaminhamento de novos projetos.

Desde o início nos foi colocado que a Secretaria não tinha claro qual era a função efetiva desse profissional. O trabalho era extremamente novo e iríamos construir juntos uma identidade. Foi colocado o que não se esperava desse profissional, ou seja, um perfil autoritário, assistencialista, preconceituoso, basista etc.

A metodologia abordada no treinamento das primeiras turmas foram as propostas de Paulo Freire. A formação

inicial da Casa Aberta era de oito educadores de rua, todos com a mesma hierarquia e o contato com a Secretaria era via uma supervisão. Todos haviam passado pelo treinamento e o que se iria fazer efetivamente na rua seria algo construído pelo grupo.

Uma das coisas importantes que observamos nesse trabalho é o funcionamento do grupo. Se a equipe não tem uma interação ou não consegue articular e sistematizar algumas práticas, isso se refletirá diretamente no trabalho da rua.

Pensei em colocar aqui um pouco de como é o ambiente de trabalho, que coisas devemos ter claras e observar em nosso cotidiano. Em termos de espaço, é um trabalho muito diferente daqueles em que se pensa atuar, principalmente o psicólogo. O trabalho acontece na Praça da Sé, no Largo Treze, perto do Terminal Rodoviário, em Santana.

A princípio o contrato não existe. Ele vai sendo feito no decorrer do vínculo que se estabelece com a criança. Por vezes nem se consegue fazer um contrato.

Nesse espaço extremamente aberto, sem limites do que pode ou não pode, é o grupo de educadores que vai ter de discutir e organizar aquilo que deve ser feito e qual a abordagem correta.

Dentro do projeto Casa Aberta, recentemente se sistematizou um pouco mais essas experiências em um documento que, agora, deverá ser discutido por todas as Casas. Mas a relação, o contato entre os equipamentos, ainda é muito frágil, muito individualizado.

Uma outra coisa que acho muito forte é que esse tipo de trabalho mexe efetivamente com as nossas elaborações, mais do que com as nossas idéias. Está em jogo a forma como se lida efetivamente com a própria sexualidade, com a droga, com o preconceito, com os valores.

É difícil também enxergar, nesse espaço aberto, a produção, os resultados de nosso trabalho. Fica-se à mercê

da criança: você a encontra se ela vem, se faz um atividade ou não. É você quem oferece algo, não é a criança que vem procurar esse serviço.

Para trabalhar com essas crianças temos que conhecer o todo. Para mim parece muito como um jogo, um tabuleiro de xadrez: as coisas têm o seu lugar, mas a dinâmica não é estática – há mil e uma formas diferentes de acontecer – e você precisa acompanhá-la.

Um dos maiores problemas que as pessoas encontram no contato com essas crianças é a questão do adulto. Essas crianças, mesmo estando na rua, estão vinculadas a um grupo em que há um adulto (ou um ex-menor) que o lidera. Esses adultos arrecadam produtos de furto, fazem passagem de drogas, em suma, fazem toda uma organização do grupo.

A questão é como entrar em um grupo desses sem desestabilizá-lo. Ou ainda: como oferecer às crianças novas opções diferentes dessas garantidas pelo grupo. Isso é difícil porque, se eles se organizaram naquele ambiente hostil, ali existem códigos que estão garantindo sua sobrevivência.

Acho fundamental ter clareza com relação a esse espaço que estamos ocupando e conquistando. É isso que queremos enquanto educadores, na medida em que estamos ali para oferecer novas possibilidades de vínculo para essa criança que, através deles, poderá encontrar uma forma de sair desse circuito.

Com relação a isso, nos defrontamos com os valores que achamos que a criança deveria ter: que criança não transa, que sendo estuprada aos 12 anos viverá isso como um trauma, que não cheira cocaína, que não cheira cola, que não é traficante e que não vive sozinha. Não adianta apenas idéias para se estar mudando seus valores. Isso tudo mexe necessariamente com muitos conteúdos nossos e acho que aí está a importância do grupo como referência.

Outra questão forte que aparece é a projeção que a

criança faz no educador – desde pai, amigo, mãe etc. Nisso há todo um jogo de sedução em que, se você não perceber, pode acabar complementando o papel que ela lhe atribui, atuando e perdendo essa função de educador.

Penso que o trabalho do psicólogo aqui não é específico, mas grupal, de equipe multidisciplinar. Vamos para a rua em grupo e os contatos que realizamos são também grupais.

Anteriormente trabalhávamos sem coordenador, mas o ambiente de trabalho nos ameaça muito, gera ansiedade, sentimentos de impotência, imersão na incoerência política estatal. Alguns mecanismos se cristalizavam e ficava bastante difícil produzir. A sensação era de não estar conseguindo coisas fundamentais para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Agora há uma coordenação para facilitar isso, embora, ainda seja a supervisão o que nos ajuda a encarar e construir as coisas que precisamos elaborar.

A forma como as crianças lidam com a sexualidade também se dá em um contexto diferente do nosso. Há meninas que cobram tipo um cruzado para permitir que um velho lhes beije a boca e cinco para que lhes beije a vagina. Não dá para chamar isso de prostituição.

Por ser um ambiente extremamente aberto e informal – e tem que ser informal – corremos o risco de cair no espontaneísmo. Se isso ocorre, perdemos totalmente a dimensão da atuação. Também aí o grupo, na medida em que sistematiza uma postura única, pode funcionar como continente, como referência para que se possa pensar o próprio trabalho. É importante que o grupo consiga ocupar esse lugar e que cada um também se permita a crítica.

Vejo que esse trabalho está bem dentro da área de social, mas está ainda mais na área de educação, pensando aí a educação como algo artesanal. Entretanto, acho que isso traz contradições muito fortes para o profissional, no sentido de

pensar o que é da educação e o que vai além disso. Essa questão aparece, por exemplo, em relação ao encaminhamento, que seria, em última instância, a solução para os problemas – encaminhar as crianças para uma casa, um emprego, uma escola, enfim, esse tipo de coisa. Só que, efetivamente, se essa criança não tiver desejo que sustente esse encaminhamento, ele será infrutífero. A criança irá, mas retornará.

Temos então que lidar e separar os nossos desejos, ansiedades e valores de classe média daqueles que são os da criança e que podem indicar um outro caminho, diferente do que escolheríamos. Nossa ansiedade nos leva a ver aquilo que achamos faltar para aquela criança. É difícil imaginarmos que as pessoas podem morar embaixo da ponte. Para mim isso é uma coisa de rato – acho que a melhor imagem mesmo é a do rato. No entanto, eles podem ter por opção não querer sair dali ou, em saindo, poder voltar.

Acho que aí tem uma grande questão: essas crianças estão fora, não couberam na escola, muitas vezes não couberam na família; nem sempre saíram por maus tratos. Às vezes escolheram a rua enquanto vida, enquanto referência. Não sei bem se é escolha, mas, enfim, ela vem para a rua e não é necessariamente por ter um mau vínculo com a família; talvez por opção.

Assim, acho que eles questionam muito o sentido da educação. Onde o caminho é uma escolha do educando, não cabe a você traçar esse caminho nem dar a sua forma. E isso principalmente no ambiente de rua, onde temos que ir pegando o movimento da criança com a qual estamos em contato naquele momento. É difícil sistematizar um trabalho.

Muitas vezes achamos que uma criança, com a qual temos um contato maior, está preparada para assumir alguns limites, mas não. É difícil para ela entrar nesse outro circuito, o social, onde há horários, chefes, limites etc; é difícil se adaptar a isso. Já aconteceu um caso em que conseguimos

três encaminhamentos e houve um retrocesso total. Percebemos que não era o momento, que as crianças tinham ainda muita coisa para viver na rua. O que significa a rua para ele, que a escolhe mesmo tendo outra alternativa? Mesmo para a Secretaria essas questões não estão ainda elaboradas.

Para mim fica aquilo que costumamos dizer: "O que não se elabora se repete." Vemos algumas coisas se repetirem muito porque não estão elaboradas; e a elaboração demora. Não é feita com um treinamento nem dizendo "tem que fazer".

A meu ver, a supervisão seria um dos principais suportes na construção desse grupo de profissionais, nesse ambiente de trabalho que questiona muito as práticas efetivas.

Uma coisa que acho interessante é que a maior parte dos profissionais, pelo menos os educadores de rua, são recém-formados; e é um mercado de trabalho novo. Então, esse recém-formado corre o risco de perder a identidade que nem havia começado a construir. Ele sequer havia oferecido seus serviços enquanto psicólogo, ou fora chamado enquanto tal, e é educador de rua.

Mário: Estudei na Metodista. Trabalhei na Comunidade Terapêutica Infância durante dois anos, depois em empresa – em Seleção – e então fui para a Secretaria para ser educador de rua. Trabalhei na rua um tempo e, atualmente, estou no Clube da Turma Comgás, na Moóca. Esse Clube atende os meninos de rua do centro da cidade.

A Isilda trouxe muitas coisas que vivemos na rua e que hoje, no Clube, caracterizam-se também no atendimento em meio aberto; só que dentro de um contexto, de um espaço.

Atendemos garotos de oito a 18 anos e lá a criança é quem nos procura. Ela chega e nós tentamos criar uma organização para que essa criança possa aproveitar as atividades; não forçando, mas mostrando que se ela chega mais tarde perde a atividade. Ela pode sair a qualquer hora. Voltar é mais delicado porque os motivos podem ser muitos.

Começando pela entrada. Quando vim da rua para trabalhar no Clube, esse equipamento estava com grandes dificuldades de estabelecer uma relação real com a criançada, considerando real uma relação estabelecida pela moral, legitimizada.

O Clube hoje é garantido pela moral, pela legitimidade do educador – não há outra forma de ser feito. Temos que incluir a garotada para que haja participação. Agora estou na direção e isso foi um processo muito engraçado dentro da Secretaria.

O Clube da Turma Comgás traz, hoje, um reflexo muito grande de toda a problemática que o menor passa e que a sociedade como um todo vive em relação à questão da menoridade.

Ele está aberto a qualquer tipo de criança, inclusive o deficiente mental. Também enfrentamos dificuldades de encaminhamentos para trabalhos que dessem continuidade ao que desenvolvemos.

Não determinamos um tipo específico de clientela porque entendemos que a instituição não pode ser fechada, deve ser totalmente aberta porque a dinâmica dos garotos traz essa necessidade de refletir os acontecimentos nos momentos em que se dão. Com isso, vou entrar um pouco na estratégia de trabalho que utilizamos no início.

Antigamente, o Clube tinha por postura não deixar entrar ou suspender o menor que viesse com cola. Nós invertemos um pouco esse processo. Apareceu com cola? Entra e cuidamos dele lá dentro. Entendíamos que o menino, quando aparece com cola na portaria de um lugar onde sabe que há pessoas, está pedindo que essas pessoas estejam do lado dele. Ele está, ao mesmo tempo, trazendo e perguntando o que fazer com isso.

No primeiro momento ele aparecia extremamente tonto, torto, sem conseguir falar; colocávamos ele para dentro e

dávamos um banho. Daí conversávamos com ele e procurávamos ajudá-lo tentando incluí-lo nas atividades.

A população que recebemos é totalmente flutuante. Para fixá-la ao Clube e, a partir daí, estabelecermos uma relação razoável, pensamos em desenvolver temas com a garotada. A proposta era que desenvolvêssemos esses temas em períodos curtos, com um mês de duração.

Havia lá uma divisão formalizada pelo Clube separando os meninos maiores de 14 anos dos menores. Isso era muito massificante e pouco discriminador. O processo que usamos foi aproveitar as lideranças dos próprios grupos, as lideranças de rua, e trabalhá-las no sentido de trazê-las para perto da nossa proposta: recodificar o jeito com que lidavam com os companheiros, fazê-los valorizar aquele espaço que era deles e no qual não podiam usar a mesma dinâmica, a mesma violência, o mesmo jeito com que enfrentavam algumas situações da rua.

A partir disso, criamos quatro grupos básicos, dividindo os menores em dois grupos e os maiores também, usando as lideranças como referência. Hoje já temos cinco temas desenvolvidos e a nossa questão é repensá-los, pois já não fazem mais sentido para nós. Serviram para que chamássemos a garotada a participar do Clube, a tomar conta daquele espaço.

Claro que isso exigiu muito trabalho. Precisei segurar meninos durante duas ou três horas, precisei sentar e conversar, retomar, estar ali junto e percebê-lo no pátio o dia todo. Procurava perceber seu movimento porque o menino traz para a instituição suas angústias, aquilo que tem vivido e joga isso para as pessoas que estão lá para que elas resolvam junto com ele, já que às vezes não consegue resolver sozinho. Através dos temas eles começaram a se articular melhor em grupo e a respeitar mais o espaço.

Na porta do Clube recolhemos facas, colas, drogas,

produto de roubo, tudo vindo da rua. Sinto que o Clube é um lugar que protege, mas também é um lugar que permite. Não que sejamos permissivos ou concordemos, mas não somos polícia, repressivos, não vamos ficar condenando o menino por seus atos.

A partir dos temas conseguimos articular todas as áreas de atuação. Os temas nunca foram uma coisa que impusemos às crianças, muito pelo contrário. Procuramos perceber o movimento delas na pátio, suas necessidades, suas vontades, que direção poderíamos dar àquela garotada naquele espaço.

Organizamos, por exemplo, grupos de pipas, grupos de dez crianças organizadas para fazer pipa. Mas não era só construir pipas, havia todo um trabalho de organização de grupo e de individualização do menino; não era uma coisa massificante. Hoje as crianças valorizam e respeitam muito mais o espaço.

Nós hoje sofremos as dinâmicas da rua e as impotências todas que o Estado tem. Existe a necessidade de forçá-lo a melhorar a educação. No Clube tentamos desenvolver essa área até na linha da alfabetização, porque a escola formal não dá conta. Também não dá conta na área de saúde mental e saúde geral.

A polícia atua de forma muito delicada porque não auxilia. Ela cumpre um papel até certo ponto. Mas hoje, no Estado, a polícia não realiza um trabalho preventivo.

Nosso trabalho com a garotada é principalmente político, no sentido de colocar essa realidade social que está aí, traduzir essa realidade, conversar sobre ela. Só a partir da realidade pode haver uma transformação ou essas crianças poderão fazer a opção que desejarem.

Nós também sofremos o reflexo disso tudo. Hoje há movimentos dentro do Clube cobrando uma proposta pedagógica. Proposta existe, mas não pode ser determinada

unicamente. As pessoas tentam fugir daquilo que as necessidades das crianças provocam nelas, tentam não refletir como estão naquele grupo e naquele contexto.

Quanto à supervisão, considero-a extremamente questionável porque a linha dentro da Secretaria ainda não está bem desenvolvida. O trabalho que temos a fazer não é administrativo, é pedagógico, é de respeito às pessoas, de entender suas necessidades; e essa compreensão ainda não está bem clara. Como trabalhar nos grupos para que as pessoas construam uma proposta de trabalho? Isso fica muito a critério do profissional, que está lá disponível, disposto, com intenção de se rever. Temos tentado trabalhar isso dentro do Clube, mas há uma interferência muito grande.

Nós saímos de uma ditadura e o que isso causou nas pessoas? O que ainda causa nas pessoas? É uma dificuldade muito grande.

Temos um espaço para trabalhar sem saber, muitas vezes, o que fazer. Ideologicamente somos tolhidos – isso é da minha geração. Tudo é, muitas vezes, mandado, determinado, fechado. Essa relação econômica que se estabeleceu no País, essa relação de poder entre as pessoas é o que continua mandando e sendo a referência. O profissional está aí para lidar, nesse espaço de trabalho, com tudo isso: refletir quem é ele, qual o seu contexto, o seu país, o jeito como este país se relaciona, que Secretaria de Estado é esta etc. Há também resíduos disso tudo na da própria Secretaria, o que acaba se refletindo em nosso trabalho.

Paro aqui e deixo as pessoas perguntarem.

Antonio: Quais são os cinco temas?

Mário: Nós desenvolvemos primeiro a gincana, depois a festa junina, as pipas, o circo folclórico e a primeira olimpíada do Clube da Turma. Um dos lemas de trabalho

que temos é “A Educação pelo Trabalho, a Educação pelo Lazer e a Educação pelo Esporte”. Nosso trabalho é, fundamentalmente, a formação; não a educação formal, mas formação.

Antonio: São dois relatos muito diferentes enquanto estilo comunicativo. Vou pegar uma série, cinco ou seis itens para desenvolver, tentando me ancorar naquilo que é a intenção do Conselho aqui: disparar questões. Bom, a primeira que levantaria, e já acionando uma luz vermelha, é com relação à função: “Qual a função do psicólogo nesse tipo de instituição ou, em última instância, a função dessa instituição?”

Quem trabalha em instituições sabe que isto não serve para muita coisa – uma instituição nunca funciona em consonância com aquilo que ela diz cumprir. Por exemplo: acreditamos que a função de uma instituição ou estabelecimento correcional seja reeducar, mas verificamos que o próprio cárcere é uma produção de delinquentes.

Isso leva a um conjunto de noções, onde podemos pensar em termos de funções: “Qual a minha função como psicólogo, como diretor, como responsável etc?” Junto com isto, podemos também pensar em termos de espaço: “Que espaço devo ocupar?”

Eu daria um tratamento especial ao fato de que esse trabalho se desenvolve na rua. Teremos de voltar muito a essa questão. Aparentemente isto traz questões em termos de espaço, já que estamos preparados para o trabalho em consultório e vamos para a rua.

A psicanálise, por exemplo, começou na rua - Freud e seus pacientes andavam pela rua. Ela era então mais disruptiva, revolucionária, porque andava pela rua. Depois entrou para o consultório, instalou-se a Sociedade Psicanalítica, a função de controle (supervisão) etc, parâmetros que funcionam quase como a burocracia *kafkaniana*. Há uma

burocracia psicanalítica com suas variantes mais tradicionais ou progressistas, onde o social entra como culpa.

Bom, isso foi somente uma digressão. Pensar em termos de função e de espaço nos leva a pensar a instituição como o próprio estabelecimento onde ela se desenvolve – estabelecimento físico, estabelecimento de regras e normas de funcionamento. O trabalho que vocês realizam irrompe isso, questiona a própria instituição e também outras – as instituições totais criadas para tratar delinqüentes e desviantes, desde a FEBEM até os hospitais psiquiátricos.

Esse conjunto de noções - espaço e função – nos leva à questão da identidade: “Quem sou?” É uma pergunta muito ancorada na nossa prática e que de alguma maneira nos paralisa – na hora em que você define quem é você, deixa de sê-lo. É a velha polêmica da filosofia: pensar em termos de ser ou de devir; existem os pensadores do ser e os do devir. Aqui, para o nosso objetivo, acho importante pensar as funções, ou funcionalmente, onde vai se advindo nesse processo.

Pensar quem se é traz uma série de dificuldades porque a nossa famigerada ciência – todas aquelas com radical psi – nasce a partir do momento em que se cria no mundo a noção do indivíduo. As instituições psi aparecem no Renascimento, quando se mudou, em termos morais, a relação com o sujeito, digamos, pobre. Na Idade Média a pobreza era santificada. A partir da hora em que aquele sujeito pobre, desviante, que andava pela rua, foi transformado em um pecador, ele passou a ser punido. Para isso criou-se o famoso Hospital Geral, do qual originou-se o Hospital Psiquiátrico e todas as instituições totais.

Historicamente, está na raiz da criação desse tipo de instituições a mudança em termos da moral, ou seja, já não se vai castigar o sujeito para que ele se arrependa, mas serão criadas instituições para tentar recuperá-lo. Para isso existe toda essa máquina – tão bem descrita por Foucault –

que se chama panóptico. São estruturas arquitetônicas que seguem modelos do Exército, com cárceres pentagonais onde todos os sujeitos podem ser olhados e vigiados desde o centro da estrutura. Nelas se produz todo um sistema microscópico para anotar, descrever, registrar, identificar os sujeitos: grande, pequeno, mais inteligente, menos inteligente etc. É daí que se originam as classes de superdotados, de alunos especiais e por aí afora. Produz-se hierarquias, registros e indivíduos. A questão toda é como produzir corpos dóceis que se recuperem e almas virtuosas que se culpem.

Existe aqui algo de muito interessante. Sob o fundo de tudo isto aparece uma questão essencial: estes sujeitos são produzidos por uma formação social que cria, junto com a produção, mecanismos de anti-produção. O lixo social, os produtos podres, os sujeitos mal alimentados vão parar nessas instituições. Eles são o resultado dessa máquina de anti-produção que está na própria essência do capitalismo. Não é só produzir, mas também anti-produzir; e as instituições foram inventadas para poder, de alguma maneira, recuperar esses indivíduos que são produzidos historicamente. Um exemplo gritante no Brasil são os hospitais psiquiátricos, onde o sujeito é destruído pelo seu modo concreto de vida e depois é recapturado como louco. Nessa condição de louco, ele gera lucros para o dono do hospital – por vezes é mais lucrativo ter um paciente internado do que um operário explorado.

Então, para mim, a questão é: como recuperar o irrecuperável? Como recuperar aquilo que o próprio sistema produz? Aí entramos em um limiar bastante complexo; mas complexo para quem? Para aquele que está desenvolvendo o trabalho.

Três representações que a Isilda trouxe aqui me chamaram a atenção: a representação do xadrez, a do rato e

também o fato de você se chamar de educador, no masculino, e de psicóloga, no feminino. Você insistiu na questão da sexualidade e se definiu bissexualmente. O xadrez é o lugar onde ficamos quando cometemos um crime e o rato eu associo à própria imagem da peste.

O problema é que tomamos muito piedosamente a questão da peste. Nela existe a peste propriamente dita e o retro-vírus. A questão toda é como matar esse retro-vírus. Isso se pensarmos do ponto de vista do homem; para o retro-vírus trata-se de sobreviver. O que estou querendo apontar com essa história é a ruptura que há no encontro desses dois lugares.

Seguindo a linha, temos função, espaço e território; a nossa prática está territorializada. A questão da psicologia clínica, e em particular a psicanálise, é que a produção de um inconsciente individual, de um pensamento da interioridade, está atrelada a uma subjetividade produzida historicamente. Por exemplo: se você é um italiano e, chegando em casa, encontra sua mulher trepando com outro, você dá uma punhalada nela. Agora, se você fosse um indígena e encontrasse a mesma situação, você colocaria a mão na cabeça e diria: "Vai acontecer um desastre; se não chover vou perder a colheita." Então, a subjetivação tem algo além desses códigos e a instituição também não pode ser reduzida a eles.

Acho interessante isso que aparece no relato dos dois – "eles têm modos de vida, códigos nas relações de grupo para poder viver de alguma maneira". Creio que essa relação é inversa. O que está sendo produzido aí são intensidades que, no encontro e nos corpos, reforçam e produzem, por efeito, códigos. As relações são intensas, os códigos consequência; para nós uma consequência absolutamente disruptiva.

Esta nossa prática psi, territorializada, começa a ser

irrompida por esse movimento que vocês realizam de saída e retorno. Se vamos de casa para a escola com o motorista, daí para o analista, o dentista, o clube etc, tudo com o motorista, nunca mais conseguiremos nos libertar dele; teremos medo de andar de ônibus, pois os outros vão ver esse babaca medroso como uma "fonte de renda". É esse o problema de desterritorializar: quebram-se as relações contratuais.

Se você quer ler "as instituições" que existem em uma relação terapêutica, veja que noções de saúde e de doença estão contidas na interpretação que você faz, veja quanto custam as sessões etc. Com essa leitura quebra-se o contrato tradicional. Não sei se o que vocês fazem é contrato, mas é necessária uma pauta de trabalho. Nada funciona nos grupos sem uma pauta. Que pauta de funcionamento vocês têm? Não estou falando de contrato rígido; contrato é da ordem do masoquismo. Masoch, quando transava com uma mulher, fazia tudo por contrato, nunca transou sem fazer um contrato publicado em vários lugares.

Esta instituição da psicoterapia, da psicologia e da própria psicologia social se vê questionada – agora não pensando mais em termos de estabelecimentos – pela multiplicidade institucional que existe aí, pela instituição grupo, por exemplo. Está sendo questionada pelo fato de se sair, de ir para as ruas, uma ruptura no espaço. Nos dois casos que vocês apresentaram, estabelecemos uma distinção porque no Clube o sujeito procura e na Praça vocês é quem o procuram. Estabelecemos uma diferença como se em um houvesse demanda e em outro não, mas em ambos a questão é outra porque, para existir demanda, é preciso que haja primeiramente oferta. Se o sujeito te procura no consultório é porque você antes vendeu o peixe, ofereceu esse serviço. Nos dois casos há oferta. Não há como trabalhar socialmente senão com essa questão da

oferta e da demanda e com a distinção sobre o cargo que se recebe. Você foi contratada como psicóloga e seu encargo é humanizar as pessoas. O que está presente nisso é um ideal de humanizar o quê? Que tipo de homem vamos humanizar? Vamos trazê-lo e recuperá-lo? É muito difícil, primeiro porque o sujeito já tem oito, 12 anos, já tem uma vida feita.

A mim me impressiona muito não poder dar opinião alguma sobre o fato de uma criança manejar um 38 com a maior perfeição. Mas como posso julgar um sujeito que viveu na rua até os 12 anos, largado, reprimido, dormindo debaixo da chuva etc? Vou julgar o fato de que ele possa pegar o 38, roubar meu dinheiro e ter boa pontaria? Esses atos me parecem uma intensificação que, na sua mais delicada sutileza, podem estar indicando um outro tipo de sociedade a qual não sabemos ainda o que pode vir a ser.

Que tipo de intensificação é esta que questiona até pensadores como Paulo Freire?

Bem próximo daqui, uma companheira de consultório, que trabalhou muitos anos em uma instituição total, foi assaltada por um jovem marginal. Ela chegou com aquele jeito já manjado, convenceu-o e ele foi embora. Quando já estava na rua o menino voltou novamente e atirou na perna dela. Ele já estava convencido, mas voltou, atirou na perna dela e deu vários outros tiros que não pegaram. Que tipo de intensidade está passando aí? Como podemos julgar isso moralmente? A criança cuidada, educada, programada serve de modelo? É muito difícil! Mas podemos colocar as questões por outra via. Nós sempre pensamos em termos do espaço, o problema é como pensar em termos do tempo. E vocês trabalham em movimento – isso me parece fantástico! O problema não é aquilo que se é, mas aquilo que se produz. Vocês também se questionam: “O que estamos produzindo?” Poderíamos acrescentar: “O que vai acontecer

com os psicólogos que trabalham nisso? Que tipo de transformação vai acontecer com essa prática que ultrapassa os limites do consultório? Quem sou que advirei nesta história? Que transformações corporais e incorporais acontecem nessa prática?"

Podemos começar a entender isto partindo daquilo que o Mário disse: "Foi-me dado um espaço para trabalhar". Lógico, o espaço foi dado, mas eles te cobram administração, registros, estabelecem coisas etc, porque a questão toda do Estado é moralizar, recuperar, homogeneizar. Dão o espaço para você fazer isso. Aí está um problema muito sério. Segundo Pichón⁽¹⁾, o grupo operativo não é aquele que tem um projeto único, mas promove a heterogeneidade dos seus membros; quando esse grupo começa a se uniformizar em termos de conhecimento, de ideação, corre o risco de morrer, começam a aparecer as hierarquias, regulamentações internas etc. O risco que se corre é o de adoecer junto com as pessoas, transformar-se também em instituições burocráticas.

Então, para terminar, se estamos pensando em termos de "poder-fazer", de "poder-potência", eu pensaria – muito tomado pela questão da intervenção na Casa Anchieta⁽²⁾ – em termos de uma intervenção institucional. Vocês estão intervindo em uma instituição múltipla – mesmo na rua as instituições existem –, onde esses sujeitos, embora tenham uma potência de afirmação da sua própria condição e uma vontade de poder, metem um tiro na tua cabeça e te questionam enquanto homem, classe social etc. Eles

(1) Refere-se a Henrique Pichón - Rivière, fundador da técnica de grupos operativos.

(2) Hospital psiquiátrico sob intervenção da Prefeitura Municipal de Santos desde maio de 1989. Está passando por um processo de desinstitucionalização e substituição por um novo sistema de atendimento na área de saúde mental.

também têm vontades absolutamente suicidas, porque, em última instância, acabam morrendo jovens. Então, como é que se pode intervir nisso? Que tipo de relações, de pautas pode-se ter no trabalho? Porque, se não houver nenhum acordo, um pacto que se estabeleça – nem que seja a tarefa –, não se consegue operar nada, nunca funciona.

São problemas que se desenvolvem na sua mais absoluta delicadeza. Aliás, chamou a minha atenção o fato de que o Mário chamasse a polícia de delicada. Ele não incluiu “A questão da” e ficou “A polícia é muito delicada”.

Se pensamos esse trabalho como intervenção, que efeitos ele pode produzir de verdade? O que seria intervir? Que efeitos pode produzir o fato de que a polícia, por exemplo, tenha que lidar de outra maneira com esses menores?

É um efeito de multiplicação que acontece por contágio; é como rato que transmite peste. Como contagiar com a sua vontade de transformar? Como contagiar alguém com a vontade de inventar um novo jeito de lidar com isso? Como fazer com que isto resista, de alguma maneira, no campo da cultura? Como é que a sociedade, os vizinhos, os policiais, podem começar a lidar com isso? Isso pode produzir efeitos, mesmo que não sejam diretos e imediatos. Que efeitos produtivos, que novas instituições podem começar a aparecer? Nosso problema é que estamos muito carregados de instituições, mas só modificamos uma instituição se inventamos outra.

Por enquanto, no trabalho de vocês, eu vejo algo fundamentalmente distinto do instituído: vocês estão trabalhando de portas abertas, as pessoas estão em liberdade – é uma característica do método. Isto está incluído no método que vocês estão desenvolvendo. Quando se trabalha com essa população, as portas abertas são uma distinção total: é dentro do xadrez ou fora dele. E, quando se trabalha fora, o xadrez pode virar jogo mesmo,

um jogo muito bonito, que implica todo esse movimento, essa criação constante.

No Clube vocês elegeram cinco temas e pensam que não servem mais. Por quê? Esse é o drama do educador: ele vira um animador, aquele que tem que fazer por eles. Por um lado, os meninos pedem que você faça por eles; por outro, a instituição pede ação, pede que você atue. Não faça nenhuma delas: não desconheça o pedido, mas não o realize. Faça outra coisa.

O Ailton Krenak* me falou uma coisa incrível: os psicólogos conseguiram destruir uma cultura indígena, superando o exército e a polícia. Então, cuidado! A nossa ação pode ser terrível. Estamos colocados em um limiar bastante complexo. Nosso trabalho pode ajudar a gerar novas maneiras de se viver. O sujeito, mesmo que seja debaixo da ponte, pode encontrar nessa relação um novo modo de viver, que não seja tão suicida. Talvez assim ele possa colocar sua potência de uma maneira menos *kamikase*.

Foi colocada aqui uma outra coisa muito interessante: a carência de carências. Produzir carência é a própria condição institucional. Ao sujeito falta comida, falta não sei o que mais; e você lhe ensina que falta também harmonia sexual. Cria-se uma nova falta e aí o cara te consulta. A carência é a própria essência do sistema capitalista. Você está sempre produzindo porque falta alguma coisa, mesmo que se tenha o que comer, mesmo que se seja milionário.

Todo o processo que se vive nesse trabalho precisa ser pensado, processado – com ou sem alguém de fora –, pois quem trabalha é afetado pelas implicações institucionais. Quais são as relações conscientes e inconscientes que vamos estabelecendo? Como vamos nos implicando, sendo tomados, tendo o nosso desejo tomado? Imagino que vocês

* *Presidente da União das Nações Indígenas*

devem sonhar com esses meninos. Que tipo de atuações pode-se produzir sem culpabilizar a própria ação? A psicanálise nos ensinou a culpabilizar, justamente o modelo do não-movimento, diferentemente do psicodrama, que parte do movimento. É preciso repensar essa história e transmiti-la, porque dessa forma obtemos uma distância e não ficamos imobilizados. Podemos ter um projeto e ir trabalhando.

Sair para as ruas sem ter um modelo pronto leva a uma crítica constante da própria ação e daquilo que já existe — FEBEM etc. É uma crítica permanente e ela se espalha por aí. Se vamos ser críticos, precisamos ser rigorosos, explicando passo a passo tudo que acontece.

Sérgio Mello

Vara de Menores (SP)*
Realizado em 12/12/1989

Expositoras:
Mônica Carteiro
e Marta Cristina Meirelles Ortiz
Debatedor:
Sérgio Maida

Mônica: Esta pretende ser uma reflexão sobre o papel do psicólogo na Vara de Menores a partir da minha experiência profissional, adquirida em oito anos de trabalho na Instituição.

A seguir, procuro dar uma idéia do funcionamento da Vara Central de Menores e a inserção do Serviço de Psicologia, criado há aproximadamente 11 anos.

Ao chegar à Vara Central, os clientes denominados no contexto jurídico de partes são encaminhados ao Serviço Social, que verifica se o pedido se enquadra na pertinência da Vara. Em caso negativo, são encaminhados aos recursos competentes. Em caso positivo, sua pretensão é registrada e o processo iniciado com um relatório elaborado por assistentes sociais. Tais processos serão acompanhados até que o juiz considere ter dados suficientes para a decisão final.

* Neste debate, em função de problemas de gravação, as falas dos expositores foram reconstituídas pelos mesmos já em 1992, mas a partir das anotações que embasaram suas exposições em 1989 a fim de preservar as questões suscitadas naquele período. Por isso, ofereceu-se também a possibilidade dos expositores formularem comentários em relação às questões de 1989, uma vez que reescreviam o texto dois anos depois.

A Vara Central conta com um Serviço de Psicologia dividido em dois setores: Atendimento Básico – do qual faço parte -, que atende casos de desajustes familiares (alcoolismo dos genitores, inadequação dos responsáveis, distúrbios de relacionamento), desajustes de comportamento (desobediência, agressividade, fugas, uso de drogas), internação e desinternação de crianças e jovens em instituições, guarda, destituição do pátrio poder (tutela), suprimento de idade e consentimento paterno para casamento, maus tratos, disputa de criança ou jovem; e Adoção, que atende pessoas interessadas nessa medida, incluindo estudos sobre colocação de crianças e jovens internados em lares substitutos, seleção de casais e aproximação entre casais e crianças e jovens.

O psicólogo atende as partes e deve elaborar um relatório sucinto sobre a situação observada no momento da entrevista, com avaliação preliminar e indicação de procedimento. Pode-se fazer acompanhamento dos casos e encaminhamentos a recursos da comunidade para psicodiagnóstico e psicoterapia.

Os relatórios social e psicológico, bem como o parecer da Douta Curadoria (Ministério Público) subsidiarão a decisão judicial que será executada pelo Cartório.

Pontos para Reflexão

Na sua grande maioria, as pessoas que procuram a Vara de Menores o fazem em situações críticas e quando sentem já esgotados seus próprios recursos para revertê-las. Chegam desgastadas emocionalmente, buscando a figura do juiz, soberana e poderosa que, com toda a sua sabedoria, resolverá os problemas. Esperam que lhes seja dito o que fazer ou ainda que façam por elas, sem que precisem despendar maiores esforços.

A intervenção do psicólogo é vista com estranheza – “Para que psicólogo? Eu não sou louco” – e as tentativas de sensibilizar as partes, torná-las inteiras para poderem

participar da decisão de importantes questões de suas vidas muitas vezes são inúteis.

A Instituição espera do psicólogo uma intervenção imediata que permita atender, com brevidade, à grande demanda. Considerando a quantidade e a complexidade dos casos atendidos, o psicólogo, sendo tão rápido, corre o risco de se tornar superficial e imediatista, dificultando a compreensão de aspectos psicológicos relevantes para a decisão do caso. Por outro lado, o modelo clínico com entrevistas constantes e prolongadas também vem se mostrando ineficaz.

O psicólogo também é visto como o profissional que resolverá os casos mais difíceis – “Deu problema, manda para a Psicologia” – através de uma intuição poderosa atribuída à profissão ou mesmo os testes, entendidos como instrumentos para decifrar os mistérios da mente humana.

Deve-se ainda levar em conta que para o juiz interessa a realidade objetiva e fatural – “É verdade ou não?” – enquanto o psicólogo busca os aspectos dinâmicos subjacentes.

Outra questão é quanto ao sigilo solicitado pelas partes ao relatar seus problemas. Como preservá-lo se quem nos contrata é o juiz que necessita dos dados para a decisão do caso? Há que se considerar que os relatórios sociais e psicológicos passam a fazer parte dos autos como documentos e são acessíveis não só a juízes e curadores, mas também ao pessoal administrativo e advogados.

A interação entre psicólogos e assistentes sociais também apresenta dificuldades. Por vezes ocorre uma junção tão grande desses profissionais que pode levar à perda da especificidade de cada ciência na análise do caso. Pode ocorrer também um distanciamento exagerado, resultando em uma competição técnica. Isso acontece porque ambos os profissionais ainda precisam definir sua inserção na Vara de Menores, de modo que possam contribuir mais efetivamente para a compreensão global do caso.

Diante desse contexto um tanto desalentador, pode-se perguntar, enfim, para que serve o psicólogo na Vara de Menores. A meu ver, as situações extremamente graves trazidas por crianças, jovens e seus responsáveis, ilustram uma crise política, econômica e social que repercute em intensidade crescente na psique das pessoas. A leitura puramente jurídica desses problemas poderia levar a decisões injustas, com prejuízos para a vida desses cidadãos. Acredito que a presença do psicólogo, mesmo com todas as dificuldades enumeradas, é uma conquista na medida em que pode ampliar a compreensão dos casos e possibilitar decisões mais justas.

O papel do psicólogo na Vara de Menores ainda está sendo definido, fazendo-se necessário um constante pensar sobre essa atuação, a fim de que esse profissional possa fazer frente às mazelas institucionais e contribuir para o benefício das pessoas atendidas. Porém, na rotina de trabalho é extremamente difícil abrir o espaço para reflexão. O espaço das reuniões técnicas é constantemente invadido por questões burocráticas que se sucedem com incrível rapidez. Assim, os técnicos têm maiores dificuldades para refletir sobre o trabalho e definir com maior clareza o seu papel. Esta indefinição torna-os mais vulneráveis às exigências do meio, criando um círculo vicioso difícil de ser rompido.

Esse panorama não muito promissor foi alterado há cerca de dois anos, quando técnicos, psicólogos e assistentes sociais iniciaram, através de uma comissão de representantes, um processo de maior união para enfrentamento dos problemas da categoria.

Houve maior integração entre os técnicos, já que os problemas são comuns a ambos os profissionais. Ocorreu também maior contato entre as diversas Varas Regionais que, apesar de terem realidades muito diferentes, vivenciam dificuldades comuns.

Foram obtidas algumas conquistas, como o convênio

entre Tribunal de Justiça e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que possibilitou o acesso a supervisões e cursos de reciclagem, até então inviáveis pela falta de condições da maioria dos técnicos de custeá-los, devido ao parco salário. Foram realizados dois encontros de técnicos das Varas de Menores, incluindo pessoal do interior.

Porém, mesmo com essas realizações, que foram grandes considerando as dificuldades, a comissão acabou se extinguindo por ser perceber que somente a minoria dos técnicos participava – às vezes mesmo sem contar com o respaldo dos colegas –, perdendo seu caráter representativo. Apesar disso, enfatizo a necessidade do pensar constante dos profissionais e uma maior união entre esses em relação ao muito que ainda há que por fazer.

Marta: O Serviço de Psicologia na Vara de Menores existe desde 1980, tendo sido criado pelo dr. Chaves Camargo, na época Juiz de Menores de São Paulo.

Baseado no Código de Menores* – Lei Federal 6.697 de 10 de outubro 1979 – o dr. Chaves pretendeu modernizar a forma de atendimento da Vara de Menores, tomando como modelo o procedimento de países da Europa e Estados Unidos. Criou, então, a chamada “audiência interprofissional”, que contaria com a participação não apenas do juiz e do curador de menores, mas também do assistente social e do psicólogo.

O Código de Menores de 1979 definiu ainda quais seriam os menores atendidos pela Vara. Baseado na caracterização dada pelo Instituto Interamericano del Niño, em 1973, o

* O Código de Menores, Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979, foi revogado e substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em julho de 1990. Tinha como principal referencial aquilo que era denominado “situação irregular”. A situação irregular, na definição do Código, podia ocorrer por abandono, carência, vitimização, perigo moral, privação eventual de representação ou assistência legal, desvio de conduta e autoria de infração penal (CM., art 2º).

Código qualifica como “menores em situação irregular” em primeiro lugar aqueles que são “privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que, eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-los”.

Em segundo lugar, “os menores vítimas de maus tratos” e “em perigo moral”, estes últimos por motivo de “encontrarem-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes” ou por “exploração em atividades contrárias aos bons costumes”.

Em terceiro lugar, o Código visa ainda “o menor privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsáveis”.

Por último, o menor em situação irregular também pode ser o que tem “desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária” e também o “menor autor de infração penal”.

Tudo o que foi dito acima, podemos resumir, basicamente, em três itens: o menor carente ou abandonado, o menor vítima e o menor delinqüente ou em vias de delinqüir. Na prática, muitas vezes é difícil, ou mesmo impossível, distinguir um caso de outro, já que um menor pode ser, ao mesmo tempo, abandonado, vítima e ainda apresentar conduta pré-delinqüencial.

Em outros termos, podemos definir a clientela que nós, enquanto psicólogos, atendemos na Vara de Menores como sendo, em sua maioria, crianças e adolescentes de meios sócio-econômicos menos favorecidos, que trazem, juntamente com os problemas inerentes a tal situação, uma problemática psicológica. Dentre os diversos fatores que se entrecruzam nesse caso, em linhas gerais podemos mencionar:

– Fatores hereditários e congênitos, como déficits físicos e mentais os mais variados, as síndromes neurológicas etc.

– Fatores sociais, como a falta de uma estrutura familiar mais adequada para propiciar à criança um ambiente seguro e estimulador ao seu desenvolvimento; a falta de estrutura dentro da própria comunidade para garantir ao menor um amparo e recursos básicos à sua socialização; a internação como resultante de ambas as condições acima descritas, acarretando, ela mesma, uma problemática psicossocial específica; outros.

– Fatores mistos: refiro-me aqui a fatores biológicos que têm origem na condição social dos indivíduos. Como exemplo, podemos citar a subnutrição desde o ventre; os partos traumáticos – muito comuns nesta faixa da população em virtude das péssimas condições dos serviços de maternidade – e infecções hospitalares; as tentativas de aborto durante a gravidez através de meios que vão desde as quedas e hemorragias provocadas até a ingestão de medicação nociva ao desenvolvimento do feto;

– Fatores psíquicos, em geral resultantes de todas as variáveis acima mencionadas e que podem ser classificados em diversos graus e tipos de neuroses e psicoses.

Também aqui é importante lembrar que na prática, todos estes fatores se encontram entretecidos, de maneira a formar uma textura específica para cada caso singular. Observe-se também que os casos que chegam à Vara de Menores são, amiúde, casos extremos, que exigem medidas drásticas e urgentes, assim como um grande dispêndio de energia por parte dos profissionais que neles atuam.

As medidas jurídicas pertinentes à Vara de Menores e nas quais se requer a participação do psicólogo são:

- Termo de guarda definitivo ou visando tutela ou adoção;
- Tutela nos casos em que os genitores são falecidos ou incapazes do ponto de vista judicial;
- Adoção plena e simples;
- Destituição do pátrio-poder;

- Destituição de tutela;
- Destituição de guarda;
- Suprimento de idade e/ou de consentimento para casamento de menor;
- Termo de advertência a pais ou responsáveis;
- Termo de compromisso para tratamento especializado do menor;
- Busca e apreensão de menores, quando a situação em que se encontram representa risco ou se enquadra no conceito de situação irregular;
- Internação;
- Desinternação.

As formas de atuação específicas do psicólogo na Vara de Menores são:

- Elaboração de pareceres psicológicos baseados em estudos de caso, em geral através de entrevistas individuais ou grupais e/ou com o uso de testes. Além de apresentar ao juiz e demais componentes da audiência interdisciplinar de forma sucinta as implicações psicológicas do caso, este parecer tem como objetivo sugerir as medidas jurídicas que, do nosso ponto de vista, são mais cabíveis em cada situação;
 - Intervenção em situações críticas relativas ao menor e outras parte envolvidas;
 - Orientação, nos casos em que não se torna necessária a abertura de processo ou a aplicação de medidas judiciais;
 - Acompanhamento psicológico – praxe nos casos de tutela e adoção –, em especial no período de “estágio de convivência” que antecede a Adoção;
 - Encaminhamento dos clientes a recursos comunitários na área de saúde mental;
 - Visitas domiciliares, em especial nos casos em que o estudo e/ou a intervenção exige uma atuação direta na família ou comunidade à qual pertence o menor.
- Além do que foi dito acima, é importante lembrar que o

juiz de menores também tem como atribuição fiscalizar as obras assistenciais públicas e particulares sob sua jurisdição. Nestes casos, em geral é solicitado o auxílio tanto do psicólogo como do assistente social no sentido de proceder aos estudos e realizar as orientações necessárias.

Normalmente os limites da prática do psicólogo da Vara de Menores são definidos como os limites da própria instituição.

Uma vez atingido o objetivo da Vara, ou seja, "a reintegração sócio-familiar do menor", cessando, portanto, a situação irregular, cessa também toda e qualquer atuação da instituição sobre o menor ou a família. Por outro lado, nossa atuação pode se tornar mais ou menos limitada de acordo com características específicas de cada Vara, do caso atendido e do profissional.

Devo traçar algumas considerações sobre estes limites.

Muito embora nossa atuação não possa ser considerada com clínica – a meu ver, enquadra-se numa área bem específica da psicologia, que é a psicologia forense – muitas vezes, em razão da escassez de recursos na área de saúde mental voltados para essa faixa da população ou pelo fato de se situarem em local distante e pouco acessível para os que dela necessitam, realizamos uma espécie de acompanhamento psicológico de certos casos, que chega a ser, de certo modo, terapêutico.

Evidentemente, esse tipo de atendimento não pode ser ortodoxamente clínico, a começar pela freqüência dos encontros, que é bem mais reduzida. No máximo se resume a um contato quinzenal ou mensal, dependendo da gravidade do caso. Além disso, os procedimentos utilizados se caracterizam melhor como "terapia de apoio", sendo, portanto, limitados aos casos que efetivamente podem se beneficiar deste tipo de atendimento. Dentre eles, podemos mencionar, em especial, os adolescentes e suas famílias, os casos de alcoolismo e as mães de "famílias sem pais".

Um outro aspecto da atuação dos psicólogos na Vara de Menores, e um dos mais relevantes a meu ver, é o que diz respeito à nossa função educativa. É de extrema relevância o fato de nós sermos agentes no sentido de esclarecer e instrumentalizar a população atendida para uma utilização ativa dos meios legais de que dispõe para fazer valer os seus direitos. Não se trata aqui de atuarmos como advogados, mas de oferecer condições para que os indivíduos se tornem sujeitos ativos do processo judicial ao invés de se submeterem a ele e se tornarem objetos passivos de aplicação da lei e da ação institucional. Aqui está o que considero uma dimensão política do nosso trabalho.

Os limites da atuação do psicólogo forense impõem uma estreita dependência com relação a outras práticas que se ocupam da problemática do menor.

No âmbito mais restrito de nossa ação, dependemos daqueles que, dentro da comunidade e de instituições com a FEBEM e outras obras assistenciais, têm contato cotidiano com a criança ou adolescente, assim como suas famílias. Infelizmente, nem sempre existe este intercâmbio, dado o isolamento que tem vigorado entre as instituições judiciárias, previdência social, educação, saúde e, ainda, entre estas e as organizações mais populares, como as sociedades de bairro, prefeituras de favelas, obras comunitárias particulares ou ligadas à igreja e sindicatos.

Tal isolamento tem se dado, até certo ponto, pela inserção diversificada destes organismos dentro da política ou das políticas mais amplas de atendimento à minoridade.

Por outro lado, volto a insistir sobre o problema da escassez de recursos em todos os níveis de atendimento ao menor: clínica escolar, assistência social etc. É bastante gritante, por exemplo, a falta de atendimento adequado ao menor drogado, motivo pelo qual a internação em clínicas psiquiátricas como Pinel e Juqueri acaba sendo o único recurso possível.

Devo ainda mencionar que algumas incompreensões relativas à prática da Vara de Menores e dos psicólogos forenses têm dado margem a uma série de problemas quando tentamos uma atuação mais integrada. Um exemplo disso é o risco que corremos, quando tentamos contatar uma escola de bairro para discutir o caso do menor "X", de provocar involuntariamente a sua estigmatização.

Numa situação diversa, o contato com psicólogos clínicos muitas vezes é considerado por estes como uma tentativa de invadir e contaminar a relação terapêutica, mesmo quando só queremos saber se certo menor está em terapia e o tipo de abordagem utilizada.

Não obstante, quando tivemos a oportunidade de atuar conjuntamente com Casas Abrigo*, Centros e Postos de Saúde, ou com psicólogos e assistentes sociais da FEBEM e outros recursos, o resultado foi extremamente positivo e proveitoso para todos, em particular para os menores envolvidos e suas famílias.

Assim, nossa atuação tem sido no sentido de articular a ação destas instituições com a prática judicial, sem detrimento das possibilidades de ação de cada área.

Podemos citar aqui, como exemplo, o caso de menores vítimas de maus-tratos. Nestes casos, além da avaliação psicológica das partes envolvidas com o intuito de sugerir as medidas judiciais mais adequadas ao caso, torna-se muitas vezes necessária a internação provisória dos menores em Casas Abrigo. Aqui, o intercâmbio entre o psicólogo da Vara e os monitores e técnicos das Casas Abrigo é de extrema relevância, tanto nos sentido de informar a Vara quanto à

* O programa surgiu do convênio firmado entre o Judiciário e a Secretaria de Estado do Menor para abrigar e proteger crianças e jovens vítimas de violência física ou que estejam perdidos, fugidos ou abandonados. A permanência é provisória, até que cada caso tenha um encaminhamento adequado.

evolução do menor durante o afastamento do grupo familiar, como no sentido de informar àqueles que se ocupam diretamente da criança acerca de sua situação jurídica e do prazo previsto para a desinternação.

Por outro lado, em geral esses casos demandam, mais cedo ou mais tarde, o atendimento clínico tanto aos menores como às famílias. Sendo assim, é importante que se estabeleça um contato adequado entre o psicólogo clínico e o psicólogo judiciário, de forma que as atuações de um não interfiram nas do outro, mas sim que se complementem no sentido de auxiliar menores e famílias na superação do problema.

Finalizando, gostaria de dizer que deixei de abordar muitos outros problemas específicos da psicologia forense em função de exigüidade de tempo e do objetivo maior deste encontro, que é discutir a questão da menoridade sob o ângulo da prática institucional judiciária.

Por outro lado, devo ressaltar que a superação do problema da menoridade no Brasil e em outros países do terceiro mundo demanda redobrados esforços, tanto por parte das instituições que se ocupam deste problema, como da luta de forças populares e políticas, no sentido de encaminhar uma transformação das condições sociais e econômicas que o geram.

É importante, portanto, que cada pessoa ou grupo que se ocupa do problema do menor esteja engajado num projeto político e humano mais amplo, que vise mudanças estruturais em toda a sociedade.

Sérgio: Embora apareça nos relatos da Mônica e da Marta, talvez não tenham sido suficientemente colocadas todas as dificuldades e conflitos implicados nas relações entre a instituição jurídica e a instituição psicologia. Então, nessas supervisões apareceria constantemente esse conflito, por exemplo a questão do pátrio poder, da destituição do

pátrio poder. O que se pode pensar – se é que se pode pensar alguma coisa - da psicanálise em relação a uma destituição de pátrio poder, em termos objetivos, concretos e jurídicos? Os esquemas teóricos e habituais com os quais pensamos este modelo familiar liberal, burguês – um modelo com o qual temos contato em consultórios e em outro tipo de instituições – serve e ajuda ou atrapalha a prática da Vara de Menores? Serve e ajuda na prática, por exemplo, de técnicos da Vara de Menores que se encontram com famílias totalmente atípicas? Por isso queria que se contassem casos.

Eu me lembro de casos que vocês contavam nas supervisões. Por exemplo, aquele de duas mulheres que queriam adotar uma criança porque as duas eram mães e queriam ser mães dela. Sem contar os casos de destituição do pátrio poder com o objetivo de entregar as crianças para adoção por estrangeiros. O que acontece aí com a criança e toda a problematização que isso implicava em relação a privilegiar o quê? Privilegiar o “bem estar da criança” em um país que tem serviços sociais e estrutura, que tem o amparo necessário a um crescimento biológico, sendo que aqui nem isso está garantido? Então, para problematizar, já que me convidaram para isso, estou jogando para a instância de perguntas idéias e questões que, penso, talvez possamos discutir. Acho que podemos começar por aí.

Marta: O Sérgio colocou uma questão muito importante, que é esse encontro, esse cruzamento de duas instituições: a instituição jurídica e a instituição psicologia. Um aspecto que já há algum tempo vem me preocupando, e que a Mônica colocou rapidamente, é justamente a questão ética. Depois de toda a formação que temos em cima daquela coisa de prezar o vínculo, um certo sigilo, de repente temos que responder também ao vínculo com a instituição. Muitas vezes isso nos traz sérios problemas de consciência: até que ponto eu conto o que ouvi agora e até que ponto eu guardo

para usar na minha prática enquanto psicóloga? No meu caso, muitas vezes ao invés de colocar tudo no relatório, eu acabava me restringindo ao parecer, pois sentia que determinados dados vistos pelo juiz ou curador poderiam gerar mil mal-entendidos que acabariam mais prejudicando do que ajudando a resolver o caso. Essa é uma questão muito importante e que temos discutido inclusive no Grupo de Estudos; e não é só uma questão nossa. Recentemente estive na Argentina, num "Encontro de Psicologia Forense", e essa questão também foi discutida lá. Toda vez que a psicologia se encontra com o Poder Judiciário surge essa questão, que ainda está por resolver.

Sérgio: A questão do sigilo?

Marta: Do sigilo, das implicações éticas da nossa atuação, porque muitas vezes somos obrigado a fazer coisas ali que contrariam completamente a nossa própria ética profissional.

Sérgio: Por exemplo? Aqui você não precisa fazer sigilos.

Marta: Eu estou me lembrando agora do caso de umas crianças que estavam internadas em uma obra. Era um menino de dez anos, um outro de cinco e uma menina de seis. Eles já estavam internados numa obra há uns três anos. Essas crianças tiveram um histórico de vida muito difícil: viram o pai sendo assassinado na porta de casa. A mãe colocou as três crianças na obra e não apareceu mais. As assistentes sociais me trouxeram o caso como sendo daqueles destinados à adoção. Acontece que quem adota criança mais velha? Elas tinham todos os empecilhos que uma criança pode apresentar quando se trata de uma adoção: mais velhas, de cor e irmãos – existe toda uma política de não separar irmãos. Em geral, quem adota crianças nessas condições são estrangeiros, quando adotam. Alguns estrangeiros se propõem a adotar, mas brasileiros muito raramente. A proposta das assistentes sociais era

estudar esse caso para ver a possibilidade de algum estrangeiro adotá-las.

Eu entrevistei essas crianças e percebi a falta de vínculos que existia em relação à mãe. A mais velha chorou o tempo todo – ela era a que mais se lembrava; para ela, casa estava sempre associada a coisas muito negativas. Os mais novos já falavam que queriam voltar para a mãe, embora a tivessem visto muito pouco nos últimos tempos. Depois eu tive a oportunidade de entrevistar os pais dessas crianças, ou melhor, a mãe e o companheiro dela. Além dessas três crianças que estavam internadas, ela tinha, se não me engano, outras três filhas do mesmo pai, que estavam com ela, e mais três do companheiro. E ela explicou detalhadamente os motivos que a impediam de visitar essas crianças: a falta de dinheiro, a obra era longe. Ela chorou muito, disse que não queria dar os filhos de jeito nenhum, que estava até pensando em aumentar a casa – ela mora em uma favela, num barraco – para abrigar essas crianças, de qualquer jeito.

Eu me esqueci de contar para vocês um episódio anterior. Depois de um ano de internação, a mãe foi buscar essas crianças para passar o Natal em casa e elas não quiseram ir. Quer dizer, como eu disse, para elas a casa ficou associada a coisas muito negativas. Então, trouxeram-me esse “abacaxi”. Se me perguntarem o que fazer, eu também não sei. Só estou contando para vocês verem o tipo de situação que precisamos resolver. Por um lado, vem todo o argumento dos assistentes sociais, segundo os quais essa mãe nunca veio visitar. O próprio pessoal da obra estava pressionando muito para essas crianças serem adotadas porque eles pegaram verdadeiro ódio da mãe. Consideravam-na uma “relapsa”, que nunca tinha ido visitar os filhos e tudo o mais. As assistentes sociais falando que a mãe mora num lugar horroroso, porque é uma favela, um lugar sujo, onde passa esgoto. Ao mesmo tempo, o

problema de entregar três crianças com um histórico desses para estrangeiros e eles as levarem não sei para onde. Então, realmente ficamos diante de questões muito difíceis de resolver. De um lado seria, dentro da minha concepção, entregar essas crianças à mãe e tentar fazer com que elas se integrem da melhor maneira possível junto à família, aos outros irmãos e tudo o mais. Procurar proporcionar a parte do serviço social, talvez encontrar creches para colocar essas crianças enquanto a mãe sai para trabalhar. Alguma coisa assim. É claro que em um palacete, com não sei quantos empregados, elas não vão viver, vão viver dentro daquelas condições, daquelas más condições em que vivem a mãe e os demais irmãos. Mas eu acho que, do ponto de vista psicológico, essa solução seria ainda mais adequada do que colocar as crianças para adoção junto a estrangeiros. Isso é uma visão minha. Mesmo assim dá margem para polêmicas. Talvez muitas pessoas achem melhor arrumar uma outra família.

Só fazendo um parêntese para percebermos como as coisas são montadas nas instituições que lidam com menores. Existem muito poucas obras que a gente poderia falar: "Bom, a gente vai mandar essas crianças para lá e elas vão ter uma educação, um cuidado; a mãe vai visitá-las nos fins de semana e elas poderão fazer um vínculo diferente com essa mãe." Mas o que temos? Temos a FEBEM, que coloca as crianças lá não sei aonde, a mãe morando em São Paulo. Quer dizer, é real esse fato de uma mãe que tem seis filhos ter dificuldade de visitar os três primeiros. Tem também a questão do trabalho da mãe. A gente não encontra creches adequadas que possam estar suprindo essa falta. Existe todo um descompasso. Então, acho que deve existir, por parte dos setores técnicos, uma tentativa de achar recursos para minorar a gravidade dessa situação para a mãe não ter que falar: "Olha, eu não queria, mas vou ter

que dar porque eles não têm onde dormir..." São situações muito extremas, mas percebemos que não há respaldo. É um pouco aquela questão sobre os recursos da comunidade. A integração com a Vara é precária e o próprio serviço oferecido deixa muito a desejar se formos pensar em alternativas para essas famílias. Nem mandá-las para a Suíça, uma coisa aparentemente fácil, mas que se complica quando pensamos a situação de contraste que essa criança vai ter que viver, o corte de um vínculo e o estabelecimento rápido de um novo vínculo. Também é complexa a adoção por estrangeiros. Por outro lado, a gente pensa: "Bom, se elas ficarem aqui o que temos a oferecer? É uma outra questão à nossa frente e é realmente muito difícil traçarmos uma estratégia mais definida. Uma criança que teve uma vivência talvez precisasse de um recurso alternativo, não uma família, um modelo "papai-mamãe-irmãozinhos".

Público: Eu estava pensando como é que, no começo, vocês trataram uma questão ética do setor de psicologia em contraste com o que seria a ética do jurídico. Agora vocês falam de uma coisa que talvez seja a definição da ética, de como é essa ética no trabalho de vocês, que também não está pronta.

Marta: Essa ética ainda não foi definida. Estamos vivendo, a duras penas, o nascimento de novo campo de atuação para a psicologia, de uma nova forma de atuar, que é a psicologia forense, uma coisa muito pouco estudada, pouco trabalhada, onde ainda há muito por fazer. Nesse sentido, uma das questões mais complexas no momento é a da ética.

Público: Aquilo que se coloca em um processo vira uma prova a mais e, eventualmente, você pode ser chamado a depor, como já aconteceu com alguns colegas. É uma situação *sui generis* do exercício profissional de cada um.

Sérgio: O Judiciário concretamente, no campo da Justiça de Menores e da Família, é um Judiciário virtual, que trabalha em cima de virtualidades, muito mais do que em

cima de delitos concretos. Então, o técnico acaba ocupando um lugar central, às vezes até mais importante que o próprio juiz na medida em que este não está capacitado para julgar virtualidades – periculosidade, diagnósticos, prognósticos – ou avaliar questões tipo: “essa criança com essa mãe que bate e esse pai que bebe, necessariamente vai ser um delinqüente ou um psicótico”. Então, o juiz manda para um técnico, que deve dar essa resposta e, se não der, o juiz manda novamente para o técnico. A questão ética é crucial. Primeiro: o que nos faz pensar que poderíamos fazer alguma coisa? Segundo: o que nos faz pensar que poderíamos fazer alguma coisa além de sermos um mero sustento teórico – fornecer ao juiz a fundamentação de um saber que ele não domina, mas de que ele precisa para ter as características do material com o qual está trabalhando, que não é o material tradicional dado – o delinqüente, o delito e a pena. Aqui não há delinqüentes, tirando os casos de menores infratores; mesmo estes não podem ser considerados delinqüentes adultos porque são menores de idade. Então, aqui não temos delinqüência/pena/castigo; temos possibilidades. Aqui tentamos medir possibilidades. Se o juiz gosta, assina embaixo e vale; se não gosta, deixa de lado ou, muitas vezes, nem passam pela Psicologia determinados casos que o juiz quer resolver sozinho.

O problema ético se coloca muito nesse aspecto: com efetuar algum trabalho que não seja simplesmente oferecer esses subsídios para o Poder Judiciário; oferecer também alguma outra coisa? E o que é essa outra coisa? A grande parte da questão gira em torno dessas perguntas. Existem respostas. Muitas vezes tenho achado algumas respostas. Uma delas passa por aquilo que se coloca aqui, essa possibilidade de encontros do pessoal que trabalha com menores, não só na Vara mas também nas outras instituições. Mas isso eu deixo para conversar um pouco

depois. Quer dizer, não ficar amarrado ao juiz e à Vara e sim abrir a discussão. Mas aí se encontra uma enorme dificuldade: juntar as pessoas.

Público: Como é uma coisa que absorve muito, a sensação que dá é que você precisa trabalhar 24 horas por dia, porque tem casos na gaveta, tem as pessoas com quem você assume um compromisso. Muitas vezes na Vara percebemos que as pessoas estabelecem um vínculo conosco. Parece que elas sentem que existe um espaço ali, com todas as dificuldades, parece que ali elas sentem que têm um lugar. Então, muitas vezes elas nos procuram pessoalmente, telefonam: "Olha, como é está a situação?" Existe esse compromisso e nós o assumimos. Daí é muito desgastante trabalhar nesse ritmo, em função da grande demanda e da complexidade. Assim questiono se não é pedir muito fazer com que essas pessoas vão a esses encontros. Elas querem espiaçar, sair um pouco dessa coisa. Embora eu acredite em soluções que passam por esse caminho – de Encontros, Supervisão e fortalecimento da classe – mas é que às vezes existem momentos em que nós não vamos. Temos projetos praticamente engatilhados, por exemplo de trabalho com comissários – aquelas pessoas que saem às ruas, credenciadas pelo juiz, para ficar fiscalizando –, que consideramos uma coisa séria, complicada.

Já apresentamos vários projetos para trabalhar com esse pessoal como um grupo de reflexão, para que eles pensem o que estão fazendo lá, o papel que têm, enfim, definir a motivação deles. Esses projetos são enterrados porque não há condições políticas para efetua-los. O trabalho como os grupos, por exemplo. Pensamos em montar grupos de adolescentes, grupos de pais, mas sempre esbarramos em argumentos como: "Bom, tem que fazer uma outra coisa que surgiu, a gente tem que atender e ..." Embora eu acredite que existam soluções, acho que elas são truncadas

por essas variáveis todas e aí fica difícil chamarmos as pessoas para esses encontros. Foi uma coisa meio inédita, em termos de Vara de Menores, o pessoal do interior vir para cá, trazendo questões, comunicando-se por correspondência. É muito interessante. E aí, na hora de tocar esse projeto ou pensar numa conquista salarial, a coisa não anda. Esbarra na instituição.

Público: Eu estou achando bem interessante ouvir essa discussão. Se falarmos em condições de moradia, nas favelas e barracos, é bom lembrar que grande parte da população brasileira mora nessas condições. Isso seria uma justificativa para culpabilizar a família ou talvez a própria relação que as famílias trazem quando procuram a Vara? A questão ética para essas famílias que nos são trazidas não chega nem perto da questão do que vai para um relatório. É um assunto muito mais nosso. Fica muito mais claro o seguinte: "Como vender o 'peixe'? Como chego no juizado e vou conseguir que ele resolva o meu problema?" As famílias vão tentando ver o que dá para contar. Elas já fazem uma limpeza: "O que é que vai resolver meu problema ou não, o que é que vou colocar?" Tem muito a coisa de levar bronca, principalmente do juiz. É como se tentassem se justificar. Como é que fica o psicólogo nisso, nessa instituição? Muitas vezes no lugar da bronca, de culpabilizar a família, o menor e, às vezes, ser identificado também como um intermediário.

Público: Uma outra coisa que me chamou a atenção com relação à demanda é, por exemplo, nos casos em que os pais trazem o menor porque não está indo na escola, vive com más companhias, andou roubando não-sei-o-que da vizinha.

Espera-se que o juiz dê uma bronca na criança para ela parar com o que vem fazendo, para se comportar. Eis uma coisa que precisa ser muito trabalhada com essa população. A sensação que eu tenho é que, quando isso acontece, eles mesmos já estão se estigmatizando, já estão se considerando

como “caso de polícia” – para eles polícia e juizado estão muito associados; é como se o juizado fosse a polícia das crianças. É uma circunstância grave quando isso acontece. Nós trabalhamos todo o tempo com essa população tentando saber exatamente o que eles estão querendo quando procuram o juizado.

Público: A gente acaba se prendendo, tentando retomar os filhos e tal. Enquanto isso, o processo vai seguindo e um dia, quando volta para nossas mãos, as crianças já foram adotadas e estão no exterior. Aí prosseguimos trabalhando com a mãe, como se o processo continuasse. Quer dizer, é uma coisa que não está nas nossas mãos. É um problema sério porque, de alguma forma, você representa o juiz perante a “parte” e essa pessoa deve imaginar que ele pensa como você; só que isso não acontece, pelo menos não assim.

Um outro problema grave são os casos de disputa de criança entre um casal, geralmente rico, que contrata um advogado e está com a criança; e uma mãe pobre, que entregou aquela criança num momento de crise ou de algum tipo desses problemas e vai contratar um advogado qualquer lá na rua Liberdade, se ela conseguir um dali a uns seis meses, quando já passou o prazo do “contraditório”. Nas entrevistas, o casal, lógico, vai estar instruído, orientado por psicólogos, psiquiatras e todas as coisas que vocês podem imaginar. O mesmo não acontecerá com a mãe que está disputando essa criança e o advogado do casal vai usar muita coisa. Isso em Vara de Menores, sem falar em Família – é um outro problema ético gravíssimo. Eu, pessoalmente, estou horrorizada, por isso mesmo estou saindo. Cheguei ao meu limite máximo de resistência ética.

Agora, uma outra situação é a orientação do juiz. Cada um tem sua própria metodologia na cabeça. Lá onde eu trabalho, por exemplo, o juiz acha que diante de uma situação “X” a saída é internar, porque aí a mãe se mobiliza

e desinterna a criança. Passam-se dez anos, a criança continua na instituição e nada foi resolvido. Na outra semana tive uma reunião muito interessante porque compareceu o pessoal do Serviço de Advocacia da Criança (SAC), da Casa Abrigo da Secretaria do Menor e um pessoal do Centro de Saúde, no dia em que saio da Assistência Social para fazer duas visitas. Em um caso – esse o discutido na reunião -- foi todo mundo internado. No outro, ninguém. Eu batalhei, briguei, fui lá e o juiz já tinha mandado internar todo mundo na FEBEM. Cheguei lá e entrei com um relatório. Aí é o que você falou, aquele desgaste: “Cadê tal processo, já foi?” Uma coisa extenuante – o juiz suspendeu a internação de um da família e internou todos os outros. Nessa reunião, chegamos à conclusão de que a mãe não tinha mudado nada nesses seis meses de internação, que a situação continuava a mesma e que, então, não havia mais o que fazer no caso. Aí você entra em disputa com o Serviço Social, que é muito objetivo e dá para o juiz aquilo de que ele precisa. A situação é muito clara: “A casa continua uma bagunça? Continua. Tá sujo? Tá. A renda melhorou? Melhorou.” Então, eles dão aquilo que o juiz quer saber efetivamente. No fim, o outro caso, como eu fui contra a internação, lógico que passou para o Serviço de Psicologia acompanhar.

Estamos conseguindo sucesso em algumas coisas através da Equipe Técnica do Posto de Saúde. A Assistente Social vai lá ver três dias por semana. A criança está sendo atendida pela pediatra, arranjou-se creche, as coisas estão indo mais ou menos; a mãe não parou de beber porque não vai parar mesmo. No outro caso da internação, continua todo mundo bebendo e as crianças sairão agora da Casa Abrigo e vão para uma unidade da FEBEM. É aquilo que nós perguntamos na reunião: Que risco correm as crianças ao serem desinternadas? Quais são nossos objetivos? A família vai parar de beber? É isso que esperamos? A família

vai, de repente, ficar rica, poder arrumar a casa?" Não faz parte do universo deles. Eles não vão se modificar a ponto de atingir um padrão que o juiz considera adequado para receber essas crianças. Na minha opinião, deveriam destituir imediatamente e colocar em um lar substituto. Para que ficar cinco, seis, sete anos esperando com as crianças internadas? Daí se conseguiu uma unidade da FEBEM lá na Raposo Tavares. Parece que eles conseguiram um acordo em que as crianças vão freqüentar a escola da comunidade e os pais poderão visitar porque é pertinho. Será uma coisa mais razoável em termos de internação.

Público: Caminhar dentro dessa realidade depende do juiz conhecer alguém. Não há uma política à qual você, com mais boa vontade, possa dizer não. Realmente se vamos propor que essa família se reestruture em algum nível – não precisamos chegar em algo idealizado – tem que haver um caminho que nos garanta isso. Enquanto técnicos, temos uma perspectiva de mudar realmente a discussão porque senão fia aquilo de resolver casos. Eu acho ótimo quando você consegue, pelo menos, encaminhar bem um caso, é um objetivo muito claro. Enquanto estrutura, acho que a coisa não caminha dentro das condições, da política social que estamos vivendo. Ainda não é possível definir claramente um projeto de trabalho. Mesmo porque é angustiante encaminharmos a pessoa e saber que, dali a pouco, o serviço entra em greve e não se sabe o que acontece.

Marta: E não é só a questão da greve, é a falta mesmo de recursos. Na área de saúde mental, por exemplo, para os alcoólatras, que solução têm fora a Associação dos Alcoólatras Anônimos (AAA)? Alguns se dão bem lá, param de beber e tudo, mas não são todos. Que outra solução você tem? É internar mesmo e muitas vezes em hospital psiquiátrico. Alguns deles chegam inclusive pedindo para

serem internados. Eles chegam, passam dois meses, saem e voltam a beber. Não adianta nada, não existe realmente uma política de saúde mental, de atendimento a esses casos mais ambulatoriais. Isso é uma coisa que nos preocupa muito porque, sem esses recursos da comunidade, o psicólogo da Vara realmente não é nada, não pode fazer nada ou muito pouco. É como foi dito: nós até propomos formar grupos de mães, de adolescentes, mas a demanda da Vara é outra. Nosso papel ali não é, por exemplo, formar grupos, mas estudar os processos, os casos, fazer pareceres. Então, se você tem uma pilha de relatórios para fazer, não vai se preocupar em formar grupos e tudo o mais. Como eu disse, sem os recursos da comunidade nosso trabalho na Vara não é nada. Agora, o que a gente vê é uma tremenda escassez de recursos na comunidade.

Outra coisa, por exemplo, é a questão da internação dos menores. Em muitos casos a internação provisória seria uma medida razoável, até desejável, saudável. Realmente seria, se houvesse obras que realmente proporcionassem à criança, enquanto ela está afastada da família, um ambiente adequado, uma educação e tudo mais; não é o que ocorre. Sabemos que a maioria das obras que existem são depósitos de crianças. Daí casos como o do Luis Carlos, que você comentava. Um menino surdo-mudo que estava numa escola para surdos-mudos e num internato, onde até hoje – ele agora tem 13 ou 14 anos – não aprendeu a ler. Então, é muito importante pensarmos em ter o trabalho do juizado em relação a esses recursos da comunidade. Não dá para pensar o trabalho da gente sem pensar nos outros recursos de que a comunidade deveria dispor e não dispõe.

Público: O trabalho de reflexão é a única saída, a única forma que vocês têm e que sabem, mas não estão conseguindo em função do envolvimento com a instituição. Quer dizer, é psicólogo, sabe que é psicólogo mas se

envolve de tal maneira que passa a ser juiz. Quer dizer, parece que a única saída que tem é parar e pensar na prática, o que não estão conseguindo em função do envolvimento com a demanda da instituição.

Marta: É. A proposta da Comissão e a do nosso grupo de estudos é justamente essa: discutir, estar parando, inclusive fora do horário e do ambiente de trabalho; procurar ler mais, até a própria teoria, e se instrumentalizar e se estruturar melhor para poder enfrentar a barra.

Público: Administrar o caos.

Marta: É, exatamente.

Público: Quando trabalhei na FEBEM, coube discutir com pessoas da Vara essa questão porque na FEBEM nós a enfrentamos de um jeito muito peculiar, talvez diferente do que vocês enfrentam porque lá o processo, o que se diz do menino, tem um lugar de poder, um significado diferente para cada funcionário dali. Então, para um setor que não poderia ter acesso ao processo, o dos “não-técnicos” – os inspetores, os professores –, ele vira um objeto de desejo, digamos, cobiçado. São comuns situações onde o funcionário chega a arrombar o arquivo para roubar o processo do menino que chegava e depois fazia fofoca com os outros que conheciam. O Serviço Social costumava usar o processo de uma forma que eu acho bastante peculiar e que outros psicólogos às vezes também usam: não mostrar. Era um mito do trabalho do técnico. Não se podia sequer ver a capa do processo. O menino vinha e o assistente social, às vezes, esperava ele falar alguma coisa para daí dizer: “Ah, no processo fala outra, está dito o contrário”. Novamente o processo era usado como um instrumento de contradição e de controle.

Às vezes, na busca dessa “escuta outra”, dessa “realidade outra”, os psicólogos “jogavam fora o processo” e ficavam escutando o menino. Tais situações se repetiam na equipe

e, por conta de viver esse conflito lá dentro, demorei muito tempo para descobrir que poderia pegar o processo, romper com esse sigilo – “Um sigilo? Para quem?” – e mostrar para os meninos. Comecei a fazer uma prática delituosa dentro da instituição, que era chamar o garoto e falar, além de ouvir primeiro a história dele – “Vamos ouvir o que falam de você, acompanhar passo a passo, reconstituir o que estão falando.” E acabava sendo uma prática super interessante porque eles iam conseguindo compor, entre um delito e outro, pedaços da própria história, o que nunca poderia ser feito se não tivessem acesso a essa questão.

Estou trazendo esses exemplos pois acho importante, se o pessoal da Vara ajudasse a organizar isso, acho que poderia ser um tema, poderíamos aprofundar essa questão do diagnóstico, da ética, dessa relação com o juiz e a questão da Secretaria do Menor, que você também trouxe: o lugar do educador de rua, entre a polícia e a criança e o que que fazia. Podemos descobrir maneiras – e custei a entender que podia fazer isso – de romper com o que estava instituído. Por que não? Por que o menino não pode saber do que está dito sobre ele? Como não? Então, às vezes a questão se restringia a fazer o parecer para evitar o não sigilo, fazer o juiz escutar aquilo que você poderia tomar como um mal-entendido. Fazemos isso com o próprio sujeito: não contamos para ele o que estamos dizendo, o que sabemos dele, ou o que soubemos através dele, que partilhamos.

Marta: Todo mundo sabe que o procedimento lá é ler de trás para frente, dos últimos relatórios até chegar ao primeiro. Muitas vezes já li o processo junto com as partes – todas as vezes que considerei importante a parte ter conhecimento de algum relatório sobre o que foi dito sobre ele ou da decisão do juiz, do parecer do curador. Uma menina me pediu que lesse seu processo. Ela tinha

passado por vários guardiões, tinha muitas queixas por problemas de comportamento e, no último guardião, pediu para que eu lesse o processo inteiro; e li. Isso seria uma espécie de enquadre. Quando você recebe o caso pela primeira vez, segunda, terceira vez, quantas vezes for necessário para fazer uma espécie de enquadre – colocar o porquê ela foi chamada para uma entrevista, o que o juiz pediu. Esses dados serão transformados em relatório e entregues ao juiz. Isso é importante por uma questão ética e deve ser colocado, mesmo que implique deixar a pessoa com o pé atrás.

Público: Eu pensava em algo como sendo a destituição de pátrio poder. Parece que o poder das pessoas na comunidade está absolutamente destituído. Eu pensava como seria uma tentativa de destituir esse poder de uma família que possa estar cuidando de seus filhos, que tenha condições dignas de viver; como isso foi se perdendo com o tempo. Pensava como essa realidade da Vara, da menoridade, é uma realidade também dos psicólogos de outras áreas. Nos Centros de Saúde, por exemplo, o saber médico faz com que a população não tenha mais saber para cuidar de seus filhos. Daí vai sempre procurar os Centros de Saúde, um médico. Mas o médico, como o juiz, dentro do seu saber, também não dão conta. Parece-me que o fundamental é ter condições de devolver o saber. Aí quem tem o saber e a possibilidade de cuidar é a própria comunidade. Os profissionais ficam nesse lugar de tentar dar soluções para situações e é a comunidade que as tem que ter.

Marta: Essa história do pátrio poder é complicada. O pátrio poder vem do latim, da Roma Antiga, de uma época em que o pai tinha o poder de vida e de morte sobre os filhos - podia até matar o filho se achasse que devia e isso não seria considerado crime. Esse mesmo poder o pai tinha

sobre as mulheres, os escravos e a criação. Só que isso foi mudando até chegarmos nos dias de hoje, quando o pátrio poder é uma coisa completamente abstrata, que você tira e põe na hora em que bem entende e é assumido pelas instituições, inclusive administrado pela instituição judiciária – “Se você for um bom pai, bonitinho, o pátrio poder é seu. Se você for um mau pai, maltratar o seu filho, não o sustentar, eu lhe tiro o pátrio poder.”

Realmente é uma questão complicada porque, principalmente para essa população, o pátrio poder é encarado de uma forma muito semelhante à dos romanos – “Eu posso bater porque é meu filho; bato porque eu quero” – e ninguém pode fazer nada contra isso. Vem o juiz e fala: “Você não pode bater porque senão eu tiro o seu pátrio poder”. Aí muitos pais respondem o seguinte: “Eu quero ver quem vai me impedir de bater no meu filho.” O juiz repete: “Mas você tem que parar de bater.” Fica aquela coisa.

Sérgio: Isso quando tem pai.

Marta: É, isso quando tem pai ou quando tem mãe e ela cobra esse pátrio poder.

Público: Eu estava pensando nessa coisa de inversão que ela colocava, da mãe que quer deixar o filho, entregá-lo. E aí, como é que ela faz para convencer? Desresponsabiliza-se?

Marta: Você quer saber como é o procedimento?

Público: Não, eu estava pensando no sentido disso.

Marta: É, eles falam “abrir mão do mátrio poder; a fulana abriu mão do mátrio poder”.

Público: Aí o Estado assume e não tem condições.

Marta: O Estado assume em termos. Ele passa para alguém. Nesses casos de destituição da mãe, a criança, via de regra, vai para adoção.

Público: Não tem quem crie.

Marta: Não, mas tem quem adota rapidinho. Em Santo

Amaro teve o caso de um pai que tinha trabalhado em circo e quando chegava em casa bêbado, colocava o menino na parede e atirava facas, como se fosse no circo. Também espancava as crianças e coisas assim. Esse pai foi destituído do pátrio poder e, até hoje, eu tenho dúvidas se ele realmente deveria ter sido destituído porque o filho, por incrível que pareça, era muito apegado ao pai. Chorou muito quando teve que se separar do pai.

Sérgio: Na minha opinião o problema é que se privilegia sempre o modelo familiar ou familiarista – destitui de uma família para entregar a outra, esperando que a mudança traga melhores condições. De fato, objetivamente têm melhores condições, além do desejo explícito de querer ficar com uma criança, enquanto os outros não têm tal desejo. Agora, tudo isso de desejo é muito relativo. Que desejo é esse de um suíço, louro querer adotar uma criança brasileira, pretinha? Que desejo é esse de uma família, em condições precaríssimas, de querer entregar um filho a uma instituição? Qual dos dois desejos é mais, ou menos, mortífero? Qual dos dois desejos é mais, ou menos, de vida? Dificilmente sabemos. Então, se existe família, já se tem a solução do problema, que sempre passa pela ressocialização, a refamiliarização. Isso provoca estragos nos próprios técnicos, nos próprios funcionários porque eles assumem, de alguma maneira, esse papel de família substituta ou de arrumar famílias. Principalmente no caso do menor que, segundo o código, está em situação irregular definitiva, que não tem uma família estruturada.

Público: Só uma curiosidade. Vocês fazem um relatório geral onde consta que a situação dos meninos é esta em função da falta de estrutura social. Mas tudo depende do juiz. Como é que faz? Fica, interna ou vai-se buscar outras saídas?

Mônica: Uma outra questão é que tudo fica muito na mão do juiz. Então, para evitar decisões na base do achar que é assim ou assado, o ideal seria você pensar junto com o Serviço Social as possíveis alternativas para aquela família e apresentá-las ao juiz: "Olha, a situação é X, socialmente, psicologicamente etc." A sugestão seria do técnico. Mesmo assim, corremos o risco de o juiz achar que aquela sugestão não tem nada a ver. Há juizes que se sensibilizam com isso. Outros acham que o técnico deve fazer a simples menção sobre se pode ficar, se destitui ou não, sem qualquer iniciativa de sensibilizar para outras alternativas – "Ela foi ao juizado pensando em dar? Tem que dar." Por isso, muitas vezes os casos não passam pela psicologia. Tem sempre o princípio de que tentaremos buscar para essa família alguma outra saída, mas infelizmente eu tenho que te responder que a coisa fica muito ao nível da sugestão.

Sérgio: Você falava que não existe política. Não existe aquela que gostaríamos que existisse, mas existe outra política, que dá a impressão de tender ao genocídio direto, em primeiro lugar – é só ver as estatísticas da morte de crianças, da mortalidade infantil e também da morte de crianças nas mãos da força pública, da polícia etc. Também faz parte dessa política a questão da adoção e da adoção por estrangeiros. Esse é um assunto que algum dia precisa ser pesquisado com profundidade porque há anos que a gente se conhece, trabalhamos juntos e não conseguimos saber exatamente o número de crianças brasileiras adotadas no estrangeiro. Deve existir, em algum lugar, dados, a forma com isso foi aprovado.

Público: Olha, isso não dá para saber.

Sérgio: É incrível que não seja possível saber, já que existe um computador central que registra tudo. Então, são clandestinos, ou são do interior, ou são de não sei onde, não figuram.

Público: As adoções oficiais constam, só que o Brasil é conhecido também nesse ramo. Eu peguei um artigo de uma revista francesa sobre a adoção em países do terceiro mundo e lá diz que o Brasil é um dos países onde há maior facilidade em termos legais. Mesmo assim a maior parte das adoções é clandestinas.

Sérgio: São registradas, mas não são centralizadas. Não há um lugar que centralize essas informações.

Marta: Tem aquelas estatísticas...

Sérgio: Onde?

Mônica: Na capa do processo.

Sérgio: Não, que organismo centralizador existe no País onde esteja a informação?

Público: Não sei.

Marta: Existem aqueles organismos internacionais.

Sérgio: Sim, mas existe um organismo nacional que se chama CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil). Não sai uma caneta do país sem que a CACEX saiba. Não é verdade? Então, vocês vão à CACEX e querem saber quantas canetas Bic foram exportadas pelo Brasil no ano 89 e vocês têm o número certo. Agora, onde está a CACEX da criança? Não existe. Então, aí tem o tráfico, que é legal, ilegal, subterrâneo, oficial. Mas tudo indica que a política tende a favorecer outra prática que é esse tipo de prática, sem caracterizá-la como boa ou ruim. Esta mesma política tende a favorecer outra prática que é o extermínio direto.

Antes de nos perguntarmos sobre o papel do psicólogo – e tudo isso que são perguntas pertinentes – precisamos organizar uma estratégia para enfrentar essa prática de genocídio e de exportação, ao menos até que não se discuta isto como a saída mais conveniente, mais pertinente. Por enquanto, ainda não sabemos se essa é a política mais pertinente. Parece que não. Os recursos passam justamente por aí. Eu acho que não existem recursos e esta carência faz

com que, muitas vezes, sintamo-nos sem recursos. Mas uma coisa é não ter recursos públicos e outra é não ter recursos pessoais. Então, quando a Mônica dizia que “a coisa se resolve dessa maneira porque o juiz conhece alguém”, eu acho que isso são recursos que temos. Quer dizer, temos recursos de conhecer alguém da Vara de Pinheiros, com quem podemos entrar em contato para resolver o problema de não sei quem e evitar etc. Podemos utilizar esse tipo de recurso porque são recursos que os meninos de rua utilizam também. São recursos informais, não oficiais, que não transitam pelas vias da burocracia, mas por outras vias; não são recursos que tendem à refamiliarização, não são elitizantes no sentido de introduzir dentro da estrutura formada. Pelo contrário, são recursos que criam e inventam novas formas de trabalho, de intercâmbio. Esses recursos podem fazer as coisas funcionarem um pouco melhor. O problema é que utilizamos esses recursos nos casos de muita gravidade, por exemplo o caso dos meninos de Taubaté. Aí sim houve um movimento e nós nos unimos. O pessoal da Secretaria do Menor veio, mas se houvesse uma rede de comunicação e de funcionamento, paralela ao funcionamento oficial das instituições, teríamos condições de ir criando dispositivos novos de intervenção e atuação. Mas não devemos esperar que o Estado se organize de uma maneira tal que resolva tudo. Tomara que sim, estamos lutando para isso, mas até lá precisamos nos organizar e ir criando recursos alternativos – sair desse lugar de delinqüente ou aproveitar essa condição, aproveitar essa coisa de órfão, de não ter. Na Vara, às vezes, abrem-se possibilidades, porque como não tem com uma disposição, não sabemos o que fazer; aí temos a possibilidade de fazer alguma coisa. Às vezes sim e às vezes não.

Público: Acredito que é uma possibilidade muito grande. Isso demanda tanto ou mais tempo do que você

perde com a família. Você dá dez horas de trabalho e ainda tem que fazer os contatos, a supervisão, fazer a sua análise etc. Ganhamos muito mal para fazer qualquer coisa. Não dá.

Sérgio: Agora, isso levanta outra discussão. Você perguntava que tipo de público procura a Vara. Em geral essas pessoas esperam que o juiz resolva o problema. Aí vale fazer a pergunta: que técnico procura a Vara para trabalhar lá e o que espera disso? Eu acho que essa é uma pergunta válida nesse tipo de Encontro, se vamos fazer essas perguntas tão sigilosas em público. Vamos então?

Público: Sim.

COMENTÁRIOS DEPOIS DE DOIS ANOS

Marta Cristina Meirelles Ortiz

Talvez os que estejam tomando contato pela primeira vez com a Psicologia Judiciária através deste texto tenham atentado para a forma como os discursos jurídicos e psicológicos se entrecruzam. A análise deste pormenor pode revelar fatos importantes sobre a forma como a Psicologia se insere na instituição judiciária.

Entre outros aspectos, ressaltamos aqui a incorporação e apropriação mútua entre duas formas de saber: a jurídica e a normativa. O discurso jurídico incorpora o psicológico em busca de legitimação e potencialização. Sendo assim, não é surpresa o fato de a Vara e o Código de Menores terem dado lugar, respectivamente, à Vara da Infância e da Adolescência e ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Se, por um lado, isso pode soar como "apropriação indébita", por outro mostra que há um espaço aberto para repensar e refazer as formas de como a instituição jurídica se relaciona com a juventude e que, neste processo, a Psicologia pode estar desempenhando um importante papel.

O desafio é grande e, apesar das condições adversas, há muitas outras favoráveis. Também a psicologia tende a se

apropriar dos dispositivos jurídicos, ampliando seus próprios espaços. Através dela, talvez possam ser legitimados e fortalecidos outros discursos e, entre eles, os das crianças e adolescentes vítimas de condições sociais injustas.

Debates de 1992

Secretaria do Menor (SP) **Realizado em 15/05/92**

Expositoras:

Lídia Bento, Angela Biazi Freire

Debatedor:

Antonio Lancetti

Lídia: Sou educadora do Programa Casa Aberta e vou apresentar um pouco desses três anos de trabalho.

Sou psicóloga, formada há oito anos. Dei aulas e atuei na clínica cerca de dois anos trabalhando com crianças em ludoterapia. Só então fui para a Secretaria, onde estou há três anos, e aqui gostaria de falar como psicóloga, não em nome da Secretaria.

Há três anos a educadora Isilda* relatou a experiência dela nesse trabalho e aí me foi fornecido o roteiro onde vocês me perguntaram: o que mudou, o que permanece, quais as divergências e as perspectivas em relação à minoridade?

Vou iniciar falando o que para mim permanece no decorrer desses três anos. Percebo que ainda ocorre a falta de discussões sobre o papel do educador. Já existe uma prática há cinco anos, porém a produção teórica e as reflexões são pequenas, elas ainda deixam a desejar. Continua sendo uma área de atuação recente e, talvez por isso, pouco se escreva a esse respeito. Sinto que a prática é intensa e os relatos existentes ainda são poucos.

* Refere-se a Isilda Cristina Condeira, psicóloga que participou como expositora no debate realizado em 25/10/89 (Secretaria de Estado do Menor).

Em relação ao trabalho desenvolvido, as contradições permanecem. Isso por ser uma Secretária de Estado que depende de outras Secretarias, talvez com divergência de atuação. Um exemplo é o confronto com a polícia, que também pertence a uma Secretaria de Estado. Cada dia fica mais confusa a atuação dos policiais com esses meninos, uma vez que existe o Estatuto do Menor* que não é discutido, que não é esclarecido.

O policial não pode prender o menino e, ao mesmo tempo, a comunidade cobra dele esse tipo de ação. Aí é que ocorre espancamento exagerado. A todo momento o menino é pego infracionando, ou mesmo perambulando pelas ruas, e é espancado pelos policiais. Na maioria das vezes, nós, educadores, constatamos esses acontecimentos sem a possibilidade de uma intervenção mais efetiva; ou quando intervimos, os resultados são frustrantes, o trabalho do educador fica ao nível de questionamento.

Ao longo dos anos esse projeto foi procurando definir o papel do educador e organizar seu trabalho em meio aberto. Falarei um pouco da minha experiência na Casa Aberta. Ela fica no centro da cidade e atendemos os meninos que

* *O Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, tornando-se a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Define a criança, para efeitos legais, como a pessoa até 12 anos de idade e o adolescente como aquela entre 12 e 18 anos e, excepcionalmente, entre 18 e 21 anos de idade. A Lei trata dos direitos fundamentais da criança e do adolescente (vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, família, convivência comunitária, educação, cultura, lazer, profissionalização e proteção no trabalho) e estabelece as obrigações da família, da sociedade e do Estado, para evitar qualquer situação de risco pessoal ou social à criança e ao adolescente.*

No Estatuto da Criança e do Adolescente, todas crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, qualquer que seja a origem, classe social ou situação em que se encontrem, merecedoras, sem exceção, de proteção especial em razão da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

estão na região da Paulista, da Augusta, da Consolação, da Praça Roosevelt.

Atualmente contamos com um quadro de nove educadores, uma coordenadora e um supervisor. Temos a casa como referência e dividimos o trabalho entre as atividades na rua e as internas. De início, os contatos são feitos na rua. Procuramos conhecer esses meninos, o espaço em que eles se encontram, seus envolvimento com os adultos. No segundo momento, procuramos estabelecer um vínculo com esses meninos e, a partir daí, convidá-los para conhecer a casa, onde é fornecido banho, lavagem de roupas, encaminhamentos a médicos, dentistas e também atividades lúdicas. Nesse espaço da casa, é possível conversarmos com esse menino. Trazemos ele da rua e ali é possível sentar e conversar de uma forma mais tranqüila, procurando conhecer a história de vida dele; tentando entender por que ele está na rua, as relações familiares. Na medida em que estreitamos esse vínculo, nossa proposta inicial é conhecer a família desse garoto, desde que ele autorize e nos acompanhe numa visita. Sempre procuramos fazer um retorno familiar.

Na Secretaria existem vários equipamentos cujo objetivo, teoricamente, seria dar continuidade ao trabalho da Casa Aberta, entendida como a porta de entrada para outros trabalhos. Mas, na realidade, isso não acontece e o grupo fica com a questão: "O que fazer com esse menino que está na rua e não tem condições de um retorno familiar?" Essa é uma questão permanente nas discussões dos grupos de educadores. Discutimos o que fazer, como tirar esse menino da rua, se é possível tirar; a questão da sexualidade, da prostituição, drogas, discriminação e, enfim, todo tipo de violência que ele vem sofrendo na rua.

O grupo tem um sentimento de impotência muito grande, de frustração – e isso é grave – que nos coloca em xeque a todo momento. Nós até discutimos que cada

educador tem internalizado seus próprios valores e que ele passa por um conflito muito grande no dia-a-dia. É importante falar também que os papéis da coordenadora e do supervisor, nesse trabalho realizado em grupo, para mim até hoje ainda não estão bem definidos. Isso é muito complicado porque não se discutem essas angústias, essas frustrações que o educador vive. Ele se transforma em um depósito dessas angústias e frustrações que vive, da impotência diante dessas questões, da falta de possibilidades para uma atuação mais concreta.

Nessa equipe multidisciplinar, o psicólogo dá algumas contribuições para o grupo. Existe uma troca de experiências. Cada um vai responder de acordo com a sua formação. É um trabalho muito dinâmico e é difícil vermos o retorno de uma forma mais concreta; é tudo a longo prazo. Se não tivermos uma equipe coesa, não conseguimos dar um mínimo de encaminhamento. Sentimos que é necessário o suporte da Coordenação, da Supervisão, o que não existe no momento. Muitas vezes queremos tirar esse menino da rua, mas vemos a impossibilidade concreta de encaminhá-lo e também a impossibilidade do próprio menino, que nem sempre quer sair da rua.

Uma outra questão é o desejo dos educadores de passar o seu modelo de vida, seus referenciais e isso é muito contraditório. Nesses três anos de trabalho, percebo que vem ocorrendo o aumento do número de meninos na rua depois do fechamento de algumas Unidades de Recepção (UR), com a desinternação da FEBEM. Para nós, isso representa uma outra contradição, porque eles voltaram para a rua quando a proposta era de encaminhá-los para a família. Não houve um trabalho e eles estão na rua. A contradição é que somos terminantemente contra esse trabalho na FEBEM, mas na verdade muitas vezes eles nos pedem. Transgrediram todas as regras, estavam cheirando

muita cola, fumando muita maconha, envolveram-se com tráfico, perderam o limite. Aí eles vêm e nos pedem para ter algum lugar – chegaram a nos pedir para ir para a FEBEM. O grupo, então, ficou muito perdido em alguns momentos desse trabalho. Eles nos pediam continência e, então, passamos por um conflito muito grande porque a nossa proposta é um trabalho em meio aberto.

Uma outra questão é que este trabalho já existe há cinco anos. Mas esses meninos completam a maioria, fazendo 18 anos, e continuam na rua. A proposta da Secretaria é que a partir de 18 anos eles sejam desligados do Programa. E aí, o que fazer? Na maioria são analfabetos, sem uma formação ou estrutura para entrar no trabalho formal, sem perspectivas de vida. O grupo coloca essa questão em discussão a todo momento, como se até tivesse que dar resposta. É uma questão realmente difícil e acho necessário discutirmos.

Outra questão: as meninas grávidas, engravidando na rua. Nós temos agora uma outra clientela que são os filhos das meninas. Elas engravidam e continuam na rua. Isso nos leva a uma outra discussão: a questão da AIDS, dos assassinatos. Sinto que nós apenas constatamos esse cenário e, após alguns anos, passei a conhecer melhor o cotidiano das pessoas que moram na rua. Percebo que todos são estorvo para a sociedade e acho quase impossível as pessoas olharem para essas crianças. Vejo que aí o meu papel, enquanto educadora, é poder olhar e conversar com esse menino; resgatar com ele a questão da cidadania, dos direitos, do direito à vida. É necessário dar uma continuidade mais sistemática a esse trabalho, o que não existe. Sempre costumamos dizer: constatamos que, na verdade, precisamos ter garantia de alimentação, de saúde, educação, afetos e sistematizar melhor esse trabalho para conseguirmos uma resposta mais efetiva nesse trabalho, tendo em vista a complexidade da menoridade.

Eu tentei dar uma seqüência no trabalho que realizo. Fico aberta às perguntas.

Público: Você falou sobre a angústia que “rola” na equipe e, para mim, isso ficou um pouco associado à relação com a Coordenação. Como é essa relação?

Público: Você disse que não está clara a divisão de papéis, mas se supõe uma divisão de lugares – coordenador e supervisor. Aproveitando a pergunta anterior, gostaria de saber como se define e o que faz o coordenador numa Casa Aberta?

Lídia: O cargo de coordenador existe há mais ou menos três anos; o de supervisor é pouco mais recente. Na verdade, o coordenador fica na casa para discutir com o grupo as questões que ele traz, os entraves do trabalho; coordenar a parte administrativa e fazer uma ponte com o supervisor e a equipe interna. O seu trabalho é acompanhar as atividades do educador de rua, do educador na casa e fazer uma ponte.

Antonio: Acompanhar na rua significa ir junto?

Lídia: Não, o grupo de educadores traz para a casa. Fazem-se reuniões de grupo, discute-se, o coordenador leva para o supervisor e este vai passar para a equipe interna, na hierarquia. O papel do supervisor seria dar um apoio técnico, respondendo, discutindo essas questões de angústia, as impossibilidades concretas, fazer um trabalho de grupo com os educadores, procurar amenizar essa ansiedade. O papel do supervisor é dar um suporte para esse grupo que está na rua, que a todo momento está em confronto com a polícia, que vive no dia-a-dia com esses meninos. É assim que vejo o papel do coordenador e do supervisor, mas há tempos estão discutindo isso e ainda não se tem uma coisa mais elaborada, mais clara no sentido de definir esses papéis. Na verdade, fica-se repetindo coisas do tipo: “Estamos construindo”, “É uma nova fase”.

Além disso, existe a mudança de quadros. As pessoas não permanecem, muda-se muito o supervisor, o coordenador. Aí não se estabelece mesmo um trabalho mais uniforme.

Público: Nesses três anos que você está trabalhando, existem casos ou um caso que você vem seguindo, através do qual seja possível identificar a ligação, a relação dos meninos com a casa? Eles ficam muito tempo?

Lídia: Ficam durante um tempo, desaparecem. Alguns meninos têm uma vinculação de cinco anos, só que assim: desaparecem por um tempo, voltam; alguns até conseguem ir para um trabalho mais sistematizado, mas não ficam muito tempo. Voltam a ficar na rua e procuram a Casa Aberta. Aí conversamos com esse menino para verificar o que está acontecendo. Acontece muito isso de os meninos ficarem um tempo longe e voltarem. É a grande maioria.

Antonio: Por que o psicólogo não trabalha como psicólogo?

Lídia: Penso que a própria estrutura da Secretaria não coloca o psicólogo na função dele. Eles sempre dizem que deve ser uma equipe multidisciplinar. Tem o sociólogo, o pedagogo, o professor de educação física para a parte de esportes, e cada um vai dar a sua contribuição. Mas o Psicólogo não vai atuar enquanto psicólogo; ele pode fazer, por exemplo, uma orientação no caso de uma família.

Antonio: Mas o que seria, então, enquanto psicólogo?

Lídia: Por exemplo, dar um acompanhamento mais individual. Suponhamos que uma criança precise de um acompanhamento individualizado, terapêutico – e isso não é feito na Casa Aberta –, vamos procurar um lugar para encaminhá-la.

Público: Em que momento a equipe multidisciplinar se reúne ou discute os casos?

Lídia: Temos reuniões às segundas e quartas-feiras. Na segunda organizamos a semana porque nos dividimos entre a rua e os meninos. Eles procuram muito a casa, que é uma referência, pois fica no centro. Na quarta-feira sentamos para discutir os casos: como está o menino, como está ao nível de organização, de ir até a casa da

família, ao nível escolar. Procuramos discutir todos os encaminhamentos feitos.

Público: Vocês têm alguma possibilidade de interferir quando esses meninos são presos? Eu não conheço o Estatuto a fundo, mas existe aí algum respaldo legal para vocês fazerem esse tipo de intervenção?

Lídia: Não podemos fazer esse tipo de intervenção. Se o menino está espancado, é possível intervir, tentando conversar e levar para o SOS*. Agora, se o menino está infracionando, não podemos intervir. Ele será levado para o SOS-Criança, onde tem a Vara da Infância e da Juventude. Lá o menino será ouvido. Então, ficamos de mãos atadas, assistindo.

Público: Você já presenciou prisões na rua?

Lídia: Acontece. É uma coisa de rotina. Muitas vezes o menino pede nossa presença e dizemos: "Olha, o policial vai te levar até o SOS, o que podemos fazer é intervir depois, telefonar, ir até lá."

Público: Mas, no ato da prisão, é o policial que tem a autoridade?

Lídia: A ação do policial, do educador, tudo é muito confuso, mesmo para as crianças.

Público: Mas os policiais não vão até a casa? Eles não têm qualquer relação ou uma proposta de discussão com os próprios policiais, independente das estruturas maiores?

Lídia: Ultimamente até existe uma procura, creio que em função do Estatuto, das mudanças. Eles chegaram a pedir o Estatuto para ler. Estamos percebendo uma mudança aí, há uma possibilidade de se conversar mais.

* É um programa da Secretaria do Menor de São Paulo, que recebe denúncias e oferece orientação por telefone. Funciona também como recepção e encaminhamento de crianças e adolescentes perdidos, abandonados ou suspeitos de infração penal. Atua ininterruptamente com equipe multidisciplinar, contando com plantão da Justiça da Infância e da Juventude e do Ministério Público.

Público: Por iniciativa deles?

Lídia: E também por uma iniciativa dos educadores de sentar e conversar.

Público: Qual seria o objetivo da Casa Aberta hoje? Isso está definido? O objetivo seria falar com a família, encaminhá-la para a escola?

Lídia: Temos esse objetivo de encontrar o menino na rua, encaminhá-lo para a escola, de estar em contato com a família. O objetivo é tirar o menino da rua.

Público: Enquanto educadora, você concorda com essa linha de trabalho, ou acha possível um outro objetivo?

Lídia: Enquanto educadora é difícil responder, objetivar a coisa. Nesse momento todos os meninos que passaram pela Casa Aberta continuam na rua. É muito difícil fazer o encaminhamento, tirar os meninos da rua mesmo, dar seqüência à nossa proposta que seria, também, encaminhá-los para os outros equipamentos da Secretaria. Nós temos o trabalho, sim, de estar com esses meninos, acompanhando-os, conhecendo a família, procurando discutir com esses meninos o seu dia-a-dia. O meu objetivo, enquanto educadora, é procurar resgatar com eles essa vida da rua, essa nova opção de vida que eles fazem; não colocar uma questão, eu diria ilusão, de pensar que esse menino vai ser colocado num trabalho formal, vai ser colocado num outro programa dentro da Secretaria.

Público: Quer dizer, esses equipamentos seguiriam o projeto oficial da instituição de um certo processo de institucionalização: Casa Aberta, Casa Moradia. A partir do que você relata, entendo que cada equipamento funciona sozinho, para populações distintas, quer dizer, nenhum menino da Casa Aberta conseguiu percorrer outros projetos.

Lídia: Exatamente, eles não correspondem aos requisitos dos outros programas da Secretaria.

Público: Outro dia eu estava conversando com um coorde-

nador de um Centro de Iniciação ao Trabalho (CIT) numa das estatais e eu lhe perguntei com quem que ele trabalhava. Não é nem com os garotos da Secretaria do Menor, de Casa Moradia, de Casa de Permanência. São meninos favelados que têm uma certa estrutura – tudo bem que uma estruturação social terrível – que respondem minimamente ao padrão familiarista.

Angela: Hoje está muito claro dentro da instituição os programas que atendem as crianças, os jovens das periferias, e os programas que atendem os meninos de rua. São diretorias e, com certeza, trabalhos diferentes dentro da instituição. Hoje o trabalho do PIT* (Programa de Iniciação ao Trabalho), que tem esse CITs dentro das estatais, não atendem os adolescentes com quem trabalhamos em geral. O PIT faz um cadastramento nas periferias, porque lá existem os circos, os clubes. Portanto, existe também um trabalho nas periferias que faz parte de uma outra diretoria, que não a nossa, e assim podemos atender esses adolescentes que têm o mínimo de contato com a família, de escolaridade. As estatais hoje estão muito mais exigentes quanto a escolaridade, apresentação. De início, como havia um contrato via governador e Secretaria que obrigava as estatais a atenderem, elas abriam as turmas. Mas hoje, com a mudança do governo, isso está bastante diferente. As estatais já não querem atender essas relações, porque não têm como absorver tais jovens em seus departamentos. Então a Secretaria também desenvolve esse outro trabalho, de atender a periferia, que são trabalhos mais preventivos, dos jovens e das crianças que ainda não foram para a cidade. Tanto que não há mais Casas Abertas nas periferias. Antes havia.

**Este Programa da Secretaria do Menor foi criado através de convênios com empresas estatais (Decreto Estadual 26.952 de 10/4/87). Oferece, aos adolescentes de 14 a 18 anos, treinamento com contrato de trabalho, remuneração de 1 Salário Mínimo e benefícios (vale transporte, alimentação e vestimenta básica) e todos os direitos trabalhistas previstos em lei. Visa possibilitar a inserção profissional destes jovens no mercado de trabalho.*

Lídia: Eram 13, hoje tem nove que ficam mais no centro.

Angela: Trabalho na Secretaria há quatro anos e atualmente estou na função de supervisora do programa Casa Moradia. Minha experiência profissional anterior à Secretaria do Menor se deu em consultório e como professora de psicologia em curso superior.

Gostaria também de marcar, como a Lídia, que pretendo expor aqui minha experiência profissional dentro desta instituição, sem assumir o papel de representante da mesma. Minhas opiniões podem divergir ou não expressar as concepções formais da instituição.

Acho bastante interessante estarmos aqui com duas exposições que falam das extremidades desse trabalho: a Casa Aberta, que seria teoricamente a entrada das crianças, dos jovens na instituição; e a Casa Moradia, que teoricamente seria a saída desses jovens dessa instituição. Teremos aqui o início e o final de um circuito, de um percurso dentro da instituição. Sobre o material apresentado, referente ao debate do segundo semestre de 1989 – Casa Aberta e Clube* –, queria dizer que a minha experiência se dá num programa diferente. Apesar disso, eu reconheço, na leitura do debate, muitas semelhanças entre as questões levantadas naquela ocasião e aquelas levantadas agora, pela Lídia. Ao longo de minha exposição, tentarei explicitar estas questões.

Pensando nesse debate e nesse material anterior, as considerações que deveríamos fazer, ao falar novamente dos programas e dessa experiência, relacionam-se ao momento histórico institucional que vivemos hoje, que é diferente daquele do debate de 89.

No primeiro debate, a Secretaria do Menor era o novo.

* É um programa da Secretaria do Menor, de complementação do horário escolar com atividades esportivas, culturais e educacionais, alimentação, transporte, assistência médico-odontológica para crianças de 3 a 14 anos.

No atendimento tradicional à minoridade, o que existia era a FEBEM e a Secretaria, naquela época, aparecia como o novo, como o instituinte. Hoje já temos uma experiência desse trabalho e, no decorrer dessa experiência, novas propostas deveriam ser formuladas no sentido de alterá-lo.

Nesse momento, contamos com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que define questões muito importantes com relação à desinternação e até a possibilidade da municipalização do serviço, que em São Paulo ainda não está colocado na prática. Já existem alguns movimentos ao nível de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), tanto do Estado quanto do Município, mas ainda não se colocou na prática. Isso vai alterar bastante a relação desse atendimento porque muitos jovens e crianças são mandados do interior para São Paulo, o que contribui, e muito, para aumentar o contingente. Creio que a dificuldade do atendimento também passa por aí.

É importante lembrar que houve mudanças tanto na instituição quanto na legislação, que agora existe o Estatuto – e acho que ainda desconhecemos muito o Estatuto, mesmo nós que trabalhamos na instituição. Percebo muito mais iniciativas individuais ou de programas para se acercar do que fala o Estatuto, do que um interesse da própria instituição em estar nessas frentes, discutindo. Evidente que agora, principalmente com a CPI do Município, que parece uma coisa mais séria, a instituição Secretaria do Menor tem sido chamada para debater essa questão. Mas até então, internamente não houve movimento sequer para instruir os profissionais sobre o Estatuto.

Essas são considerações mais gerais que gostaria de apontar.

Nesses quatro anos, trabalhei sempre no mesmo programa, a Casa Moradia, só que em diversas funções. Comecei como educadora, aí fui coordenadora de uma casa e hoje sou supervisora. Acho que, até por conta de ter passado por essas três funções, pensei em apresentar o programa como ele foi,

como é hoje, falar um pouco de todas essas funções, incluindo a minha atual, e depois tentar explicar o que não ficou claro.

O programa Casa Moradia faz parte de uma diretoria que trabalha com os meninos e as meninas em situação de rua. As outras diretorias fazem o trabalho mais preventivo nas periferias, isto é, oferecem complementação escolar – os circos e clubes, enfim, atividades de lazer –, creches e pré-escola. Dentro da Secretaria do Menor existem também os projetos de creche e pré-escola. Sua função é atender à população de periferia nos trabalhos mais preventivos.

A nossa diretoria – Casa Aberta e Casa Moradia – tem o PCR⁽¹⁾ (Projeto Criança de Rua), um projeto antigo, que era da FEBEM e hoje passou para a Secretaria do Menor e a Casa Renascer⁽²⁾, que atende crianças até 12 anos.

O objetivo do programa Casa Moradia é receber jovens trabalhadores entre 14 e 18 anos, que não têm nenhuma possibilidade de moradia, visando ajudá-los em sua organização quanto a saúde, escola, orçamento, vínculo familiar, lazer etc. O espaço de trabalho se dá em casas com capacidade de atender em média um grupo de 15 jovens divididos por sexo: casa de meninas e casa de meninos. Cada casa conta com uma equipe de oito educadores, que cobrem as 24 horas de funcionamento da casa.

Os adolescentes moram ali. A casa funciona 24 horas por dia, sábado, domingo, feriado, Natal, Ano Novo, Carnaval.

(1) Foi criado em 1985 pela FEBEM, na época vinculada à Secretaria da Promoção Social. Atualmente faz parte da Secretaria do Menor e continua oferecendo atendimento direto (alimentação, dormida, assistência médica), com apoio de equipe multidisciplinar, durante 24 horas por dia, a crianças e adolescentes em situação de rua. É o ponto de referência dos educadores de rua que atuam na área central da cidade de São Paulo.

(2) É um programa da Secretaria do Menor destinado ao atendimento de crianças e jovens que fazem uso de drogas. Eles se apresentam por vontade própria, através da ação dos educadores de rua.

Além dos oito educadores, tem um coordenador, que fica na casa junto com a equipe; e um supervisor, que fica na sede da Secretaria, na rua Bela Cintra, e vai aos equipamentos para fazer reuniões tanto com o grupo de educadores, quanto com os coordenadores. O supervisor vai, em média, uma ou duas vezes por semana às casas, mas ele está lotado na sede da Secretaria.

Esse programa passou por duas fases. A primeira foi mais ou menos de 88 a 90 e caracterizava-se pelo recebimento de jovens que estivessem trabalhando ou aguardando emprego. Também recebíamos meninos e meninas que ainda não tinham começado a trabalhar, mas que já estavam aguardando, porque no início desse programa conseguíamos nos articular com o PIT e fazíamos esses encaminhamentos para as estatais. Então, esses meninos que esperavam as vagas nas estatais também entravam na Casa Moradia. Outro critério é que esses jovens já tivessem passado por outros programas – viriam da Casa Aberta ou do PCR até chegar na Moradia. Na Casa, a manutenção de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza era realizada pela instituição e havia uma cozinheira responsável pelo preparo das refeições. Os jovens deveriam participar com o trabalho, indo para a escola, cumprindo horários – a casa é aberta: o jovem sai, mas tem horário de chegada – e também assumindo o compromisso com a limpeza da casa – até hoje o grupo tem esse compromisso. Aos educadores caberia acompanhar e orientar os jovens nessas atividades.

Nesse período de Casa Moradia, vivíamos em uma grande confusão. Havia uma indefinição muito grande dos papéis, objetivos e compromissos. Também não se garantia os critérios de recebimento dos jovens, essa coisa de ter que estar trabalhando ou aguardando emprego, a idade. Por dificuldades na rede de atendimento de outros programas,

acabávamos recebendo jovens que não preenchiam esses critérios mínimos de entrada. Na verdade, todos os papéis eram indefinidos: o de educador, coordenador, supervisor; o que, por exemplo, o educador ia fazer; o que seria "acompanhar" essas atividades. Somado a isso, havia ainda a falta de respeito aos critérios.

Como disse a Isilda, no debate de 89, a instituição só dizia que o educador não poderia, por exemplo, ser autoritário. Isso é muito marcante e denota um aspecto dessa instituição: ela falava do que o educador não podia ser, mas não do que ele deveria ser ou do que se esperava dele. A mesma coisa com relação às casas, o que não poderia acontecer nas casas: não poderia entrar bebida, droga, armas, não poderia haver visitas. Só sabíamos o "não" e todo o resto precisaria ser descoberto – a Isilda falava disso também no debate anterior.

Nessa experiência, verificamos que o oferecimento de moradia e manutenção, que eram os gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, somado a essas indefinições quanto aos objetivos e formas de atuação, resultavam no mau entendimento e no não compromisso do jovem para a conservação do espaço. O educador acabava tendo como atuação cobrar a tarefa ou fazer pelo jovem. Este, por sua vez, entendia que se realizasse algo estaria fazendo para o educador e não para ele ou para o grupo. Então, havia os confrontos. O educador sabia o que ele não podia ser e o que devia garantir no funcionamento da casa, das atividades. Ele ficava em cima desse jovem, cobrando-lhe o cumprimento das tarefas de sua responsabilidade.

Creio que em nenhum momento, ou quase em nenhum momento, o jovem entendia qual a utilidade daquelas atividades para sua própria vida, ou para o grupo. Não entendia a importância da manutenção daquele espaço, do trabalho, dos horários do trabalho dentro de uma estatal.

Em geral era muito difícil para ele também, porque a estatal tem toda uma estrutura, um perfil de seus funcionários. Era muito complicado tais funcionários receberem esses meninos, tanto que foram cortando as vagas e exigindo mais nos critérios de recebimento.

Havia muitos confrontos, os estouros das casas e muitos retornos às ruas. As casas eram literalmente estouradas e nos lembramos de um menino que disse que estourava a porta para não estourar o educador. Foi uma fala muito marcante desse nosso trabalho e serve para ilustrar como era esse confronto e o não entendimento desse espaço.

Frente a tantos problemas, o programa caiu num estado de abandono. Vivíamos uma tensão constante. O programa não recebia investimentos da instituição para repor os profissionais que saíam ou para orientação, discussão, ou para algum apoio.

O estado de abandono, e dá para dizer isso, era muito semelhante à clientela atendida. Guardadas as devidas proporções e características, o programa também era abandonado. E, da mesma forma que os jovens voltavam às ruas, perdíamos muitos companheiros de trabalho. As pessoas iam saindo sem entender muito o porquê, o que tinha acontecido ou o que poderia ser feito. Na verdade, vivíamos uma situação muito semelhante à da clientela atendida.

Convivendo de perto com tantas perdas e com a possibilidade de extinção ou morte, criou-se, internamente, um movimento inverso, que culminou numa proposta de reestruturação do programa, não vinda das instâncias da instituição, mas dos profissionais que naquele momento atuavam no programa. Dos estado de abandono, criou-se um movimento e uma possibilidade de pensar numa nova proposta de reestruturação, porque a forma vigente, além de inviável, era insuportável. Essa proposta foi encaminhada, avaliada e aceita pelas instâncias: assessoria,

diretoria etc e, a partir de outubro de 1990, iniciamos uma nova forma de funcionamento: as casas não mais seriam subsidiadas pela instituição, somente o pagamento dos funcionários e a manutenção da estrutura. Os gêneros alimentícios, de limpeza, de higiene não seriam mais subsidiados pela instituição e passaria a existir a taxa moradia. Pensando que só se recebem jovens trabalhadores, criou-se a taxa moradia, que é a contribuição do jovem com meio salário mínimo destinado à compra de alimentação, de produtos de higiene. Também passou a ser responsabilidade do grupo de jovens a organização das compras, o controle do orçamento, a feitura das refeições (não tem mais cozinheira) e a limpeza da casa.

O jovem trabalha, contribui com meio salário e tem a responsabilidade, junto ao grupo em que convive, de fazer essa manutenção e organização. Por que isso? Porque sempre tentamos fazer o contato com a família. Mas conhecendo a experiência de alguns que já passaram pela Casa Aberta ou dos jovens que recebemos do PCR, ficava claro que a maioria não tinha possibilidade de voltar para a família, porque isso significava voltar para a rua – normalmente são moradores de favelas, irmãos que já morreram, conflitos, o clima pesado. Aquele que consegue entrar para um trabalho e se estabelecer, fazer essa escolha de se desvincular da rua ligando-se ao trabalho, profissão – que é muito difícil porque existem pressões muito grandes de pessoas que utilizam o trabalho das crianças nas ruas –, dificilmente consegue voltar para o ambiente de origem e permanece com aquela família ou naquele local. Assim, a possibilidade dele já ir pagando alguma coisa, ir se organizando, fazendo compras, indo à feira, discutindo com o grupo, percebemos que tudo eram experiências importantes para que, quando ele saísse da instituição, conseguisse se manter de uma forma que não fosse via drogas, via assalto.

Hoje recebemos muitos jovens do PCR e alguns que foram atendidos por Casa Aberta, mas poucos. O Projeto Criança de Rua funciona um pouco como albergue. Crianças e jovens vão lá para ter um lugar para dormir e, se quiserem, podem ficar durante o dia fazendo algumas atividades; se não, eles podem voltar para a rua. Os fóruns têm encaminhado bastante e alguns poucos de outras instituições, como Educandários etc, que acabam sabendo do programa, também vão mandando.

A entrada no programa hoje se dá com uma conversa prévia. O educador vai até o local onde esse jovem está, conversa com ele, apresenta todo o programa. O critério para poder se inserir é que ele já esteja trabalhando. Se quiser pode fazer uma visita à casa para ver o local, como funciona e aí decidir se ele quer ir ou não.

Uma das coisas que ainda conseguimos assegurar é não ter que receber por ordem do juiz. Ele até pode determinar a ida, só que a gente fez um trabalho de encaminhar a proposta para as Varas, de tentar discutir um pouco, conversar um pouco, principalmente no SOS, com as assistentes sociais que encaminham ao juiz. A determinação não significa assumir a proposta. Explicamos que sem esse compromisso o trabalho não dá resultado.

Não recebemos determinações. Estamos conseguindo assegurar isso. O jovem vai dizer se quer ir ou não, se aceitará ou não essa proposta. Fazendo essa escolha, ele estará assumindo esse compromisso de manutenção e de participação junto ao grupo em que vai estar convivendo.

Hoje nosso objetivo é fazer com que o jovem alcance uma autonomia com relação à instituição. A saída dele, se possível, é para um lugar onde consiga se manter sem instituição. Tivemos muito contato com os pensionatos da FEBEM, que também funcionavam como casas, e até recebemos jovens que vêm dos pensionatos da FEBEM. Mas

nesses pensionatos existe uma dependência muito grande; o jovem é institucionalizado e não consegue viver sem essa instituição que gera tudo. A FEBEM fazia isso: dava atendimento odontológico, médico etc. É incrível, porque muitos jovens deixaram de ser internos para acabarem como monitores da FEBEM, como funcionários.

Nosso objetivo é fazer que esse adolescente consiga viver sem essa instituição – talvez se filiando a outras, mas sem essa instituição – e possibilitar, nesse percurso de atendimento em Casa Moradia, um reconhecimento de sua história. Muitos chegam lá sem saber direito por que foram parar na FEBEM, como foram encaminhados, onde foram largados e por quem. Nós tentamos remontar isso junto com ele, vamos atrás dos processos, das outras instituições por que ele passou para tentar reconhecer essas histórias.

O trabalho nas casas se dá ainda no acompanhamento e no intervir na organização e na dinâmica do grupo dos jovens. Eles têm que manter uma organização, fazer faxina, compra, refeição, comida e o educador ainda está ali para marcar, apontar e intervir nessa organização, nessa dinâmica. Tem ainda acompanhamentos individuais de escola, de trabalho, de desemprego, que são muitos. Hoje não contamos com as estatais. Os jovens, em sua maioria, estão em oficinas, trabalhando de office boy ou, às vezes, em lojas. Também fazemos esse trabalho: o educador e o jovem, juntos, verem as possibilidades de emprego. E mais: cuidamos de questões jurídicas. Quando o Fórum chama ou se é um caso de liberdade assistida; encaminhamos para o atendimento à saúde, quando necessário; cuidamos também do lazer – fazemos passeios, viagens, algumas festas para as casas – e do contato com a famílias.

Os educadores fazem visitas às famílias sempre que o jovem autoriza. Algumas vezes ele vai junto, outras não. O objetivo não é encaminhá-lo de volta – de vez em quando

até aparece essa possibilidade –, mas conseguir reconstituir essas experiências, reconstituir com o jovem essas moradias e vínculos que ele teve. Algumas vezes tem as famílias que adotaram ou aquela vizinha que foi mais mãe do que a mãe, que cuidou e o jovem acaba revivendo aquele vínculo, que passa a ser uma referência.

A permanência no programa varia muito de acordo com as especificidades dos casos, mas, em média, o jovem permanece um ano na casa. As saídas, antes da alteração do programa, eram vistas muito como uma punição. O jovem não entendia por que ele estava sendo encaminhado. Achava que era uma punição porque na casa ele tinha, por exemplo, a comida feita e não pagava. Sair dali era uma punição porque para onde iria? Ele não estava organizado para se manter.

Nesses dois anos de experiência, observamos poucos retornos à rua ou à família. Notamos mais encaminhamentos a pensões, o que faz parte de uma realidade desse trabalhador, que é muitas vezes viver em pensões ou aluguel de casa ou cômodos. Às vezes até existe essa possibilidade de se vincular novamente uma pessoa conhecida, morar junto, dividir despesas. É o resultado que temos hoje: pensões e aluguéis em periferias, porque não exigem essas coisas de fiador, renda mensal. A realidade é outra. São casas pequenas ou cômodos mesmo.

Público: Existem experiências entre eles de se organizarem e irem morar juntos, como uma “república”, por exemplo?

Angela: Recebemos encaminhamentos individuais e muitas vezes as saídas não se dão juntas, mas temos casos de dois. Existem algumas pensões em São Paulo – o educador vai fazendo esse cadastramento – que são bastante interessantes porque as próprias donas acabam reconstituindo o vínculo. Elas cuidam, querem que tenha comida ali na pensão. Então, muitos acabam indo para as mesmas pensões, dividindo quartos de quatro lugares, por exemplo.

Em geral, acabamos encaminhando sempre para as mesmas pensões, onde sabemos que existe um esquema possível, porque tem lugares muito ruins e aí é complicada a permanência.

Temos três jovens vivendo juntos numa casa que eles alugaram na periferia e estão mantendo. Temos uma jovem que acabou fazendo um vínculo com uma outra pessoa com quem ela já tinha vivido há um tempo atrás. Elas também alugaram uma casinha e vão dividir.

Os jovens voltam muito à casa para pedir ajuda na matrícula da escola no começo do ano, pedir um documento. Nisso servimos como ponto de referência.

Houve mudanças no funcionamento e, para conseguir alterar as atuações dentro das casas, fizemos um trabalho com os educadores e com os coordenadores buscando uma definição de papéis, de atribuições e uma melhor compreensão do espaço de trabalho: o que é trabalhar numa casa, dessas relações e dos conteúdos que se fazem presentes ao se trabalhar com jovens adolescentes que possuem histórias de vida muito peculiares e que respondem a este processo das mais variadas formas.

Nesse ano e meio de trabalho, também enfocamos muito o tema "Trabalho em Instituição". Avaliamos que havia uma necessidade muito grande de desmistificar, de explicitar e entender o que significa trabalhar em uma instituição. No primeiro debate, lembro que a Isilda falava que, no geral, os profissionais que chegam na Secretaria do Menor não tiveram experiência de instituição; trabalharam em outros locais ou são recém-formados e não sabem lidar com as hierarquias nem aproveitar as brechas possíveis.

Tentamos discutir isso tanto com os educadores, quanto com os coordenadores. Nós, que estamos na sede da Secretaria, procuramos explicitar e não encobrir as relações, as hierarquias. Tentamos passar isso para os grupos das casas, explicitando mesmo qual é o funcionamento dessa

instituição. Antes vivíamos uma falta de informação absurda. Não se sabia de forma alguma de onde vinham as ordens e por onde passavam as decisões. Buscamos desmistificar isso e explicitar, até onde sabemos e entendemos, o caminho das coisas.

Hoje, para o educador, fica a tarefa de investir num vínculo de confiança com esse adolescente, onde ele possa ter um espaço para acompanhar, para estimular essas atividades e para contar o processo do jovem e do grupo: o que está acontecendo naquele momento que não dá para ir ao trabalho, não dá para ir à escola, que não dá para fazer comida, que não sai a faxina.

Estou falando do que é a proposta, mas existem todos os entraves do dia-a-dia. A saída de um jovem muda a configuração do grupo atendido, evidentemente muda a dinâmica da casa. Então, o educador está acompanhando o tempo todo esse grupo, esse jovem dentro desse espaço e tenta apontar o que está acontecendo nesse processo, mas sem realizar pelo jovem, sem ficar cobrando ou realizando. Ou seja, o educador também vai suportar a impossibilidade, o não cumprimento, o fato de que, aquele mês, eles realmente foram ao mercado e à feira e estouraram o orçamento.

Ao coordenador cabe atender o grupo de educadores possibilitando um espaço de reflexão e de escuta, onde seja possível planejar a ação e trabalhar as dificuldades, as angústias e as relações do grupo de educadores para que consigam trabalhar com o grupo de meninos e de meninas.

Ao supervisor fica a função de trabalhar com o coordenador, também vendo a análise dos grupos, como esse coordenador está podendo ouvir e apontar para o grupo de educadores o processo deles. O supervisor e o coordenador, juntos, pensam estratégias para trabalharem com os educadores. Cabe também ao supervisor gerar os debates, discutir os temas com os grupos, como eu já indiquei.

Como avaliação dessa mudança, sentimos que foi possível construir uma prática mais tranqüila, tanto para o jovem, quanto para os profissionais, porque sofriam muito nos embates, nos confrontos. Mas ainda precisamos refletir e avançar muito não só na proposta, como no atendimento. Existem algumas sobre as quais pensamos muito. Uma delas é o que significa sair da situação de rua ou de institucionalizado e vir a ser esse trabalhador. Outra é como lidamos com a questão do subemprego. Hoje, em muitos casos, trabalhamos com subemprego. São jovens que não têm escolaridade, muitas vezes não têm boa apresentação. Esses jovens estão expostos. Agora tem o aumento do salário mínimo – e as pessoas não querem pagar nem o salário mínimo – não têm registro, não têm direitos. Dependemos desse mercado de trabalho que está cada vez mais recessivo. O que significa trabalhar com esses jovens nessa realidade, que é um contexto social muito maior?

Outra coisa que pensamos muito é o que fazer, o que proporcionar às jovens mães – e temos muitas – para que a história não se repita? As meninas estão em Casa Moradia e os filhos ficam em creches do Estado, geralmente vinculadas à FEBEM. São crianças institucionalizadas e algumas creches só permitem uma visita por mês.

Estamos tentando intervir via SOS, através de um serviço de advocacia, porque tais critérios, muitas vezes, têm a intenção de quebrar esse vínculo, que é mínimo mas que existe. As meninas querem visitar os filhos. Pensamos o que fazer para essa história não se repetir.

Para citar um exemplo, uma adolescente, com essa coisa agora de desinternação da FEBEM, foi buscar o processo dela. Quando começou a ler conosco viu que algumas vezes a mãe tentou retirá-la da FEBEM. Ela chorava muito e dizia: "Poxa, então minha mãe tentou me tirar". Perguntamos se a mãe ia buscar e ela dizia: "Não, só isso basta – saber que eu tive uma mãe que tentou me tirar".

Também tem o processo das adoções. Essas instituições quebram muito esse vínculo e nos preocupamos muito com isso. Temos uma jovem que agora está trabalhando e morando num outro lugar e todo final de semana retira a filha da creche para ficar com ela no final de semana. Isso foi possível nessa creche, mas tem uma briga que tentamos fazer via advocacia, porque é meio complicado.

Essa semana acabamos de escrever uma proposta, que vamos encaminhar à assessoria, no sentido de assegurar que essas mães da Casa da Moradia possam receber seus filhos nos finais de semana, pelo menos todo domingo, por um período. É uma discussão complicada porque existem outras jovens que não são mães. Mas há uma possibilidade muito grande para aquelas que querem. Outras meninas não querem, não têm esse vínculo. Pesquisamos os canais jurídicos e verificamos que isso é possível, é legal. A instituição pode nos receber para levarmos essa proposta.

Outra questão que nos aflige muito é a distância entre o primeiro atendimento, de Casa Aberta, e o último, de Casa Moradia. A preocupação é este último não atender o mesmo menino que passou pela Casa Aberta. Essa é uma questão muito séria dentro da instituição. Esse menino não chega e, teoricamente, a intenção seria atender, porque tem a Casa Aberta. Deveria, talvez, haver possibilidade desse menino ir para o espaço do PCR e não dá porque é o único, não tem mais como receber. Pode atender 100 e atende 160 porque acata as determinações do juiz. Atendemos também os do PCR, mas o programa ainda é muito pequeno, se pensarmos nessa contingência que está na rua. Isso nos aflige muito e gostaríamos de conseguir um espaço dentro da instituição para discutir o assunto. Só existem três Casas Moradia: duas de meninos, e uma de meninas. Já chegamos a ter quatro, mas uma foi desativada.

A FEBEM hoje tem um projeto, da Secretaria do Menor

que, de alguma forma, é a luz do projeto Casa Moradia: fazer o atendimento em casas pequenas. Assim, existe uma possibilidade de discutir isso. É um projeto muito grande, mas ainda está sendo estudado.

Dentro dessa questão sobre a qual eu falo e que a Lídia também explorou, sentimos a necessidade de um espaço intermediário entre a rua e a Casa Moradia que, sabemos, faz um exigência muito grande para esse menino que viveu ou que está na rua. Em nome desse atendimento em meio aberto, confunde-se muito contenção com continência. Se você garante a possibilidade da escolha, desse direito de ir e vir, ou seja, que ele não está lá obrigado, não está preso, o jovem, a criança – eu acho que muitos estão pedindo continência – não estão suportando essa agressão da rua, essa falta de limites, de referências. Reconhecemos a necessidade de um espaço intermediário, porque em nome desse atendimento em meio aberto muitas vezes confunde-se a continência com a contenção.

Só para finalizar, quanto à atuação do psicólogo dentro da instituição, reconheço, sim, uma importância do trabalho desse profissional. Existe um trabalho de análise e intervenção em grupos que é possível; e um outro também, que é contribuir junto aos demais profissionais com quem trabalhamos o tempo todo, com concepções que consideram a subjetividade, a particularidade dos sujeitos e das relações, não permitindo que os fenômenos sejam apenas justificados por suas dimensões objetivas e sociais. É muito comum em instituições desse tipo justificar o fenômeno só pela questão social e as dimensões objetivas e esquecer mesmo da particularidade dos casos, das relações, dessa própria vida que você está trabalhando.

Há muitas questões, ainda temos muitas dúvidas, mas foi uma possibilidade de alterar um programa dentro da instituição, de conseguir um certo equilíbrio no atendi-

to, uma forma mais tranqüila, com a escolha de não atender todo esse contingente. Pegamos uma pequena parcela, mesmo porque dentro dessa proposta não é possível abarcar toda essa contingência.

Público: Você falou que era uma questão da instituição essa coisa de não atender a população alvo da Casa Aberta. É uma questão para quem? É um problema para quem?

Angela: Existem as diretorias e acho que se essa diretoria atende os meninos e meninas em situação de rua é porque existe um interesse em dar conta também deste atendimento. No primeiro momento da Secretaria, o que tinha mais vulto era a Casa Aberta como o novo, como atendimento na rua e aí foram tomando vulto dentro da instituição esses atendimentos de periferia, de nível preventivo, digamos, que é tentar fazer o horário de complementação escolar – as atividades no clube, no circo – procurando evitar que essa criança, esse jovem vá para o centro ou caia na coisa da rua. Nesse sentido, esses programas tomaram vulto e hoje têm talvez um espaço maior, uma atenção maior. Mas, dos programas dessa diretoria que atende aos meninos e meninas de rua, o único reformulado foi o Moradia. Os outros continuam com uma mesma proposta frente a uma realidade um pouco diferente hoje, porque a desinternação da FEBEM aumentou absurdamente o contingente das crianças na rua.

Público: Fiz a pergunta porque fiquei com uma impressão da Casa Aberta como a “menina dos olhos” da Secretaria e a Casa Moradia como o “patinho feio”, pouco investida, pouco acreditada. Mas de algum jeito vocês conseguiram driblar esse olhar e produzir um pensamento, uma forma de trabalho. Creio que conseguiram fazê-lo divulgando essa possibilidade de atendimento para outros lugares, não os da própria Secretaria.

Angela: Tem um lado positivo e tem um lado bem complicado. Por ser um problema, por não ter “ibope”,

tivemos a possibilidade de produzir. Fomos investindo nessa experiência e aí depende muito da equipe, do que cada um acreditava e em que se foi investindo, construindo, sempre dentro do quadro que se tinha. A proposta foi aceita por instâncias superiores, hoje não é questionada, não se fala, como antes, que o projeto é caro, que não atendia, que só dava estouro, que só dava problemas. Hoje temos um espaço tranquilo, mas fomos garantindo vias externas. Hoje procuramos uma interface com os outros programas, discutir o que deveria mudar, como estruturar esse atendimento dentro dessa diretoria, mas não depende só da nossa vontade. Existem os limites das hierarquias, das linhas, que é uma instituição nesse sentido...

Público: As pessoas que estão na coordenação e na supervisão do projeto, pelo menos algumas delas, foram educadoras e supervisoras naquele primeiro momento, quando as coisas estouraram. Ocupando outros lugares, elas puderam trazer um pouco dessa tendência. Isso fica claro quando vocês buscam garantir que a informação circule e parece um contraponto com o que acontece na Casa Aberta. Você falou da angústia e da coordenação, que não faz a ponte, que retém as coisas. Acho que é um contraponto na história desses dois lugares.

Angela: Na verdade, não estamos diretamente envolvidos com essa nova proposta, esse novo regulamento da FEBEM, porque dentro da instituição passa por divisões de assessorias e de responsabilidades – quem é que fica, dentro da instituição, com a parte pela FEBEM, quem é que fica com a parte pela Secretaria. Mas existe essa proposta das Casas Moradias e aí tentar fazer toda a desinternação ainda necessária, porque na primeira foi colocar na rua. Agora tem essa nova etapa, que é de fazer casas, e acho que ela vem do amadurecimento desse programa – Casa Moradia – na Secretaria. Não sei direito como está sendo

pensado e parece que não tem projeto de implantação. Há uma coisa, a meu ver, atropelada. De qualquer maneira, uma prática foi reconhecida e está sendo pensada para uma outra instituição.

Antonio: Você falou em atividades de circo.

Angela: A Secretaria tem clubes, circos e tem um projeto chamado Enturmando, também ligado ao circo, que trabalha nas periferias, nas ruas, nas favelas, nos cortiços. Esses são projetos que ficam nas periferias.

Antonio: São projetos de convivência.

Público: Os funcionários da FEBEM não podiam ser contratados pela Secretaria. Não podiam passar os funcionários do circuito de infratores para o novo, que era a Secretaria do Menor. Quanto a essa história da Casa Moradia não receber dos equipamentos e da própria Secretaria, a impressão que tenho é que cada um desses equipamentos está montado para segurar cada categoria de criança: menino de rua, jovem trabalhador, *drogaditos* – um atendimento específico –, os programas das periferias para não chegar no centro. Parece-me que a idéia não era articular os projetos, do mesmo jeito que não podiam se misturar. A Secretaria nasce com esse estigma: não podia receber pessoas que tinham experiência com garotos na FEBEM, estavam impedidos de circular inclusive encontros entre trabalhadores da FEBEM e Secretaria pareciam da ordem do transgressor. Parece que tudo está montado exatamente para não circular, como se fossem diques, que não deixam o próprio conteúdo escapar de um território para o outro. Cada segmento era controlado em particular, inclusive a quantidade de termos específicos que foram se criando para designar cada tipo de criança, cada equipamento uma especificidade. É como se esse menino não circulasse aí na vida.

Público: Quando você fala desse equipamento intermediário, eu me lembro do tal Abrigão. Há anos que se

fala desse Abrigão e nunca foi feito. Era a saída reclamada tanto pela Casa Aberta como pela Casa Moradia e eles nunca fizeram. Seria um lugar onde essas crianças pudessem, teoricamente, preparar-se para uma Casa Moradia.

Lidia: Criou-se um Abrigão. Mas acontece que os funcionários da FEBEM foram trabalhar lá e a estrutura também não comportava aqueles 200.

Na verdade não se criou, fechou-se algumas unidades. Falou-se no Abrigão mas não aconteceu e até hoje ainda se fala nessa retaguarda – hoje o termo que se usa é retaguarda, que não existe.

Antonio: A primeira coisa que podemos situar em termos de um comentário institucional é que estamos discutindo essas práticas no momento atual, hoje. É sempre importante, quando pensamos as instituições, datar; estamos em geral, acostumados a pensar em termos espaciais e isto é quase sempre um obstáculo para qualquer compreensão.

Podemos observar que estas iniciativas estão acontecendo, por um lado, em um momento de exacerbação da miséria econômica da população brasileira – e também latino-americana, terceiro-mundista etc – e isso significa que há um aumento cada vez maior da demanda para esse tipo de instituição. Isso é um elemento importante a ser incluído e pensado no interior do próprio trabalho, pois contribui para pensarmos no tipo de implicação em que a equipe que o realiza fica imersa.

Por outro lado, assistimos hoje a um esgotamento das chamadas sociedades disciplinares. O próprio Foucault – que foi quem teorizou isto – já havia anunciado que estas instituições disciplinares estavam destinadas a perecer.

Hoje em dia estamos assistindo as várias crises que estariam manifestando a inutilidade progressiva deste tipo de instituições, principalmente as instituições totais: para menores, para infratores, para anormais etc. Vemos crises na

FEBEM, na FUNABEM, nos hospitais psiquiátricos, na família. Cada vez mais este tipo de instituições tem menos utilidade. É o que Gilles Deleuze anuncia como o advento das sociedades de controle.

No momento atual, controla-se uma população muito mais pela mídia e por outras práticas, como a droga, que incidem em diversos planos – corporais, perceptivos etc –, do que por sociedades disciplinares. Essas instituições disciplinares, bem como certos tipos de família, não servem. Chegou-se a um certo esgotamento.

Esses relatos que vocês trouxeram me parecem de uma importância enorme no sentido de podermos pensar qual é a via ou a problemática que se coloca em empreendimentos como esse. Podemos levantar várias questões, algumas mais simples, como em relação aos objetivos: para que servem? Uma vez que a FEBEM não cumpre com a sua função, essas outras instituições serviriam para recapturar esses “Estorvos Sociais”, recapturá-los em outros tipos de experiências. Capturar pedaços. Como já disseram aqui, são segmentados, cada parte pega um pedaço. Muitas vezes as equipes multidisciplinares têm essa idéia de que cada um trata de partes diferentes dentro da sua especialidade. A idéia é de que aquilo que não está submetido a um campo controlado possa ser recuperado, ser capturado. Ou ainda, a forma como se capturam todos os profissionais da área social. Um exemplo: quando vocês dizem, em várias oportunidades, que no começo era uma confusão, ou quando a Lídia disse que a ação da Secretaria do Menor era contrastante com a ação da Secretaria de Segurança: de um lado tem a equipe que vai cuidar desses meninos, que os acompanham; de outro, tem a polícia, que prende e espanca. Podemos pensar que isto não é uma confusão, é coerente. Qualquer sujeito que esteve preso alguma vez sabe que tem um que tortura e outro que dá conselhos, que traz cigarros etc. Isto

é tão velho quanto qualquer experiência repressiva mais ou menos sofisticada. Há muito tempo a polícia não pratica exclusivamente o suplício. É muito difícil aqui falar de maneira organizada, porque há muitas questões. Para tentarmos ao menos uma seqüência inteligível, poderíamos pensar os dois relatos em torno de uma tensão que aparece na apresentação que vocês fizeram. As duas apresentações são problematizantes, mas uma é mais otimista, enquanto a outra mais pessimista. Uma fala de uma avaliação no sentido de dar valor à experiência e a outra, aparentemente, diz que só ficam assistindo; uma fala daquilo que permanece, que não mudou, enquanto a outra fala daquilo que se modificou. Podemos trabalhar em cima disso, não como pura oposição, mas como um guia, uma referência para comentarmos.

Haveremos que sublinhar algumas distinções. Em termos propriamente institucionais, poderíamos dizer que são dois equipamentos que compõem a mesma organização; mas em um linguajar institucionalista, podemos dizer que se trata de instituições distintas. Não porque fiquem em lugares diferentes, mas porque é diferente atuar com um sujeito que trabalha e com um outro que não trabalha; com um que entrou no processo de trabalho, do que com aquele que não entrou em um processo de trabalho. Isto nos faz pensar sobre o tipo de subjetividade e de organização social com que trabalhamos. Que tipo de relações se criam entre os usuários dessas instituições, entre os usuários e técnicos-operadores? Que tipo de rede social se cria? Sublinhemos isto: uma coisa é trabalhar com aquele que está no processo de trabalho, onde seu corpo é administrado por um parâmetro diferente daquele que está o tempo todo na rua. De alguma maneira, um é muito mais radical do que o outro em termos de uma negatividade social ou de denúncia ativa – não denúncia exclusivamente discursiva – daquilo que se passa em nossa sociedade.

Há um senhora – uma mulher de rua, uma líder dos homens de rua – que uma vez disse o seguinte para Erundina: “Você é a rainha do poder, mas eu sou a rainha da rua. Você não sabe o que é a rua”. A rua é um espaço de morte e de liberdade. Não se abandona a rua facilmente. Um sujeito não abandona a possibilidade de, mesmo não tendo o que comer e onde dormir, viver livre. E essa possibilidade de estar livre da ordem social, diz esta mulher e outros tantos, só ocorre em um espaço livre, não nos playgrounds e nas famílias. Trata-se de uma crítica muito mais incisiva por parte daqueles que vivem na rua como opção trágica. E isto, que é raro – porque a maior parte das pessoas que está na rua não é por escolha, mas porque não têm onde morar –, no caso dos menores é menos grave do que no caso dos adultos, porque a maior parte desses meninos está na rua por uma espécie de opção, porque não querem ser espancados em casa, porque estão em sérios conflitos ou porque escolheram não morrer. É uma sociabilidade muito complexa, mas de alguma maneira eles não querem voltar.

Podemos assinalar aqui uma outra maneira de pensar a questão da família. Em um dos casos aqui relatados, fala-se que um dos objetivos da instituição é que a criança volte para a família – isto foi a Lídia quem falou. A Angela diz: “Nós não temos esperança de que voltem para a família”. Talvez porque a experiência tenha demonstrado que esse retorno estraga o trabalho. Isso de modo geral, porque pode haver também aqueles que conseguem e querem voltar a conviver com sua família.

Outra questão que se coloca para uma equipe de profissionais, em particular para os psicólogos – já que estamos aqui no CRP (Conselho Regional de Psicologia) – é que, por mais que se definam as funções no organograma das instituições, levar à frente uma experiência como esta, o

simples fato de se ocupar disso, já coloca em xeque a possibilidade de funcionar desta maneira, segundo o modelo da equipe multidisciplinar. Se levarmos à frente a idéia de que cada um cuida de sua parte, dois dias depois é preferível fechar, porque estarão falando uma espécie de chinês básico na frente desses meninos. Se um vem e explica as razões sociais pelas quais este menino está na rua, outro vem e lhe explica as razões emocionais etc, qualquer educador, no sentido tradicional desta palavra, está destinado ao fracasso imediato. Isto só se sabe operando, só se aprende operando. As exigências da prática provocam um descontentamento, um mal-estar ligado a essa diluição da identidade profissional: não se é psicólogo, não se é sociólogo etc. Inclusive a Lídia comentou que não havia função de psicólogo porque não havia terapia, não seria uma atividade terapêutica.

As instituições onde isso é possível, ou seja, onde o psicólogo faz trabalho de psicólogo, o psiquiatra de psiquiatra, em geral, são instituições altamente burocratizadas, onde não há riscos de angústias, a não ser a angústia de perceberem que não produzem nada interessante.

O relato de vocês traz questionamentos e problematizações para a própria prática que desenvolvem – a diferença de trabalho de um equipamento para o outro – e para a própria prática psicológica. Podemos nos perguntar, por exemplo, sobre o que seria terapêutico. Por mais radical e crítica que seja a vida do sujeito – um menino de 12 anos que tenha a habilidade de utilizar um revólver e acertar um tiro no meio dos teus olhos – e que se trate, em geral, de pessoas mais livres, em um certo sentido, que o comum das crianças mais ou menos submetidas a diversas ordens escolares, familiares etc, devemos considerar que estes modos intensos de vida, para sair de uma posição puritana que considera que o menino deve ser recuperado porque

senão é ladrão, por mais radicais que sejam, estes modos de vida são vias suicidas. Então, o encargo institucional coloca o profissional em posição de caridade, que você faça um favor àqueles sujeitos para que a propaganda governamental possa dizer que atende essas crianças, que existe um programa para atendê-las, que “estão matando tantas crianças por ano, por dia, mas a Secretaria, o governo “tal” tem um programa se preocupando com a questão”. E isto vai aparecer nas campanhas políticas. Mesmo que as coisas sejam colocadas assim, o próprio vínculo da equipe com esses jovens vai gerar algo inesperado para o projeto do setor mandante da instituição – a instituição são todos: usuários, operadores. Se é verdade esta tese inicial de que as instituições disciplinares estão em crise – e isso se manifestou muito claramente quando se comparam estas experiências com tantas outras acontecidas na longa história das organizações para desfiliaados, como diria Robert Castel – então se o objetivo de uma dessas casas é fazer com que a criança retorne à sua família, demonstra-se empiricamente destinado ao fracasso. Primeiro, porque foi a família quem empurrou esse menino para a rua. Segundo, porque essas famílias não têm nada a ver com aquelas nucleares das quais participamos. De início, é preciso perder a esperança de que se trata de um trabalho de recuperação familiar ou restituição à comunidade. Na verdade, os dois relatos mostram que nos casos onde a criança encontra outros modos de viver, que não sejam suicidários, efetuam-se valores distintos dos caritativos. Ou se pensa e se atua em termos de segurança ou em termos de liberdade. São posições antagônicas, impossíveis de serem conciliadas – como se protege a sociedade desses infratores ou como se protege esses meninos perante a sociedade que quer exterminá-los.

Uma vez que se abrem as portas de instituição total, agora como vamos pensar as invenções que podemos fazer

nestas experiências institucionais? Ou você pensa do ponto de vista da liberdade, ou do da segurança. Não dá para concordar, para combinar.

Voltando ao problema dos trabalhadores, parece que de maneiras distintas vocês conseguiram se autodiagnosticar. Por exemplo, vocês – Casa Moradia – se dizem abandonados pela Secretaria, assim como as crianças são abandonadas pela sociedade. Houve um outro comentário: a criança é abandonada e a mesma coisa aconteceria na equipe: vai para a rua. Às vezes o sujeito se liga ao projeto quando, no fundo, há uma ameaça de morte; ele tem medo de morrer se continuar na rua. É comum, por exemplo em Santos, no Hospital Anchieta, onde eu trabalho mais, aparecerem dezenas de crianças vindas na Praça da Sé dizendo que estão ameaçadas de morte e que querem ficar lá, no Anchieta. Tem até caso de crianças que desceram a serra andando. Como tem a ameaça concreta de morte pela qual a equipe também passou, existe um grau de implicação que contribui ainda mais para o desgarramento dessa equipe, que diz estar se sentindo no próprio lugar de abandonado ou do condenado à morte. É por exacerbar este tipo de questões que as instituições funcionam, não é porque as pessoas não se implicam; senão porque se implicam que elas podem funcionar produtivamente. Se você não se afetasse com o que acontece a estas crianças, não haveria qualquer possibilidade de trabalho, seria melhor desistir. É desgarrador se você não se desespera quando diz: “Bom, eu trabalhei com a criança até tal hora e depois vim para casa dormir; minha casa fica na Vila Mariana e o sujeito vai dormir na Praça da Sé ou na Avenida Paulista.” Seria importante a pessoa conseguir se implicar e desimplicar, fazer esse movimento de se afetar e tomar distância. Mas é infértil quando o sujeito não se afeta, quando não acontece nada com aquele sujeito que vê que estão matando alguém

e para ele virou um número, um a menos, como acontecia muito freqüentemente em instituições totais. Essas posições, às vezes travestidas de profissionalismo, têm muito mal prognóstico para uma equipe desse tipo.

Este problema também acontece com as diversas hierarquias, com os coordenadores, com os supervisores. Prova disso é o relato de uma pessoa que diz que supervisora é alguém que está absolutamente implicada no trabalho, porque já fez todos os outros serviços. Pensem o que aconteceria com um supervisor que nunca foi lá, que não sabe o que é trabalhar numa instituição desse tipo, é absolutamente contra-indicado. Ele produzirá um efeito altamente nocivo, que é se colocar na posição de juiz dentro do conflito da equipe. Com todas essas coisas, toda equipe tem conflitos. Como não vai ter conflitos? Inclusive porque o método de análise desse supervisor de nada vai servir se não for socializado. E, se o sujeito não se expõe ao atender uma criança, se não fracassa na frente dos outros, dificilmente poderá socializar o que sabe. Ele se transformará em uma espécie de promotor de clima paranóide bem comportado.

Uma outra questão observada aqui é que precisamos fazer a distinção. No caso do relato da Angela, trata-se de pessoas que passaram por uma triagem. O sujeito trabalha, já passou por algumas instituições. No teu caso não; vocês pegam quem chegar ali, os chamados desfiliaados: aquele sujeito que não tem qualquer filiação e, além da miséria econômica, sofre a miséria em termos de sociabilidade. É muito mais difícil trabalhar com um sujeito mais desagregado socialmente do que com alguém que já tem uma sociabilidade constatada, participa, é um trabalhador — esteja ou não em atividade. O desafio é muito maior nesse trabalho. E por que falamos isso? A Angela sublinha a importância do trabalho em grupo, ou melhor, do trabalho

coletivo. É muito interessante observar o problema do dinheiro. Vocês cobram uma taxa, o sujeito ganha dinheiro e tem que administrá-lo. Mas isto não seria possível se ele não tivesse passado por experiências menos codificadas, como as experiências lúdicas ou estéticas: uma oficina, o circo etc. Se fosse uma proposta nos seguintes termos: vamos tirar as crianças da rua para colocá-las no mercado de trabalho. Primeiro que não tem mercado de trabalho. Segundo, aquele sujeito vai se recusar. Se ele saiu e foi para a rua, é porque não suporta ser mandado. Este é um problema prático porque essas crianças vêm a sociedade perseguidora em qualquer sujeito que se dirija a elas, que lhes pergunte, por exemplo: "Onde você mora? Você está morando aí?" De alguma maneira, você e eu continuamos sendo inimigos, por mais que nos dediquemos e gostemos delas.

Assim, a primeira questão é como descentrar, como tirar da rua e levar para a família? Que família? Tira da rua e leva para o trabalho. De vez em quando aparecem essas propagandas, experiências que dão certo, empresas que têm uma fundação de assistência social, que recuperaram não sei quantos esquecidos, porque conseguiram fardá-los e metê-los numa linha de produção. Poderíamos nos perguntar o que vai acontecer com esse sujeito daqui a dois anos, o que se passou. A radicalidade é tamanha que a única preocupação existente é o plano propriamente produtivo da instituição. Não interessa se deixei de ser psicólogo ou sociólogo; não interessa se alguém ocupa tal ou qual hierarquia; não interessa o que permanece, mas o que muda – e às vezes essas mudanças são tão imperceptíveis, são tão mínimas que passam despercebidas.

Fizeram aqui o seguinte comentário: às vezes a pessoa faz uma convivência; quando sai e vai para uma pensão encontra uma espécie de tia, uma família extensa, alguém com quem tem uma relação afetiva forte. Ou seja, na

entrada e na saída os vínculos funcionam como motor da experiência. É preciso corrigir quando você diz: primeiro vou procurar, depois vou fazer vínculo. Não, o vínculo vem primeiro. Os sujeitos se vinculam, afetam-se um com o outro na entrada e na saída. Aquele foi morar na casa da tia lá na favela, criou-se uma espécie de família extensa.

Na verdade, não se faz uma recuperação para as diversas instituições. Não dá para fazer isso, a não ser castrando de maneira radical essas crianças, no pior sentido da palavra. Mesmo assim, às vezes não dá. A experiência mostra que aquelas crianças encontram alguma via mais salutar; encontram amigos; encontram um outro modo de viver em que não serão mortos pela polícia daqui a cinco meses, não vão se estourar cheirando cola ou virar "avião" – um viciado que trabalha para um traficante –, entrar em uma nova escravidão.

Analisando o percurso daqueles que encontraram um tipo de vida mais elevado vitalmente, não de um ponto de vista moralista, verificamos que houve trabalho no coletivo. Ele criou alguma rede microsocial, onde administra sua vida com outras pessoas, discutindo com a equipe como se deve administrar o tempo, a limpeza etc. Isto é cogestado com a equipe, não fica tudo na mão dele. Quando é obrigado a assumir toda a responsabilidade, cria uma espécie de dependência e contradependência. Quanto mais dependência, mais odeia você. No outro caso houve um deslocamento. Aquele sujeito está cogerindo a própria vida. Você funciona como alguém que dá tudo e sente que não dá nada, funciona como uma ponte entre ele e as outras instituições, as outras instâncias da vida. A mudança ocorrida é que se cria um tipo de sociabilidade diferente, altamente complexo porque você não sabe que tipo de sociabilidade está gerando. É inesperado. Ele não sabia que encontraria aquela tia.

Poderíamos situar algumas questões de ordem vital, por

exemplo, quando perguntam: "O que fica?" Você diz: "Tudo permanece, somos despossuídos, estamos dissociados, não temos como trabalhar a angústia." A única coisa que transita é o desejo, porque o grave seria te tratarem como alguém carente e você se colocar na própria situação de carente, carenciado ou que você envergonhe seu desejo e, por exemplo, acredite que seu trabalho é desvalorizado, que você é um trabalhador de segunda categoria. "Como é que vou me afetar tanto com uma criança, sou profissional". É muito comum as pessoas dizerem isso, o que não significa que você só trabalhe se apaixonando pelas crianças ou as odiando. Mas só podemos analisar este tipo de iniciativa no sentido etimológico da palavra, de dar valor a este tipo de experiências, logicamente fazendo a ressalva de perguntar: "Será que isso não é mais um mecanismo de captura para tirar os estorvos da rua?" O que vemos é que, se funciona, funciona apesar do encargo institucional, porque se levarmos a sério o mandato ou o encargo institucional deveríamos aceitar que não haveria qualquer possibilidade de êxito, porque isto combinaria com o Estado Moderno. E o que é o Estado Moderno? Um Estado que desinveste todo tipo de sociabilidade ativa, porque se passou de uma sociedade de massas para uma sociedade de público, passiva, pessoas desafetadas – morre um do lado dele e ninguém fica sabendo. Até aquele sujeito dos Estados Unidos que matou e comeu não sei quantas pessoas fez isso durante dez anos numa cidade pequena e ninguém percebeu. A pergunta não é só se ele é normal ou anormal, qual o seu tipo de psicopatia. E os outros, que moravam em torno da casa dele, nada sentiram, nada perceberam? Durante dez anos o sujeito viveu fazendo isso e ninguém se importou? Em que tipo de sociedade ele vive?

Nada do que hoje aparece como hegemônico no plano social e institucional valorizará o que aqui estamos

colocando como motor de uma experiência deste tipo, que são certos vínculos, a solidariedade. A equipe que tem esse posicionamento está contra a maré. Mário Tommasini, um italiano que aliás trabalhou muito desconstruindo asilos para crianças – em breve a editora Hucitec publicará um livro sobre sua vida –, diz o seguinte: “Matam crianças só porque roubam”. Se você não tem essa capacidade de indignação presente, isso não funciona. É preciso existir a possibilidade de dizer: “Olha, estas crianças que estão aqui são nossos filhos”, embora depois interpretem que queremos fazer maternagem. Não interessa que me digam isso. Se você não coloca todo projeto nesses termos, mesmo que ele tenha mais folhas, seja mais evoluído, mais tecnificado, será cadavérico, não terá matéria para ser levado adiante.

Quando vocês dizem, por exemplo, que a grande quantidade de crianças que permanecem não são da própria Secretaria, vêm de outras iniciativas onde têm outro tipo de convivência. Entendido como elemento de análise institucional, isto mostra que a instituição que te contratou não concorda com o ideal proposto, com o seu próprio sentido de ser. Por que vêm de outro lugar? Por que outros podem encaminhar pessoas? Porque a criança não vai aderir ao projeto simplesmente porque você falou: “Vai trabalhar”. Ela vai aderir porque se afetou, fez uma relação. Só situações muito limites – uma experiência ou de amor, até de paixão, ou de morte – podem fazer com que o sujeito abandone a rua. É porque ele se afeta mais numa relação com outro, não é porque você explicou para ele que isso não era bom.

Uma coisa muito parecida acontece com os drogados, aliás essas crianças muitas vezes são drogadas. Por que um sujeito abandona a experiência da droga? Porque ele encontrou uma experiência que o afeta mais que a droga, senão ele não deixa, ainda mais quando existe dependência.

Aqui existe um plano sobre o qual não deveríamos ter medo de falar com todas as letras: sedução. As crianças participam desse projeto porque algo as seduz mais que a rua. Isto já traz um problema, pois se você não seduz as crianças não participam; e quando seduz tem os problemas decorrentes dessa sedução. Mas se você não seduz, não tem contato, não tem vínculo.

Como não está nos manuais, e talvez por isso estejamos discutindo aqui que tipo de prescrições técnicas deve-se utilizar para levar em frente um projeto como este, qualquer projeto deste tipo é uma espécie de laboratório social. Isso implica resistências tanto da instituição como do campo social. Dou um exemplo: as crianças de rua que aderiram ao programa na Prefeitura de Santos, na Secretaria de Ação Comunitária, tinham uma casa onde tomavam banho, brincavam, trabalhavam, ganhavam dinheiro. Mas a casa estava desabando. Não havia qualquer condição de ficarem ali.

Então, tivemos a idéia de levá-las para a Casa de Saúde Anchieta, para uma ala do hospital psiquiátrico que tem pacientes crônicos. Juntam-se sujeitos com experiências absolutamente opostas. Um que há 20 anos mora num hospital psiquiátrico, que está ali cronificado e que, depois de todo o investimento, a experiência que houve, não se conseguiu desinterná-lo por vários motivos: porque não tem família, porque já está muito cronificado. O outro sujeito são as crianças de rua, que foram lá tomar banho, discutir etc. Agenciaram-se sedentários e nômades. Foi uma experiência muito interessante, primeiro porque se desmontou, para aquelas crianças, a idéia de que esse outro é o inimigo, que vai querer puni-lo. Que punição pode existir por parte de um velho que está há 20 anos num hospital psiquiátrico? Segundo, porque alguém conseguiu meter medo neles, uma espécie de medo tenro, não no sentido de mole mas de ternura. Alguém conseguiu mostrar que eles eram preconceituosos com os loucos.

Verificamos que essas crianças, esses infratores, esses sujeitos tão desagradáveis, são muito mais aptos para poder se contatar com um psicótico crônico. A chegada produziu um desequilíbrio enorme porque os sujeitos estão ali, dentro daquela vida repetitiva. Uma mulher começou a chorar, porque não sei há quantos anos não via os filhos. O menino, então, pegou a senhora pela mão e a levou para dar uma volta no quarteirão. Esta criança está fazendo um trabalho terapêutico que talvez um psicanalista não teria a felicidade de fazer.

Outro dia cheguei lá e encontrei um sujeito que tem Síndrome de Down dançando *twist* com os meninos. A única coisa que ele sabia fazer era bater com tampinha de desodorante e, recentemente, pediu para participar em assembléia etc, ou seja, produziu uma mobilização enorme. Em que teoria da técnica encontrarei esse tipo de experiência? Ou que passo deve seguir a continuação? Dei esse exemplo porque ilustra como se trata de uma experiência de novo tipo, embora não falem os que se assustam e os hipócritas de turno. Brevemente, e nós já sabemos, eles vão mover uma ação judicial dizendo que colocamos a vida dos meninos em perigo porque os deixamos com os loucos. Já está se respondendo uma outra ação por libertinagem. Nos acusam de erotizar. Segundo eles, nós incitamos as pessoas a trepar. Tudo isso é para produzir horror e *voyeurismo* na população em vista de que se trata de um ano eleitoral. Eles vão dizer: "Coitadas das crianças!" E provavelmente são sujeitos que, se tivessem visto aquelas crianças e pudessem, teriam-nas tirado da vista deles. Agora estão preocupados com as coitadas, que têm um lugar e que desenvolvem as suas experiências de oficinas, fazem comida, vendem, estão encontrando um modo de vida singular. Talvez seja uma experiência exagerada, mas é um experimento de novo tipo, os dois

experimentos são. Precisamos fazer uma observação mais apurada.

Quando se diz, por exemplo, muito rapidamente: "Essas crianças estão na rua sendo usadas pelos adultos." O que acontece entre elas e os adultos? Que tipo de relação, de vida social têm? Porque isso é um modo de vida social. Não posso desconhecer isto porque não é o tipo de relação instituída. Na verdade, vive-se numa espécie ou de angústia generalizada, de impotência, quando você acha que não faz nada e está repetindo o que o patrão manda – neste caso o Estado. Ou, no outro extremo, um estado – a Angela falou da dialética instituinte-instituído – que é uma postura bastante melancolizante da leitura da instituição, porque primeiro foi o instituinte e depois vamos perder tudo porque vai ser instituído. Quando deixar de ser instituinte, será instituído. Então, estamos destinados à burocracia, isso é um certo devir institucional. Vive-se um estado de eterno instituinte. Embora você tenha o mesmo projeto, com os mesmos objetivos, acontecerá o inesperado.

Suponha que você tenha as mesmas regras para diversas casas: como limpar, como administrar os horários, como resolver os problemas de sexualidade homossexual, bissexual, heterossexual etc. Nesse caráter único há uma espécie de faca de dois gumes, no bom sentido. Embora você seja abandonado pela instituição, precisamente porque foi abandonado conseguiu fazer alguma coisa. Como você é um abandonado falaram assim: "Não faça tal coisa." Você tem encargos de não fazer e não te falaram o que você deve fazer. Isso é altamente interessante porque abre uma possibilidade de invenção na medida em que, logicamente, aqueles que te contrataram não sabem para que o fizeram. Eles te contrataram para uma coisa que nada tem a ver, ou seja, há uma discordância entre as funções e o funcionamento institucional. Que funções estavam

definidas? Já sabemos que em nenhuma instituição existe coincidência entre função e funcionamento. Sua função é recuperar a criança e levá-la para a família. Mas nós verificamos que, para funcionar, acontecem coisas absolutamente diferentes dessas. Acredito que isto é altamente complexo, porque é uma experiência nova, é remar contra a corrente, porque você não é reconhecido. Mas acho que não se deve esperar reconhecimento. Para que se espera reconhecimento? Para se burocratizar de novo? O dia que te reconhecerem, você será novamente capturado; e o reconhecimento já existe por via negativa. Ou seja, vocês duas começaram se definindo e as duas falaram que não se levava à frente o projeto, o trabalho não foi feito como esperavam. É a mesma situação que vive a criança quando não consegue alcançar os próprios objetivos: não consegue ser um bom aluno, não consegue ser um bom filho.

Vocês fizeram várias perguntas. O que significa levar para a família? Acho que isso foi mais ou menos comentado. Levar para a família seria uma ilusão. Precisaríamos re-colocar a questão da seguinte forma: produz-se novos tecidos sociais, onde a linha mestra seja a continência e não a contenção? O que significa sair da rua? Primeiro, só se tira uma criança da rua se você a matar. Melhor deixá-la transitar na rua. Já tentaram tirá-la da rua, colocando na FEBEM e não deu certo.

A última questão é o que significa fazer tudo isto diante da recessão, diante do quadro político, econômico e institucional. O que podemos comentar nesse caso é insistir na idéia de processar constantemente o coletivo, que inclui: o grupo de trabalhadores, o grupo de usuários, um trabalho constante disto, uma experimentação social. É a própria vontade destas equipes, destas pessoas, a aposta num modo de vida, em experiências fundamentadas na solidariedade,

no apoio mútuo, que passam pór cogestão. É algo que vai na contra-mão da história, do que se vive como hegemônico – pessoas que não se afetam. Isto significa a razão de ser de um experiência como esta, a força de uma instituição, a possibilidade de que outras pessoas se contagiem de uma experiência como esta, que se interessem. Por que estamos discutindo isto numa sexta-feira às 11 da noite? Porque deve ser mais divertido que outras coisas, deve ser mais interessante, mais suscitador de problemas para a nossa prática que outras experiências.

Aqui vem uma questão fundamental: você será colocado numa instituição de caridade que vai preencher os buracos dos outros, que é o drama deste tipo de instituições. Você fará o que todos os outros não fazem e não resolvem: nem a educação, a família, a cadeia ou a saúde. Espera-se que tudo seja resolvido por estas pessoas que se dedicam a solucionar “casos sociais”. O problema não é familiar, nem orgânico, vira problema social, levando o encargo ao pé da letra. Claro que você vai se sentir carenciado, um deficiente em relação aos outros e será uma impotência, mas isto é uma coisa muito diferente. Afirmar a tua prática é distinto de produzir novos coletivos. A partir do teu próprio desejo de fazer com que o sujeito queira viver de outra maneira. A opção por essa experiência não deve partir do interesse pelo cargo ou prestígio social. Isso não faz com que o trabalhador continue insistindo nesse caminho. Deve ter algum prazer, ou é muito perverso e gosta de ver crianças dilaceradas, ou tem outra vontade. Quando você diz: “Eu só estou assistindo”, penso que o assistir já muda de figura, mesmo que você não abra a boca. Se você é um membro e está participando e, quando o policial se levanta, o menino pergunta: “Por que está batendo?” Só isso já mudou. Evidentemente que o desejável seria vocês tentarem fazer cumprir aquilo que de importante tem o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em Santos houve uma experiência muito interessante. Uma pessoa do Centro de Valorização da Criança* estava viajando de ônibus e uma criança foi machucada quando atravessava a rua. Cortou a cabeça. Aquela pessoa, que é uma técnica, pegou a criança, chamou o motorista e falou assim: "Olha, no Estatuto da Criança diz que os problemas da saúde da criança têm prioridade. Então, agora você pega a criança e leva para o Pronto Socorro." "Mas como vou fazê-lo se tenho aqui não sei quantos passageiros?" "Não sei." "Ou você faz ou te denuncio." O sujeito acabou indo para o Pronto Socorro com todos os passageiros. É um fato social que pode ser mínimo, mas todo mundo viu, os passageiros ficaram sabendo que existia o Estatuto da Criança. É assim que o Estatuto será conhecido e divulgado, além de todas as reuniões, fóruns etc.

O fundamental é a posição que visa a experimentação desses coletivos e junto com esta posição solidária, altamente complexa, há que processar, reavaliar passo a passo e apropriar-se dos legados técnicos que os psicólogos conhecem como a noção de tarefa, assim como a noção institucionalista de implicação e a noção esquizoanalítica de agenciamento.

Pode parecer religioso: Marx disse na "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" que a religião é o ópio dos povos, mas no mesmo livro ele disse também que ela é o espírito de uma época sem espírito e o coração de um mundo sem coração.

Creio que nas posições profissionalistas e caritativas somos o ópio dos povos ou simplesmente cola de sapateiro. Na posição de experimentadores sociais compomos coletivos do tipo coração de um mundo sem coração. E isto não é festivo. Vocês sofrem e porque sofrem podemos estar aqui transmitindo estas experiências para os outros que estão se iniciando.

* Programa multidisciplinar criado pela Secretaria de Higiene e Saúde de Santos, em 1990, com o objetivo de promover a saúde física e mental, bem como a educação de crianças até 12 anos de idade.

FEBEM

Realizado em 02/06/92

Expositores:

Rita de Cássia Gonçalves
e Sylvio de Sousa Gadelha Costa

Debatedora:

Isabel Marazina

Comissão: A idéia desse encontro é, depois de três anos, voltar a discutir o trabalho da FEBEM tendo por referência o debate de 1989, em que a Isabel também teve a função de debatedora. A proposta é ver o que se passou neste período, as transformações que ocorreram na área, desde o Estatuto, desde a incorporação da FEBEM pela Secretaria do Menor, enfim. Entendemos que é importante contar como organizamos o encontro de hoje. Foi muito difícil conseguir localizar pessoas, profissionais da FEBEM que pudessem falar aqui.

A primeira coisa com que nos deparamos foi o fato de não conhecermos mais ninguém que ali trabalhe. Nos últimos três anos perdemos o contato. Tentamos através do Sindicato⁽¹⁾, onde havia pessoas do nosso conhecimento. Mas foi difícil, eles também não sabiam quem ainda estava lá, já que o nosso pedido era específico: psicólogos que trabalhassem no Quadrilátero⁽²⁾ e que

(1) Refere-se ao SITRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência ao Menor e à Família.

(2) Conjunto de unidades localizadas nas instalações da FEBEM, no bairro do Tatuapé, destinadas exclusivamente à guarda dos menores que cometeram infrações penais.

tivessem passado pela FEBEM em algum período desde 1989 para nos ajudar a pensar esse processo desde o primeiro debate. Conseguimos encontrar pessoas através de indicações e chegamos ao Sylvio. Contamos do projeto que tínhamos e ele se dispôs a participar e está trazendo questões e reflexões no sentido de contribuir para esse encontro. Também contatamos a Rita por caminhos de indicação. Como características, são pessoas que não estão há muito tempo no Quadrilátero.

Rita: Acho interessante apontar que a dificuldade de se conseguir contatar um profissional na FEBEM acaba espelhando o quanto essa instituição é fechada. Eu não fui indicada. Na verdade, foi a minha diretora – a diretora da Divisão de Apoio ao Menor na Comunidade (Damc)* – que entrou em contato com a minha coordenadora, do Posto Leste, onde trabalho numa divisão. Lá, contamos só com dois psicólogos. Ela nos perguntou assim: “Qual de vocês quer participar de um debate?”. Se tivéssemos dito não, por exemplo, se eu tivesse um compromisso hoje e não pudesse vir, como o outro psicólogo, outra pessoa teria sido procurada?

Comissão: O que queremos ressaltar é que tivemos que buscar canais mais formais, por falta de acesso direto aos psicólogos. Parecia muito difícil ligar para uma unidade e convidar, tinha que passar por uma série de meandros.

Rita: É, e eu estou há três anos na FEBEM, sendo que há dois anos no Quadrilátero, mas agora eu estou fora dele.

Comissão: Talvez fosse interessante fazer como da outra vez: um tempo de fala de 20 a 30 minutos para cada expositor e, a partir daí, com a Isabel, poderíamos trabalhar com os discursos que aparecerem. Essa é nossa proposta. Agora, vocês vejam quem quer começar.

* Rede de serviços distribuída em várias localidades, destinada a fazer o acompanhamento dos jovens que se encontram em regime de Liberdade Assistida.

Sylvio: Eu sou psicólogo e fui convidado a trabalhar na FEBEM muito recentemente – em setembro do ano passado – de forma meio engraçada: a fala do convite era para estar “detonando a FEBEM”. Achei muita graça. E, naquele momento, três questões me vieram à cabeça. A primeira delas passava pelo seguinte: como é esse discurso de desconstruir a FEBEM? A segunda era que mais ou menos, por volta daquela época, eu começava a pensar as possibilidades de atuação do psicólogo na linha mais institucional. E a terceira diz respeito a uma certa reserva de minha parte para o desenvolvimento de um trabalho numa instituição como a FEBEM – para mim era algo muito novo, havia uma curiosidade, pois já tinha feito algo parecido, mas em meio aberto, ligado à Prefeitura. Aceitei e fui convidado a assumir a assistência de direção da DT-2* –, que é a divisão da FEBEM que trabalha com crianças carentes e abandonadas. Assim, de alguma maneira, a minha fala aqui vai espelhar essa posição ambígua, vamos dizer assim, que não é a de uma atuação como psicólogo, mas, às vezes, nós fazemos como ele, tentando ver essa questão das relações institucionais, viabilizando algumas possibilidades de trabalho. Para quem não tinha familiaridade com a instituição, a primeira coisa que chamou a atenção foi o fato de estar me inserindo em uma instituição como aquela e tomando contato com os fatos. Num primeiro momento o que bate muito forte é a dinâmica do burocrático, do administrativo.

Quem está num papel como este deve ter uma dimensão técnica significativa, mas se vê completamente absorvido pelos expedientes, pelo fluxo da burocracia. A DT-2 gerencia três unidades do interior – as de Iaras, de Batatais e de Lins – e nove unidades na Capital. Essas unidades estão

* *Divisão Técnica da FEBEM responsável pelo atendimento às crianças e adolescentes carentes e abandonados, de 0 a 18 anos.*

distribuídas no Complexo Imigrantes, na Raposo Tavares, na Sampaio Viana, no Pacaembu e no recém-extinto Centro Educacional Comunitário (CEC), que era um trabalho de semi-internato. Primeiro, senti necessidade de me familiarizar com o que está instituído, de me deixar levar. Minha sensação era de que precisava ter o mínimo de familiaridade para depois me distanciar de novo e dar essa virada, que pudesse ressurgir de novo com elementos que viabilizassem a gestão de novas políticas de trabalho. E foi vivendo esse cotidiano que comecei a tomar contato com essas características e peculiaridades da FEBEM. Nesse momento entrei em contato com diretores, com encarregados técnicos, com alguns agentes técnicos e, em pouco tempo, comecei a perceber o corpo fragmentado que era aquela divisão; a um nível tal que as pessoas daquela divisão, que trabalha com crianças carentes e abandonadas, estavam sem nenhuma perspectiva de como atuar, sem saber por onde as coisas passavam. E o trabalho de grupo era completamente fora de cogitação era isso se dava por uma série de fatores. Primeiro, eles tiveram uma troca de diretores – se não me engano, no ano passado, três diretores passaram pela DT-2 – e parece que tudo era zerado, começando de novo. Algumas idéias permaneciam meio congeladas, as pessoas retomavam o trabalho, mas nem tinham tempo de dar a ele uma forma mais concreta.

Passei, então, a considerar alguns fatores. No que diz respeito às crianças e aos adolescentes, o que emergia da fala da maioria das pessoas eram casos – não a criança e o adolescente que estão vivendo, indo à escola, que estão brincando, que estão nas unidades. Não, eram os casos, os “pepinos” que surgiam. Então a nossa fala passava por aí. Nessa época, em agosto, a DT-2 recebeu três novos diretores provenientes da Secretaria. Aliás, um deles veio da Secretaria do Menor e os outros dois foram contratados por ela. E essas pessoas chegavam à instituição com a seguinte

possibilidade: "Em breve vamos contratar novos funcionários, e o trabalho com a garotada vai ficar mais fácil". Essas pessoas chegavam com uma série de expectativas, com novas idéias e, encontrando um corpo fragmentado como aquele, ficavam meio perdidas, paralisadas, sem conseguir visualizar a maneira de desenvolver o trabalho em suas unidades. Percebi que era muito importante marcar uma posição. Quer dizer, era uma direção que estava chegando, que precisava de um tempo para se familiarizar com tudo aquilo. Dos que chegamos – Rubens (Diretor da Divisão), eu e o outro assistente – apenas um tinha uma maior familiaridade com a estrutura da FEBEM porque havia trabalhado anteriormente na UR (Unidade de Recepção). Então, a primeira idéia que passou pela nossa cabeça foi desenvolver o trabalho de integração dos diretores. As reuniões, que até então eram mensais, passaram a ser semanais e nelas pretendíamos trocar impressões e idéias, ouvir o que essas pessoas tinham a dizer, suas dificuldades.

Outra coisa interessante é que essas reuniões passaram a ter um rodízio, em vez de realizadas dentro da DT-2, a cada semana ocorriam dentro de uma das unidades de diretores, de maneira que cada um pudesse se familiarizar com o que acontecia e saber como era o espaço que o outro estava dirigindo. Com o passar do tempo, ganhou força a idéia de que o trabalho nessas grandes unidades era inviável, completamente inviável. Quer dizer, a crítica dessas instituições ocorria há muito tempo – já não se restringe apenas às instituições que atuam com a menoridade, mas também com a saúde mental, com a questão da criminalidade – e já não era possível continuar o trabalho naquela perspectiva. Surge a possibilidade de pensarmos algo que viabilizasse a desconstrução dessas unidades, desses grandes complexos. E quanto àquelas três coisas iniciais que apresentei para vocês, se não são respondidas, pelo menos surtem alguns elementos nessa caminhada.

A primeira delas, sobre por onde passa o discurso da desconstrução da FEBEM. Fui percebendo que há um espaço e uma vontade política de mexer em algumas coisas. Não fica muito claro como isto vai ocorrer, mas há espaço e a gente tem que ocupá-lo. Até então, o que passava pela nossa cabeça era que as unidades da FEBEM eram criadas ou extintas sem maiores critérios – e isso é muito complicado. Como é que poderíamos pensar uma situação como essa, já que havia espaço e vontade política por conta da própria presidência, do gabinete, da assessoria e também da Secretaria do Menor. Tem início um trabalho em cima dessa idéia e dois grupos são formados com os diretores. Um grupo para pensar uma política, um movimento de reciclagem e treinamento dos funcionários, e o outro para tentar desenvolver e aprofundar o debate ou discussão sobre a transformação da modalidade de atendimento e da extinção dessas grandes unidades. Depois de alguns meses, essas discussões vão se aprofundando e a gente consegue elaborar uma espécie de projeto, que procura dar as linhas norteadoras das novas ações. E foi um momento muito interessante, em que foi superada parte da fragmentação entre as pessoas. Na maioria dos elementos do grupo houve uma grande motivação e engajamento nessa nova proposta. O projeto saiu e a gente passou a discuti-lo com os diretores, com os encarregados técnicos e administrativos e com as equipes técnicas. O projeto saiu, mas deixou um vazio atrás de si. E o que era esse vazio? Eu vou falar rapidamente de algumas idéias gerais desse projeto.

Com a desativação das grandes unidades, as crianças estariam sendo deslocadas para pequenas casas – que são chamadas de Casas de Convivência. Cada uma dessas casas receberia 15 crianças e a proposta era que, a médio e longo prazo, elas abrigassem crianças de zero a 18 anos. As casas seriam alugadas, dentro do possível, com a referência da

região de origem dessas crianças e, se possível, coincidindo com a Vara, o Fórum onde está correndo o seu processo, para facilitar o trabalho da equipe técnica. Oito educadores trabalhariam nessas casas e cada dupla de técnicos, que seria uma assistente social e um psicólogo, acompanharia duas casas. E acrescentamos a essa equipe técnica o que chamamos de agente técnico de cultura, que procuraria fazer a mediação entre as casas e os equipamentos que desenvolvem atividades esportivas, de cultura e lazer. Tudo isso passou por uma operacionalização e chegamos à seguinte conclusão: algumas unidades já estão se mobilizando para a desativação, ou na eminência de. Achamos que não seria possível desativar tudo ao mesmo tempo, mas não temos controle, não determinamos completamente como essas coisas vão acontecer. Essa situação desgasta.

Tínhamos uma coisa concreta, que emergiu de um trabalho de grupo – com a participação de todos. Quando falo do vazio, é porque depende da contratação de novas pessoas, da liberação de verbas para que sejam alugadas as novas casas, a capacitação de pessoal, e começa existir uma certa angústia no ar. Quando essas coisas vão acontecer? Quando vão chegar os funcionários novos? O grande debate era esse. As coisas não podem continuar do jeito que estão. “Embora a sua unidade não seja desativada a longo prazo, o que você pode fazer para mexer com as pessoas que lá estão? Como trabalharíamos aquilo que já está dado, as velhas práticas, as velhas falas? Como reformular?”

Em algumas unidades isso foi acontecendo de maneira muito interessante – havia uma indicação muito clara, bem delimitada, do que e como fazer. Houve muito espaço para que as pessoas pensassem nas suas próprias unidades. Existem duas questões – e aí eu já retomo o debate que houve três anos atrás – que chamam a atenção. A primeira delas é uma unidade da Imigrantes(UEP-4) que, cerca de três meses

depois que entramos, a diretora, desacreditada de toda a estrutura e não querendo perder tempo, conseguiu desativá-la parcialmente. Ela conseguiu uma casa e para lá foram 15 adolescentes. Quando chegamos, notamos uma resistência da diretoria em esperar que as coisas tomassem uma nova configuração na Divisão e, desacreditando na burocracia, ela achava que tinha que forçar a barra, desativar a unidade na marra. E isso mexe muito com as pessoas porque, no fundo, existe o ceticismo com relação à possibilidade de isso acontecer lá dentro.

De nossa parte há uma espécie de admiração pela sua vontade de não reproduzir as velhas relações mas, por outro lado, havia a necessidade de uma certa ordem, de nos organizarmos para desconstruir. Essa unidade foi completamente desativada há pouquíssimo tempo. Infelizmente agora está sendo ocupada por outro equipamento, que vai atender adolescentes do sexo feminino.

Nessa caminhada começamos a sentir necessidade de assistência de direção ter um outro caráter. Já vínhamos lutando, nos degladiando com a burocracia, com os despachos administrativos e com os diversos problemas que passam por eles. Pensamos que uma maneira de nos articular seria formando um grupo, que estaria mais ligado à questão técnica do trabalho. Como é trabalhar em pequenas casas, com esse grupo de crianças? Como é repensar a atuação dos educadores, dos técnicos, do psicólogo? Como criaríamos mecanismos para que essas discussões se tornassem vivas? Porque, ao mesmo tempo que o projeto deixou uma espécie de vazio, também percebemos que passamos um certo tempo cultuando-o, quer dizer, o projeto por si mesmo, em um nível muito abstrato; e ele tinha que começar a acontecer na prática. E aí, dentro do possível, a gente começou a sistematizar uma ida dessa equipe às diversas unidades para conversar com os

diretores, com os encarregados técnicos e outros. Na medida em que as pessoas eram convidadas a construir e participar da nova proposta, alguns movimentos interessantes foram acontecendo. O primeiro deles foi o encontro dos 52 técnicos da DT-2 que passa por uma coisa de que já falamos aqui. Quem está fazendo o que e aonde? Quem são os meus companheiros de trabalho na psicologia, no serviço social, na pedagogia? As pessoas simplesmente não se conheciam direito, viviam completamente ilhadas. Em um lugar que não dá para trocar experiências, opiniões, projetos, as pessoas se empobrecem. Esta é uma questão que incide sobre todo mundo que está dentro da FEBEM. Foi um processo muito rico, e o seu reflexo – que aconteceu recentemente – foi a iniciativa dos próprios diretores e seus encarregados de promoverem encontros com as respectivas equipes. Estão se visitando e trocando experiências.

Hoje a nossa grande questão é como dar lugar à dimensão técnica, em uma Divisão como essa. Como dar o verdadeiro valor à dimensão técnica, onde quem sempre fala mais alto é a burocracia? Em um lugar onde toda a estrutura administrativa não se concebe como meio para o trabalho com a criança e o adolescente? Já que estamos submetidos a isso, como poderíamos criar mecanismos que viabilizem essa transformação, abrindo espaços para a discussão? Pretendemos fazê-lo nos diversos níveis da DT-2 para que ocorra não só na direção da Divisão, mas também nas próprias unidades. Principalmente porque a verba das casas já foi liberada, já as alugamos e os funcionários estarão chegando. Nessa nova proposta, dentro do possível, estamos querendo romper com tudo que alimenta a dependência, o paternalismo da instituição. Por exemplo, estamos pensando em depender cada vez menos da estrutura médica da FEBEM nessas casas e as crianças que estão estudando em escolas dentro das unidades estão sendo

matriculadas em escolas de fora. Em algumas unidades estamos conseguindo cem por cento de matrículas. É um processo no qual tentamos lidar com todas essas variáveis. Hoje, como fica o trabalho do psicólogo nessa nova proposta, com os novos horizontes que estão sendo criados? Uma coisa muito complicada é a formação que temos na universidade. A Marlene Guirado* e o pessoal têm falado muito que precisamos superar essa visão de trabalho com o indivíduo, destacado, desconectado da rede de relações sociais – onde ele se forma, trabalha, onde ele vive – e passar a ter uma visão mais voltada para as relações propriamente ditas. O trabalho neste sentido é muito complicado, primeiro pela própria realidade que esses psicólogos hoje enfrentam. Os assistentes sociais, os psicólogos, a maioria dos técnicos, são uma demanda que evidencia aquela fala muito conhecida: “A gente faz de tudo e tem a sensação de não fazer nada”. Uma confusão ao nível da identidade, da especificidade da sua atuação, e falar sobre novas perspectivas de atuação passa pelo questionamento sobre o lugar que essa pessoa ocupa, as condições que ela teria para dar um certo enquadre à sua atuação e sobre como está situado e se inserindo nessa nova configuração que as coisas vão passar a assumir com o passar do tempo. A equipe da Divisão está meio sufocada na medida em que ainda se encontra atrelada, não tem como fugir completamente dessas questões burocrático-administrativas. Ela tem que estar um pouco mais liberta para pensar nessa prática, criando espaços para que isso aconteça também entre os próprios técnicos. Este é o nosso grande desafio e temos pensado na necessidade de uma ajuda externa, de pessoas ligadas à universidade ou que

* *Psicoterapeuta e psicóloga institucional; autora, entre outros, dos livros "A Instituição e Relações Afetivas" e "Psicologia Institucional".*

pudessem dar maior substância às questões que certamente encontraremos nessa nova perspectiva de trabalho. Por outro lado, avaliamos que isso, apesar de fundamental, vem depois de uma série de coisas que precisam ser acertadas, que mereceriam ainda soluções domésticas. Atualmente, estamos vivendo todos esses dilemas. O interessante é que as coisas estão acontecendo, às vezes a gente não tem visão do todo, de sua repercussão nas diversas unidades.

Esta é uma vivência que tem muito pouco tempo de vida e, no entanto, está mobilizando muita gente. Temos muito mais dúvidas do que certezas e o processo está acontecendo dentro de um lugar onde até pouco tempo não se colocava muito essa questão.

Eu estava dando uma olhada no debate de três anos atrás sobre a rede de pensionatos. Uma psicóloga começou a trabalhar em cima desse tema e se falava então de "guerra de guerrilhas", uma proposta meio que alternativa, meio que marginal à própria dinâmica da instituição naquela época. Quando chegamos na DT-2, uma coisa interessante foi que conhecemos essa rede de pensionatos e achamos que o trabalho passava por ali. Só que, talvez pela falta de continuidade, o que no início era um espaço alternativo, hoje são microestruturas da FEBEM, são braços que a instituição produziu – ela se concretizou como microespaço institucional. Logo que se entra em uma casa como essa se dá de cara com aqueles armários de aço na sala, com os funcionários e o coordenador técnico discutindo as questões "das crianças", no espaço que deveria ser delas. Mas, ao mesmo tempo, houve uma reação muito grande do pessoal a essa nova proposta, porque parecia que não estávamos reconhecendo o que fizeram.

Na verdade não é que não reconhecêssemos mas, se em um momento eles foram vanguarda, não tiveram como prosseguir. Fatores que transcendiam à própria capacidade

de o pessoal trabalhar, desenvolver, dando seguimento a essa proposta, acabaram predominando e minando muito daquela coisa viva e bonita que, de acordo com o relato que tenho aqui, aconteceu. Hoje pensamos muito nisso. Como é que se garante a transferência dessas crianças para as pequenas casas? Como evitar o peso da instituição? Como impedir que ela traga os males da institucionalização? Esse é o nosso maior desafio, tudo vai passar por aí. Dentro do possível, nos mínimos detalhes, estamos procurando trabalhar a ocupação das casas, a sua própria ambientação, descaracterizando ao máximo tudo o que tem de ligação com a grande instituição. Estamos quase conseguindo equipá-las com um mobiliário que não vem da instituição. E ninguém está querendo dar uma cara de creche, nem de escola, mas de uma casa. E todo mundo está discutindo o que é ocupar uma casa com a garotada. Para exemplificar, em uma das unidades houve uma discussão muito interessante: antes de desativar, os educadores tiveram uma reunião com o diretor e com a equipe técnica e cada um foi falar sobre sua história de vida nos espaços que já ocupou — como era esse espaço de "casa", na sua história pessoal. Isso é muito significativo. Há momentos para falarmos dessas coisas e é trabalho também. Praticamente esse processo está acontecendo em várias unidades, estamos resgatando as pessoas. Elas estão aflitas, com medo, e isso é muito positivo. As pessoas estão indecisas, mas aos poucos estão sendo mobilizadas. Ainda não tem muito uma direção sobre até que ponto vamos conseguir assegurar essas discussões, essa mexida no que já está cristalizado, e de como caminharemos. Porém, parece que, mais a nível intuitivo do que lógico, na medida em que essas coisas estão acontecendo, estamos conseguindo avanços muito significativos, não só para as crianças, mas também para os educadores e técnicos. Finalizando, o momento que

estamos vivendo – talvez retomando uma pergunta que vocês deixaram aqui, sobre como vemos a questão da menoridade hoje, pelo menos em uma instituição como a FEBEM – é muito significativo.

O Emir Sader, que trabalhou, senão me engano, como assessor da Maria Ignês Bierrenbach, no livro “Fogo no Pavilhão” diz que com a redemocratização do País, de certa maneira, parece que a esquerda deixou de lado o desmonte de todo um aparato policesco ligado à repressão, que foi engendrado na época do regime militar – e ele apresenta isso como uma espécie de negligência. Talvez a forma como vejo seja um pouco diferente. Realmente, quais eram as condições para que esse aparato fosse mexido tão rapidamente? E hoje, apesar de todas as dificuldades, acho que a sociedade civil está se organizando. Temos várias entidades, várias instituições que estão ocupando espaços, como entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, as delegacias da mulher, que de alguma maneira pressionam essa mexida em instituições tão fortes, tão estagnadas como a FEBEM. Estamos vivendo um momento muito estratégico em que esses espaços têm que ser ocupados e temos que avançar dentro do possível. E aí, como fez o pessoal três anos atrás, deixar essas sementes.

Rita: Eu escrevi algumas coisas para tentar organizar as idéias, mas mesmo assim ficou meio caótico. Peço desculpas e vou tentar dar uma lida e aprofundar um pouco mais. Estou na FEBEM há exatamente três anos e atuei dois anos e dois meses dentro do Quadrilátero – que é um lugar fechado, um grande complexo que fica na avenida Celso Garcia, no Tatuapé. Trabalhei em duas unidades de infratores. A minha experiência é totalmente diferente da do Sylvio. Nunca trabalhei com abandonados, entrei na FEBEM já trabalhando com infratores. Antes da FEBEM, trabalhava no sistema penitenciário, onde era psicóloga. Foi-me dado

um material com o debate que ocorreu em 1989 sobre a questão da minoridade naquele instante. Algumas coisas me chamaram a atenção. Primeiro, como foram delineados os relatos iniciais de cada psicólogo que participou daquele debate. Eles contaram como entraram na FEBEM, como foi o impacto inicial, como foram recebidos. Minha história também passa por aí e me parece que é a de todo mundo que entra na FEBEM. Você passa por um impacto, as pessoas lhe perguntam, perguntam a si mesmas sobre o que é que essa pessoa está fazendo naquele lugar. Que padrinho político ela tem? Como conseguiu entrar na FEBEM? O que veio fazer? E em um momento – em 1989 – em que a FEBEM não estava propícia a nenhuma mudança. Portanto, uma história totalmente diferente, de novo, da do Silvio. Ele entrou na instituição em um momento político em que existe uma certa propensão às mudanças. Eu questiono que mudança seria essa: seria um deslocamento de um lugar para o outro ou seria uma mudança, de fato, estrutural?

Invariavelmente, senti que havia a necessidade de ter alguém por trás quando se entra na FEBEM. Ou você tem um padrinho político ou tem a aquiescência de uma pessoa que ocupa um cargo significativo na instituição, hierarquicamente superior. Para quê? Para que se possa fazer um trabalho de intervenção. Caso contrário, é muito difícil obter algum resultado lá dentro. Se não tiver uma pessoa que, de certa maneira, se coadune com as suas idéias ou que lhe apóie em um projeto de intervenção, você está fadado, a meu ver, a duas alternativas: ou cai no ostracismo, no esquecimento, ou é rotulado como um sonhador, como um visionário. Eu percebo uma atitude perversa na instituição. E não é só na FEBEM, mas nas instituições totais. Parece que qualquer elemento ou idéia que ameace o *status quo*, que coloque em risco o que vigora naquele momento, é literalmente banido ou coloca-

do à margem. Na verdade, o que a gente vivencia? Tive um choque brutal quando entrei na FEBEM. Eu vinha de um lugar onde tínhamos um trabalho com equipe multiprofissional, na FEBEM. No Quadrilátero isso não existe. São pessoas que estão posicionadas, que estão postadas, literalmente postadas, nos gabinetes, em suas salinhas; em geral, os técnicos ficam nas salas – dificilmente partem para um trabalho de campo. Porque atrapalharia a disciplina, as atividades que os adolescentes, porventura, venham a ter.

Existem muitas dificuldades de se desenvolver alguma coisa dentro da FEBEM. Isso, de uma certa maneira, é uma fala geral. Converso com psicólogos que também já atuaram lá dentro e este é o comentário. Como você se desgasta, como gasta o seu latim para tentar convencer pessoas a respeito de um projeto! Às vezes uma iniciativa como propiciar que cada pessoa tenha um armário com o seu nome – porque existe uma perda de identidade muito grande. Como é difícil convencer as pessoas da necessidade. Elas perguntam: “Como vamos agir assim? Aqui não é hotel de luxo. Aqui as pessoas não precisam um armário individual.” Isso é muito forte na FEBEM. Nesses três anos que estou lá continuo ouvindo esse discurso. Ele não mudou. No entanto, é claro, existe o reverso da medalha. Existem pessoas que se importam, que ouvem a nossa fala, assim como, muitas vezes, somos fechados para ouvi-las. Mas, de vez em quando, a gente se abre também.

Algumas pessoas ajudam a implantar alguma coisa. Só que quando se consegue, tentam provar por “a” mais “b” que aquilo não deu certo. Vivenciei muito isso. Não existe atendimento em grupo na FEBEM. O atendimento é realizado no modelo clássico individual: a pessoa sentada na frente do psicólogo, que pede o seu histórico. Ele pergunta: “O que fez? Por que está aqui? Quanto tempo de sentença você pegou? O juiz é da Capital ou é do interior?”

Se for do interior a situação fica bem mais complicada. A possibilidade dessa criança ou adolescente sair, ter uma liberdade, é muito mais sofrida. Ao juiz são mandados "n" relatórios, que voltam em branco porque a comunidade não quer receber o menor. Embora você tenha boas intenções, ou queira desenvolver um trabalho na FEBEM, até hoje ele não acontece. Isso de fato é uma pena.

No ano passado, fui praticamente "convidada" a sair do Quadrilátero. De uma certa maneira, o trabalho que vinha realizando não estava agradando a direção da unidade. Por que não agradava? Porque na verdade eu estava questionando uma série de coisas. O elemento que questiona vira *persona non grata*. Ele é "convidado" a sair, é pressionado a isso. Senti uma certa identificação com o relato feito pelos psicólogos em 1989. Não mudou. Eu fiquei com essa sensação que, de uma certa maneira, é angustiante. Não mudou nada. A leitura continua atual. Parecia que eu estava relatando uma experiência que tinha tido na FEBEM. Só que com uma grande diferença: o relato era de pessoas que haviam passado por aquilo em 1989, e nós estamos em 1992. Isso é um dado muito significativo e me chama muito a atenção.

Eu teria outras coisas para falar, mas vou parar aqui porque não consigo entender muito bem a que vem esse encontro. Por acaso juntou-se uma pessoa da área de abandonados e uma pessoa da de carentes, mas vocês poderiam não ter obtido isso. Uma visão multifacetada seria interessante. São várias unidades dentro da FEBEM, cada uma tem seus dogmas, seus preceitos.

Comissão: Rita, você colocou uma questão em relação à finalidade deste debate que supus, estivesse esclarecida. Quando fizemos o contato com você, falamos dos objetivos desses encontros. Inclusive o grupo que está organizando estes novos debates tem tido um cuidado no sentido de

criar um espaço de discussão que não fosse persecutório, no qual as pessoas pudessem falar de seus trabalhos contando com uma interlocução, uma possibilidade de aprofundamento. Este encontro é efeito direto dos que fizemos em 1989, com a perspectiva de pensar as práticas de trabalho no campo da menoridade, nessas três grandes instituições que elegemos: Secretaria do Menor, FEBEM e Vara da Infância e da Juventude.

Comissão: Isso não havia ficado claro para você, Rita?

Rita: Eu não disse que não ficou claro. Eu vim para discutir o trabalho do psicólogo e a questão da menoridade. Então, eu estava passando a minha experiência na FEBEM, que é muito próxima à que foi relatada pelo pessoal em 1989, e quando comecei a falar me perguntei: "Para que eu vou reforçar uma fala que já foi feita em 1989?" Para mim, o momento na FEBEM – área de infratores – está igual a 1989. Então, por que vou ficar argumentando, replicando, triplicando a minha experiência?

Público: Rita, acho que o precioso é justamente pensar por que tudo permanece igual na área de infratores. Ouvindo você dizer "repeti tudo o que foi relatado em 1989", acho que é exatamente isso que nos interessa. Até para poder analisar, ver por que nessa área de infratores se cristaliza esse fechamento, essa impossibilidade, essa patinação etc. Neste ponto está o valioso. Quero assinalar que é importante tudo o que você falou, ainda que seja uma repetição. Compartilho muito dessa aflição que você sente porque acho que, de fato, é difícil criar qualquer ruptura nas instituições destinadas a infratores.

Rita: Por isso eu queria ouvir um pouco as pessoas, porque tem uma porção de coisas que poderia falar sobre como trabalhei na unidade de infratores – que é dita de segurança máxima. Aliás, trabalhei numa outra unidade que é chamada de segurança média – são rótulos da FEBEM.

Agora estou fora do Quadrilátero e, de uma certa maneira, sair de lá para mim foi um alívio. Estou passando um depoimento muito individual. Eu não sei se todas as pessoas que estão no Quadrilátero vivenciam essa angústia, mas para mim foi muito angustiante e não voltaria a trabalhar lá dentro. Para mim o que é mais gritante, o que está mais presente – aí eu vou adotar uma linha egoísta – é procurar entender, um pouco, por que isso acontece. Por que é tão difícil, na área de infratores, conseguir uma intervenção, ter um trabalho mais efetivo, se sentir psicólogo? O que é se sentir psicólogo dentro de uma unidade fechada de um instituição total, com limites? Então me vêm todas essas questões. Na verdade eu queria estar na posição de debatedora e não de expositora, sem grandes pretensões. Eu gostaria de estar fazendo essas perguntas.

Isabel: Parece que o debate já começou. Aqui tem pessoas com muita experiência nessa área. Vocês pontuaram uma questão que é muito interessante e acho que também está marcada nas falas, no estilo das falas. Acho que o Silvio tem uma fala ainda não tão institucionalizada, está menos perseguido, está com um projeto na mão e, como todo projeto, traz, sem dúvida, esperança. Acho que a Rita está mais perseguida, mais marcada por uma situação de trabalho em uma área muito pesada, onde se depositam contradições e questões que não pertencem exatamente à área da menoridade e que, evidentemente, fazem você perguntar: "Para que é isso aqui?" Acho que é inevitável que também passemos por um processo de institucionalização quando estamos praticamente internados com nossos chamados pacientes – que, na verdade, não o são, como você disse.

Penso que a questão disciplinar é a emergente. Nesse sentido é muito difícil o trabalho do psicólogo, do assistente social que não assina embaixo que a disciplina é um ponto

pacífico – mesmo quando não seja nada pacífico. Agora, parece interessante marcar essa diferença porque a partir daí podemos pensar em uma coisa que aparecia muito: isolamento, fragmentação, mas que eu entendo. Enquanto vocês falavam fiz uma associação com uma conversa que tive, há um tempo, com um pessoal de saúde mental de Porto Alegre. Eles me diziam: “Ai, meu Deus, vir para São Paulo é tão difícil, porque a gente fala deste lugar e aqui o que a gente vê é uma coisa tão diversa, tão diferente. Falar de saúde mental aqui não é a mesma coisa que falar lá, onde colocamos um projeto em andamento com dificuldades, mas com uma certa abrangência, funciona. Aqui parece que tudo é muito diferente, é muito desigual”. E eu brincava: “Quantas pessoas vocês têm na Secretaria de Saúde em Porto Alegre?” Eles diziam: “15 mil”. “Está bom, aqui a gente tem 56 mil.”

Instituições como a FEBEM são muitas em uma só, assim como nos defrontamos com uma cidade onde temos 15 cidades em uma. Se há uma proposta de abrangência, necessariamente existem diferenças muito grandes em relação à diversidade que tem que conter. São muitas “FEBENS”, ou seja, a FEBEM do Silvio, neste momento, é diferente da sua e deve ter um monte de outras. Acho que dentro dessa diversidade podemos ir transitando, fazendo um mapeamento do que obedece essa singularidade.

Claro que é diferente falar de menores abandonados e de menores infratores, óbvio. O rótulo social é: uns são delinquentes, os outros são “vítimas”. E eu acho interessante pensar que as estratégias de mudança têm que começar a aparecer nos lugares de menos cristalização, por isso que é muito mais factível fazer um projeto na área em que o Silvio está atendendo do que na área de infratores. Vamos iniciar por algum lugar e evidentemente vamos começar por onde a desinstitucionalização não ameace tanto. Apareceram

vários aspectos que me chamaram a atenção. Uma coisa que o Silvio falou, sobre "quando aparece a possibilidade de mexer nas práticas..." Lembremos que as estruturas institucionais mantêm contidas as angústias e os aspectos psicóticos dos agentes institucionais.

Mudar uma pessoa de um quadro funcional não é somente transferi-la de um lado para outro, é submetê-la a outras pressões, a novas angústias e acho que isto aparecia como preocupação dentro do seu relato. Então, existe a diretora que quando surge a mudança tem que sair correndo para fazê-la. Possivelmente porque também seja muito angustiante esperar e continuar se defrontando com as fantasias que essas possíveis mudanças trazem. Não é de qualquer coisa que a gente fala quando se propõe um projeto como esse. Achei importante perguntar sobre como dar espaço à dimensão técnica onde a burocratização é tão grande, porque esse é o recurso favorito das instituições. Elas se protegem pela burocratização. É a estratégia de sobrevivência do instituído.

Então eu juntaria essa pergunta com outra coisa que o Silvio falava sobre ter muito mais dúvidas de que certezas. É ótimo, acho que tem que continuar tendo mais dúvidas do que certezas porque a burocratização está destinada a configurar uma imagem de certeza e a controlar qualquer dúvida. Não é casual que quando se encara projetos de mudança, não só na FEBEM como em qualquer instituição, os estamentos mais sólidos são as Secretarias de Administração – onde se atravanca e se controla tudo. E sempre aparece a questão da certeza: "Tal procedimento tem que ser por aqui, por lá, e o formulário, e tem que vir em jejum às sete da manhã..." "Mas eu não quero." "Não importa." A burocracia é isso, uma imagem de certeza. Isto pode se juntar em relação à questão do psicólogo, a atuação profissional.

Apesar das singularidades dos momentos e dos lugares, vocês estavam apontando algo que também podemos pensar como burocratização na atuação do psicólogo: estamos por conta disto, então não podemos nos ver como outra coisa que clínicos que atendem de forma individual, que trabalham em sentido assistencial. Quando se toca na palavra prevenção, imediatamente nos assustamos porque não se sabe muito bem do que se trata, ou seja, evitamos qualquer possibilidade de sair do espaço da certeza. Isto nos coloca novamente na aflição e na angústia. Quando começamos a manejar outro tipo de abertura e eu acho que o que Silvio estava marcando era isso quando, no começo, se eu não entendi mal, ele se apresentou como psicólogo, mas também falava de um trabalho menos psicológico que estava fazendo neste momento, não?

Sylvio: É, eu dizia que, para mim, é um pouco difícil estar falando aqui na condição de assistente de direção, e no entanto, ser também uma pessoa da área de psicologia. É difícil me encontrar nessa fala.

Isabel: Claro, o que eu queria apontar era justamente isso. Outro dia estávamos numa supervisão de uma instituição e se discutia o famoso assunto de uma porta que separava uma enfermaria do acesso aos pacientes da rua. Era a história de uma porta. E a porta vai e a porta vem e, de repente, uma das pessoas diz: "Eu não estudei tantos anos para ficar de porteiro." E eu falei: "Mas só estudando tantos anos você poderia lidar com essa porta, porque ela implica ter uma perspectiva da clínica ampliada, da clínica em sentido amplo. Não adianta um porteiro para essa porta. É preciso alguém que possa pensar a subjetividade para abrir e fechá-la. "Você estudou tantos anos para isso." Não sei se me faço entender. Para mim, a sua fala está muito atravessada desses sentidos. Eu estou tentando fazer com que a gente problematize se ser psicólogo significa atender

pacientes – porque para mim cada vez menos é isso, em um certo sentido. Nós estamos em um momento extremamente instigante, em que a psicologia cada vez mais está se centrando, se localizando nas instituições. Não brinquemos: consultórios particulares, enquanto instituições, estão bastante combalidos. Então, qual é a perspectiva que temos?

Eu resgato o que estava falando, a perspectiva de uma clínica ampliada. Nós temos que saber muito da subjetividade para poder abrir e fechar portas, para fazer esses projetos, para poder pensar, por exemplo, que o fato das pessoas poderem falar do que significa a casa para cada uma delas é um passo na estratégia institucional, porque isso não vai ser pensado por um administrador de empresa ou um técnico em organização. Dá para entender? Isso é uma referência à técnica. Estava falando sobre isso para adiantarmos, mas creio que há uma questão que está bastante refletida aqui: que em algum lugar essa FEBEM não muda, que é muito difícil que mude senão mudar toda uma série de outras perspectivas. Em alguns lugares está ocorrendo toda uma possibilidade de avançar. Avançar para a sua desconstrução.

Sylvio: Eu acho a sua fala muito interessante porque reflete bem o dilema, no meu caso, de alguém que procura um lugar, ou lugares, onde a psicologia possa estar presente em um processo como esse, que está se desenrolando. Talvez assumindo outras feições, na medida em que está acontecendo, eu acho que vai chegar aos psicólogos que ali trabalham. Eu estava aqui meio aflito, porque não conseguia pensar nada fora dessa mudança que está ocorrendo. Talvez por ter vivido tantas experiências parecidas com a da Rita, quando a gente passa a experienciar uma situação na qual as coisas parecem que estão acontecendo mesmo, fica-se meio afetado. Quando a gente, enquanto, assistente de direção está ocupando um

cargo executivo onde decisões sérias são tomadas, de fato o poder é exercido. É um lugar que eu nunca ocupei; nunca estive antes nessa dimensão, e lidar com a questão da autoridade, da hierarquia, convidar as pessoas a construírem juntas – a estar refletindo sobre estas coisas juntas – é uma reflexão que se faz várias vezes. Mas, nessa posição, ela assume novo caráter. Penso que o poder de fato atravessa a instituição em todos os seus níveis, mas é uma condição um pouco diferente. Isso fica martelando na sua cabeça, no sentido de lidar com essas questões. Por exemplo, eu estava relembando a minha fala aqui em vários momentos e é uma fala sobre a instituição em um de seus níveis, que é a DT-2. No entanto, nessa fala, para mim, as grandes questões passam pelas relações entre as pessoas. Quer dizer, não é a coisa do mero administrador, porque o que está em xeque em toda essa proposta é exatamente a mudança de mentalidade das pessoas, é a mudança das práticas – é a produção de coisas novas, resgatando as pessoas nesse trabalho. Se isso não acontece você começa a ter alguns indícios de que talvez esteja ocorrendo o projeto pelo projeto, na cabeça de algumas pessoas. Ou então que estamos negligenciando ou não estamos tendo uma visão muito crítica das coisas – de como elas estão acontecendo na ponta.

A palavra que utilizaria para definir isso, que reflete essa ansiedade, essas questões que estão soltas, é arriscar. Acho que precisamos arriscar e sentir como é isso. Na medida em que as pessoas que lá trabalham passarem a se arriscar, o trabalho crescerá muito. Mesmo que a gente não tenha essa visualização a que me referi – que é o que falta – parece que é uma linha que se perde e não se consegue ver onde ela vai dar. Mas considero isso fundamental.

Público: O tempo todo em que o Sylvio falou eu fiquei pensando que, em algum momento, devêssemos fazer um debate juntos, Secretaria do Menor e FEBEM. Porque você

foi falando sobre a questão do novo, do projeto novo, da importância da dimensão técnica e me parece muito interessante o quanto a instituição, em alguns momentos, também cria essas visões falsas. Acho que é um pouco do que fui apresentando aqui no debate passado, com relação à Secretaria, da minha experiência com Casas Moradias – contribui para pensarmos como é interessante que a Secretaria tenha hoje a intenção de fazer essa intervenção na FEBEM e de levar isso à frente. Nesse momento, aparece o novo, no projeto da DT-2, não negando a experiência da Moradia, mas não aproximando. Na verdade, até pelo fato de um dos diretores já ter sido do projeto Casa Moradia e ter essa experiência, a nível de Secretaria do Menor, ele é muito parecido. Temos uma experiência acumulada de anos. Quando fala de sua preocupação com a dimensão técnica, de ocupar um cargo e driblar o burocrático para assumir o técnico, e estar fazendo a interlocução, acho que é muito do que fui falando no debate anterior. Da nossa preocupação e da nossa experiência pequena mas que já vem concretizada. Na hora em que a instituição fala “não, nós vamos intervir dessa forma na FEBEM, nos abandonados”, ela rompe e cria uma falsa visão de que é o novo. Por dentro ela continua se mantendo. A interlocução poderia estar acontecendo – até para que nessas angústias que vocês estão vivendo a gente pudesse estar passando a nossa experiência e contribuindo. Afinal, temos uma experiência até que bem longa. Na verdade ela rompe. Ela fica com dois projetos, Secretaria do Menor e FEBEM, mas com o nome da intervenção, e mantém isso paralelo. Acho que é muito interessante como acréscimo ao debate.

Sylvio: É muito importante o que você está colocando. Quando falo do novo e fico batendo nessa tecla é no sentido de estar desconstruindo. Porque toda essa experiência de vocês já nasce no meio aberto e se no

começo vocês enfrentaram vários dilemas, a coisa foi se constituindo, aconteceram avanços. Quando falo do novo, está implícito um questionamento: como se desmonta? A questão se torna mais de "engenharia", porque, na verdade, não tem nada de original. Eu falava que a crítica a essas grandes instituições já está colocada há muito tempo. Então, como lidar com essa desconstrução, sem perder, sem se colocar em uma posição muito vulnerável dentro da instituição? Essa desconstrução vai afetar outros sistemas da FEBEM, na medida em que acontece e que é assegurada. E também, em se desconstruindo, como é que edificaremos uma nova estrutura, uma nova proposta de trabalho – mas com crianças que têm uma experiência institucional? Se não me engano, há uma diferença, neste caso, com a garotada que vocês atendem.

Público: Eu estou juntando Secretaria do Menor e FEBEM porque hoje é um nome só, por conta do Estatuto da Criança e do Adolescente. Existem essas experiências, a Casa Renascer, por exemplo, atende crianças de sete a doze anos que moram na casa. Quer dizer, existem experiências que podem se diferenciar de alguma forma em relação a uma criança que já esteja institucionalizada. Embora, se formos ver, a Moradia atende o carente-abandonado, mas também o infrator. A Renascer, da mesma forma, atende os meninos que vêm da rua, mas também de instituições. Você falava sobre a vontade política e eu ficava me perguntando o tempo todo: hoje há uma vontade voltada para a FEBEM e a desinternação, mas qual é o objetivo institucional? É o atendimento ou não? Criou-se uma Secretaria de Estado para atender a um fenômeno, então é para mantê-lo e não para resolvê-lo. Eu acho que são questões que vão um pouco por aí: manter os projetos ou manter uma Secretaria e uma Fundação; manter experiências que poderiam se complementar, mas que na verdade ainda ficam isoladas,

bem como os profissionais, o debate. Sempre acreditamos que fazemos o novo. A gente vai vivendo essas angústias que outros já viveram e poderiam estar acrescentando, construindo, refletindo. Isso marca um pouco também a forma da instituição.

Público: Eu acho que uma coisa curiosa é que na própria experiência da Casa Moradia poderíamos recuperar a experiência dos pensionatos da FEBEM. Quer dizer, fala-se do novo, mas ele começou na FEBEM.

Isabel: Eu estava pensando em uma citação feita pelo Sylvio sobre o que a esquerda negligenciou. Por associação livre, liguei com a questão do novo. O que se passa com o papel das vanguardas? Isso é uma velha discussão e quem já tem alguma experiência política sabe do que se trata. Pensava que, em um certo sentido, o novo pode ser pensado um pouco na linha que vocês estavam colocando e, portanto, o papel da vanguarda está um pouco mais aliviado, com o resultado de uma série de contribuições sociais que aparecem de um lado, de outro, desde a vontade política, desde a experiência adquirida. De repente estamos falando o tempo todo de isolamento, de desagregação. Estou resgatando algo que pode ser muito simples, mas não esqueçamos – vocês já me escutaram falar várias vezes sobre isso – que num estado de sítio a primeira coisa que se proíbe é a reunião de duas ou mais pessoas e que a possibilidade delas se juntarem para trocar experiências, que é uma coisa que vocês resgatam muito, serve para aliviar a angústia e também quebra o narcisismo. O isolamento é muito angustiante, mas alimenta a onipotência.

Acho que se este projeto pôde ser realizado é porque houve uma série de coisas em volta que contribuíram para que fosse a expressão de um momento – que está protagonizado por pessoas, por agentes institucionais com

vontade política, com saberes. É a expressão de um momento social, do que foi se movimentando.

Acho que todas as instituições avançam assim, a gente tem às vezes a tendência de dizer: "Ah, porque o Freud não sei o quê". Vamos voltar atrás um pouquinho e ver que, para que Freud pudesse pensar isso existiram 50 caras que trouxeram, cada um, uma coisinha. Ele teve a genialidade de conseguir articular que o inconsciente já existia etc. Então, o que penso quando, por exemplo, se colocam estes tipos de reuniões, onde se pode ir juntando, é que é bom que se abram canais para que fulano ligue para outro e diga: "Escuta, essa história que contou sobre como era a angústia desse projeto de vocês, deixa eu ver se serve para nós." Talvez não sirva, mas alivie ou poupe um desgaste desnecessário, porque nós temos bastante trabalho para fazer. Estava pensando um pouco nisso, como uma vanguarda deixa de sê-lo na medida, a meu ver, em que não se coloca como resultante de um acúmulo de forças e de sementes que já foram colocadas e que de repente não tinham nome, eram anônimas. Esse é o sentido dessa expressão "guerra de guerrilhas". Continuo achando isso, pois é dessas pequenas guerras que a gente hoje vai colhendo mais ou menos frutos. É muito bom que se possa coletivizar essa experiência.

Público: Fiquei pensando um pouco na questão dos infratores e acho que vou fazer um eco na sua fala, Rita. De 1984 até 1986, 1987, no Governo Montoro, a FEBEM também foi alvo de uma tentativa de desmonte. Você conta que, quando entrou, ela já não existia mais. De fato, quando saí estavam se esgotando as possibilidades de um ancoradouro político, até ao nível da opinião pública, para legitimar essas ações lá dentro. Mas de 1984 a 1987 elas foram minimamente possíveis. Eu estava me lembrando de uma fala de um menino e de uma cena na FEBEM - numa

unidade de segurança máxima, a mais fechada de todas, com garotos de 18 a 21 anos –, onde a presidente da instituição, na época Maria Ignês Bierrenbach fez uma reunião com todos os funcionários e meninos da unidade e disse: "Vocês são o futuro do Brasil!" Os meninos colocaram a mão na boca, os funcionários também, as pessoas queriam se afundar debaixo da mesa, quase ninguém conseguia controlar uma risada e a Maria Ignês seriamente imbuída da maior das boas intenções político-cristãs. Mas a história do futuro do Brasil parecia tão irônica e acho que o aparecimento da risada tinha toda razão, porque eram garotos e funcionários muito marcados por uma história de quase impossibilidade de ter futuro. Eles vinham ali, sabiam que estavam arriscados a morrer na primeira fuga, quando saíssem e se encontrassem de novo com a polícia, com as quadrilhas. Estava me lembrando da fala de um menino, que era uma fala que ecoava muito, era quase uma marca registrada dos meninos da FEBEM: "Eu não nasci para semente." Essa frase era repetida – não sei se você já a escutou de algum deles – quando se perguntava o que eles queriam fazer, se queriam sair. Eles respondiam: "Não nasci para semente". Então, posso morrer mesmo. Eu não tenho futuro, não posso crescer, não tenho como me desenvolver, não sou planta que vai vigorar e se sustentar. Estava me lembrando dessas duas situações porque acho que, no trabalho com infratores, eles são alvo de uma regulação social talvez muito mais violenta, no sentido do extermínio, dos embates com a morte; violência que está também plantada no corpo deles, como se não pudessem sustentar mais nenhuma vida. Torna-se um trabalho muito arriscado colocar a sua vida aí para sustentar projetos. As experiências que escuto dessa área são como sementes que não vingam. Elas são arrebetadas com muito mais facilidade, na base dos cassetes. O desmonte da área de infratores na FEBEM

passava também por jogar fora os paus, os cassetetes e com muita facilidade isso era remontado com pedaços de pau e surras. O que reapareceu.

Não sei se hoje existem relatos desse tipo na área de infratores, mas há pouco tempo a gente escutava histórias como essas. Eu estava lembrando disso porque acho que para além do esforço político que tem que estar colocado aí, há também a forma como esses garotos vão constituindo sua história, sua trajetória, um nível de violência que está tão implantado, que eles também não podem se fazer cúmplices de um projeto possível. Lembro-me que quando abríamos as unidades e tornávamos mais possível a circulação, ocorria um arrebatamento que eles também faziam dentro da unidade. Eram questões muito complicadas, manejos difíceis, que é estratégico serem falados, constituírem uma memória. Por isso, eu acho que a sua fala faz sentido e mostra um pedaço muito duro da experiência.

Público: Na linha da associação, no raciocínio do que a Cristina falou, me lembrei de umas notícias atuais em relação à FEBEM, sobre o quanto somos violentamente marcados no trabalho com o infrator. Um esforço que considero muito grande e que torna fundamental trabalhar em equipe, com um grupo para o qual se pode referir nessas situações – que estão cada vez mais impossibilitadas no Quadrilátero do Tatuapé. Quando existe um grupo de trabalho, ocorre uma possibilidade maior de intervenção e de suporte. Estava pensando que mesmo esse circuito de infratores parece que está fadado a ficar paralisado nesse momento histórico-político e que a única possibilidade de vida é a da explosão – que é muito violenta. Nesses últimos dois meses, estive pensando no nível de rebeliões que ocorreram na FEBEM, no de intervenções diretas de policiais e em uma cena da presidente da FEBEM. Na televisão, muito acuada, com um monte de microfones em

sua frente, quando foi perguntado se sabia dos cassetes que tinham sido encontrados na UR, ela respondeu que não e que tomaria providências. Essa é uma fala muito antiga. Ao mesmo tempo que "ninguém" sabe sobre esses instrumentos, trata-se de algo sabido, e muito, por todos.

Estava pensando, agora, em como aparece de novo a fala da implantação da Secretaria de Justiça como coordenadora desse trabalho. Isso, talvez, possa explicitar um movimento que vai cada vez mais se apresentar como uma condução das forças políticas oficiais em relação a esse campo da menoridade.

Público: Estou há três anos na rua e sei o quanto o trabalho com infratores é difícil. Uma questão que acho muito interessante é que quando houve a desinternação – e nós éramos contra a FEBEM, o internamento das crianças –, de repente os meninos na rua pediam que a contivéssemos. Houve um momento de loucura no grupo de educadores. Como é isso? Ao mesmo tempo que você é contra, questiona.

De repente, eles ultrapassaram a questão do limite na infração, nas drogas, e nós não tivemos resposta. É uma coisa que até hoje estamos discutindo. São as mesmas angústias que vocês vivem lá e o que alimenta um pouco são as alternativas – quando o pessoal vem com projetos. Na questão dos infratores é realmente muito difícil. Acho que a gente fica patinando, repetindo e até meio sem perspectiva.

Isabel: Não sei, eu tenho sempre a impressão de que é sem perspectivas mesmo. Em que sentido estou falando? Por exemplo, estou no campo da psiquiatria e pensamos o quanto é difícil. Eu lembrava de uma questão que estava lendo por aí, acho que era o Benilton Bezerra – não me lembro exatamente se era ele ou o Joel Birman –, onde se fala sobre o enorme poder que a psiquiatria tem, mas que é um poder delegado – porque é como a lata de lixo onde vão parar todas as contradições que o nosso sistema não pode resolver. Ela está encarregada de suportar, através de

diagnóstico, do rótulo e tudo mais, mas a questão é que não tem condições de resolver.

Então, o tempo todo penso que há intervenções específicas, que são fundamentalmente de outros campos, porque a gente fica doente ao tentar resolver questões para as quais não temos condições e recursos. Como resolver estas questões que estão sendo colocadas? É muito complicado, não é psíquico ou os instrumentos dentro do psíquico que resolvem isto. E acho que é importante pensarmos se como técnicos – esta palavra que parece que resolve – temos que nos encarregar desse recado.

Se pegamos um sujeito cuja única possibilidade de expressão de sua subjetividade é isso, a emergência da pulsão de morte a mil por hora – porque seu corpo e sua singularidade estão marcados por isso desde que nasceu e sabe que vai morrer amanhã –, diga-me: que intervenção específica dentro do psíquico podemos fazer? Não brinquemos, senão acreditaremos naqueles contos de que com carinho e com dedicação... Isso é “conversa para boi dormir” e para nos adoecer também. Penso que as intervenções são de outra ordem, porque não é verdade que tenhamos espaço dentro do que está configurado. Acho que é verdade o que você diz, porque se trata de outra coisa – é uma ordem disciplinar que está querendo dar conta de uma situação que vem semeada de outros lugares. Talvez seja uma alternativa. Eu me pergunto se a gente não tem que começar ações específicas muito antes. Não sei se seria já com infratores. Não quero dizer, por favor, que os abandonemos – porque não vamos suportar a culpa! –, mas pelo amor de Deus, também não fiquemos esmagados por essa pulsão de morte horrorosa que não vai nos permitir fazer nada. É muito doloroso dizer isto.

Sylvio: Eu estava lembrando aqui do título do livro da Marlene Guirado: “O vínculo com o abandono”. Outro dia vi-

venciei uma situação como essa que poderia ser acrescentado: o vínculo com o absurdo. Eu acho que lidamos com situações absurdas e não podemos nos cobrar sempre sair bem ou dar a volta por cima dos absurdos com que convivemos. Na psicologia precisamos trabalhar com essas angústias, quer dizer, com essa onipotência. Uma psicóloga certa vez falava do problema de um garoto que estava próximo de completar 18 anos numa situação muito complicada e ela não encontrava nenhuma perspectiva para ele, que teria que se desvincular da instituição. Começamos a conversar e me identifiquei muito com a situação difícil que ela vivia naquela hora e ao mesmo tempo comecei a enxergar esses limites. Não tem jeito. Talvez passe por isso que você falou, algumas ações específicas. Como é que podemos cavar alguma coisa que viabilize uma resposta para essa situação daqui a algum tempo? Realmente não sei. Pela primeira vez na minha vida aconteceu o que a gente que trabalha na área de humanas sempre fala muito: ter paciência histórica. Eu acho que dá para ter paciência se conseguimos vislumbrar, cada vez mais, a complexidade de fatores envolvidos nas situações que enfrentamos no cotidiano como profissionais. É mais fácil nos situarmos no trabalho sem estar pressionados por coisas que simplesmente não podemos responder. Você estava falando da relação da Secretaria com a FEBEM. Isso é muito interessante porque até onde eu sei – pelo menos, há uma fala muito grande do pessoal da FEBEM neste sentido – a Secretaria chegou, na medida em que encampou a FEBEM, chutando, detonando, mas acho que com o passar do tempo se deu conta de que não era tão simples assim e está modificando as coisas. Acho que, em breve, vamos ter maiores oportunidades de “trocar essas figurinhas” – dando uma maior coesão ou integração na proposta de trabalho. Talvez, de alguma maneira, isso passe pela influência na questão do trabalho, em como lidar com os adolescentes infratores.

Rita: Quando o Estatuto foi aprovado, a FEBEM, instituição, no ano passado, fez todo um movimento para que os técnicos em geral participassem dos fóruns de debate regionais, depois municipais. Mas, depois, foi baixada uma proibição: o técnico da FEBEM é proibido de participar dos fóruns de debate. Estamos lidando, na verdade, com realidades diferentes; quem trabalha na FEBEM não pode ir.

Público: É, acho que fica marcado o que a Isabel fala desde do início: são instituições dentro da instituição.

Rita: Mas é muito incoerente. Vamos da onipotência para a impotência de uma só vez. A sensação que me passa é essa: vamos do tudo para o nada pode. Na área de infratores isso é fortíssimo. Você entra – até ganha o título de ingênua, não necessariamente os recém-formados, pessoas oriundas de outros lugares, que vêm de outras experiências – acreditando que pode executar alguma coisa e se frustra sobremaneira. Vamos da onipotência para a impotência sem escalas, num vô direto.

De repente, vem uma fala: "Olha, tem o fórum. Que legal que tem o fórum." Inclusive já participei de alguns fóruns como pessoa física, nunca como representante da FEBEM. Também é uma carga ser representante da instituição – eu não gostaria desse rótulo. De pressionados a participar, passamos a ser proibidos. São atitudes contraditórias, que acontecem em questão de meses.

Público: Na linha de que queríamos ver o que aconteceria três anos depois é como se nos deparássemos com algo novo. Acho que o novo talvez seja a organização, coisas acontecendo – não sei se boas ou não. No debate anterior, nos focalizamos muito nos técnicos. Hoje, no começo, o Silvío trazia um pouco isso. Mas acho que nós também podemos colocar uma questão: como é o técnico em um lugar de assistente de direção, de Poder Executivo?

Até onde é possível caminhar junto? Conseguem caminhar juntos em uma proposta? E em que momento se diferem? Acho que é uma coisa que não está muito definida, como também a proposta não está. Você, Silvio, fala em desmontar a FEBEM, isso é uma espécie de bandeira. Mas estamos caminhando um pouco para onde vai dar isso. Apóia-se acabar com a FEBEM, mas de repente se depara com uma outra conseqüência que vem da fala do próprio menino. Então, qual é o sentido da instituição? Para que ela serve? Qual é o nosso lugar? O que mudou no nosso discurso de esquerda, no sentido de poder estar pensando outras coisas?

Isabel: O discurso de esquerda, me parece, também sofreu mudanças. Não deixamos de ser técnicos porque, em um certo sentido, o que tem acontecido em nível nacional é que os lugares de poder foram assumidos. Muito me irrita a palavra técnico. É uma palavra que traz uma armadilha, que dissocia e que oculta. Oculta porque os técnicos também são sujeitos políticos. De certa forma nós nos defrontamos – e quando digo nós estou falando dos técnicos –, nos angustiamos tanto nesses momentos quando, por exemplo, nos damos conta que, em certo sentido, temos oportunidade de ascender a espaços políticos de decisão e de poder, e isso nos tira da neutralidade. Mas também é uma decisão política não se sentir que é ponto pacífico quando não lhe deixam circular entre os corredores da FEBEM. Creio que a gente se esconde no técnico. E esse sempre foi o papel dos assessores. Um é assessor, mas quem toma a decisão é o outro, aquele que espinafremos, sempre do lugar de técnicos, quando errar. Quem corre o risco, quem se coloca politicamente é quem dirige. Tem acontecido várias coisas interessantes nesse sentido, não só na FEBEM, mas no país. Isso nos coloca que é preciso também ter paciência. Ter o lugar no poder não é tão fácil. Nos coloca a possibilidade de implementar mudanças na prática e agüentar as suas

conseqüências. Vão colocar os meninos na rua, mas quem os conterà? Nesse sentido, acho que estamos perdendo a ingenuidade e isso me parece ótimo. É interessante que a gente possa deixar de ser técnico para ser sujeito político.

Público: Mas eu acho que tem uma diferença. Quando eu estou nomeando o técnico, usando esse termo, é como se, antes, o poder de inserção política, a vontade política, estivesse mais jogada no corpo técnico. Agora, quando ouvia a fala do Silvio, era como se através da montagem desse projeto ele fosse tentar alcançar o corpo técnico. E eu estava me perguntando: "Onde ele está, o que está fazendo, qual é a sua vontade política?"

Isabel: Por que você está pensando tão maciçamente? Há técnicos e técnicos, há graus diferentes.

Sylvio: É interessante. Na verdade, essa minha fala inicial está embutida de questões que fico pensando comigo mesmo. Por exemplo, estava dando uma olhada em um material na linha da psicologia institucional, naquele livro da Marlene Guirado em que ela retoma o Bleger, o Lapassade, o Guilhon de Albuquerque, e tenta apontar algumas perspectivas nessa direção. Fiquei me perguntando, buscando uma maneira de ver como é que poderia ocorrer essa tentativa de resgatar alguma especificidade do trabalho do psicólogo, a questão do enquadre, da dissociação instrumental – e acho que me dei conta do que estamos discutindo ultimamente. Será que, por conta de estarmos visualizando a estrutura como um todo – tendo mais elementos para fazermos algumas leituras e mais consciência de que há todo um trabalho a ser feito –, não estamos avançando demais nas discussões técnicas quando outros aspectos não estão tão claros para as pessoas? São coisas mais elementares.

De repente existe uma equipe se debruçando sobre questões mais específicas, sobre o desenvolvimento da

criança, e tem crianças na unidade que olhando não dá para definir se é menino ou menina. A questão do piolho, por exemplo. São coisas de tal maneira impregnadas, banalizadas no cotidiano, que eu me pergunto: como a gente lida com esse movimento? Em qual ritmo devemos colocar ou receber as questões que chegam? Em alguns momentos trocando com o pessoal e, em outros, em uma reflexão mais pessoal, penso em como é que a gente lida com – não sei se esse é o termo mais adequado – a sofisticação do atendimento dos assistentes sociais e dos psicólogos, quando outras coisas estão aí colocadas e não dá para caminhar sem levá-las em conta.

Isabel: Isso me fez lembrar de uma discussão que tivemos na semana passada. Era exatamente sobre a tal da neutralidade – você estava falando sobre o enquadre etc – e acho que, de novo, caímos em uma tecnologia política. Nós não temos motivos para sermos neutros enquanto posição social. Quando se fala de neutralidade ou de enquadre, discutimos uma outra coisa que, creio, tem sido analisada: algo como formar uma trincheira, onde o que se oculta por trás do técnico é uma postura política. Como alguém pode dizer que só interpreta? O que significa isso? Para mim, neutralidade significa colocar algum dispositivo que possa ajudar a esses sujeitos que estão na minha frente a emergir como tal. E nisso implica o piolho, implica não saber se é menino ou menina, mas não implica me abster absolutamente de qualquer ação.

É claro que isso é tomar uma posição, senão chegamos em questões como as que vivemos no passado deste país, durante a ditadura, quando um senhor, atendendo um torturador, dizia: “A minha política é a psicanálise.” E se abstinha por causa da neutralidade. Por favor, isso é posição política!

Pela primeira vez acho que estamos tendo a possibilidade de colocar isso seriamente. Estamos nas instituições,

esse é o caminho. O psicólogo deixou de estar nos consultórios, uma grande massa deles está trabalhando nas instituições e isto traz mudanças.

Público: Uma coisa que eu ficava pensando nessa linha, associando um pouco com o que a Rita e o Silvio falavam, esses enquadres "a la antiga": o atendimento individual, a neutralidade e a distância. Como se isso fosse uma coisa muito ruim. Pensei no quanto essa discussão é séria e violenta ao mesmo tempo, porque faz com que você tenha que se aproximar dos corpos que estão aí, na sua frente, se aproximar de quem sofre. Quer dizer que o enquadre, muitas vezes, nessa linha mais antiga o distancia. Você não vê mais o corpo, não vê o piolho, não vê a fome. Começa a selecionar pequenos recortes psíquicos. Essa clínica ampliada é violenta nessa medida, porque coloca esta questão: como é que você está de fato no embate com o outro e pode promover uma ação efetiva, uma ação ética, uma ação humana, uma ação política, uma ação de trabalho e que muitas vezes é ir conversando, catando piolho? E também poder superar essas diferenças sociais que nos atravessam violentamente nesse trabalho? Como é trabalhar com o louco pobre, a criança infratora? Que coisas lhe são colocadas? Sair desse lugar de quem tem o poder: "Eu sei porque, afinal, pude ter essa formação. Eu tenho um saber que, de algum jeito, vou passar para o outro." Sair desse lugar é um esforço muito grande. Penso sobre a formação de que você falava e em como está difícil colocar essa questão na universidade. O que é formar um profissional para esse trabalho, com essas preocupações, com essa dimensão ética apresentada.

Sylvio: Eu acrescentaria outras coisas também. Você começa a ver com uma certa inquietação esse lugar meio privilegiado do psicólogo. Primeiro, acho muito difícil garantir, nessa linha que você estava falando, e ao mesmo

tempo acho que abrem-se novas perspectivas em psicologia que são muito interessantes e que estão por ser feitas. Por exemplo: de uns tempos para cá tem sido retomada a corrente sócio-histórica da psicologia. E isso tem ocorrido de maneira pouco dogmática – inclusive resgatando as idéias que foram apresentadas principalmente na primeira metade deste século e depois desenvolvidas por algumas pessoas. O Vigotski não teve o mesmo tempo que o Piaget para desdobrar as principais idéias norteadoras, a maneira como ele vê o interacionismo, a construção social da criança. Eu acho que essas idéias estão sendo retomadas hoje com maior responsabilidade, à luz de vários outros desenvolvimentos que ocorreram em áreas afins da psicologia. A própria psicanálise, a semiótica, a semiologia, a lingüística. Tem muita coisa interessante para aproveitarmos num lugar que não é necessariamente a escola, a creche, mas num espaço como esse, de convivência das crianças, em programas que a Secretaria está enfatizando ou pelo menos dando mais importância.

Ao lidar mais com essa questão da psicologia institucional, da análise institucional, corremos o risco de ficar muito ligados à questão do imaginário das representações – um discurso muito refinado, mas suscetível de estar negligenciando outros aspectos que eu acho que estão em jogo também nesse trabalho.

Isabel: Sim, mas não esqueça que quando Lourau fala da análise institucional, ele está se referindo aos mecanismos de poder e o que as intervenções são em relação a isso – trata-se de ver por onde o poder caminha e por onde as potencializações podem ser direcionadas. É político. Acho que isso é importante, não?

Rita: Isabel, chamou-me a atenção uma coisa que você falou sobre o fato de as instituições terem um grande número de psicólogos. Na FEBEM é o contrário, lá existem pouquíssimos psicólogos.

Isabel: Não, eu disse que os psicólogos, cada vez mais, estão procurando as instituições porque há um processo sócio-político que está pauperizando a classe média. Não que as instituições tenham maior número, é que não há outro lugar de emprego senão nas instituições. Não é uma questão de abertura.

Rita: Mas é que, na verdade, a FEBEM vai até contra isso, porque ela tem muitos assistentes sociais, um número relativo de pedagogos, mas pouquíssimos psicólogos. Quando eu entrei, em 1989, existiam reuniões de psicólogos na FEBEM. Agora não ocorrem porque serão cerca de dez pessoas. Claro que é um número significativo, mas já não existe mais força para isso. Eu acho que também é um dado importante, que deve chamar a nossa atenção, pois lá havia um grande número de psicólogos. Não é por acaso que isso acontece.

Público: Na Secretaria é o contrário, tem um grande número de psicólogos.

Público: É o contrário. Há um tempo não se queria nem funcionários de FEBEM, nem psicólogos. Mas o importante nisso é pensarmos no que estávamos falando, sobre qual é a função do psicólogo, como pode atuar; é pensar nele junto com outros profissionais. A questão, me parece, não é o número de psicólogos ou de sociólogos, mas no quanto dá para se ter de espaço e de atuação. Aí é que está a saúde mental dentro de espaços da educação. Acho que talvez seja um pouco por aí.

Público: Como as atuações vão sendo agenciadas.

Rita: E como nos referendamos, inclusive, com os profissionais, porque isso é muito gratificante. É importante porque, na verdade, o que acontece é que ficamos enclausurados numa torre, quer seja de marfim, de madeira, de papel, sei lá do que. Mas ficamos meio distantes.

Público: Acho que esta é uma coisa interessante. Por exemplo, na Secretaria do Menor, desde o início, eram

contratados educadores de rua – o que se discutia tanto. Negava-se o técnico, a especialização técnica de cada profissional. Não sei muito se era intencional ou não, mas talvez aí seja possível um resultado positivo, que é essa interação que de início era muito complicada. Mesmo no debate de 1989, na parte que eu li, a educadora colocava um pouco isso, de ser educadora de rua e psicóloga, que era uma coisa confusa naquela época. Ela colocava uma questão muito séria que se discutia: como é que estão os técnicos? em que lugar? Eu acho que ainda tem problemas, sem dúvida, mas acho que o caminho é essa possibilidade de estar junto, fazendo uma interlocução com o objetivo do trabalho que é comum.

Comissão: Bom, antes de encerrar, fazemos um convite a quem esteve aqui hoje para o encontro que vai haver amanhã: o debate sobre a Vara da Infância nesta mesma linha. As pessoas também estão com o material que foi produzido da outra vez em relação à Vara e vêm outros profissionais com seu relato a partir daquele.

Vara da Infância e da Juventude/Vara da Família
Realizado em 03/06/92

Expositoras:

Renata Mancini Ferreira

Fórum Central

Maria Antonia Pires dos Santos Cerqueira

Fórum Central

Dayse Cesar Franco Bernardi

Fórum Taubaté

Debatedor:

Sérgio Maida

Maria Antonia: Vamos falar como está a nossa Regional porque na Capital existem várias regionais completamente independentes. Não é possível falar por outros psicólogos da instituição sem consultá-los.

Renata: Nós não fizemos nenhum tipo de apanhado em relação à Vara de Família. Acho que seria o caso de completarmos. Começamos fazendo uma atualização de como está sendo o trabalho na sessão de atendimento básico.

A Vara Central é a única que tem divisão em sessões – nas outras regionais os psicólogos atendem a todos os casos. Como a Vara Central é a mais antiga, fomos conseguindo, com o tempo, ter mais psicólogos. Então, dividimos em grandes grupos os tipos de casos que considerávamos adequados para especializarmos e aprofundarmos um pouco mais. Na Vara havia três sessões, atualmente são quatro: Vara da Família, Atendimento

Básico, Sessão de Adoção e Sessão de Apoio. Essa divisão ocorre basicamente pelas medidas que são adotadas. A Sessão de Atendimento Básico atende pedidos de internação, tutela, problemas de desajuste familiar, destituição de pátrio poder quando não visa a adoção...

Maria Antonia: Na Destituição de pátrio poder, a diferença é que nos casos dessa Sessão é feita quando os pais são destituídos à revelia, por terem maltratado os filhos ou coisa parecida – eles não estão se destituindo voluntariamente visando adoção.

Renata: Suprimento de idade, desinternação, maus tratos ...

Maria Antonia: De uma maneira geral, enfocando por outro ângulo, que não seja o das medidas, o Atendimento Básico trabalha com a família de origem, com a família biológica. É a Sessão de Adoção que cuida, caso essas mesmas questões, vinculadas aos maus tratos, pedidos de internação, forem de uma criança adotiva. Ou seja, a Sessão de Atendimento Básico trabalha com a família natural, a família biológica, atendendo a todas essas medidas. Uma característica atual é que mesmo tendo claro essas medidas na Vara Central, os critérios de encaminhamento dos casos para a Psicologia têm sido mais aleatórios que antigamente. Muitos são feitos em função do que cada pessoa que encaminha, acha.

Renata: Generalizando, continuamos trabalhando com todas as medidas mencionadas. A designação do profissional para atender um caso ocorre de acordo com uma escala de trabalho. Mas se existe um psicólogo que já atuou num determinado caso, preferencialmente, ele lhe dará continuidade. Existe um acompanhamento. Isso acontece desde o começo na Psicologia. Como, muitas vezes, o atendimento é em caráter de urgência, se o psicólogo do caso não está, outro atende. Mas remarca para aquele que já atendeu antes, para que se dê continuidade. Quanto à intervenção que é feita em cada caso, daria, a grosso modo, para

definirmos assim: existe uma entrevista inicial – quando é feito um apanhado geral, pelo psicólogo, do que está acontecendo naquela dinâmica, naquela família, naquela situação –, são coletados os dados mais elementares e já no mesmo dia é enviado um relatório sucinto, mas de uma maneira ainda superficial – porque depois o caso vai ser aprofundado no acompanhamento. Como já afirmei, o caso é acompanhado visando uma ampliação dos dados e da compreensão da situação, mas existe essa entrevista inicial. E mesmo tendo em vista a continuidade, as pessoas já recebem algumas orientações porque, muitas vezes, vão em busca de uma orientação que não pode ser esperada. Sempre tendo como meta, como filosofia última do trabalho, que as pessoas se apropriem mais de suas vidas e assumam as conseqüências das atitudes que têm frente aos filhos, aos sobrinhos, enfim, àquelas crianças e adolescentes de que foram tratar ali. Ou seja, o caso é passado para o psicólogo, que faz esse tipo de atendimento mais imediato – que pode ser breve, mas às vezes nem tanto. Além disso, acontece um acompanhamento. São marcados alguns retornos com essas pessoas que foram atendidas. Mas, principalmente na Sessão de Atendimento Básico, está sendo feita, mais atualmente, uma tentativa de caracterizar esse tipo de orientação como a mais breve possível – visando não alimentar um vínculo que acaba sendo pseudo-terapêutico. As pessoas acham que indo lá, estão sendo atendidas por um psicólogo, e não vão procurar uma clínica, uma terapia. E eles não estão fazendo terapia ali.

Temos muito claro que nosso espaço de trabalho é completamente desvinculado da psicoterapia no sentido clássico do termo. Então, um acompanhamento longo fica meio contraditório com a idéia de que aquilo não é um tratamento. Tentamos fazer um trabalho mais imediato e dar um encaminhamento, quando necessário, para uma clínica,

até para um hospital – para uma creche, ou escola também, embora sejam mais freqüentes nossos encaminhamentos para clínicas psicológicas e para algum serviço de psiquiatria. Uma coisa que notamos é que se o pedido manifesto mais concreto pode ser atendido, pede-se o encerramento do caso. Isso está um pouco longe de ser realidade porque o caso vai prosseguindo muito ao sabor da solicitação das pessoas. Encerra-se um caso hoje, daqui a um mês tem um novo problema com o filho e a pessoa volta lá tantas vezes que, de uma maneira geral, o juiz nem determina mais o arquivamento dos processos – porque já sabe que a pessoa vai voltar. É uma característica meio complicada porque não é a nossa meta, não é o que consideramos o desejado. Mas, enfim, na realidade as coisas são diferentes.

Maria Antonia: Inclusive, já vimos que às vezes, há um pedido subliminar das pessoas. De uma forma indireta, elas pedem para serem adotadas. Elas querem que nós as adotemos. Às vezes, efetivamente, não está acontecendo nada de extraordinário, mas eles solicitam uma entrevista. Então, é preciso detectar isso.

Renata: Agora, num nível mais de comentário, nós vemos que tem um pedido explícito e tem outros pedidos implícitos, apoio, colo, atenção – e no meio de um monte de crises que vivemos não é muito de estranhar que as pessoas reapareçam onde são ouvidas. Acho que não podemos nos eximir de dar uma boa orientação e corresponder a essa necessidade. Mas temos sempre que tomar muito cuidado para colocar um limite na hora certa e não entrar nesse âmbito, que já não seria o da psicologia no Judiciário: nem bem a pessoa está sendo esclarecida, nem bem está sendo tratada. A medida já não está em questão. E a pessoa sai dali achando que está aliviada, que cumpriu seu dever de procurar alguém para falar do problema do filho e que não precisa fazer mais nada. Às vezes é mais

fácil atender do que colocar o limite, mas não é o que temos que fazer ali.

Temos alguns questionamentos que não se referem só ao Atendimento Básico, mas é aquela velha questão: será que é conciliável psicologia com Judiciário? Acreditamos que seja de certa forma conciliável, senão não estaríamos mais lá. É sempre muito complicado na prática compreender, enxergar as coisas do ponto de vista da pessoa, na medida do possível, sem julgar, como é o objetivo do psicólogo. E estar dentro do Judiciário, que tem o objetivo de julgar, punir, enquadrar no certo e no errado, enquadrar no sistema – o que nem sempre é o mais justo – é uma contradição com a qual nos deparamos no dia-a-dia. Ela é geradora de angústia, de reflexão. Mas acho que, até hoje, não chegamos num ponto muito claro, totalmente claro, e nem sei se vamos chegar um dia, se dá para chegar e se é para chegar.

Maria Antonia: Aí fica aquela questão que colocamos no trabalho sobre o histórico do psicólogo no Tribunal: as pessoas geralmente procuram o Judiciário ou quando estão desmotivadas ou quando não acreditam mais na sua capacidade de decisão sobre a própria vida. Elas também querem uma decisão de fora, e a instituição existe para isso. De certa forma, os psicólogos contrariam isso. São aqueles que tentam devolver a decisão para a pessoa – mas nem sempre a pessoa ou a instituição querem que façamos isso. É complicado.

Renata: Fica meio difícil delimitar o que é o papel do psicólogo, o que é o papel do assistente social, qual é o do curador e o do juiz. Na prática, tudo fica muito misturado e vamos tentando sempre ter clareza – mesmo sabendo que a coisa não é tão separada assim. Precisamos ter, pelo menos, consciência das misturas que acontecem. Nesse sentido, tentamos não perder de vista que estamos dentro do Judiciário, dentro de uma instituição. Não podemos nos enganar e tentar trabalhar como se estivéssemos dentro de

um outro lugar que não fosse a instituição judiciária. Inclusive para não passarmos uma dupla mensagem para as pessoas, de que estamos ali para ouvi-las, para o crescimento delas e que aquilo não vai ser passado no seu relatório – de certa forma, com toda a salvaguarda da ética e do sigilo, aquilo vai constar no relatório. Ou seja, é uma situação muito específica e, como uma situação nova, ainda não se encontrou muitas respostas.

Maria Antonia: Sobre a adoção, eu acho bastante complexa essa questão e me preocupa muito porque parece que ela é um assunto que mobiliza demais e por isso se torna um tema muito delicado. Na televisão, na imprensa e no próprio trabalho os casos de adoção são muito valorizados e é difícil ficar longe disso. A Sessão de Adoção, existe desde 1985. A equipe conta, atualmente, com sete psicólogos para trabalhar só com adoção em seus vários momentos, desde a inscrição no C.P.A. (Cadastro dos Pretendentes à Adoção), o momento da seleção dos casais ou pessoas – não é necessário ser um casal –, que é um instante mais isolado, onde a nossa intervenção ocorre através de entrevistas. Normalmente, no Judiciário, a pressão é para que façamos tudo muito depressa. Se houver um parecer favorável da Psicologia de que naquele momento está tudo caminhando bem, essa inscrição vai para a Curadoria e em seguida o pretendente é encaminhado ao juiz e ficará aguardando uma criança. Muitas vezes encaminhamos para terapia antes de dar um parecer.

É muito comum o surgimento de casos, por exemplo, em que o casal perdeu uma criança há pouco tempo ou soube há muito pouco tempo que é estéril, coisas desse tipo que, do nosso ponto de vista, inviabilizariam uma adoção naquele momento. Isso no Judiciário, de maneira geral, é muito delicado. Nosso parecer pode ficar ali como um estigma. Por isso, colocamos nesses casos de inscrição que “neste momento

foi orientado, encaminhado para terapia e solicitamos um retorno em seis meses”, por exemplo. Trabalhamos também junto aos processos normais da Vara. Por exemplo, no momento em que é concedido o termo de guarda para uma adoção é necessária uma intervenção do psicólogo. Se o casal já passou pela Psicologia antes, nós não aprofundamos muito, neste momento porque já houve uma avaliação prévia. Essa intervenção é muito breve porque vamos focar mais o nosso trabalho depois, no acompanhamento do estágio de convivência. Mas muitos casos não passam por essa avaliação na inscrição porque os casais, por exemplo, já tiveram convivência com aquela criança. Eles estão ali só para oficializar – ninguém vai tirar a criança desse casal e dar para um outro que está inscrito. Neste caso, nossa avaliação é mais longa, mesmo para esse termo de guarda inicial.

Trabalhamos também quanto a medidas relativas às crianças internadas. Quando são crianças maiores ou internadas que já não têm uma vinculação de fato com a família de origem – estão lá há muito tempo sem visita – muitas vezes o juiz determina que se faça uma avaliação psicológica para ver as condições, para ser colocada ou não em família substituta. E, a Sessão de Apoio, atuará junto às crianças e adolescentes não colocáveis. Junto às mães nossa perspectiva é de que o trabalho seja realizado naquele momento em que se destitui o pátrio poder para entregar a criança à adoção – estou falando o que seria, a nossa proposta, o que pretendemos, o que consideramos necessário; dependendo do juiz, ele pode alterar as normas internas. Muitas vezes também consideramos que é necessário um acompanhamento antes de uma sugestão ou um parecer.

Às vezes encaminhamos para terapia, para os possíveis recursos da comunidade, embora precários. Com relação às genitoras, nós consideramos esse momento muito importante também, não só para dar um apoio para genitora

nesse momento de decisão, mas se a criança realmente for para adoção é necessário que se cuide da anamnese, porque, futuramente, os casais podem precisar de dados com relação à vida anterior da criança. Normalmente não se faz isso. Uma vez concedida a guarda, acompanhamos durante o estágio de convivência e emitimos um parecer final após esse acompanhamento.

Gostaria de colocar um dos problemas que considero atual: o Estatuto da Criança e do Adolescente está começando a entrar em vigor. Como todas as regionais, todas as cidades são independentes, nosso trabalho depende muito da interpretação de cada juiz. A Sessão de Adoção, por exemplo, no que se refere ao termo de guarda, que é o estágio de convivência para adoção, se propõe fazer em trabalho preventivo. Neste momento podemos atuar desta forma e para isto precisamos atender a todos os casos durante esse estágio. Mas isso depende da interpretação de cada juiz, além de o Estatuto prever que o estágio de convivência pode ser dispensado se a criança tiver menos de um ano, e um grande número de adoções são de crianças recém-nascidas. Neste caso, a adoção é imediata e nem sempre ocorre aquela avaliação e acompanhamento prévio. Apesar de termos solicitado que todos os casos passem pela Psicologia, ainda não obtivemos resposta positiva. É que o psicólogo muitas vezes é utilizado quando as coisas estão complicadas. Se não pudermos realizar um trabalho preventivo com as crianças, com quem então?

A psicologia preventiva não é muito bem aceita, e nós consideramos tendenciosa essa interpretação de que o estágio de convivência, do termo de guarda de bebês e recém-nascidos não seja considerado, para que se possa avaliar e intervir.

Nesta medida consideramos perigoso o Artigo 46, início do parágrafo primeiro: – "O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando não tiver mais de um ano de

idade". Haveria aqui um pressuposto preconceituoso? Se os meritíssimos Juizes de fato dispensarem o estágio de convivência nas colocações de bebês, correrão o risco de ratificar o conceito oculto neste Artigo, de que, se houverem dificuldades na convivência futura, a serem estudadas, observadas suas tendências e prevenidas, estas dificuldades partem das crianças, uma vez que no caso de bebês o estágio é dispensado.

Nossa experiência tem nos mostrado que existem conflitos mais cristalizados por parte dos pretendentes à adoção do que relativos à própria criança, que como tal, dispõe de maior flexibilidade para elaborar a falta e as seqüelas que esta acarreta. É durante o estágio de convivência que temos maiores possibilidades de fornecer subsídios técnicos para os interessados; quando superada a ansiedade primeira, a da "obtenção" da criança, tornam-se mais receptivos a orientações, e mais espontâneos na manifestação de suas dificuldades conscientes e inconscientes.

Nosso trabalho, essencialmente, é este. Existem também as disputas que podem acontecer durante o período de convivência. A mãe pode voltar e disputar aquela criança. Se ainda está sendo trabalhada a adoção é a Sessão de Adoção que acompanha. Basicamente falei sobre a forma do nosso trabalho. São muitos aspectos – é muito complexo. Nossa atuação é muito difícil e é como se, também nesse tipo de caso, a Psicologia fosse incômoda, porque temos que ver o que está latente, o que subjaz, em especial na adoção – que é o único momento em que o profissional vê uma coisa bonita, a própria adoção. E cabe aos psicólogos ver o que está por trás daquela coisa bonita, alegre, a criança chamando instantaneamente o casal de papai e mamãe...

Público: É o juiz que encaminha, não é o Serviço Social?

Renata: Geralmente sim, mas pode ser o juiz ou a curadoria, diretamente.

E só para fechar, está começando a se instalar uma sessão nova. Há pouco a dizer ainda e também não quero me alongar em detalhes porque nem sabemos, na verdade, se isso vai ficar como estávamos planejando. Ainda está mais no plano do que na ação. A idéia inicial dessa nova sessão é abarcar os aspectos que o Básico e a Adoção não dariam conta, devido a intensa demanda. São muitos casos que passam por lá. Seria um trabalho preventivo, também, dos interessados que estão na fila de espera da adoção. Depois que eles foram aprovados na inscrição e enquanto aguardam a adoção, passariam por um trabalho em grupos, onde teriam uma preparação, sensibilização, questionamento sobre o que estão fazendo em relação à vida deles nesse momento da adoção (tenho observado que esses grupos têm funcionado como oportunidade para que os pretendentes "gerem" seus futuros filhos adotivos). Abarcaria também um outro extremo, que seriam os adolescentes atualmente internados, que a família de origem não visita mais, não se interessa e que também não vão mais para adoção porque já estão numa idade que não é viável a colocação – enfatizando aquelas que estão em obras, onde não há técnicos, nem psicólogos, nem assistentes sociais. Eles ficam quase estagnados lá, afastados da realidade. É preciso fazer um trabalho no sentido de conscientização, de ressocialização desses adolescentes para quando saírem. A primeira parte desse trabalho, com os casais, já está começando a ser feita, mas ainda em caráter experimental. Não sabemos até que ponto isso vai ser totalmente instalado ou não, em termos de viabilidade. O outro campo de atuação ainda nem começou a ser instalado, mesmo experimentalmente, por falta de tempo e de pessoal para fazê-lo. Este trabalho talvez encontre mais resistência do que os outros, pelo fato de que não atua imediatamente com uma medida, com um aspecto mais claramente jurídico nas situações. Seria mais de orientação, o

que não se caracterizaria obrigatoriamente como uma atividade do Judiciário, mas existe esta demanda. A gente está começando a sondar o espaço para instalar de fato esse novo trabalho.

Maria Antonia: Com relação às adoções, acrescento o cuidado que todos que trabalham nessa área, deveriam ter, porque se não se tomar cuidado, se assume o poder, mesmo. É fácil entrar num papel quase que divino, de quem forma famílias. É muito sedutor. Não há fórmulas. Nós acreditamos que para atender melhor às adoções temos que ver cada caso, cada criança, cada genitor e cada casal – o que pode culminar numa adoção ou não. A adoção em si não é uma maravilha. *A priori*, não existe, e sim é uma decorrência. E se o trabalho é preventivo, na medida em que é uma relação que está se iniciando, não perdemos de vista que ela só existe, e essa família só vai se formar em função de um histórico muitas vezes doloroso e muito comprometido para todos os envolvidos: a genitora, a criança e o casal. É algo novo que pode ter muita coisa por trás, comprometendo e, até, muitas vezes, inviabilizando. E por outro lado, se bem feita, pode vir de encontro às necessidades de todos os envolvidos.

Dayse: Eu vou falar de dois momentos que ficam por conta das minhas passagens nessa instituição. Eu tive um momento junto com a Renata e com a Maria Antonia na Vara da Infância, antiga Vara de Menores e, em 1985, quando houve a formação de sessões especializadas, fiquei encarregada da instalação da Sessão de Psicologia das Varas de Família no Fórum João Mendes Júnior. Acho que seria interessante fazer um paralelo e perguntar: por que o psicólogo da Vara da Infância foi para a Vara da Família? Eu acho que tem um elo de ligação que fica oculto. Na primeira fala, há três anos, não foi citado, como se o setor não existisse. Propusemos a atuação do psicólogo na Vara da

Família porque, na verdade, achamos que o que dá espaço para ele entrar no Judiciário são exatamente as questões da família e da criança. Não podemos deixar de contextualizar a nossa prática, que está inserida numa instituição estatal normativa e que por ter esse caráter está respondendo a um código de leis sancionadas pela sociedade e, de alguma forma, defendendo alguns valores sociais. O modelo de família como o núcleo natural de criação de crianças, por exemplo. Esse modelo perpassa toda a atuação do psicólogo, seja ela na Vara da Infância seja na Vara da Família. Então, acho que quando o psicólogo adentra ao Poder Judiciário em São Paulo, isso ocorre através de um trabalho voluntário, mas que, retomando na história, era exatamente um serviço de colocação familiar. Ele entra como o profissional que vai trabalhar com grupo de mães e com grupo de adolescentes de famílias que não tinham renda e estavam sendo beneficiadas pela lei 560 – que era um auxílio econômico para que as crianças fossem mantidas nas suas famílias de origem. Então, se retomarmos que, embora tenha sido uma atitude inicialmente de duas pessoas que eram escreventes e que começaram a se preocupar com a Psicologia ali dentro, houve um preparo para que isso acontecesse através do Serviço Social, que, ao fazer até mesmo o organograma do serviço de colocação familiar como específico do Judiciário, previa o lugar do psicólogo como aquele que poderia estar lidando com as questões das crianças e das famílias. Que crianças e que famílias? As famílias que precisariam estar sendo ajudadas economicamente e psicologicamente. Isso perpassa a nossa história, mesmo quando iniciamos como os psicólogos voluntários. Quando da descentralização das Varas de Menores em São Paulo, chamou-se o psicólogo para trabalhar na audiência interprofissional – o psicólogo saiu de uma atitude executiva de prestação de serviços a um

grupo organizado de famílias —, para ser um auxiliar direto do juiz, numa atuação judicante. Que modelo se buscou nesse momento e por que isso aconteceu? Eu acho interessante contextualizar que em primeiro lugar, o IAFAM (Instituto de Assuntos da Família) passou a ser o órgão executivo que dá cumprimento à lei 560, retirando do Judiciário essa função. Faz parte das modificações da política de atendimento do menor no país, de 1984, e acabou levando consigo, inclusive, alguns técnicos do Judiciário, porque aquele era exatamente o lugar adequado para a execução da lei. De antemão a que se presta o Judiciário? O que é julgar? É a questão da lide. A função do Judiciário é atuar quando existe uma contradição, seja entre pessoas representadas por seus advogados num processo contraditório seja entre a sociedade e alguém que está sendo acusado por ela ou excluído dela. Então, é importante sinalizarmos que aquele caso que vem para a Vara da Infância já foi julgado socialmente. Ali é a última parada e isso traz uma série de expectativas.

Quando as pessoas vêm sem se acreditarem capazes de resolver as suas questões é porque de fato foram desapropriadas de sua capacidade de decisão e ação. Quer dizer, elas incorporam de alguma forma um mito, e um mito que historicamente tem sentido. Faz parte do senso comum acreditar que o juiz é um grande e bondoso pai. Se retomarmos a história da Vara da Infância em São Paulo, por exemplo, houve um momento em que o juiz era o patrono dessas associações filantrópicas e ele era aquele que acolhia os órfãos e dava-lhes pais. Então, essa mitologia perpassa a expectativa das pessoas que estão despossuídas de sua capacidade de ação por um processo de exclusão social, pela condição de miséria em que elas realmente vivem, não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista de sua pessoa, de sua personalidade, da sua incapacidade de

tomar decisões e de ser um cidadão com direitos. Elas são despossuídas de direitos.

● **Maria Antonia:** Tem mães que vão internar uma criança, por exemplo, e verbalizam que querem entregar para o juiz.

● **Dayse:** O que quer dizer esse entregar para o juiz? O que ela veio entregar para o juiz? Veio entregar para o juiz aquilo que, de alguma forma, passa também pela doutrina tutelar do antigo Código de Menores e também do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é considerar a criança um ser incapaz de dar conta de si sozinho. Ela, *a priori*, depende de alguém. Quem? Geralmente, as funções paternas são definidas socialmente. Quer dizer, existe um contrato de que os pais são responsáveis pelo desenvolvimento daquela criança dando a ela tudo o que precisa. Na medida em que elas não são atendidas em suas necessidades, isso passaria a ser função do Estado e da sociedade. Então, tanto no Código de Menores quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente existe a questão da proteção da infância. Eu acho que o que os diferencia, e com isso traz mudanças em nossa prática dentro da instituição, é que o Código de Menores elegia dois pontos de trabalho que parecem opostos, mas que são contínuos: ele trabalhava a questão da vítima e do culpado, adotando um modelo judicial criminal, colocando nos indivíduos a explicação única de seus atos. Nesta perspectiva a figura de um *expert* em relações humanas é esperada para diagnosticar o indivíduo buscando nele as razões da ação judicial (culpado ou inocente?); daí um perito em psicologia, assumida numa visão clínica assemelhada ao modelo médico da perícia psiquiátrica. Além desta perspectiva da ciência psicológica, a forma de funcionamento da justiça guarda, também, um modelo de ação que é bélico: é o modelo da guerra, da luta. Se retomarmos a história de como surge a própria figura do juiz e do advogado, vamos descobrir que essa linguagem de

partes – as partes em oposição e a questão da "reta", da "régua" do direito o que é? De alguma forma é o ordenamento da disputa, da luta. É dar alguma possibilidade de justiça, no sentido de dar a cada um o que é seu. Este é um discurso célebre dos juízes: "Eu tenho o poder de dar". Esse modelo fica perpassando o nosso espaço o tempo todo, sem que tenhamos clareza. Então, embora tomemos isoladamente a história – e o psicólogo inicia aí pensando numa intervenção ao nível da família etc –, na hora em que vamos fazer parte da equipe de audiência interprofissional, a definição de nossa função é muito aproximada da do perito, na medida em que se espera que sejamos capazes de diagnosticar questões e sugerir medidas para distribuir justiça.

E aí eu acho que talvez devêssemos conversar um pouco sobre a natureza das perícias. Elas têm várias naturezas e não poderíamos adotar o termo perícia de forma única. A maneira como assumimos uma determinada definição, de alguma forma, determinará nossa ação no processo, seja ele na Vara da Infância ou na Vara da Família. Doutrinariamente, existem três modelos básicos de perícia: um primeiro modelo, que eu chamaria de composição da verdade, é o que se enquadra no conceito de que perito é aquele que vai olhar um fato pelo juiz. Ele vai examinar e descrever aquele fato como se o juiz estivesse vendo – não vai ter nenhuma posição diante do ocorrido, a não ser descrevê-lo para que o juiz julgue. Então, ao analisar a origem da psicologia judiciária, ligada muito mais ao crime do que a uma Vara como a da Infância, entende-se por que isso acontece. Ele precisa saber quem é o criminoso, se houve um crime, quem matou. No primeiro momento é o fato – o crime – que interessa e não as características do criminoso, porque existe uma concepção de culpa, existe um culpado que precisa ser punido e a punição quem dá é o Estado, através do juiz, que exclui aquele que quebrou

uma regra social. O perito que vai descrever o fato fica numa posição completamente incômoda se esse fato não é um crime, mas uma pessoa, uma relação afetiva, uma relação familiar. Um segundo modelo seria o seguinte: além de descrever o fato, ele tem uma interpretação técnica desse fato, e por isso é *expert* nessa área da ciência convidada a compor o Judiciário. Se é um técnico em engenharia, não fará apenas a descrição de quanto mede a mesa, mas também uma apreciação dessa medida em relação ao contexto em que a mesa se encontra. Se é um *expert* em relações humanas, tem o juízo técnico a respeito dos fatos que observou – e é esse juízo técnico que vai levar ao juiz e não a descrição do fato em si. Assim, toda aquela questão que se discute a respeito do sigilo me parece que fica por aqui. Quer dizer, se você assume que tem um juízo, um parecer a respeito do que analisou, o que leva para o juiz, numa relação inclusive de confiança – porque você é nomeado por ele –, é a sua conclusão, é a sua posição diante daquilo. A única coisa que ele pode fazer é aderir ou não a ela. No primeiro caso, um perito que descreve como verdade o fato, implica uma metodologia de trabalho. Implica que o que é escrito pode ser tomado como verdade ou não. Por exemplo, se aplico testes de personalidade e assumo os resultados desses testes como estrutura de personalidade "x", "y" ou "z", como resultado fechado, estou dando oportunidade de o juiz tomar isso como verdade; e a única coisa que ele pode ver é se fiz bem ou mal a coleta dos meus dados. Só.

Acho esse modelo extremamente perigoso porque adota o diagnóstico como uma prova para a materialidade do fato probando. Ao passo que no segundo, quando você assume um juízo técnico, a única coisa que pode fazer é ver se o que você está concluindo dá subsídios suficientes para ele agir naquele processo; oferece-se elementos de

convencimento para o juiz, podendo-se analisar a situação em que o fato se deu buscando-se na inter-relação de variáveis múltiplas, sociais e psicológicas, razões para a ação do indivíduo e da família em seu contexto sócio-cultural. Vamos colocar isso na prática que fica mais fácil visualizar. Tanto no caso da Vara da Infância como no caso da Vara da Família, temos processos contraditórios, ou seja, partes em oposição: uma mãe biológica disputando seu filho com uma mãe substituta ou um pai e uma mãe disputando a guarda de seus filhos. Se formos observar na prática, quando existe um caso de disputa, a preocupação que se tem em elaborar um laudo é muito grande porque, de alguma forma, se desmistificará o conceito de que existe uma única verdade neste processo. Existem verdades e verdades em oposição. O psicólogo pode mostrar que não existe uma única verdade, que não existe um único culpado - não é uma questão de se buscar uma culpa e se punir alguém com a presença ou ausência de uma criança. O juiz recebe, então, um parecer técnico que considera as alternativas mais viáveis para o desenvolvimento sadio da criança e do adolescente em questão.

Acho necessária essa introdução para entender como o psicólogo sai da Vara da Infância e vai para a Vara da Família e assume nesta Vara, aparentemente, um papel diverso do psicólogo da Vara da Infância porque existe, na Vara da Família, uma constituição de papéis mais clara. O juiz não tem o mesmo poder que o juiz da Infância tinha com o Código de Menores. Ele é fiscalizado na sua ação, na medida em que as partes são representadas por advogados e a presença do Ministério Público é clara. Ele está ali representando o fiscal da lei. Ele quer ver se as leis estão sendo aplicadas da forma correta e conforme o direito das crianças. Mas existem advogados defendendo o direito das partes em oposição. Então, quando se entra, como

psicólogo, num caso da Vara da Família, tem que se ter clareza que a relação com a pessoa que será atendida é diagnóstica, de forma a dar ao juiz elementos para um julgamento situacional. Isso determina sua relação com as pessoas. Considerou-se algumas vezes que o psicólogo na Vara da Família, por ser um psicólogo contratado pela instituição, já seria de alguma forma suspeito. Ele já está, de alguma forma, suspeito – não terá o distanciamento necessário para ver as duas partes; ferindo o princípio da imparcialidade. Acho exatamente o contrário. Como o psicólogo está dentro da instituição, e não é pago por nenhuma das duas partes, tem que verificar com neutralidade os dois lados. Essa neutralidade não significa que ele tem que ser frio e insensível. Muito pelo contrário, tem que ser competente para estabelecer uma relação e um contrato claro com as pessoas no sentido de que não crie expectativas terapêuticas.

Existe um compromisso que aquilo que está sendo colocado no laudo seja devolvido para a pessoa. Isso é o que na Vara da Família chamamos de entrevista devolutiva. Por que entrevista devolutiva? Porque na medida em que a vida daquela pessoa vai ser decidida através de um juiz, uma vez que as pessoas não estão conseguindo, entre elas, fazer um acordo sobre a vida do filho, estão depositando num terceiro elemento uma decisão sobre as suas vidas. Nessa relação triangulada, na medida em que chego a um diagnóstico da situação dessa família, de como essa relação está sendo mantida, o mínimo que posso fazer como profissional da saúde mental é mostrar claramente o que eles estão vivendo.

Muitas vezes, através de processos judiciais, a ação de separação termina e entra a ação de regulação de visitas, depois a de modificação de guarda. Quer dizer, é uma sucessão de ações que, por mais que sejam terminadas do ponto de

vista judicial, não o estão na esfera psicológica. Na medida em que o psicólogo tem clareza de como o mecanismo das pessoas está acontecendo, ele tem o dever de dizer isso a elas na última entrevista, que é a entrevista devolutiva.

Na medida em que um laudo é elaborado para o juiz, você não vai decidir o caso por ele, não vai sair do seu papel, não vai assumir o lugar dele. Mas se você tem uma clareza do caso, por exemplo, de quais são as alternativas mais viáveis para a vida daquela criança no momento, tem a obrigação de dizer isso. É lógico que não podemos ter prognósticos ou diagnósticos fechados porque é uma situação de crise e temos que ter o enfoque de um diagnóstico situacional. Mas dentro dessa situação, alguns prognósticos mínimos são possíveis respeitando a identificação daquela criança, daquele seu momento de desenvolvimento, com uma figura parental ou outra. Existe a disposição e a motivação mais real de permanência com um ou com outro, isso é inegável. É claro que, muitas vezes, o desejo da criança é a fantasia de que está destruindo os pais. Ela tem o desejo de uni-los e na verdade se pune, às vezes, ficando com aquele que ela não gostaria de estar porque acredita que prejudicou aquele com o qual mais se indentificava. São questões que se verifica e que, de alguma forma, precisam ser trabalhadas, não no sentido de uma intervenção terapêutica propriamente dita, mas de dar sinais para que as pessoas se apropriem desses resultados e possam se ajudar e até, quem sabe, chegar na audiência mais conscientes dos seus desejos e mais preparados para falar por si mesmas. Na medida em que o advogado representa o interesse das partes, ele também cria verdades que não são as verdades internas, são as verdades jurídicas. Ou seja, aquelas que têm mais viabilidade de dar certo no processo. Na verdade, o duelo que acontece é um duplo duelo. Não são apenas as partes – pessoas – que estão

vivendo uma separação, que se degladiam. São dois ilustres advogados competindo pela sua capacidade de luta, e o juiz é aquele que vai disciplinar essa luta dando a cada um o que é seu. Na verdade, ele vai dar o que já é de cada um. Nós vamos dar o quê? Vamos dar a possibilidade dessas pessoas perceberem que não precisam ser passivas e objetos de intervenção. Elas têm que ser sujeitos de direitos, com capacidade de dizer as suas decisões, inclusive para aquele que está sendo pago para lhes representar. A atuação do psicólogo na Vara da Família acaba sendo, aparentemente, diferente da atuação na Vara da Infância porque existe uma preocupação básica com a capacidade diagnóstica, a entrevista devolutiva e o encerramento do caso está aí. Ele não tem como permanecer no caso na medida em que a disputa está resolvida, pelo menos do ponto de vista judicial, não se faz o acompanhamento psicológico posterior ao diagnóstico. O enquadre psicológico está solucionado na medida em que conseguimos fazer com que essas pessoas percebam o momento que estão vivendo e a necessidade que elas têm de ajuda psicológica. Muitas vezes, nessa hora, também há o trabalho educativo, de esclarecer qual é a função do psicólogo como um profissional da saúde mental. Procedê-se encaminhamentos aos recursos desta área. Embora as pessoas que vão às Varas de Família muitas vezes sejam abastadas, não significa que elas tenham clareza sobre a função do psicólogo. Infelizmente, a nossa profissão ainda é encarada com muitos preconceitos e muitos medos.

Quando as pessoas chegam depositando uma expectativa de que aquele contrato nupcial, que foi feito diante de um ato solene em que havia um juiz de paz celebrando, compondo um rito de união das pessoas, também deveria existir um rito de separação e, de alguma forma, existe a fantasia de que a permissão daquele que os

uniu é necessária para que se dê a separação, quando isso está no inconsciente das pessoas, a posição do psicólogo nessa hora é, muitas vezes, mostrar que essa decisão é pessoal, que tem que ser trabalhada internamente e que não vai ser resolvida com a decisão do juiz se eles não se apropriarem de seus desejos e até mesmo de seu sofrimento. Muitas vezes o encaminhamento e a orientação psicológica na Vara da Família é um momento breve após ou durante a entrevista devolutiva e aí, nesta fase, se encerra o trabalho do psicólogo.

Nós – eu digo nós, mas não estou mais na Vara da Família; falo como se estivesse talvez porque o meu desejo ainda esteja lá – tínhamos um plano de atuação, que acho bastante viável, mas não conseguimos colocá-lo em prática. Era o seguinte: existe uma triagem do Serviço Social para os casais que chegam muitas vezes pedindo uma orientação de como é que eles fazem para se separar. Muitas vezes, aquele é o momento menos apropriado para eles tomarem uma decisão de separação judicial. Pode estar sendo elaborada uma decisão de separação do parceiro, mas ainda não a nível judicial, e nós tínhamos o desejo de atuar de uma forma preventiva para evitar separações desnecessárias ou litigiosas. Acreditamos – e temos dados sobre isso, a partir de algumas experiências piloto que fizemos – que se tivéssemos a possibilidade de intervir, assim como o juiz intervém na primeira audiência – que é a audiência de conciliação – poderíamos estar fazendo com que as pessoas pudessem vir para a audiência com decisões mais claras – não usando a justiça como uma continuação de seu vínculo, através do ódio e do rancor. Seria um trabalho preventivo. Do ponto de vista ético e técnico, é óbvio que se o psicólogo que fizesse um primeiro atendimento ao nível de uma orientação deste casal, não seria o perito deste caso.

A atuação do psicólogo no aparelho da justiça pode ser muito mais ampla do que tem sido até hoje. A associação da psicologia e do direito, historicamente, se faz há muito tempo. Embora existam contradições que vivemos no dia-a-dia, acho que elas passam por essa definição de papel, na medida em que existe uma expectativa de que a ajuda do psicólogo seja mais um elemento de controle social e que encaixe as pessoas para responder àquelas normas de conduta que são esperadas – e o psicólogo acaba trabalhando as pessoas na sua realidade interna e pessoal e não, simplesmente, como um desvio de norma ou uma situação de irregularidade; acaba trazendo para dentro da instituição a clareza de algumas contradições que são sociais na verdade. A psicologia dentro do Judiciário é uma figura feminina atual que de alguma forma veio aplacar o paternalismo, o patriarcalismo, o machismo desse sistema. Mas ao mesmo tempo é uma mulher um pouco mais emancipada, que não se presta a simplesmente "colocar panos quentes" e começa a assumir alguns papéis dentro da instituição. Questiona o instituído. E isso se faz através de vários movimentos. Quem trabalha sabe muito bem os momentos que vive dentro da instituição.

É imprescindível explicar que o psicólogo que trabalha com a criança dentro do Poder Judiciário também vive conflitos muito semelhantes aos dos clientes que atende. Num primeiro momento, por exemplo, a tendência do psicólogo na instituição é o isolamento. Ele se contraindifica com o instituído e acredita que não pode se misturar com a "gentalha" do Judiciário, aquelas pessoas que fofocam, que são burocratas – que vivem daqueles processos, daqueles papéis, daquelas coisas em que se percebe ranço, o cheiro de mofo, a velharia, a coisa triste que está lá. Quer dizer, são pessoas, são problemas, são questões humanas transformadas em papéis. O que existe é

o que está naquela seriação de papéis. Mas a pessoa pode ser muito diferente do que está no papel. A sua realidade pode ser outra, mas o que nele está escrito é o que vai ser julgado. Então, na medida em que se contra-identifica e se isola, o psicólogo forma aquele grupelho amarrado em que conta com seu colega e seu colega conta com ele – enquanto um não briga com o outro. Aí, esse determinado momento é de impotência, em que o psicólogo se sente estranho dentro da instituição e começa a fazer um outro movimento, buscando colocar-se como o transformador do instituído. Para mim, este é o momento mais onipotente. É um momento adolescente de onipotência em que ele começa a acreditar que pode dar conta de mais coisa, de tudo: “Na verdade eu sei muita coisa que o juiz não sabe. O meu laudo tem um peso muito grande no processo. Na verdade, o juiz vai acabar fazendo aquilo que estou falando, mesmo porque tenho o peso de uma ciência que me dá condições de falar sobre essas pessoas de uma maneira diferente. Eu tenho acesso a elas”. Então, na hora que se ocupa esse lugar de onipotência, muitas vezes deixa-se o que seria o papel do psicólogo no Judiciário para se tentar ser um pequeno juiz que não está trabalhando enquanto perito, mas querendo usar a decisão judicial como sua decisão e não o juízo técnico-psicológico do caso. Se fizermos uma retrospectiva em nossos laudos, veremos que no parecer psicológico apresentamos a seguinte sugestão: “Sugiro guarda definitiva – SMJ – Salvo Melhor Juízo”. Ou seja, faz-se um juízo que, salvo outro, é o melhor. É um juízo sobre a medida jurídica, o que não nos cabe, não estamos ali para falar da medida jurídica em si. Num caso de guarda, por exemplo, podemos até dizer que a alternativa mais viável para aquela criança é permanecer no núcleo familiar, onde ela se encontra, por tais razões psicológicas. Se isso vai ser traduzido por uma guarda, por uma adoção,

por uma tutela, por uma guarda de um ano ou de seis meses não nos cabe decidir, é o juiz. Nesse movimento de oposição ao magistrado, como estratégia para definir seu lugar, o psicólogo se afasta de sua especificidade técnica. Busca um lugar na instituição tomando como referência o poder de julgar da figura central da organização Judiciária – o juiz; numa medição de forças e de poder que gera sentimentos intensos de frustração e desvalia.

Acredito que após a impotência de sentir-se sem lugar, a onipotência e rebeldia de sentir-se capaz de mudar o todo instituído, sucede-se um movimento de conciliação e de inter-relação de conhecimentos. Assume-se uma posição mais segura de se descobrir as possibilidades de ação assumindo-se o saber psicológico e o conhecimento que advém da própria prática institucional. Hoje estou numa cidade do interior, em Taubaté, implantando o serviço de Psicologia no Fórum. É implantação, mesmo. É plantar, regar e um dia, talvez, colher. É uma experiência que já vivi outras vezes em São Paulo, só que com diferenças gritantes que ficam por conta do Estatuto.

Em Taubaté não existia ainda um psicólogo atuando. Havia uma equipe de Serviço Social, que entrou no Judiciário ainda sob o modelo do Código de Menores. Quando cheguei com a bagagem de São Paulo, tive, de alguma forma, que passar por todos os percalços que todo psicólogo passa quando chega na instituição, começando por descobrir o seu lugar – e esse descobrir o seu lugar metaforicamente acontece do ponto de vista físico mesmo. Ao chegar na instituição o juiz fala: "Seja bem-vinda, eu precisava tanto de uma psicóloga aqui". "Pois não, doutor". "Mas só que tem um porém, nós não temos sala para a Psicologia. Olha, a senhora faz o seguinte: fica no corredor e assim começa a atender alguns casos ali. Tem um espaço melhorzinho aqui, embaixo de uma escada, onde a senhora

poderia atender." Fica muito claro nessa fala que, embora o juiz esteja recebendo o psicólogo, como se precisasse dele, isso é só um discurso, porque, na verdade, ele desconhece como o psicólogo pode ajudá-lo. Ele se sente ameaçado por um técnico chegando e que pode, de alguma forma, dar visões diferentes das dele a respeito dos casos e até porque não entende, não compreende a importância disso. Não podemos esquecer que o juiz, até pouco tempo, era chamado de "o perito dos peritos", aquele *homo sapiens* que deveria ter todo o conhecimento a respeito de tudo e só colocar um perito quando o fato probando não pudesse ser observado diretamente por ele ou que por suas características necessitasse de um conhecimento técnico especializado. Quando o psicólogo chega, via Tribunal de Justiça, ele fala: "Bom, ela vem com algum conhecimento técnico, só que vou deixá-la usar esse conhecimento debaixo da escada."

E aí comecei uma luta, que retrata a luta de todos nós. É só lembrarmos das nossas passagens lutando por cadeiras, por salinhas e tudo mais. Precisava mostrar que eu tinha um lugar para agir, mas para que isso ocorresse, eu tinha que ter um espaço físico que significava uma coisa muito leonina mesmo: "É o meu terreno. Então, trate-me com respeito que eu o tratarei com respeito também".

A primeira coisa feita foi comunicar ao juiz que o meu trabalho seria o de estar observando como o Fórum funcionava, na medida em que eu não podia trabalhar com as pessoas porque, afinal de contas, tenho para com elas uma relação de respeito e embaixo da escada não é lugar de atendê-las. Na hora em que tivesse uma sala, começaria a atender as pessoas e por enquanto estaria fazendo a análise da instituição.

Sérgio: Para o que, embaixo da escada é o melhor lugar!

Dayse: "Então começa", disse ele. O Serviço Social me

acolheu. Até assistencialmente, porque me deram café, água, me sentaram num sofá, perguntaram se eu estava com frio, se me sentia desamparada – o que é o papel do Serviço Social. É uma porta de entrada de todos, é ali que se define se o caso fica ou não fica no Judiciário. E aí, junto com o Serviço Social, comecei a observar como a sistemática do interior era mais centralizada na figura do Ministério Público do que na do juiz. Quer dizer, de alguma forma, embora o Estatuto não fosse completamente compreendido, já havia uma distribuição diferente de funções na instituição. O juiz só age realmente quando existe um processo instaurado, mas é o Ministério Público quem decide pela sua instauração. Aquela figura da remissão que o Estatuto traz, a possibilidade de perdão e a não instituição de um processo judicial imediato a respeito da atitude de uma criança, principalmente de um menino infrator, de um menino com algum desvio de conduta ou prática de algum delito, é feita pelo Ministério Público e não pelo juiz, e isso causa diferença no encaminhamento dos casos para a Psicologia e para o Serviço Social. Não é o juiz e sim o Ministério Público quem, de alguma forma, faz essa triagem. O juiz homologa e determina a atuação do setor técnico, tanto do Serviço Social quanto da Psicologia.

Sérgio: O Ministério Público está representado por quem? Promotor, curador?

Dayse: Um curador da infância e da juventude, que é um promotor público. Uma outra diferença é que há uma orientação do Ministério Público no sentido de que o Serviço Social não poderia, de forma alguma, fazer um trabalho de orientação ou aconselhamento sem processo. As pessoas que chegam precisando de orientação são imediatamente encaminhadas para algum setor da comunidade, para não permanecerem no Judiciário. É uma coisa inversa do que é proposto pelo Estatuto. Sem ter

clareza de qual é a demanda daquele caso, não se pode encaminhá-lo sabendo que não existe recurso para atendê-lo. Na medida em que se manda embora, a pessoa não tem onde ser atendida. Aí, comecei a perceber que um dos papéis que caberia ao psicólogo como um agente da instituição judiciária – muito mais do que isso –, como um profissional que lida com a situação da criança no Brasil, hoje, seria a articulação do Município. Quer dizer, a articulação dos recursos da comunidade para que aquilo que não tivesse uma demanda clara da justiça fosse atendido nos lugares devidos.

No sentido da municipalização dos serviços, que até hoje não aconteceu, e seria de responsabilidade do Executivo, percebo que, de alguma forma, o Estatuto traz ou devolve para as pessoas uma capacidade de atuação junto à sociedade, não colocando toda a responsabilidade no Estado. As pessoas ainda não se apropriaram dessa possibilidade de ação. Acho que nosso papel é muito o de um articulador social, nesse aspecto. Quer dizer, na medida em que tenho acesso a essas pessoas, independente de abrir ou não um processo e o juiz vir a se manifestar sobre ele, tenho o dever, enquanto representante de saúde, de trabalhar para essas pessoas com um mínimo de condição. O que comecei a perceber é que precisava ter um vínculo com as instituições e mostrar que a atuação do psicólogo no Judiciário não é uma situação isolada e à parte. Ele é um ser atuante no Município, que tem a situação privilegiada de diagnosticar os problemas na situação de crise. Aquilo que chega até o Judiciário realmente está precisando de uma decisão imediata e revela o que não está sendo feito no Município. E aí o que eu fiz? Fui procurar guarida em alguma outra casa, que não fosse um corredor embaixo da escada. Achei uma sala na Promoção Social. Uma sala vazia, mas já era um espaço. Comecei a fazer

gestão junto ao juiz dizendo que tinha conseguido um espaço e que precisava definir esse espaço para iniciar o meu trabalho. Aí o juiz falou: "Mas como, a senhora vai ficar lá, à distância? Como é que eu vou controlar a sua presença? Afinal, a sua carga horária é de oito horas por dia". "Não tem importância, senhor doutor, tem um telefone e o senhor controla a frequência como o senhor quiser. O senhor tem comigo um compromisso de trabalho e vai ver que todos os casos encaminhados serão atendidos". Aí ele me responde: "Mas eu não posso fazer exceções porque um juiz para ser justo tem que dar a mesma medida para todos os seus funcionários. Se todos batem cartão e o psicólogo assina ponto, ele deverá assinar ponto no início, no meio e no final do período para comprovar a sua presença, senão será uma exceção e isso não fica bem na casa da Justiça". Consegui a sala e travei uma batalha na Prefeitura pelos móveis: consegui duas cadeiras, uma mesa e um armário.

Sérgio: O Tribunal e a Prefeitura funcionam no mesmo edifício?

Dayse: Não, cada um no seu edifício. Para começar a mostrar que um não fica separado do outro, um me deu a sala e o outro me deu a cadeira, o outro me deu a mesa e o juiz deferiu tudo.

Ganhei mais liberdade para trabalhar num órgão que, antes, na política estadual, era o responsável pela atuação junto à criança, e com pessoas extremamente conhecedoras da problemática da criança em Taubaté. Hoje, elas estão desvencilhadas desse problema, lidando com velhice e trabalho. Elas estavam realmente querendo passar para a frente uma demanda muito grande sobre a qual tinham conhecimento.

Naquela sala eu passei a trabalhar os casos da Vara da Infância num modelo muito semelhante ao da Vara da Família e com atendimentos agendados. Marcava dias de

plantão no Serviço Social para poder interagir com os colegas e não causar uma separação de equipes. Tinha, também, uma preocupação de interação com o Cartório e com os agentes da instituição; não ficar isolada, mas tendo a minha especificidade de atendimento. Foram dois os critérios que utilizei para escolher a demanda que atenderia. Um era a determinação judicial propriamente dita, aqueles casos que o juiz estava determinando a atuação; e o outro era uma pré-triagem ao nível do Serviço Social. Eu queria perceber o que o assistente social entendia pela atuação do psicólogo. Na medida em que eu permitia que eles me encaminhassem alguns casos, percebia qual era a imagem que eles tinham da Psicologia. Comecei a perceber que a situação base na Vara da Infância em Taubaté é a questão da total ausência da figura paterna. São famílias constituídas em modelos diferentes do que se teoriza como único modelo de família burguesa, que é aquele em que vivemos. O modelo não é esse. Se formos ver até no histórico da nossa colonização, é um modelo que vem da África; é patriarcal, é a figura da mulher como a pessoa que se mantém constante e o seu parceiro é modificado. Ele é alterado e não tem o mesmo voto de confiança ou de poder dentro da casa – porque é a mulher que controla de alguma forma todas as decisões. Geralmente, também é ela que controla economicamente esse lar. Isso me trouxe os seguintes dados: embora ela tenha esse poder e tenha os filhos extremamente vinculados a si, também sente falta daquele modelo que interiorizou como correto e que os meios de comunicação de massa, os valores instituídos, lhe passam. Então, ela se percebe como uma família que não é natural, porque não tem um homem que tome conta – ela chega pedindo este homem. Na verdade, está falando: "Olha, não existem limites, ele não me respeita e eu quero que um homem coloque limites aqui". Esse homem é o juiz,

é a figura paterna principal e isso aparece exatamente pela conduta desviante de adolescentes, tanto do sexo masculino como do sexo feminino. Nesse ponto, trago uma coisa diferente da Capital. O psicólogo no interior está lidando muito mais com a questão da infração, em si, do adolescente com prática de delito, do que com os casos de colocação em família substituta. Existe uma demanda muito grande porque, na medida em que o Conselho de Direito do Município e o Conselho Tutelar não estão instalados, a aplicação das medidas de proteção e das medidas sócio-educativas do Estatuto, que são funções do Conselho Tutelar, são ainda feitas pelo juiz, ou seja, por seus assessores, pelo órgão que o auxilia, que é composto pelos técnicos do Judiciário, assistente social e o psicólogo. Depois de ter conseguido me apropriar de um espaço físico e com ele do meu próprio conhecimento e mostrar onde o psicólogo poderia atuar quanto aos processos da Vara da Infância, o que ocorre hoje é que conseguimos a instalação do setor numa casa próxima ao Fórum; já temos mais três colegas para o setor de Psicologia, que foram concursados em 1990-1991. Agora, estamos batalhando para assumir outros casos que têm uma demanda psicológica clara, mas que ainda não foram deferidos pela rotina institucional. Essa é uma coisa sobre a qual gostaria de fazer um parêntese.

Conforme vamos relatando a nossa experiência, sempre usamos a medida jurídica como respaldo para falar do nosso trabalho, que é psicológico. Quanto à rotina da instituição, se fizermos um relato de como acontece, por quem passa, hoje, depois de dois anos, é praticamente o mesmo. Acho que acabamos adotando o modelo da instituição. Nos encaixamos no espaço dado e em cima dele fazemos o nosso conhecimento aparecer. O conflito, muitas vezes, acontece por aí, na medida em que se adota um modelo aprendido, onde são estabelecidas como acon-

tecerão as relações com o cliente e o contrato de trabalho e se encaixa num espaço que não é claro. Quem dita como a coisa vai acontecer é o juiz; no interior, é o Ministério Público. Nós ainda não nos apropriamos de nosso conhecimento para fazer com que os fatos aconteçam, de uma determinada maneira, em todos esses casos. Temos, realmente, uma relação de subordinação administrativa que às vezes invade a nossa subordinação do ponto de vista técnico. Com isso, vivemos um conflito – sabemos que é errado, mas isso ocorre na prática. Na medida em que sei, por exemplo, que, de acordo com o Estatuto – que é uma lei federal, superior a qualquer portaria –, todos os casos de adoção são de minha atuação, é o meu dever lutar para que eles estejam no meu setor. Mas não podemos esquecer que existe um movimento das relações no instituído. Nem sempre podemos buscar tudo que é nosso no primeiro momento. É preciso galgar alguns espaços e conquistar, de alguma forma, uma confiança para que possamos contribuir de uma forma clara.

Maria Antonia: De certa maneira eu discordo, porque nós estudamos muito o Estatuto, antes de ser aprovado, e uma coisa é clara: a única intervenção seguramente garantida do psicólogo é para a Inscrição de Adoção. Infelizmente, em vários outros aspectos, em vários outros tipos de caso, fala-se sobre o técnico psicólogo “se possível”, “se”, “se”, “se”. E aí entra a interpretação que eu coloquei. Eu concordo com você quanto à luta de cada um. Por isso, na Vara Central, sempre solicitamos que todos os casos de adoção sejam atendidos pelo serviço de Psicologia.

Dayse: Acredito que já temos uma experiência acumulada e já adotamos um modelo. Se formos analisar a nossa prática, já temos princípios que a perpassam e que são próprios. Já temos uma prática própria e está na hora de nos apropriarmos dela. Por exemplo, temos um curso de

capacitação inicial de trabalho para os psicólogos que estão entrando na instituição, e lhes passamos a nossa prática e os princípios que envolvem essa prática. Já temos um modelo de atuação que tem que ser soberano sob a ordem desse ou daquele juiz. Isso tem que ser autoritário mesmo. Acho que tendo estratégias para que isso aconteça, não podemos deixar que tirem essa prática como se não fosse relevante. Existe um conhecimento teórico acumulado que mostra a sua importância. Diante dessa evidência, o juiz lida com fatos. Então, temos que dar fatos para ele. O discurso jurídico é um discurso lógico dedutivo. Temos que entrar nessa lógica e ter argumentos suficientes para nos fazer ouvir e construir também a nossa verdade. Isso é possível e está acontecendo.

Maria Antonia: Além de discussões mais amplas, em cada caso existe o cotidiano em que, com bom senso, sabemos colocar os limites. Por exemplo, uma criança precisa ser preparada para adoção. Se do ponto de vista psicológico, ela não pode ser preparada, não está em condições de ser adotada, este trabalho não posso fazer.

Dayse: Não podemos esquecer que o que o Estatuto estabelece são conquistas a serem feitas. Fazendo uma análise de como se desenvolveram as leis e os Códigos de Menores no país ao nível de atendimento, fiz um quadrinho mostrando como, temporalmente, as coisas não são tão aleatórias como podem parecer. Se analisarmos em termos históricos, teremos a criação do cargo do Juiz de Menores em São Paulo em 1924, e nessa época ele teria como função a assistência e proteção aos menores de 18 anos, de ambos os sexos, abandonados, bem como o processo e o julgamento dos delinquentes de 14 a 18 anos. Então, se assume uma característica de delinqüência e de abandono. São aqueles dois pontos dos quais comecei a falar: a vítima e o culpado, a criança abandonada como vítima e a criança

com prática de delitos como a culpada. Como se não houvesse uma continuidade entre uma coisa e outra. O Código de Menores trabalhava sobre esses dois polos. Para as crianças abandonadas, as medidas de proteção, via colocação em família substituta. Esta seria a maneira mais eloqüente para chegarmos à função da Vara de Menores: o equilíbrio sócio-familiar. Para o menor que comete o delito, a culpa pela sua atuação, como se fosse uma prática individual, descontextualizada. Para ele, a internação em instituições como a FEBEM e as medidas punitivas propriamente ditas, que na época eram chamadas de medidas educativas. Então, se em 1924 a função do juiz já era a assistência e proteção, nós tivemos depois, em 1925, a instalação do Juízo Curativo do Menor, a regulamentação da lei.

Fazendo uma síntese, queria chamar a atenção para duas coisas: que nós passamos a existir, ao nível da Vara da Infância, exatamente quando houve a modificação do Código de Menores. Nós tínhamos o Código Melo Matos, que ficou durante 52 anos em vigência, e entramos em 1979 exatamente quando houve a modificação do Código de Menores, assumindo um caráter tutelar. Seria a tutela de menores em situação irregular, quer dizer, é a hora em que os juristas assumem o conceito de irregularidade.

Sérgio: Mas continua a divisão entre delinqüentes e abandonados?

Dayse: Sim, continua. Embora tenha se modificado, o princípio permanece o mesmo. Se formos ver, a nossa entrada enquanto concursados ocorre em 1985. Em 1984 houve o projeto de criação dos cargos, mas o provimento que normatizou a nossa atuação é datado de 1980 – porque havia a necessidade de regularizar uma prática que já estava acontecendo na instituição. Na verdade, o concurso vem depois de uma prática já demonstrada. O mesmo ocorre em relação a todos os Códigos de Menores. A prática acumulada leva à modificação da lei.

O que acontece no Estatuto da Criança e do Adolescente é que ele usa uma análise diretamente oposta a toda essa vivência e propõe mudanças. Eu vejo o Estatuto como uma cartilha de modificação social, quer dizer, é como se você, enquanto elemento de uma instituição que lida com menoridade, fosse um articulador político antes de qualquer coisa. Se quisermos fazer valer os direitos primordiais da criança e do adolescente e usarmos os dois princípios básicos do Estatuto, precisamos ser um articulador político mais do que um técnico do Judiciário. Acho que é por aí.

Minha prática mostra que tenho uma paixão imensa por esse trabalho. Por conta disso, estava comentando no início, quando cheguei aqui, às vezes, sem querer, quando vamos falar do nosso trabalho, acabamos fazendo queixas. Temos um queixume em relação ao espaço que gostaríamos de estar ocupando e não conseguimos. Temos um sentimento de frustração diante da quantidade de coisas em que apreciaríamos atuar e não atuamos. Mas queria trazer um sentimento mais positivo. Mostrar o que já conquistamos. Entre os anos de 1979 e 1992, foi criado o maior número de cargos para psicólogos numa Secretaria de Estado. Temos o maior número de psicólogos na Secretaria do Tribunal da Justiça do que em qualquer Secretaria do Estado de São Paulo, seja da Saúde, seja da Educação.

A experiência que São Paulo tem com o psicólogo no Poder Judiciário é pioneira no Brasil. Ele pode estar levando a experiência para outros lugares do Estado, com certeza, e eu acho que é um espaço importantíssimo para o psicólogo atuar. O queixume fica por conta até mesmo da responsabilidade que a gente tem de saber que é um lugar, muitas vezes, incômodo e muito ligado ao preconceito porque nós mesmos temos preconceito de fazer controle social como se não o fizéssemos dentro dos nossos consultórios na hora em que, de alguma forma, aliviamos o sofrimento e as dores

humanas. Eu gostaria de dar esse recado: é uma conquista da categoria profissional, sim. É um espaço conquistado dia-a-dia, sim. Não existe um lugar prescrito, mas que é construído através de uma ação coletiva dia-a-dia.

Maria Antonia: O próprio Estatuto também dá essa noção. O artigo 151 fala de todos os aspectos onde o psicólogo pode atuar. Solicitaram-nos para este debate a atualização do nosso trabalho em relação ao debate de 1989 e quais os problemas. Por isso colocamos o que está sendo difícil, mas em absoluto esconde a nossa paixão e o crédito que temos. Começamos como voluntárias, quando não existia nem contrato... O trabalho tem muitos aspectos positivos e os clientes são sempre o nosso *feed-back*. Se colocássemos a expectativa de *feed-back* positivo do nosso trabalho no salário ou nos nossos superiores, não estaríamos mais lá. Nós acreditamos no trabalho.

Dayse: O mais legal é quando podemos dizer que o nosso trabalho é com as pessoas, porque elas não mais saem de lá como partes. Esse é o nosso trabalho.

Eu queria dizer uma coisa que me incomodou do ponto de vista intelectual, que me fez pensar, e gostaria de retomar como figura central da nossa discussão. O Sérgio Maida dizia, no debate de 1989, que o Judiciário trabalha em cima de virtualidades muito mais do que em cima de delitos concretos. Dizia que o juiz manda para o técnico dar uma resposta e se levantava uma questão ética: o que nos faz pensar que podemos fazer alguma coisa? E a outra: o que nos faz pensar que podemos fazer alguma coisa além de ser um mero instrumento teórico e de fornecer para o juiz uma fundamentação e um saber que ele não domina, mas de que precisa para ter as características do material com o qual ele está trabalhando, que não é o material tradicional, o delinquente, o delito e a pena? Acho que é um pouco do que falei, mas queria tentar uma resposta para as duas perguntas. O que nos faz pensar que a gente pode fazer alguma coisa?

Sérgio: Você já respondeu. É a paixão.

Dayse: Eu acho que além da paixão são alguns efeitos propriamente ditos. Percebo que a nossa atuação não fica limitada a dar sustento teórico para a medida judicial. Ela vai além, na medida em que começa a consubstanciar e a modificar parâmetros dentro dessa instituição. Por exemplo: um juiz com o qual você trabalha durante algum tempo, que no início não encaminhava casos de adoção, mas no final os encaminha e permite que se discuta com ele o seu parecer e quer saber mais sobre o que você viu, foi introduzida uma mudança nessa pessoa que tem poder de decidir vidas. Foi possível perceber, naquele caso, que existe uma demanda psicológica e da qual ele não dá conta e que exige, de fato, um lugar para o psicólogo atuar ali, no próprio Judiciário. No acúmulo da prática você descobre que é realmente necessária.

O outro efeito, que não fica só dentro do Judiciário, fica fora dele, é sua função de construtor histórico dessa questão da menoridade, da questão de ter nas suas mãos um conhecimento e uma bagagem, um acúmulo de informações da realidade social que não se limita à instituição em si. O seu lugar de poder dentro dela, que vem por conta de um saber que você tinha antes, lhe possibilita espaço para construir um outro saber, que lhe dá novos poderes. Não demistifico a questão do saber e do poder nesse sentido de Foucault; não no sentido pejorativo do termo, de domínio do outro, mas sim de domínio do conhecimento sobre o outro. Se analisarmos que as pessoas que chegam ao Judiciário muitas vezes não permanecem em outros lugares, existe com elas uma quantidade de informações que em outros lugares não existe. Um exemplo disso é a vitimização sexual de crianças, abuso sexual, maus tratos infantis. Em Taubaté criamos esta necessidade porque fomos batalhar dentro da universidade. Perguntamos: "Se existe uma Clínica Social, onde está o trabalho com adoles-

centes?" A resposta que tivemos é que eles não se sentem aparelhados para tal tarefa. Começamos uma gestão dentro da universidade no sentido de que uma Faculdade de Psicologia precisa preparar psicólogos para atuar onde existe demanda de trabalho – não é só no consultório que ele tem que estar, muito menos num país de terceiro mundo. Não dá. Tem que mudar. O psicólogo tem que estar na rua. Precisa estar lidando com as pessoas que fazem parte da realidade brasileira e não com aqueles poucos que podem pagar uma sessão analítica. Eles não podiam lidar com o adolescente naquele momento, mas se sentiram muito mexidos nos seus brios e criaram um espaço para começar a estudar a questão da vitimização sexual de crianças e maus tratos infantis. Criaram um núcleo de estudos sobre isso. Estamos levando informações. Vamos fazer uma pesquisa no cartório levantando dados de pelo menos dez anos sobre casos de abuso sexual e maus tratos infantis, criando uma demanda de estudo dentro da universidade, correlatada com o Poder Judiciário. Isso é uma outra resposta. Você cria conhecimento e não pode se apropriar disso como se fosse seu. Você tem a obrigação de ser um educador, tem que passar isso para frente.

Sérgio: Então te incomodou bem, fez pensar. Relendo a mesa anterior, havia observado que essas perguntas não foram respondidas, que ficaram como problematização do conteúdo da mesa, mas não tiveram nenhuma resposta. Uma das diferenças daquela mesa com esta é que aparecem mais respostas em termos de método, de prática e também de uma consciência maior do alcance. A pergunta era dirigida nesse sentido: tem algum alcance? está ao nosso alcance? excede o nosso alcance? E me parece que a mesa anterior tinha, entre essas duas instituições que reaparecem constantemente, a Jurídica e a Psicológica, uma relação mais de disputa, mais de briga. Era um casal que estava brigado. Talvez fosse esse

momento que você chamou de momento adolescente da instituição. Dá a impressão que hoje a relação é mais madura, e observo isso a partir de um duplo deslocamento. Parece que o Judiciário "entrou mais" nos técnicos e a linguagem utilizada hoje é uma linguagem que tem muito mais a ver com o Judiciário do que com a psicanálise. A única vez que se mencionou o inconsciente foi quando você falou, rapidamente, para exemplificar alguma coisa. Mas é como se não existisse essa preocupação de estar sendo psicanalista o tempo todo. Ou seja, como se existisse uma consciência maior de que se faz parte de uma outra instituição que é a judiciária – a instituição dominante nesse espaço, que está atravessado por uma série de outras variáveis. E eu diria um conformismo não conformista ou uma conformidade não conformista: "Bom, já que estamos aqui, já fazemos parte desta instituição, já que ela tem estas características, vamos tentar fazer o melhor possível aqui dentro, inclusive modificá-la". O que não deixa de ser uma prática institucional.

Essa é uma coisa que observo em linhas gerais e pegando carona naquilo que você falava das perguntas que eu fiz e que não estavam respondidas. Agora, em termos das práticas, dos modelos e tudo mais, parece que continua aquela rotina, que não se modificou muito, embora tenha tido algumas novidades internas como o Estatuto. E este, como a maioria das leis neste país, não vigora a partir de sua aprovação. Existe todo um período no qual é preciso lutar pela sua implantação. E muitas leis, embora promulgadas, não são cumpridas. Talvez até a maioria delas. Não são obedecidas nem por aqueles que teriam que cumpri-las. Por exemplo, o juiz, que teria que abrir um espaço para a psicóloga que foi designada. Então, é uma espécie de luta pela lei dentro de seu próprio império ou dentro do território específico da legalidade. Inclusive a questão do Estatuto provocou uma diferença entre vocês na medida em que se entende que ele exige a participação.

Dayse: Ele prevê a criação do cargo do psicólogo. A atuação da equipe interprofissional passa a ser prevista numa lei federal. Quando define a criação do serviço auxiliar como um órgão, ele faz uma distinção de atuação, ampliando o conceito inicial de perito. Quando fala que a equipe interprofissional tem como função subsidiar o juiz em audiência, seja verbalmente ou através de um laudo, também considera a função de orientar, acompanhar, encaminhar e prevenir e também define a questão da independência técnica.

É a nossa prática e não o Estatuto que determina quais são as medidas judiciais em que o Psicólogo deve atuar. Ele cria o lugar e o faz de uma forma nacional. Ele não foi criado por acaso, fazemos parte de quem criou o Estatuto, nossa prática está aqui representada e isso é um avanço bastante grande, porque até então a nossa atuação era prevista como um provimento de lei do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Um provimento de lei que reproduzia, e de alguma forma ainda reproduz, com alguns retoques, uma portaria que remonta ao início do nosso trabalho como psicólogos contratados e do qual fizemos parte da elaboração. Na verdade, houve uma evolução. O juiz é quem determinava a portaria. Hoje ele não tem mais esse poder na Vara da Infância. O provimento é uma lei do Tribunal de Justiça que abarca todos os juízes, e hoje nós temos uma lei federal criando esse espaço como próprio do profissional psicólogo no país. Realmente é um avanço.

Sérgio: E é o psicólogo que tem que fazer com que se cumpra a lei...

Dayse: Sem dúvida, era isso que eu dizia sobre nos apropriarmos na nossa prática como um conhecimento factual. Sempre tive essa mania da documentação histórica e às vezes fui até mal interpretada pelo grupo. Eu me sinto construtora da história, tenho consciência disso e acho que

temos que tê-la. Cada relatório feito é um documento, ele tem peso histórico, tem dados importantes sobre a nossa evolução, nossas mudanças. Se tivesse a chance de fazer uma análise histórica, até mesmo da modificação do discurso dos relatórios ou laudos iniciais de 1984 a 1992, no mesmo tipo de causa teríamos mudanças fundamentais. Esse entrecruzamento de discurso não é só a nível do discurso, mas também da lógica, da análise da questão na hora em que tenho que me apropriar de um conhecimento jurídico para que o meu conhecimento psicológico exista. Eu acho que é bem por aí. Não é substituir um pelo outro, mas ter um enfoque de quais são as questões jurídicas que o meu conhecimento psicológico daquele caso pode responder. Penso que entramos na questão do sigilo, que pode ser resolvido por aí. Na medida em que tenho um contrato claro com a parte, que tenho clareza do meu papel não me sinto descumprindo nada, eticamente, para com ela. Na medida em que é conhecedora do laudo que construí e que nele vou colocar os dados que têm importância para as questões judiciais do caso. Para isso, tenho que estar sempre com o prontuário do serviço de Psicologia para que, se houver necessidade de retomar esse caso, os dados psicológicos possam ser consultados. O laudo que está no processo vai ser sempre tomado pelo juiz. Se ele tem uma lógica mais criminológica, vai ser usado com uma prova. Então, tem que ser feito com uma linguagem apropriada para esse papel, até porque ele não vai ser lido só pelo juiz. Ele é um documento que, de alguma forma, vai corroborar na construção de uma verdade ou de uma resposta às questões que as pessoas trouxeram para serem respondidas pelo Judiciário. Essa demanda tem que ser atendida também pelo meu laudo. Isso não me tira do papel de saúde mental junto com essa pessoa. Essa é uma questão importante.

Às vezes vivemos o conflito como se na medida em que tra-

duzo isso para o juiz estou, de alguma maneira, traindo aquela pessoa que se abriu comigo numa relação de confiança. Se no meu contrato com aquela pessoa já está evidente que sou, de alguma forma, representante do juiz e que aquele dado é importante para compreender a sua história – que vai ser traduzida psicologicamente para o juiz –, ele sabe que está me dando um conhecimento e que vou interpretá-lo. É claro que isso tem que ser trabalhado com as pessoas antes do início da coleta de dados e não é tão simples assim. É por aí que eu falo também que não é uma coisa neutra, gelada, coletar os dados como se fosse um computador ou um gravador, porque não deixamos de ser psicólogos e trabalhamos através da interação e da relação. É o nosso trabalho, e não deixa de ser o nosso instrumento de trabalho, mesmo que, no caso, isso seja colocado em momentos mais circunscritos.

Sérgio: Aliás, acho que essa era a pergunta com a qual se fechou a mesa anterior. Não tanto como as pessoas chegam ao Judiciário, mas como os técnicos chegam a ele, que também ficou em aberto e acho que você fez uma boa descrição de como você chega e quando chegou a Taubaté, embora já viesse do Judiciário. Parece que essa vinda do Judiciário de São Paulo ajuda muito na entrada em Taubaté e também o fato de ser um lugar do interior e não da Capital. De todas as maneiras, essa sua chegada apaixonada retoma também algumas das colocações da mesa anterior, onde se falava da necessidade de buscar caminhos informais, de encontro com outras instituições, com outros espaços, com outros especialistas – e você faz isso quando vai à Prefeitura, quando vai à universidade. Penso que você faz isso também um pouco porque tem essa experiência anterior, porque está no interior e, fundamentalmente, porque faz isso desde o Judiciário. O conflito que aparecia muito na mesa anterior, de apresentar-se como alguém que vem do Judiciário, me dá a sensação de que está superado.

Hoje, embora vocês colocassem alguma coisa nesse sentido, está muito menos forte aquela coisa de ser terapeuta, não ser terapeuta, fazer clínica. Tenho a impressão de que são representantes de uma determinada instituição e têm menos preconceito, menos medo de se mostrar como tal do que há três anos. Isto em relação à dinâmica interna das equipes e dos técnicos. Agora, o que eu acho que talvez esteja faltando, ou pelo menos que eu tenho curiosidade, é que nestes três anos, além das mudanças e algumas alterações, que acho que são mais subjetivas que objetivas nas equipes e nos profissionais, há uma série de transformações, inclusive legais, que demoram a ser implantadas como o Estatuto, mas são em termos da realidade exterior a instituição. Não sei se as mudanças são tão profundas, mas pelo menos a difusão do fato tem sido mais jornalística, mais massiva e nesse sentido acho que o Gilberto Dimenstein tem dado uma contribuição importante – denunciando uma série de aspectos da vida dos menores do Brasil, que antes estavam meio escondidos. Fundamentalmente, a questão do assassinato de crianças e da prostituição a que estão submetidas. É claro que nestes três anos houve um processo de agravamento geral da crise do país em todos os seus aspectos e não aparece, claro que não pode aparecer de todo, qual tem sido a possibilidade de intervenção em função desse agravamento. Como isso tem repercutido internamente em vocês, como técnicos, pessoas, mulheres e como equipes de trabalho? É uma curiosidade. De repente se fala muito de crianças assassinas e de assassinatos de crianças. Também de crianças aidéticas, de prostituição e exploração infantil. Na vez passada, falamos bastante de exportação de crianças. Para atualizar, já que se trata de atualizar e de publicar, talvez fosse interessante ver como vocês estão vivendo esse processo.

Maria Antonia: As conseqüências da crise no nosso

trabalho são sentidas claramente. As internações estão aumentando, as destituições do pátrio poder, com relação à adoção, também. Talvez uma contribuição nossa possa estar sendo atuar da mesma forma como atuávamos antes, porque, de maneira geral, essa crise financeira incomoda todo mundo, a todos nós, tanto pessoal quanto socialmente. Acredito que, como profissionais, devemos atuar da mesma forma. No meu caso, por exemplo, nos casos de adoção, continuar atuando como antes já é alguma coisa.

Sérgio: Quer dizer, não entrar em crise.

Maria Antonia: Porque nós percebemos essa modificação. Isso incomoda todo mundo, nos incomoda ver o número aumentando dessa maneira e incomoda tanto essa miséria, que se pode correr o risco de criminalizar a pobreza. Então, resistir e continuar atendendo da mesma forma tem sido o que de melhor podemos fazer.

Dayse: Tenho um dado importante a respeito de como é que a crise tem aparecido a partir do comportamento das pessoas. Para nós, em Taubaté, o que tem acontecido e muito e tem repercutido bastante no trabalho é a questão dos meninos de rua. Os meninos com prática de delito e com uso de tóxicos. O que tem ocorrido e bastante, para mim, é uma demanda nova de casos. Aqui, na Capital, existe a Vara Especial de Infratores. Acho que até por causa disso acabou não aparecendo muito na fala da Renata e da Maria Antonia. No interior, o psicólogo atua em todas as demandas. É por isso que eu fazia uma distinção que ainda não é o momento de buscar os casos de adoção para a Psicologia, no Fórum de Taubaté, mas de estar lidando com os de menores infratores, porque ainda não existe um Conselho Tutelar para a aplicação das medidas sócio-educativas. Quem está atuando diretamente com os meninos somos nós, da seguinte maneira: temos observado um aumento estrondoso de meninos de rua, não porque

não tenham família – e isso é uma coisa que os diferencia da Capital. Eles têm um relacionamento familiar e muitas vezes até um vínculo afetivo preservado. Uma coisa que procuramos observar é se eles estão na rua porque têm uma referência familiar desvinculada afetiva e socialmente, ou não. O que percebemos é que na verdade eles têm, às vezes, até um vínculo afetivo com a figura materna, têm a ausência da figura de um homem, seja o pai ou padrasto e muitas vezes uma relação de oposição com ela. Uma oposição até no controle afetivo dessa mãe, uma disputa triangular, mesmo, e colocada de uma forma muito mais concreta ao nível do poder econômico dentro da casa, do poder de decisões, do poder muscular, força bruta, através da briga. Esses meninos, propositalmente, acabam usando o Estatuto como uma defesa para as suas ações. É como se não tivessem mais ninguém para controlá-los. Então, o Estatuto aparece como “aquela lei que me protege de todos os adultos, da polícia, do juiz e dos meus pais. Eu sou dono do meus atos, então ajo da forma como quero. Não tenho limite algum para isso.” Isso está aumentando bastante. O número de assaltos com violência física e uso de armas, o perambular em grupos como gangues – as gangues da cola, as gangues da coca e até pelo domínio do tráfico de drogas – mesmo na cidade do interior, e o uso da cocaína injetável de uma forma muito grande. Isso nos levou a uma demanda de trabalho que foi, exatamente, começar a pontuar a necessidade dos Centros de Saúde terem grupos de atendimento tanto dos adolescentes quanto das mães dos adolescentes portadores do HIV positivo. Nós já criamos uma prática de, na medida em que se começa a acompanhar um caso que está em liberdade assistida – uma medida sócio-educativa – e o menino usa droga ou tem a sexualidade promíscua, encaminhamos para o exame do HIV e para o trabalho em grupos terapêuticos no Posto de

Saúde. Do ponto de vista ideal, dos planos de ação, isso está funcionando bem. Do ponto de vista da prática, não está tão bem porque os meninos acabam tendo uma relação mais estreita conosco, que estamos fazendo a parte da orientação. Quando são encaminhados para outros órgãos, seja ele da faculdade, do Posto de Saúde, não se fixam. Geralmente esperam o resultado do exame ficar pronto e se apropriam dele. Existe uma questão do sigilo ético que eu acho que está sendo levado às últimas conseqüências.

O que tem me chamado a atenção nessa crise é o comportamento mais irreverente dos meninos, a ausência de atitudes tanto da polícia quanto do próprio Judiciário, na figura do juiz, e do meio social em geral. Existe uma certa perplexidade. Hoje a polícia diz: "Em menino eu não posso por a mão, não é meu". Ele vai para um Posto de Saúde. O tipo de acolhimento que tem ali, desde a pessoa que o recebe muito antes do profissional, já o elimina. Ele não permanece, não é muito respeitado nessa chegada. Por outro lado, existe uma certa falta de vontade política de que a prática que o Estatuto determina seja efetivada. Estamos sentindo a necessidade de atuar, de começar a distribuir os papéis: o que o Estatuto espera que a polícia faça e por que a polícia não faz. Devolver isso para a comunidade e a maneira que estamos encontrando é estabelecer uma relação com o Conselho de Direitos, que está sendo instalado no Município. Ele é que deve ter todos os programas de atendimento das crianças, inclusive a verba para gerenciar os trabalhos. Temos dados importantes para indicar quais seriam os programas necessários ao Município, através dos nossos atendimentos, e o que não está sendo feito.

Para mim, é evidente que a liberdade assistida é uma medida sócio-educativa restritiva de liberdade. Na medida em que você vigia a forma de funcionamento de um indivíduo dentro da sua família, é uma intromissão na vida

privada, é um ditame de normas, de como aquela criança deve agir na escola, no trabalho. É sempre esse parâmetro: trabalho e escola como se fossem as únicas vertentes para se atuar no comportamento ou na modificação, na ressocialização de uma criança. Estamos tentando implantar novas idéias, colocando programas mais ativos no Município. Sabemos também que hoje esses meninos não têm a concentração necessária para uma atividade escolar nos parâmetros exigidos pela escola regular. Até porque já aprenderam e muito bem que não é através da escola que vão fazer a vida. Eles têm essa norma internalizada. Sabem, por exemplo, que se roubarem dois toca-fitas ganharão mais do que um salário mínimo, que é o que ganha o padraço, e com ele não dá para ter o tênis, nem a camisa da moda, nem a calça jeans que gostam. É um dado de realidade inegável, não dá para trabalhar com eles como se fossem bobos, que não sabem essas coisas. Tenho que entrar dentro do universo do discurso deles, conhecendo os seus valores, como pensam a vida para ter um mínimo de condição de perceber quais são as possibilidades que têm de estabelecer um projeto de vida, de ter um mínimo de alternativa, de escolha.

Nós elaboramos um programa de prestação de serviços à comunidade. As medidas não são de caráter punitivo, são sócio-educativas. Temos uma faculdade de Educação Física, sabemos que os meninos têm uma energia que precisa ser gasta e por isso criamos um programa na área do esporte. Se você tiver um espaço apropriado poderá usar a energia desses meninos para que se sintam de fato participando de uma realidade. É necessário que eles percebam que têm coisas para dar – não só para receber – e que algumas coisas que têm para dar são muito necessárias para outras pessoas. Neste programa, ao invés de eles começarem jogando, vão ter que aprender que para que um jogo exista

e aconteça há toda uma preparação prévia, estabelecimento de regras, distribuição de funções, aquisição de material. Eles vão ter que participar da organização dos jogos nos bairros que é uma forma de fazer parte de uma equipe, de se interessar por algum esporte. Eventualmente na evolução disso podem querer inclusive ter uma atividade no bairro em que residem. São atividades que estamos vendo como necessárias. Isso é uma repercussão de como a crise tem acontecido no nosso trabalho, trazendo dados de realidade.

Público: É curioso observar que na FEBEM, particularmente na área de infratores, o quadro é muito desesperançoso, de impossibilidade. Acho que as diferenças entre a Capital e o interior se colocam. Você está trazendo um outro tipo de trabalho possível no interior. Acho que a Capital tem problemas de uma complexidade muito maior para equacionar. As instituições não se encontram, no próprio debate de ontem as pessoas foram se dando conta de que o pessoal da FEBEM não conversa com o da Secretaria, tem toda uma desarticulação.

Público: São 13 regionais só em São Paulo. São Paulo é muitas cidades, a complexidade já começa por aí.

Maria Antonia: Mas eu acredito que, mesmo dentro do Judiciário, não há muito entrosamento. Isso me preocupa, me incomoda, me causa estranheza que seja mais importante a autonomia de cada Vara do que uma normatização – já que o Judiciário é uma instituição que normatiza – com critérios técnicos. A independência é até legal, mas acaba inviabilizando a troca entre instituições e Varas diferentes. Por exemplo, se eu quiser adotar na Vara Central, que é onde eu trabalho, posso ter ou não condições para adotar. Se for em Pinheiros, o contrário. Se for no Jabaquara também.

Acreditamos necessário e gostaríamos de sugerir que houvessem critérios técnicos homogêneos para a aprovação

de pretendentes a adoção que fossem comuns a todas as Varas e entidades de inscrição. E, especialmente, que houvesse uma integração, talvez computadorizada, de âmbito nacional, que acessasse todos os inscritos a todas as crianças/adolescentes disponíveis para adoção. O Estatuto prevê que se esgotaram as possibilidades de colocação entre brasileiros. No entanto sabemos, por exemplo, que há muitas crianças disponíveis para a adoção no Norte, Nordeste, enquanto aqui há muitos inscritos aprovados aguardando indefinidamente. Sem comunicação.

Dayse: Existiu um momento em que, em São Paulo, formamos comissões por foco de trabalho. Nós tínhamos um representante de cada regional exatamente para pensarmos essa transmissão de conhecimento, esse acúmulo de informações e isso acabou sendo desarticulado, até porque a demanda de trabalho é imensa. Fiquei muito preocupada quando vocês acharam que estávamos mais animados e pensei: será que estou trazendo uma coisa muito idealizada e fora da realidade? Queria esclarecer para vocês que eu estou falando dos projetos que nós estamos fazendo diante da crise que está aí. Mas isso não quer dizer que a crise não está gritante e que a gente não esbarra em imensas dificuldades. Estou falando desses projetos, mas isso só está sendo possível e eu não vou ter falsa modéstia para dizer, talvez porque a prática, a experiência, as batidas de cabeça ajudem você a ter uma clareza de sua função e tomar uma atitude, implementar um setor com essa visão e também porque, de alguma forma, as características dos técnicos que estão ali podem favorecer esse modelo de atuação. Eu acho que isso é uma coisa que não dá para negar. O fato de nós estarmos tentando isso em Taubaté, neste momento, não quer dizer que o adolescente ali esteja sendo melhor assistido. Não é verdade. Não gostaria de passar essa imagem, mas é preciso fazer alguma coisa

diante de uma situação crítica, em que o número de casos de meninos na rua – inclusive com homicídios tenebrosos – e a prostituição de meninas têm aumentado assustadoramente; filhos de adolescentes aidéticas nascendo e sendo abandonados para serem colocados em famílias substitutas em que temos que fazer um trabalho, uma gestão, para encontrar um casal que esteja disposto a adotar um bebê portador do vírus da Aids. Se aceita, por que aceita e qual vai ser a repercussão? São coisas que estão acontecendo e muito, e a articulação está sendo procurada. Não é uma coisa que já existe. Nem sempre somos recebidos pelo outro técnico com a abertura suficiente para que essa busca estabeleça um contato fértil.

Infelizmente existem guetos de poder, onde as pessoas acabam sendo dominadas pela sua rotina e por um padrão de trabalho que é atender à demanda institucional propriamente dita, atender àquele caso que está ali, na sua frente, para não ficar ante uma fila. Esse trabalho de ir buscar, de provocar reuniões, de trazer um dado, de anotar, de ter um relatório, parece “perfumaria” desnecessária. Muitas vezes isso não é encarado, até mesmo pelo próprio juiz, como um trabalho necessário. Muitas vezes tive que assumir faltas para participar, mas não poderia fazê-lo se não tivesse clareza e uma equipe me apoiando, até bolando uma escala para que pudéssemos ir na instituição e voltar – já que a saída poderia parecer fuga e não trabalho. Já aprendi uma coisa: você tem que mostrar o efeito, demonstrar que o que fez deu certo. Você não tem que pedir, tem que fazer acontecer; e o que às vezes ocorre, e lá no grupo de treinamento vemos isso – como já disse, estamos treinando os psicólogos que estão iniciando a sua função no Judiciário –, é que na medida em que eles chegam completamente despreparados para o cargo, passam por um concurso que na verdade não deixa claro

qual vai ser sua função na instituição, vai assumir essa subordinação que é administrativa como uma subordinação técnica. Muitas vezes, o juiz vai determinar não só qual é o caso em que ele vai trabalhar, mas como vai trabalhá-lo. E isso é uma realidade da qual não podemos fugir. Como temos lidado com essa realidade no Tribunal? Realizamos um curso em São José dos Campos pegando todo o Vale do Paraíba e Litoral Norte sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi uma iniciativa pioneira de levar uma verba da CBIA (Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência) para as comarcas do interior. Isso ainda não existia e nós conseguimos reunir 60 técnicos para discutir o Estatuto antes mesmo de ter discutido a sua função dentro da instituição – para que começassem pensar que já existe. Ele tem um objetivo a alcançar, não é simplesmente matar cada dia, atender "x" casos, tem uma meta a atingir além desses casos; e isso está além de simplesmente dar um parecer. É pensar que aquele caso que você atende é uma amostra insignificante de uma realidade muito maior, mas que é precioso demais para que possa atingir esse todo. Se você, por exemplo, sabe que o uso da cocaína injetável na Rodoviária de Taubaté, ocorre de uma forma visível, a olho nu, está fazendo com que 90% dos usuários sejam portadores de HIV, tem que exigir uma prática que modifique isso. Se a exigência não partir de você, partirá do Ministério Público, que tem esse poder, de acordo com o Estatuto. Ele tem que começar a agir dessa forma, então vamos cutucar: vamos fazer uma ação em cima da Prefeitura. Os meninos ficam ali na Rodoviária, onde está instalado o Serviço Social da Prefeitura. Elas olham pela janela e dizem: "Dayse, sabe aquele seu menino, o Marcelinho, ele está se picando aqui embaixo, você não vai fazer nada?" O menino é meu? Bom, aí vocês já me conhecem. A Dayse pega a bolsa, vai lá e fala: "O menino não é meu, o menino é da sociedade, da

comunidade, não é porque eu estou fazendo um LA (Liberdade Assistida) que ele é meu, ele não é propriedade de ninguém". As mudanças caminham por aí, mas o quadro está assustador e desalentador.

Isso é muito comum. Barbaridades e mais barbaridades que você vê e às vezes é difícil ficar no seu lugar. Por exemplo, um dos casos que mais me incomodou lá foi o de uma menina que havia fugido de casa, por problemas pessoais e com a família; e se apresentou para a Vara da Infância. Ela foi buscar guarida na Vara da Infância e disse: "Fugi da minha casa". O promotor perguntou-lhe: "Como é que você chegou até aqui?" Ela respondeu que de carona. "Então volta de carona minha filha, até logo", afirmou ele. Não é um caso da Vara da Infância, mas do Município, é o Conselho que tem que atender. Aí você tem que se segurar para não perguntar: "Escuta aqui doutor, o senhor sabe como que ela vai conseguir a carona? Na hora que ela se prostituir ou for abusada ou morta ela vai ser um caso do Judiciário? Eu só sei que acabei conversando com ele e disse: "O senhor vai me dar licença, mas minha ética não me permite deixar esta menina sair. Ela vai ser atendida e nós vamos fazer alguma coisa". Coloquei a menina para dentro da sala, chamei o Serviço Social, e começamos a articular. Descobrimos o telefone da mãe, buscamos um abrigo temporário – esta é a outra coisa que a gente conseguiu, a criação do abrigo temporário que não existia. Conseguimos fazer com que ela ficasse algumas horas, porque fizemos com que a mãe viesse buscá-la. E elas foram embora.

Isso criou uma demanda para se discutir com o promotor o que é legítimo e o que não é. O promotor é uma pessoa extremamente dedicada à Vara da Infância, por incrível que possa parecer. Mas também é uma pessoa literalmente rígida. Então, é aquela coisa ao pé da letra. Morre de medo que o Serviço Social comece a ser assistencialista, comece a atender toda a demanda

que o Município não dá conta. Nós não temos nenhuma instituição em Taubaté que trabalhe com meninos que usam tóxico. Lidamos com o menino que quer deixar o tóxico, que está sob o controle das gangues do tráfico, tem o desejo de sair e não temos como encontrar recurso para ele. Essa é uma coisa que está sendo horrorosa para nós. Não temos para onde encaminhar, não existe ninguém especializado para fazer o atendimento. Ele volta ao setor várias vezes para dar conta daquela ansiedade e chegamos à conclusão que temos que começar a fazer com que a sociedade assumas esses casos. Onde estão as mães dessas crianças? Começamos a dar vazão para um grupo que se chama Renascer. O grupo Prevenir está fazendo todo um trabalho de prevenção do uso do tóxico e o grupo Renascer trabalha com acompanhamento em grupo dos adolescentes que querem deixar o tóxico – mas ele funciona como os Alcoólatras Anônimos, não existe técnico – e um grupo de pais de adolescentes que usam drogas. Mas quais são os adolescentes e quais são os pais que se colocam numa situação de grupo? São aqueles que têm um mínimo de cultura e de dinheiro. Então, o que ocorre é que os meninos que mais precisam e as mães que mais necessitam não conseguem se introduzir nesses grupos. Estamos querendo aprender com eles, começar a perceber como é que esses grupos são articulados, como é que começaram a ser montados. Queremos colocar um menino no meio desse grupo e ver qual efeito isso tem para ele. Pretendemos articular grupos através das Associações de Bairro. São essas coisas que têm que ser trabalhadas.

Sérgio: Acho que está bem por hoje, daqui a três anos...

Comissão: Acho que esses debates estão anunciando uma perspectiva aqui no CRP. A proposta dessa publicação é divulgar essas reflexões nas instituições de atenção à infância. Esperamos que tenha um efeito de problematização das práticas que estão sendo realizadas – talvez criando um Fórum mais permanente de discussão. Todo o

pessoal que veio, o pessoal da Secretaria que escutava o da FEBEM, começava a criar canais e questões novas.

Comissão: Mesmo porque hoje deu para pensar muita coisa dos últimos debates, deu vontade de ter um espaço de encontro dessas diversas instituições.

Renata: Esse intercâmbio até existe, mas ainda é precário. Pelo menos na Capital, porque fica difícil o encontro no nível necessário. Ele existe caso a caso. A cada oportunidade é batalhado, é procurado, porque todo o incentivo da instituição, de uma maneira geral, é para que ele nem aconteça. Mas nosso movimento é de tentar mudar isso, reverter, só que ainda é muito pouco. Fala-se hoje com uma assistente social daqui, amanhã com uma psicóloga de lá. Percebe-se quanto ainda há de desentrosamento em comparação ao que seria imprescindível para realizarmos um trabalho mais consistente.

Secretaria Municipal de Ação Comunitária de Santos

Realizado em 17/06/92

Expositora:

Anamara Simões Martins

Anamara: Boa Noite. Farei um breve histórico do projeto que chamamos "Projeto Menor de Rua", implantado em abril de 91, para atendimento específico a meninos e meninas de rua. As dificuldades que temos com esse nome fazem parte da nossa discussão atualmente.

Anteriormente os Centros de Convivência em Santos atendiam um ou outro menino de rua, o que é diferente de um trabalho direcionado somente para eles.

Começamos com uma equipe extremamente reduzida, sem um espaço físico específico para atendimento, até porque inicialmente a nossa proposta era colocar os meninos em atividades que já desenvolvíamos com outras crianças. Com o decorrer da experiência, percebemos que isso era meio complicado.

Em Santos temos um serviço que se chama Centro de Atendimento à População, destinado à população de rua adulta e à população carente em geral; e temos o serviço de Atendimento Externo, que funciona através de uma perua kombi. Diariamente esse carro sai fazendo um trabalho específico com a população de rua adulta, trazendo essas pessoas para o Atendimento. Aí, demos a orientação de convidar

também os meninos e as meninas de rua, porque até então eles não tinham qualquer referência para atendimento.

A kombi saía convidando os meninos a entrar no carro e ir para esse Centro de Atendimento à População. Lá tem o setor de higienização, onde eles tomavam banho e trocavam de roupa. Depois tinha um atendimento com assistente social e psicólogo. Encaminhamos também a questão da alimentação, que é uma coisa básica, num Centro de Convivência bem próximo dali, onde o trabalho foi complicado, eu diria, pela dificuldade das pessoas de lidar com as crianças, que percebiam essa resistência e acabavam reagindo. Nós cometemos alguns equívocos, pois eles só iam lá para almoçar e depois iam embora, enquanto as outras crianças permaneciam. É bastante complicado lidar com isso no trabalho diário. Então, esgotamos essa possibilidade e partimos em busca de um local próprio.

Desde o início, tivemos dificuldade para conseguir um espaço próprio. Primeiro, para alugar um imóvel. Encontramos muita resistência em alugar para a Prefeitura e também quanto à localização geográfica – um outro problema, até porque essa demanda sempre traz complicadores em relação à vizinhança. Encontramos uma sala que estava inutilizada. Fica embaixo de um morro e no período de chuva a coisa se complica, mas precisávamos de um local próprio e topamos. Partimos para essa sala e os meninos nos ajudaram na arrumação do novo espaço. Esse momento foi muito interessante porque houve um envolvimento dos meninos no sentido de estar arrumando um espaço só para eles e isso teve um significado bastante importante para o trabalho. Lá eles comiam, tinham atividades, oficinas, tudo nesse espaço. Desde o começo nossa proposta de trabalho com a população de rua se baseia na busca de meios para geração de renda, sejam oficinas abertas ou frentes alternativas de trabalho, como

chamamos. Ficamos algum tempo nessa sala, onde desenvolvíamos algumas atividades. Mas as crianças continuavam dormindo na rua. Quando buscamos esse espaço próprio, pensávamos na possibilidade de dar o atendimento integral, inclusive para eles poderem dormir ali. Começamos a estabelecer contato com uma entidade da Noruega que conheceu e se interessou pelo nosso trabalho. Havia uma proposta de viabilizar recursos junto ao governo da Noruega para fazer o atendimento integral, para a casa. Contudo, não descartamos a possibilidade de alugar um imóvel para criar de fato essa casa porque não dava mais. Era insustentável fazer um trabalho com as crianças durante o dia e, à noite, deixá-las dormir na rua.

Quando o projeto completou um ano, fomos convidados a desocupar aquela sala porque sua estrutura física foi considerada uma área de risco. A Secretaria de Obras deu um parecer segundo o qual não poderíamos permanecer naquele local — isso foi numa sexta-feira. Pensamos: "O que a gente faz agora?"

O Roberto Tykanori Kinoshita, interventor da Casa de Saúde Anchieta, havia falado de um espaço na própria Casa Anchieta, um espaço grande, isolado, que poderíamos utilizar, até porque eles já pensavam em desocupá-lo. Eu liguei para ele e perguntei: "Escuta, aquele espaço está disponível?" A Secretaria de Higiene e Saúde tinha ocupado todo o espaço com material, mas o Tykanori propôs pensar uma alternativa. Na segunda-feira eu fui ao Anchieta. Conversamos sobre o que poderíamos fazer e ele disse: "Tem a ala dos crônicos. O que você acha da gente começar a fazer um atendimento dos meninos lá?" Eles chamam a ala de "casa dos crônicos" porque as pessoas moram ali. Inicialmente ficou um ponto de interrogação muito grande na minha cabeça. É interessante porque, ao mesmo tempo que vinha aquela coisa de não saber o que poderia acontecer, havia algo que atraía muito na medida em que, a partir daquela idéia, poderia acontecer muita coisa.

Fomos andar pela ala – eu nunca tinha andado pela "casa dos crônicos". Entramos exatamente na hora em que a equipe técnica da tarde estava reunida. Sentamo-nos à mesa e o Tykanori apresentou a proposta que acabara de surgir. A equipe a princípio estava resistente. Sem conhecer o assunto, começaram a questionar, perguntar algumas coisas do projeto – com exceção da Ligia*, nenhum deles tinha tido contato com menino de rua. Apareceram mil dúvidas e aí se propôs uma reunião com todo mundo: os meninos, os pacientes e as duas equipes – a equipe do projeto e a dos crônicos. Marcamos para o dia seguinte porque precisávamos de um espaço urgentemente. Existem aí alguns pontos interessantes sobre os quais não tive tempo de conversar pessoalmente com a minha equipe. Expliquei a idéia pelo telefone e pedi para conversarem com os meninos. Era importante colocá-los a par. Eles vinham acompanhando toda a questão do espaço, participavam desse processo, sabiam da necessidade de desocupar aquela sala da rua Bittencourt, perto do morro. Pedi à minha equipe para discutir com os meninos essa nova proposta.

Um cuidado que tivemos logo de início foi tentar amarrar essa proposta de ida para lá com um "compromisso" dos meninos ajudarem, de alguma forma, a cuidar dos crônicos. Assim, essa proposta veio também como uma medida de preservação, até porque não sabíamos como os loucos poderiam estar. Além disso, passamos por aquelas experiências de convivência com outros grupos – e isso eu coloquei para a equipe dos crônicos – que tinham sido um desastre, a expulsão sempre acontecia. Daí a importância de tomar alguns cuidados e associar – o que foi muito positivo – esse aspecto deles ajudarem no cuidado dos crônicos.

Eu disse ao pessoal da equipe que durante a conversa

* Refere-se a Ligia Cascabulho, psicóloga responsável pela "casa dos crônicos" da Casa de Saúde Anchieta.

poderia surgir o preconceito, aquela coisa de: "Ah, mas são loucos". Lembro-me de uma festa de carnaval, organizada pelo pessoal da Saúde, lá em Santos, num salão tradicional no centro da cidade, da qual todo mundo participou: nós, o pessoal do Anchieta, dos NAPS*. Então tinha doente mental, menino de rua, homem de rua. Foi uma festa bárbara. Os meninos foram e eu me lembro que eles chegaram cedo e ficaram falando: "Só tem louco aqui!" No começo eles tinham um pouco de medo. Eles se destacam porque nessas horas são comportadíssimos. Ficava até engraçado. Mas vinha aquela coisa do medo, um preconceito mesmo. Depois eles acabaram se divertindo, adoraram o baile. De qualquer maneira, eu achava que essa coisa do preconceito viria e propus à equipe discutir também esta questão. Mesmo porque os meninos de rua também enfrentam preconceito.

Os meninos receberam a notícia da seguinte forma: "Olha, amanhã vai ter uma reunião num hospital, na rua São Paulo". Em Santos, quando você fala em Anchieta ou num hospital na rua São Paulo todo mundo sabe o que é. Então é significativa a forma como a notícia foi passada para os meninos; mostra bem a resistência, a dificuldade das pessoas de lidarem com essa proposta nova.

Quando chegamos lá para a reunião, os meninos estavam na rua. Só aí soube que as coisas foram passadas dessa forma. Fui à porta, rapidamente, e fiquei discutindo. Eles estavam meio assim: "Ah, não vou entrar". Aí eu falei: "Vamos lá, vamos conhecer. Está surgindo essa proposta da gente ficar aí, vamos conhecer".

* Equipamentos – quatro no total (julho/92) – criados a partir de 1989 pela Secretaria de Higiene e Saúde de Santos para substituir o hospital psiquiátrico. Os pacientes são atendidos durante o dia e voltam à noite para suas casas. Cada NAPS dispõe de seis leitos para quando for necessária internação.

Os pacientes, ou melhor, usuários – a equipe também mudou a forma de denominação; não querem mais que chamem de pacientes, mas de usuários, até porque mudou muito a condição deles; agora são usuários daquele serviço – estavam embaixo esperando por nós. Também houve toda uma discussão explicando que eles estariam recebendo visitas naquele dia, teria uma reunião, enfim, eles foram preparados para isso e estavam lá nos esperando e foram nós cumprimentando. Pena que naquele dia nós não fotografamos. As caras, as expressões foram muito fortes. Uma das usuárias veio cumprimentando as meninas e, quando percebeu que uma não tinha sido cumprimentada, falou: “Olha, está faltando aquela ali”.

Entramos. Era uma sala grande, onde as cadeiras já estavam organizadas e os 27 usuários da casa dos crônicos – 14 homens e 13 mulheres – foram se acomodando. Os rostos com aquela expressão apreensiva, sem saber o que ia acontecer, super quietos, comportados. De repente, uma das usuárias começou a andar, levantou o vestido e mostrou a calcinha. Eles já começaram a rir porque acharam aquilo o máximo. Imaginem ela começar a mostrar a calcinha naquele primeiro contato, as pessoas ali, mesmo para nós das equipes. A equipe dos crônicos nunca tinha tido contato com os meninos de rua. A maioria deles e a nossa, os nossos monitores e monitoras, nunca tinham entrado num hospital psiquiátrico. Aquele episódio representava uma coisa extremamente nova para todo mundo.

Foi uma reunião de quase hora e meia, em que aconteceram coisas muito marcantes, como de uma usuária que não conseguia parar – depois vimos isso no hospital – e lá na reunião ficou sentada, ouvindo. Teve uma outra senhora que se emocionou muito, chegou a ter lágrimas nos olhos, só que ela tem um choro contido, não consegue explodir. Disse que estava muito emocionada porque ela era tão

doente e estava ali vendo tanta gente jovem e com saúde. Um dos usuários reagiu como se estivesse se sentindo invadido, como se aquela sala fosse a casa dele. E numa das falas, a do assistente social do projeto, coloca-se que antes da intervenção aquilo apresentava um aspecto de prisão, que tinha mudado. O usuário pegou a palavra prisão – e isso foi tão forte para ele – e disse assim: “Não, aqui não é prisão não; aqui é a casa da gente”.

Quando abri a reunião, expliquei por que estávamos ali, o que estava acontecendo, aquela proposta de levar os menores para aquele espaço. Depois a Ligia tentou colocar o histórico daquelas pessoas. Algumas estão lá há 30, 35 anos, abandonadas pela família, não recebem qualquer visita. As pessoas praticamente não trocavam nada, ficavam ali, até porque a equipe é reduzida. Não havia um número suficiente de pessoas para dar uma atenção individualizada, levar para passear, sentar, conversar, contar história, jogar alguma coisa.

O que a Ligia falou evidentemente os tocou. De repente, começaram a pensar: eles na rua, com toda a liberdade, e pessoas ali presas. Representavam dois extremos, grupos aparentemente opostos, mas com características bastante semelhantes: são dois grupos marginalizados, com carência em todos os sentidos. Isso que é interessante: a questão do abandono. Notamos o quanto a situação daquelas pessoas mexeu com essas meninas e meninos. E eles se destacaram, manifestaram-se. De repente perguntaram se iam dormir ou não. Estávamos em véspera de feriado de Semana Santa. Portanto, não poderíamos ir para lá no dia seguinte e começar a tomar todos os cuidados necessários. Combinamos, então, um almoço para a quinta-feira seguinte, na Anchieta mesmo. Um dos usuários tirou um bonezinho que ele usa e pôs na cabeça de uma das meninas. As trocas já começaram a acontecer.

Marcado o almoço, descemos e fizemos uma outra reunião com os meninos no meio da rua. Saíram assim: “Ah,

não vou ficar aí não, essa aí é casa de loucos. Isso aí é o hospício, não estou louco". Primeiro, vomitaram tudo isso e, em seguida, começaram a falar coisas muito íntimas deles, que até então não tinham aparecido. Contaram coisas inclusive de situações que vinham ocorrendo com o vigia do tal CAP – Centro de Atendimento à População –, onde eles tomavam banho. Ficamos mais uma hora ali com eles, ouvindo tudo. Pouco a pouco aquela ansiedade toda foi baixando e discutimos alguns encaminhamentos para as questões que eles levantaram, porque eram coisas muito fortes, situação até de envolvimento de guarda.

Veio o feriado e depois o almoço, que registramos com fotos. Logo de cara, alguns meninos se identificaram; um em especial. Foi o que primeiro se identificou, sentou à mesa, puxou conversa, perguntou, queria realmente estar ali. Depois do almoço, subimos para aquela sala da reunião e tinha televisão, que eles acham bárbaro. Eles perguntaram: "A gente vai poder ver televisão aqui?" Depois, meninos, usuários e nós mesmos começamos a jogar vários jogos. Foi uma coisa bem espontânea mesmo que começou a surgir ali.

De repente, uma das usuárias começou a chorar sem parar. A Ligia comentou comigo que ela chorava porque estava lembrando das filhas dela. Aí eu comentei com uma das meninas. Ela ficou tão emocionada com aquilo que foi consolar a moça. Ficaram lá as duas até que ela conseguiu acalmar a Ivanir. Depois foram dar uma volta no quarteirão. Foi engraçado porque depois do passeio a Ivanir voltou falando da alta, que ela queria a alta dela. Perguntei o que tinham conversado e a menina respondeu: "Ela disse que queria sair daqui e combinamos que, na volta, era para ela arrumar as roupas que a gente levava ela embora"

Discuti com eles desde o começo a coisa de ajudar a cuidar, que de repente eles podiam fazer alguma coisa por aquelas pessoas; e cada um do seu jeito: conversar, contar

histórias, jogar qualquer joguinho, dar uma volta no quarteirão. Poderiam ajudar aquelas pessoas da forma que quisessem e soubessem. Isso também foi um aspecto muito forte porque representou uma possibilidade de resgatar aquele "bom" deles, aquele lado positivo, que geralmente não é o mais reforçado. Via de regra, nas situações onde há menino e menina de rua aparentemente fica aquela impressão de que eles não têm nada de bom para dar, não fazem nada de bom, são aquele estorvo.

Mais tarde fui embora e eles acabaram ficando lá, jogaram, depois fizeram um lanche e à noite jantaram. No dia seguinte encontrei com eles lá no CAP. Estavam felicíssimos e eu perguntei: "E aí, como foi? O que vocês combinaram?" Responderam: "Nós vamos lá hoje de novo. A tia foi tão legal! A gente jogou um monte de joguinho, depois a gente tomou lanche e jantou". Ficou aquela coisa de casa mesmo porque, até então, por mais que tentássemos, era complicado. Isso foi muito forte para eles.

Desde o início, houve uma receptividade muito grande e a Ligia foi uma pessoa muito importante nesse processo porque ela comprou a proposta desde o início. Eu comprei do nosso lado e ela comprou do lado da Casa de Saúde Anchieta, claro que tirando a direção – o Tykanori e o Lancetti endossaram –, mas era eu quem estava ali e que fui trabalhando toda a resistência da minha equipe. Na verdade, éramos nós que estávamos indo para lá e a Ligia foi uma pessoa bastante importante nesse processo todo porque ela bancou a resistência da equipe, inclusive dando tempo para que as pessoas se envolvessem com a proposta, pudessem estar vendo a evolução até dos usuários.

No momento "troca zero", como diz a Ligia, eles não trocavam absolutamente nada um com o outro. De repente, aquilo ficou uma coisa: só o movimento dos meninos, aquele entra e sai. A porta ficou aberta, como acontece com

os usuários, eles podem entrar e sair; mas claro que tem os horários de almoço, lanche, horário de refeição. Depois do jantar íamos embora. Toda vez tinha uma reunião no final do dia. Digo tinha porque a partir de segunda-feira nós mudamos de lá, até com muita tristeza porque é uma experiência que mobiliza muitas coisas, mexe muito conosco a todo momento, traz coisas novas, reações, atitudes. De repente os meninos começaram a fazer barba de usuário por iniciativa deles. Um dos meninos propôs criar um monitor mirim lá dentro do hospital. O Seu Manequinho tem Síndrome de Down, já é mais velho e precisava tomar remédio para ir ao banheiro. Um dia os meninos levaram ele para cortar o cabelo e aí ele teve que andar bastante. Aquele dia foi no banheiro sem tomar remédio.

Tem uma história também bastante interessante sobre o Edson, um dos meninos do projeto. O Edson, ou Formigão, como o chamavam, reconheceu um dos usuários. Ficou bastante emocionado e foi contar para a Ligia que ele conhecia aquele usuário desde pequenininho, que ele jogava snooker no centro da cidade e ficou daquele jeito porque levou muita pancada na cabeça. O diagnóstico daquele moço é neurológico mesmo, ele treme muito. Então, era assim: aos pouco eles iam formando pares com aqueles com quem mais se identificavam. Um dia o Formigão disse que o Zé Maria o reconheceu, que sentiu isso pelo jeito que ele segurou na mão dele, Formigão.

Conseguiram ingressos para o cinema toda quarta-feira à tarde e alguns meninos e usuários começaram a ir juntos, em pequenos grupos. Abriu-se também a possibilidade dos meninos participarem de um grupo de teatro que existia lá no hospital. Logo em seguida os meninos conseguiram um espaço para lavar e guardar suas roupas. Havia um tanque e fizemos o varal para eles estenderem as roupas. Aí todo mundo mudou para lá, ficavam lá direto.

Começaram, assim, todas aquelas preocupações e de repente vinham alguns comentários – muito poucos – do tipo: “Colocar meninos com doentes mentais? Internar eles aí no hospital?” Mas eles tinham livre acesso, entravam e saíam quando queriam e, na verdade, preferiam ficar lá a ficar na rua.

Demos continuidade às atividades que desenvolvíamos com eles no projeto. Com o contato diário, decidimos colocar som. Esse Manequinho chegou a dançar com os meninos. Mas as senhoras começaram a reclamar do barulho, aquela coisa mesmo de avó, que é normal em qualquer casa: “Esse menino faz barulho”. Havia preocupação também com as crianças. Ficou uma coisa mais viva mesmo. Alguns relatos da equipe apresentavam a seguinte situação: “A Dona Benedita está reclamando muito do barulho que eles fazem”. Precisávamos considerar que antes ela não reclamava de nada, não tinha qualquer manifestação.

Os usuários começaram a ter um discurso mais elaborado. Alguns que não diziam nada, quando chegamos, começaram a falar, a formar frases. Uma usuária tinha problema de estrabismo e, de repente, ela começou a por o olho no lugar. Um dia olhei para a cara dela e disse: “Regina, você está com o olho no lugar!” Ocorreram muitas coisas fortes e marcantes como estas durante aquela proposta provisória.

De repente, aconteceu tudo de uma vez: apareceu uma casa para alugar e saiu o dinheiro da Noruega, os 100 mil dólares, que não veio diretamente para as nossas mãos. Os recursos vieram para a Casa Emanuel, uma entidade não-governamental da Noruega que tem uma representante no Brasil. Ela mora em São Vicente mas não sentiu receptividade na Prefeitura local e sim na gente, desde o ano passado.

Fomos encaminhando as várias alternativas até chegar a verba para comprar um imóvel. Concordaram até que ocupássemos a igreja Missão dos Marinheiros Noruegueses, que fica no bairro da Aparecida, um lugar muito complicado.

Veio, então, o dinheiro e eles compraram uma casa – a foto está neste encarte que eu trouxe. Compraram também parte dos equipamentos: fogão, geladeira etc e um carro. Aí estabelecemos um convênio com a Prefeitura, assinado segunda-feira, na própria inauguração, para uma Casa Moradia. A Prefeitura entra com recursos humanos, alimentação e todas as despesas – água, luz, IPTU, combustível do carro e outras coisas que faltavam: coisas de cozinha, da casa, móveis etc. Entramos, assim, numa nova fase: trabalhar a despedida, o que é muito complicado. Tentamos adiar o máximo possível, mas ao mesmo tempo eles estavam dormindo na rua, uma situação difícil.

Nesse meio tempo, dois meninos dormiram lá. Tentamos estabelecer um critério: o fato deles dois estarem envolvidos num projeto de trabalho durante o dia, trabalho fixo, porque os outros eram no final de semana, oficinas, oficinas de doces, não tinha aquela coisa de todo dia.

Uma casa é uma coisa muito nova para nós e começamos a tomar alguns cuidados. Esses dois meninos dormiram lá no quarto junto com os usuários. Dormiram super bem, não tiveram preconceitos. Quanto às meninas, houve um caso em que uma estava doente – outro critério que tínhamos era que se o médico avaliasse que estava muito doente e dormir na rua comprometia, aí também ficavam para dormir; em função disso, um terceiro menino dormiu lá uma ou duas vezes. Só uma menina estava doente, mas para ela não ficar sozinha a irmã resolveu também dormir ali. Sei lá o que aconteceu, mas elas acabaram não dormindo, até porque nenhum de nós estava lá à noite. Os outros dois meninos dormiram numa boa.

Tivemos uma reunião na nova casa e hoje foi o primeiro dia que eles não foram ao hospital, porque a casa foi inaugurada segunda-feira. Segunda e terça eles fizeram as duas refeições lá no hospital, tanto o almoço como a janta; o lanche foi na casa.

Hoje eles já almoçaram lá na casa. Na segunda de manhã, alguns técnicos foram convidar os usuários para a festa de inauguração e conversar com eles sobre o fato de estarem saindo de lá. Então, uma das usuárias começou a cantar aquela música do Roberto Carlos, "Jesus Cristo"; um outro se levantou e foi saindo; foram desagregando mesmo. Não tocam no assunto.

Não queremos sair, não queremos interromper esse trabalho porque é muito recente e não temos dados suficientes. É fundamental estarmos aqui, termos essa oportunidade porque precisamos mesmo pensar sobre tudo isso que está acontecendo e as possibilidades, inclusive, de aprofundar esse tipo de experiência.

Os usuários não tocam nesse assunto e até as pessoas da equipe relatam que entram lá e está aquele silêncio, aquela coisa ruim. Inicialmente, quando entravam havia aquele incômodo que, no final das contas, todos gostavam.

Apesar de algumas resistências, a receptividade foi muito grande. Considero um dado positivo, mesmo para os meninos, porque se sentimos isso, o mesmo se deu com eles. Pela primeira vez não vivenciamos aquela coisa da expulsão, de estar sendo expulso de algum lugar e isso também é bastante significativo, porque a expectativa de expulsão é uma coisa constante. Há ainda outros dados. A partir do momento que a questão da casa ficou mais definida – que a casa já existia, que a mudança estava marcada –, embora tentássemos sair o mais gradativamente possível, começaram a ocorrer alguns roubos lá, o que até então não ocorrera. Precisamos pensar melhor no significado desses roubos. O que eles queriam nos dizer através desses roubos?

No dia da inauguração teve o cerimonial, a entrega de flores à prefeita, e um menino pegou no microfone para falar. Ele falou que era muito bom essa casa, que estava muito feliz e aí

disse que queria falar mais uma coisa: "Eu queria agradecer ao doutor Tykanori por ele ter deixado a gente ficar na Casa de Saúde Anchieta esse tempo. Foi muito bom ficar lá. Eu gostei muito e não queria sair." Considerei isso muito significativo. Conversei com ele naquele dia mesmo e perguntei: "E aí, você disse que não queria sair de lá?" Respondeu: "É verdade." Eu: "Eu também não queria sair, mas a gente vai continuar indo lá." Ele: "É, mas não é a mesma coisa".

Antes os meninos tinham uma rotina e agora estamos em um processo inclusive bastante confuso, eu diria, que é, de repente, tirá-los do Anchieta, tirá-los da rua e levá-los para uma casa. Está vindo tudo à tona. Até então eles dormiam na rua e agora passaram a dormir em uma casa. Isso com certeza está mobilizando conteúdos fortíssimos, inclusive de pai, mãe, família; está tudo muito à flor da pele, a agressividade está borbulhando, eles estão extremamente explosivos.

Existe uma confusão na cabeça deles sobre o convênio com a Noruega. Eles dizem que quem comprou a casa foi a Noruega e que nós não temos nada a ver com ela, que a casa é deles (da Noruega). Dizem, por exemplo: "Eu só saio daqui se a prefeita vier me tirar. Foi ela que deixou a gente ficar aqui." Precisamos de tempo para estar ali, sentar com eles, conversar, explicar. A casa fica em um bairro residencial, o que é complicadíssimo. Teremos problemas com a vizinhança e vamos ter que gerenciá-los. De início, pensamos em montar uma oficina de música no Anchieta, para que os meninos possam estar indo lá. Faremos isso. Manteremos também o cinema, da quarta-feira à tarde. Hoje fomos ao Anchieta e convidamos os usuários para um almoço lá na casa, para eles conhecerem a casa. E vamos continuar assim: os meninos que fazem barba, continuarão a ir lá para fazer a barba dos usuários; farão visitas; sairão juntos; terão atividades com os usuários. Estamos dando continuidade a esse trabalho na nossa rotina.

Outra coisa muito interessante nessa proposta toda relaciona-se às duas equipes. Estamos revendo essa troca muito interessante. Semanalmente nos reuníamos para discutir, trocar o que estava acontecendo. Essa ampliação foi muito boa, muito produtiva para as duas equipes no sentido de terem contato com populações distintas.

Um outro detalhe foi a questão da imprensa. No começo não pretendíamos divulgar nada. Era uma coisa muito nova o que estava acontecendo e queríamos tomar cuidado. Mas um jornalista da Folha descobriu – não sei como – e me procurou. Eu até perguntei como soubera e ele disse que um passarinho tinha lhe contado. O jornalista queria saber tudo e eu tomando alguns cuidados, explicando a ele os nossos receios de divulgar uma coisa que ainda estava no começo. Mas ele insistia porque queria um “furo”. Aí discutimos com as duas equipes e concluímos que também não poderíamos nos negar a dar informação. Ele foi no Dia das Mães.

Lá em Santos existe uma lei chamada Mãe Santista, segundo a qual todo ano devemos realizar uma atividade no Dia das Mães. Nesse ano, na segunda-feira, tínhamos esquecido que no domingo seguinte – o da entrevista – era o Dia das Mães e precisávamos definir quem seria eleita a Mãe Santista e as outras duas que receberiam a Menção Honrosa.

Além disso, naquela mesma semana, a psicóloga do projeto contou que um dos meninos, aquele que conhecia o Zé Maria, veio conversar com ela. Em uma atividade ele fez um desenho bastante pesado, com cruces – ele viu a mãe morrer enforcada – e perguntou à psicóloga como é que ia ser no domingo. Deu um estalo: Dia das Mães, eles estão na rua, longe da mãe, até aqueles que têm mãe mesmo estão longe dela; por que não fazer uma coisa só? Veio, então, essa proposta de envolvê-los nessa atividade de homenagem ao Dia das Mães. Simbolicamente estariam homenageando a mãe deles, evidentemente muito mais a mãe

interna. Definimos que a Mãe Santista seria uma voluntária desse projeto, uma pessoa de quem eles gostam muito. Ela está com os meninos já há algum tempo e têm uma identificação muito positiva. Definimos que seria a voluntária e eles se envolveram, ajudaram a preparar a homenagem. Foram à solenidade no salão nobre levando flores, cartões. Ficaram dois dias só amor, fazendo corações e cartões. É incrível como essa coisa de mãe é forte mesmo, todo mundo sabe que mexe e não adianta.

Homenageamos uma das usuárias que está longe dos filhos há quinze anos e eles deram flores para ela. Os usuários foram também. O salão nobre estava incrível nesse dia, com meninos de rua, pacientes psiquiátricos. E a Folha foi nesse dia em que eles estavam organizando essa atividade das mães e pegaram a coisa de uma forma bastante positiva, a matéria foi positiva. A partir de então, houve todo um interesse da imprensa, que começou a procurar muito. É complicado gerenciar isso no dia-a-dia com os meninos porque eles resistem muito a esse tipo de coisa. Mas havia a discussão de que era uma idéia nova e eles estavam participando junto conosco.

Enquanto administração pública, precisamos dar satisfações daquilo que fazemos. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de multiplicarmos essa proposta. Então, era importante o depoimento deles também, era importante que participassem da divulgação, o que falassem era fundamental. Eles compreenderam e começaram a participar, a dar os depoimentos, mas ainda assim era desgastante esse contato com a imprensa. Foi tudo muito intenso. Faz dois meses que isso está acontecendo e, desde essa matéria da Folha, foi a Globo, a Bandeirantes na outra semana, depois foi a Cultura.

Público: As crianças na casa têm alguma atividade?

Anamara: Têm almoço, jantar, participam da manuten-

ção da casa, arrumam o quarto. Tem uma ajudante geral, mas eles ajudam na limpeza da casa. Tem merendeira, mas eles colaboram na alimentação, principalmente à noite, quando eles mesmos servem, esquentam, lavam louça etc. Montaremos uma classe de alfabetização lá à noite, junto com a Secretaria de Educação do município que tem esse projeto. De manhã eles vão fazer lição. Fora isso, desde o início do projeto estamos encaminhando a questão esportiva, buscando a participação dos clubes.

Tem a renda gerada pelas oficinas. Recebemos dinheiro da Itália também. A secretária da Ação Comunitária esteve lá na última semana e no ano passado vieram o Franco Rotelli* e o Mário Tommasini, que é voltado para essa questão dos meninos de rua. Ele é deputado da Província de Parma. Desde que foi embora daqui, mobilizou pessoas e implantou um projeto chamado "Brasil 92, Emergência à Infância – Santos e São Paulo". Trata-se de uma campanha que ele começou a desenvolver na cidade para arrecadar fundos destinados à questão dos meninos de rua do Brasil, principalmente em Santos e São Paulo. A proposta é arrecadar 100 mil dólares para dividir entre essas duas cidades. Já arrecadaram 60 mil. É interessante porque eles envolveram a cidade inteira na história dos meninos de rua de Santos e São Paulo, desde a prefeita, os políticos, empresários, até os alunos de escolas e os pais.

Quando a secretária esteve lá, apresentaram uma ópera com renda revertida para implementarmos as oficinas. Vamos implantar uma de marcenaria e uma para conserto de bicicletas, que eles querem muito. Eles também querem caixa de engraxate. A voluntária de quem falei antes é

* *Psiquiatra, diretor do Serviço Psiquiátrico de Trieste, na Itália, e Consultor da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) para o Brasil e a Argentina na área de saúde mental. Autor, entre outros, do livro "Desinstitucionalização", Hucitec, São Paulo, 1990.*

ligada a um empresário da cidade que também sempre colaborou nesse projeto. Esse empresário vai entrar com as caixas de engraxate e nós entramos com o material.

Sempre que existe a possibilidade dos meninos participarem de qualquer evento da administração que gere renda, eles vão. Por exemplo, o Projeto Verão, em que tinha uma atividade de catador de bola; eles foram e ganharam um dinheiro catando bola. Tem o projeto Lixo Limpo, da operação De Olho Na Praia, em que eles distribuem saquinhos de lixo no verão. A gente sempre os encaixa nos projetos da administração que tenham geração de rendas.

Tem essa coisa do dia, da atividade física, do lazer e da profissionalização. Pretendemos dar uma característica mais próxima possível de uma casa. É uma experiência nova para nós também. Eu supervisiono esse trabalho na área da assistência pública e em janeiro implantamos uma casa para a população de rua adulta, a Casa de Retarguarda. É uma moradia por tempo provisório para que as pessoas tenham o mínimo de organização para poderem se reestruturar. Mas é um trabalho completamente diferente, não dá para comparar. A Casa Moradia, propriamente dita, é uma experiência extremamente nova para nós em nível de administração municipal. O projeto tem um ano, mas estar 24 horas em uma casa é coisa recente.

Enquanto aguardava o início do debate, lembrei-me de que esse grupo de meninos vem acompanhando todas as fases do projeto. Então, não houve aquele processo de montarmos uma casa e recebermos crianças novas para participar dela. Os meninos e meninas vêm nos acompanhando passo a passo e estamos pensando em como lidar com tudo isso. Por um lado é difícil, mas por outro eles estão vivenciando coisas que de outra forma não vivenciariam. Antes dormiam na rua, agora dormem em casa; então têm horário. De repente querem ver televisão até

duas horas da manhã e não dá. Você precisa introduzir limites que antes não existiam e, em função disso, aparecem reações. Eles testam o tempo todo.

Geralmente não temos aquela equipe maravilhosa – que também não sei onde existe: pessoas prontas para trabalhar com meninos de rua, que estejam disponíveis. Esse é um trabalho extremamente difícil. Nesse sentido, a equipe é complicada, embora tenha crescido muito porque vivenciou experiências muito intensas. Mas ainda precisamos trabalhar um monte de coisas.

Público: É um grupo de quantas crianças?

Anamara: Ele se mantém entre 20 e 25. Na verdade, até em função de uma falta de estrutura física, eu diria, não partimos para um trabalho nas ruas. Agora estamos dispostos, até porque ampliamos a equipe, contamos com mais voluntários. Isso se tornou viável porque aconteceram coisas nesse meio tempo. Uma jornalista lá em Santos fez uma matéria que mobilizou a opinião pública. De repente todo mundo ficou voltado para a questão dos meninos e meninas de rua. Então, este empresário, uma pessoa que também tem um certo poder na cidade, organizou um super debate no SESC (Serviço Social do Comércio), com toda a infra-estrutura, e chamou a sociedade santista para discutir o problema dos meninos de rua. Fez-se um esquema de fichas que as pessoas preenchem e se colocavam disponíveis para colaborar com o trabalho. Agora estamos levantando esses voluntários.

Embora seja complicadíssimo trabalhar com voluntários – sabemos disso – não podemos abrir mão deles. Precisamos dessas pessoas, principalmente naquela casa, porque, daqui a pouco, quando as coisas começarem a acontecer, haverá reações na vizinhança. Na Casa Anchieta tivemos reações da vizinhança e lá ficávamos em frente ao necrotério; o hospital ocupa quase uma quadra inteira, não tinha vizinho de casa. Assim, trabalhamos com voluntários e agora

queremos partir para um trabalho na rua, inclusive para ampliar este grupo. Eles estão se sentindo muito donos da situação, afastam a entrada de qualquer outra criança, não estão dividindo com os outros. Sempre explicamos que a casa não é deles, que pode abrigar até 30 meninos e meninas. Mas existe essa proposta de fazer um trabalho durante o dia com crianças que não necessariamente morem ou durmam na casa.

Público: Queria saber sobre a faixa etária.

Anamara: Atualmente temos crianças entre 11 e 17 anos. Também temos problemas porque, nesse meio tempo, alguns ficaram maiores. Temos três, maiores. Não sei se vocês acompanharam, mas em setembro do ano passado muitos meninos saíram daqui de São Paulo e foram para Santos. Vimo-nos em uma situação completamente nova, sem saber o que fazer. Com aquela Operação Limpeza* na Praça da Sé eles acabaram indo para Santos. Isso nos pegou completamente desprevenidos. E um grupo deles acabou ficando. Depois daquilo aprendemos e definimos os limites mais claramente. Agora, os meninos que vêm de São Paulo nós encaminhamos o retorno, porque percebemos que não daríamos conta. A cidade começou a reagir porque chegava menino que não parava mais. No meio deles veio esse grupo, um grupo mais ou menos estruturado, que tinha uma maior junto – 22 anos –, a tal da "mãe-de-rua". Na casa, todo o tempo trabalhamos o desligamento dela, uma outra forma de encaminhá-la. De fato, com a implantação da casa, definimos o critério de atender até 17 anos e agora vamos ver como gerenciar os que estão completando 18. Mas outros que já tinham 18 e essa de 22 anos não podiam ficar

* Operação realizada pela Secretaria de Segurança de São Paulo, durante o Carnaval de 1992, que consistiu em recolher nas viaturas da Polícia Militar as crianças e adolescentes em situação de rua.

na casa, era complicado até mesmo em termos de gerenciamento. A maneira de encaminhar essa questão está sendo um problemão, mas creio que eles assimilaram, porque não apareceram na casa até agora. Não sei o que aconteceu. Já ameaçaram de todas as formas, mas não foram.

Outro problema são aqueles maiores que chamo de "encosto" – apesar de ser uma expressão bastante inadequada –, que ficam com os meninos, manipulam e exploram os meninos, inclusive são traficantes. Eles passaram a acampar na porta da Casa de Saúde Anchieta. Há dias em que pego o cara, bem maior, cheirando cola ali. Não podemos nos esquecer de que esse é um ano eleitoral e estamos dentro de uma administração pública. Depois de toda essa divulgação do trabalho, que teve uma repercussão positiva, o jornal local começou a se manifestar, a fotografar diariamente, e passou a existir uma certa vigilância lá, eu diria. As pessoas começaram a ir freqüentemente querendo pegar alguma coisa. Aí eu chego e pego o cara cheirando na porta. Poderia ter chegado qualquer outro e ficaria uma situação complicada. E como lidar com essa situação? Não tem muito como lidar. Agora os meninos estão dormindo na casa, mas até então um desses maiores vinha com o seguinte discurso: "À noite quem toma conta, quem cuida deles sou eu. Vocês abandonam eles à noite e eu é que tô aqui cuidando." E as crianças caíam nessa. Ele começou a usar as meninas para comprar maconha para eles. Precisamos gerenciar essas coisas. Eles ainda não foram para a casa. A qualquer momento vão aparecer. Há alguns encaminhamentos que até pontuamos claramente. Nesses casos, por exemplo, se for preciso chamar a polícia, chamamos, porque fica complicado gerenciar. Não temos porque aturar esse tipo de coisa, além do que, isso atrapalha. Eles enfrentam sim, ameaçam te enfiar a faca, que vão te pegar não sei onde. Aí surgiu uma disputa dessa

"mãe-de-rua" com esse outro, que começou a ter o domínio da situação e a descaracterizá-la enquanto mãe-de-rua. Definimos que eles vão continuar fazendo as refeições e tomando banho lá na Casa Anchieta, como já vinham fazendo antes, mas pedimos que não permaneçam ali. Eles ficam acampados na porta, como que querendo alguma coisa. Além disso, temos uma barraquinha numa festa junina que está acontecendo no centro e à noite eles vêm trabalhando lá junto conosco.

Público: Quem são esses ?

Anamara: Os maiores e os menores. Conseguimos que a Skol nos vendesse refrigerantes por um preço mais baixo. Os menores revendem e ficam com o lucro. Para os maiores, estamos encaminhando venda de cerveja, até para poder alugar um quarto para esses três, os três maiores que ficaram, que já estavam conosco. Não esses outros aí, com quem não temos contato, que acabam fazendo toda uma manipulação. Queremos encaminhar no sentido de alugar esse quarto.

Público: Quantas crianças estavam naquele primeiro contato com o Anchieta ?

Anamara: Um grupo de 20. Tem um menino que foi embora, não sei o que aconteceu. De repente ele foi embora. Havia algo muito forte. Creio que logo de início ele foi o que mais se identificou. Percebemos também que os menores, os de 11 anos, não se ligavam muito. Esses ficavam provocando os usuários, atazanando, mas isso também era interessante porque representava uma outra relação existente. Quanto à evolução dos usuários, a Lígia tem muita coisa a dizer. Para mim fica um pouco prejudicado porque não domino essa parte. Aconteceram coisas evidentes nesse período e, se forem interrompidas, acho que será uma perda, principalmente para os usuários. Também para os meninos, porque essa experiência é uma via para todas as outras coisas, na medida em que eles ficam

mais sensibilizados, solidários, você consegue mobilizá-los. Esse tempo todo lá no Anchieta nos deu uma continência com relação a esse lado mais agressivo.

Hoje eu comecei a pensar como ficou essa coisa de loucura na cabeça deles. A relação que eles estabeleceram com o médico psiquiatra é muito interessante; hoje o Onório* estava contando. Diariamente, pelo menos uns três iam lá e diziam: "Olha tio, tá me doendo aqui, tô com uma dor no joelho." Então, o Onório, uma pessoa muito interessante, afetiva, dava toda uma atenção, uma saía de lá com uma faixa no joelho. E isso continua. Ontem mesmo o Onório estava contando que os meninos foram lá só para fazer as refeições e o procuraram com uma dor aqui, uma ali. Também foi interessante essa relação que estabeleceram com o Onório. Não sei como é que ficou isso na cabeça deles. Mas certamente há mudanças. Ontem passei rapidamente pela casa. Eu não faço atendimento direto, mas precisei fazer com dois meninos. Precisei parar e dar a cada um, separadamente, uma atenção mais individualizada.

Público: Surpreendeu-me a simplicidade com que você contou a experiência de juntar as duas populações e a intensidade envolvida no processo. Você disse também que faltam dados para avaliar como isso ficou para as crianças. Vocês têm dados para avaliar o significado dessa experiência para vocês, enquanto técnicos?

Público: Aqui há pessoas com experiência na área da saúde e na área de menores. Como as pessoas dessas áreas receberam a experiência?

Anamara: Em relação aos meninos e às meninas, pedi até para sentarem e conversarem com eles. Agora, no meu caso essa experiência tem um significado especial, mobili-

* Refere-se a Onório Roberto Yamaguti, psiquiatra que hoje coordena a "casa dos crônicos" na Casa de Saúde Anchieta.

zou coisas minhas, foi muito forte para mim desde o começo. Num primeiro momento, associaram a proposta a um "pacotão", que estávamos enfiando nas pessoas goela abaixo. Houve essa interpretação, que considero até muito interessante porque em nenhum momento isso foi uma coisa premeditada ou pensada. Surgiu a partir de uma necessidade. A idéia do "pacotão" – como se eu e o Tykanori tivéssemos feito um "pacotão" e estivéssemos enfiando goela abaixo – é bem aquela coisa de primeiro contato com a proposta: "De onde vem isto?" De repente a idéia foi se diluindo porque essas pessoas viram na prática que era uma coisa nova para todo mundo, inclusive para mim. Era uma coisa que construíamos ali, vivenciávamos juntos.

Como disse, a proposta me tocou muito desde o começo: aquele ponto de interrogação de início, mas com uma atração muito forte sempre. Eu, particularmente, tenho todo um empenho no sentido de dar continuidade a esse trabalho, mas sei que isso dependerá fundamentalmente das pessoas que estão à frente dele. Se nós deixarmos de ir ao Anchieta, isso vai morrer mesmo. Tudo depende da forma como encaminhamos. Sinto que as pessoas estão mobilizadas, mas a casa em que estamos hoje consome tanto que, de repente, se não tomarmos cuidado, não incluimos a ida ao Anchieta, perdemos o rumo das atividades que tentamos estruturar e essa coisa se perde. É uma coisa muito nova, muito embrionária, eu diria, para ser interrompida sem que tenhamos tempo para aprofundar e saber melhor de que forma podemos aproveitar essa idéia. Seria uma perda. Vou me empenhar de todas as formas que estiverem ao meu alcance para dar continuidade a isso, para podermos aprofundar.

Eu pedi para fazerem esse levantamento, mas existem muitas coisas acontecendo. Realmente não foi possível ainda parar com cada um. Talvez eu faça esse trabalho

pessoalmente. Acho importantíssimo isso, por mais que eles tenham dado depoimentos e que eu já tenha ouvido. Mas acho importante fazermos a leitura de todo esse momento junto com eles. Outro dia tivemos uma reunião e ouvi uma coisa que me fez “vomitar”, falar o que era todo aquele momento e questionar se eles entendiam o que estavam fazendo ali, o significado de cada atitude deles para aquelas pessoas, se eles tinham noção da própria importância naquele espaço. E eles escutaram.

Quanto aos técnicos, é o que contei do médico dizendo que entrou lá e encontrou aquele vazio, aquela coisa morta e isso começou a incomodá-lo.

Então, as pessoas também estão sentindo falta. Por mais que os meninos incomodassem e apesar desses roubos que ocorreram – lógico que isso acabou mexendo, ninguém fica indiferente a roubo –, a intensidade das coisas vivenciadas nessa experiência é muito mais forte, muito marcante. Falo por mim, mas certamente é impossível que as pessoas que participaram e puderam observar o que aconteceu ali tenham ficado indiferentes, que não tenham se envolvido. Eu mesma resisti muito a sair. O que aquele menino falou no dia da inauguração, era o que eu gostaria de falar: “Ah, não queria sair de lá”. Não queria mesmo, não quero interromper esse trabalho e eles também não.

Assim, cabe a nós esquematizar uma forma de não interromper mesmo, de darmos continuidade, mesmo que de uma outra maneira. Um menino colocou que é diferente de estar lá todo dia, tomar banho, guardar a roupa no mesmo lugar, fazer as refeições juntos. É diferente.

Público: É uma experiência nova em que vocês fizeram um cruzamento social muito interessante. A partir disso, podemos fazer a seguinte reflexão: para esses meninos o que é a casa e o que é uma casa a qual não sabem se é deles? Eles sabiam que o hospital, *a priori*, não era um espaço deles. O

próprio fato de estar lá com os usuários estabelecia alguns limites. Agora estão vivendo em uma casa só deles. É uma situação complicada, que me lembrou muito a experiência da Secretaria. Talvez no hospital houvesse uma possibilidade maior de contorno.

Anamara: Isso é urgente. Antes as coisas estavam mais claras para eles também. Ontem mesmo eu disse: "Olha, acho que está faltando, e me proponho a fazer, sentar com todos eles e contar como foi esse convênio com a Noruega, o que aconteceu nesse tempo, como foi a discussão, o que prevê esse convênio, explicar o que é um convênio." As coisas foram faladas, mas não assimiladas. Criou-se uma grande confusão na cabeça deles. No hospital, como você disse, estava tudo bem definido, claro, havia esses limites. Agora que eles moram na casa, existe o seguinte questionamento: o que vão fazer com tudo aquilo? Creio que ainda existe aquela ameaça de perder tudo a qualquer momento.

Público: Há uma diferença básica também. Quando os meninos foram para o Anchieta, foram com um certo compromisso de cuidar do espaço, de cuidar dos usuários. Agora eles vão para essa casa que ganharam; e não foi de vocês, mas de outras pessoas. Isso determina uma diferença muito grande no trabalho e no tipo de comprometimento que eles possam ter com esse novo espaço.

Anamara: Elaboramos um termo de compromisso para entrar na casa, com algumas coisas muito bem pontuadas, e todos assinaram. Mas uma coisa é verbalizar, fazer toda essa discussão; outra é assimilar de fato. Precisamos de tempo para isso. Logo no começo, nos primeiros almoços lá no Anchieta, eles se destacaram como os mais bem comportados, porque de repente um usuário está comendo, pega o prato e vira na cabeça. E eles ali, todos cuidadosos para comer, para não sujar.

Público: Você estava falando que em algum momento as crianças tinham tido medo de estar com os loucos?

Anamara: O medo e o preconceito vieram no primeiro momento, naquela primeira reunião, depois não.

Público: Como são crianças que ficam na rua o tempo inteiro, vivem em perigo constante, eles intimidam. Talvez o convívio no Anchieta tenha contido um pouco isso.

Anamara: Ouvi alguns deles verbalizarem que depois que foram para o Anchieta entenderam melhor o que é ser louco, que aquelas pessoas têm consciência. Então, foi uma chance de entrarem em contato com alguma coisa sobre a qual tinham uma idéia de como era e, a partir daí, reformularam essa idéia. Diziam por exemplo: "Eles até conversaram com a gente sim, eles entendem o que a gente fala". O preconceito acabou ali mesmo, no contato.

Teve o caso da Patrícia que saiu aqui de São Paulo e a mãe dela foi buscar. Trabalhamos muito essa coisa da mãe, do retorno e ela voltou com a mãe. A Patrícia era uma menina muito interessante. Foi ela que consolou a Ivanir, aquela usuária que começou a chorar na hora que os meninos chegaram; acho que foi a primeira dupla que se formou. Um dia a Patrícia deu uns tapinhas na Ivanir e depois ela me contou o porquê: "Ela estava me enchendo mesmo. Teve uma crise e eu tive que dar umas porradinhas nela, mas não foi para fazer mal, não foi para machucar não, foi só para ela se tocar do que estava fazendo". A Patrícia contou isso no dia em que o jornalista da Folha estava lá e aí ele perguntou: "Você ficou com raiva dela, como é que foi?" Ela disse: "Não, não fiquei com raiva dela, ela não sabe o que está fazendo, não tem consciência daquilo que está fazendo". Enfim os aspectos positivos são muito marcantes para os dois grupos. Em um determinado momento pensamos: "Se parar hoje, já foi positivo". Agora, se pararmos será uma pena, uma perda mesmo.

Público: A loucura imprime uma marca diferente nas pessoas que convivem com ela de uma forma mais próxima.

Esses garotos conviveram com “pacientes” crônicos, fizeram vínculos de solidariedade, sentiram medo. Que marca a loucura imprimiu nessas crianças que fizeram uma vinculação social diferente?

Público: Se você disse que teve pena de sair de lá, é porque essa experiência tem algo de muito especial mesmo. Daí fiquei pensando se o trabalho com meninos de rua tem que passar por uma casa moradia. Essa experiência produz um tipo de marca que devemos olhar com muito cuidado. Talvez esteja aí uma via de trabalho muito interessante.

Público: Quando você fala: “eu não queria sair de lá, não é a mesma coisa”, soa como se a grana tivesse vindo na hora errada.

Anamara: É, apesar das dificuldades que tínhamos com relação a espaço, também questionávamos essa coisa de moradia. Todas as pessoas que trabalham com meninos de rua fazem esse questionamento. Mas existe também aquela questão que todos eles verbalizam, que dormir na rua é muito ruim. Nenhum deles quer dormir na rua e isso é uma característica bastante marcante que eles trazem muito forte. À noite você dava tchau e ia dormir na tua cama, enquanto ele dormiria na rua. Não podemos cair na linha da paralisia, de ficar pensando: “Ah, eu como e ele não come”. Por outro lado, não dá para ficar indiferente a esse tipo de situação. Quanto à marca, eu também nunca tinha convivido tão de perto com a loucura. Embora não ficasse lá todos os dias – ia sempre que podia –, o restante dos meus afazeres nesse período ficou bastante comprometido porque eu me dediquei mesmo, priorizei. Eu nunca tinha tido contato de uma forma assim tão próxima, contato afetivo mesmo. Nesse sentido, acho importante tentarmos captar a marca que se imprimiu nesses meninos. Precisamos fazer isso urgentemente.

Público: Cria um espaço de cidadania?

Anamara: Exatamente. Agora, os dois grupos não estão ainda em situação de verbalizar essa coisa de saída, de não estar mais lá, não conseguiram ainda colocar para fora. Interessante esse relato dos usuários que não tocam no assunto. Logo que entrei senti a diferença porque não vi menino nenhum. Alguns usuários estavam sentados vendo televisão e eu falei: "E aí, como é que é, acabou o barulho? Que silêncio! Está melhor?" Aí me olharam como se dissessem: "Não." Porque é mesmo, os meninos davam todo o movimento. Como o próprio nome diz, aquilo é a "casa dos crônicos" e, de repente, levaram intensidade, aquela energia que eles têm. A troca foi muito interessante, um bom casamento, eu diria. Uma coisa partindo de extremos mas com características semelhantes. Isso que é interessante, envolve demais e, às vezes, fico falando, falando porque realmente me toca. Com certeza para mim está muito difícil essa mudança, essa coisa de não estar indo mais ao Anchieta, de não encontrá-los lá, por mais que a gente vá lá algumas vezes durante a semana.

Público: Tenho a impressão de que a intensidade e a riqueza dessa experiência estão no fato de que ela era totalmente instituinte de uma nova forma de relação. A lamentação de ter que voltar, ou ter que sair de lá para um esquema aparentemente mais confortável, mais seguro, fica com o ranço de uma coisa meio paternalista, que é dada. A experiência perde o encanto com a imagem da prefeita doando a casa. Antes era algo novo para os crônicos, para os meninos e para vocês. Todos estavam implicados numa experiência sem regras, onde a norma era construída a partir da realidade. De repente, volta-se a uma situação em que tudo já está definido e perde-se aquele espaço, a possibilidade de criar algo de novo.

Público: Eu pensava abordar a questão do retorno também por essa linha. Parece que retornam para o mesmo

modelo social de relação do qual estão fora. O crônico, por mais que esteja numa situação de cuidado diferente com essa administração, volta para a sua ala, para a sua equipe técnica. Os meninos, de algum jeito, por mais que estejam indo para uma experiência nova na cidade, para uma casa, a referência é aquele modelo tradicional da casa, da família. Nessa relação o menino vai atravessando valores que, na verdade, não sustentam nenhum laço social que lhe traga uma possibilidade da cidadania efetiva. No Anchieta, é um encontro que dá uma coletividade terceira que, com certeza, não responde ao nosso modelo, até porque este também, em algum momento, desencanta, tanto que você também fica muito envolvida com uma outra novidade que está aparecendo, um laço social diferente que pode se instalar. A impressão que dá é que retorna um modelo supostamente novo, mas que é esperado, dentro de uma certa normalidade, um certo padrão já instituído, até porque já está instituído que casa moradia "não dá certo mesmo". Talvez a efervescência dessa nova experiência aponte um pouco nessa linha que você falava: "Bom, será que é de uma moradia assim que se fala? Que outra pertinência social pode-se pensar a partir disso?"

Uma outra questão é a diferença entre a ida para o hospital, para a ala dos crônicos, em que existe aquele compromisso, e a ida para a casa. No caso do hospital Anchieta, havia compromisso no sentido deles poderem cuidar de um outro, que era diferente deles, de uma outra vertente social. Quando vão para a casa, tornam-se objeto. Por mais que tenha aí a questão da responsabilidade quanto ao espaço, estão sendo tutelados. Já quando foram para o Anchieta, falaram para eles: "Cuidem, percebam a importância de cada ato de vocês em relação a esses pacientes". E esses pacientes também estão absolutamente massacrados. Tenho a impressão de que nesse momento os meninos foram

convocados de um novo modo. Existe alguma coisa que passa nessa linha, a possibilidade de convocá-lo para um outro lugar, que passa por cuidar de um outro.

Anamara: Isso foi uma coisa que chamou a atenção porque, na medida em que eles podiam cuidar, o deixar-se cuidar ficava mais fácil.

Público: Claro, porque com certeza havia cuidados de outra ordem em relação a eles.

Anamara: Sem dúvida. Agora, faltam algumas coisas. Esse sentido de poder cuidar, fazer alguma coisa pelo outro, de ter coisas boas para dar, isso foi uma coisa muito forte, que mobilizou muito e que, na verdade, mobiliza para todo o resto do trabalho. Interessante que de início havia resistência frente ao novo, algumas pessoas criticavam a maneira como as coisas estavam sendo encaminhadas. Achavam que as pessoas deviam sentar e discutir mais, o que, na verdade, é uma medida de preservação. Nós dizíamos o seguinte: "Nós não temos nenhum manual para pesquisar esse tipo de proposta, então vamos construí-la a partir da experiência. Claro que vamos discutir, mas à medida que as coisas forem acontecendo". E fizemos dessa forma, discutindo as questões quando apareciam. Certamente há muito mais para discutir, aprofundar, para explorar, todo um potencial.

Público: Você conta tudo com muita paixão e, sem essa paixão, creio que você não estaria sustentando nem a equipe, nem a resistência dela.

Anamara: Isso é verdadeiro, é fundamental.

Público: Queria falar um pouco da nossa experiência na rua também, de um grupo com que trabalhamos aqui na região da avenida Paulista, na Capital. Eles ficam na rua já há um bom tempo e, de repente, começaram a querer uma casa, um lugar para ficar, e passaram a invadir os casarões da Alameda Santos, da Alameda Jaú. Esse trabalho de rua que fazemos

também não oferece lugar para dormir. Os meninos vão à Casa Aberta para lavar as roupas, fazer a higiene pessoal. Eles formaram grupos de 20, 30 crianças e aí vem a polícia, a comunidade querendo tirá-las de lá, fazendo abaixo-assinado. A polícia pressiona e eles buscam, a cada momento, um casarão novo na região. Vão, sobem, descem e se afastam da casa que oferecíamos até então, da qual não precisam mais nesse momento. Não vão até a casa e estamos fazendo esse trabalho de aproximação com eles. Percebemos que conseguem se organizar na rua, que têm essa dinâmica. Eles estão deixando a instituição meio de lado: "Olha, eles até me oferecem mas eu não quero nesse momento" Isso é interessante.

Público: O limite que se coloca lá na Casa Anchieta não tem o caráter de um contrato escrito. Instaura-se. Por outro lado, eles têm total domínio sobre o uso da própria liberdade na rua. Isso fica a critério deles. Ou seja, existem todas as dificuldades da rua, mas têm um espaço para ir. Quando se coloca numa casa, tenta-se administrar também a questão da liberdade deles na rua.

Anamara: Exatamente. E aí vem uma revolta mesmo, uma reação a isso tudo. Para mim está sendo muito bom poder pensar essas coisas com um grupo que está passando por essas experiências. Na verdade, nós também estamos bastante assustados com o que é estar numa casa com eles 24 horas por dia. Fazendo uma reflexão sobre a nossa postura, qual é a primeira atitude que tomaremos? Seremos os mais rígidos possível, até porque eles vinham de um esquema em que estavam bastante soltos, mas respeitavam as normas da casa, do Anchieta. Esse esquema mistura um pouco a relação que estabelecem com os monitores, porque aqueles monitores que trabalham conosco lá, que cresceram muito e isso é visível, têm medo dos meninos. E os meninos fazem essa leitura, verbalizam isso em todos os momentos: "É isso que dá, tem monitor que tem medo da gente e aí?"

Público: Esses monitores são os voluntários?

Anamara: Não. Esse projeto não existia. Num dado momento, a administração fez um concurso público para monitor de Creche e Centro de Convivência. Como implantamos o projeto no meio deste caminho, esses foram os únicos monitores que poderíamos contratar, porque não se contrata ninguém sem que haja concurso público. De qualquer forma, esses dois monitores, e eu não sei explicar o porquê, envolveram-se no trabalho. Com todas as dificuldades e medos eles estão lá, porque é barra. A reação que os meninos têm não é fácil. De repente querem te dar um soco e, como percebem que dominam os monitores, e dominam mesmo, fica bastante complicado. Em função dessa relação com os monitores, do que eles verbalizam constantemente, por toda a complexidade desse trabalho, é uma relação difícil. É realmente muito difícil suportar toda a carga que eles trazem. A continuidade desse trabalho fica sempre prejudicada porque depende de você ter pessoas que aturem, que agüentem ficar com a carga que vem. Você precisa ter uma tremenda estrutura para suportar tudo isso.

Existe uma situação nova em função de todas essas coisas, de todo esse nosso medo de ir para uma casa, de ficar 24 horas com eles, o que vai acontecer, como é que vai ser isso; como gerenciar rotina, os procedimentos internos, aquelas coisas todas de casa. Não seremos rígidos no primeiro momento, até porque há essa relação complicada com os monitores. Você sai de uma coisa para entrar em outra, até conseguir ajeitar tudo isso, até conseguir dosar. E sem perder esse encanto que foi se estabelecendo em tudo isso lá na Casa Anchieta, de ver como é que eles foram participando. Um compromisso assinado, escrito, é diferente de um que vem de dentro, que é um compromisso que eles estabelecem porque querem. Só estabelecem porque os tocou de alguma forma.

Público: Quando você falou que essa experiência tinha acabado e que vocês mudaram de casa, eu também fiquei meio decepcionado.

Público: Eu também.

Público: Talvez a possibilidade seja realmente recuperar essa experiência no sentido de capitalizar de alguma forma. Recuperar a representação que ficou disso talvez seja uma via.

Anamara: Agora, aos poucos, de uma forma espontânea, fazer o retorno desses meninos, daqueles que realmente queiram. Precisamos reestruturar as atividades, fazer com que o menino possa ir sozinho, até porque é próximo. Ele pode pegar um ônibus ou ir a pé. Devemos amarrar essas coisas com cada um. E mesmo as atividades em grupo, seja a oficina de música, o teatro, o cinema, seja a visita dos crônicos aos meninos na casa, um almoço, tudo isso requer amarrações individuais. Porque, evidentemente, tais atividades só vão acontecer se forem espontâneas.

Público: Talvez vocês pudessem incluir uma possível moradia para os que quisessem.

Anamara: Isso já foi discutido. Aliás, uma já tinha sido convidada, mas no momento de ir ela desistiu. Alguns desses crônicos estão em processo de alta, estão sendo encaminhados para um tipo de pensão com acompanhamento. Não é alta, não sei como é que eles chamam.

Público: Liberdade vigiada?

Anamara: É uma alta, mas tem todo um processo de acompanhamento. Existe muita resistência institucional a esse tipo de coisa. Dizem por exemplo: "Agora virão os crônicos e teremos que ficar com eles porque estão abandonados pela família". Sei que se abirmos esse espaço haverá uma resistência de outra ordem. Mas precisamos inventar, ser criativos, ir encontrando formas de reaproximar. Não sei se é exatamente isso, não sei se eles se afastaram. Enfim, precisamos encontrar formas de convivência.

Público: Isso é interessante porque, a partir do momento em que esses menores e crônicos se juntam, as duas Secretarias também se juntam. Então, a burocracia de cada Secretaria se instala e surgem questões do tipo: como é que a moradia dos menores vai acolher o crônico, mesmo que esteja com alta? E começa tudo de novo.

Anamara: Se bem que tivemos uma experiência bastante significativa nesse sentido. A Casa de Saúde está dando alimentação e banho para três pessoas que eram acompanhadas pelo projeto, independentemente de ter monitor lá acompanhando. Eles se propuseram. A integração e a disponibilidade das duas Secretarias continuaram. Isso é forte. As pessoas que estão à frente dessas Secretarias estão dispostas a dar continuidade a essa integração. Isso é uma coisa clara e fundamental.

Público: Nessa experiência do Anchieta tem muita coisa que pode ser utilizada para estruturar essa casa. Tem toda uma vivência, a experiência dos meninos com as pessoas do Anchieta e isso pode ser um ótimo instrumento para estabelecer uma forma de convivência e um trabalho possível e legal nessa casa. Tentar fazer essa ponte é um avanço, porque com certeza essas duas coisas existem, não preciso abrir mão da casa, por exemplo, como se fosse resolver. Essa experiência constitui um importante instrumento para trabalhar os técnicos e os meninos e vinculá-los a essa casa que agora eles têm, que as pessoas se apropriaram, da forma como eles se apropriaram desse trabalho. Porque, na verdade, eles tinham um trabalho na Casa de Saúde, uma função, um papel e estavam apropriados disso. Precisam encontrar essa apropriação na casa que é deles agora. A experiência no Anchieta é um instrumento que vai ajudá-los a pensar e a assumir essa responsabilidade.

Anamara: É muito interessante eles entenderem seu pró-

prio significado, porque eles estão perdidos na casa, misturam tudo. Ali são todos iguais, estão todos ali para serem cuidados. É como se de repente eles perdessem o significado.

Público: Quando se falou em cruzamento social eu fiquei pensando que isso já acontece nas ruas. O que é que foi diferente nessa experiência do Anchieta? Tem essa coisa do significado, que é uma casa de saúde onde tem loucos; a "identidade" que dá para quem está ali dentro e que "identidade" dará quando eles estão em uma outra casa, em uma casa de menores de rua. É importante pensarmos também nessa questão do significado.

Público: E quanto à dificuldade de arrumar um nome? Se é "Projeto Menor de Rua", se é Menoridade, enfim.

Anamara: O projeto tem um logotipo muito legal. Lançamos uma campanha na cidade envolvendo os publicitários para que eles nos enviassem propostas de logotipos para o projeto. Aí mandaram e para escolher fizemos uma votação, nós e os meninos. Ganhou um que é muito legal, muito interessante. Adoramos o logotipo, mas não o "Projeto Menor de Rua". E aí teve a questão do nome da casa, que chama Fernando Ramos da Silva, o Pixote. Dar o nome para essa casa também foi bastante complicado. Eles não estavam envolvidos a ponto de dar o nome para a casa. E aí, que nome? E houve ainda a proposta de que essa casa também tivesse uma marca forte. Aí surgiu essa como uma homenagem ao menino e também como denúncia dessa situação da morte do Fernando Ramos.

Temos muitas coisas para pensar. Estamos em um momento bastante delicado, muito rico, muita informação. Para mim foi muito bom ter participado dessa discussão porque me fez pensar muitas coisas, até para estar trabalhando lá, retomar essas questões com eles. Queremos mesmo poder falar, pensar e procurar a melhor forma de encaminhar toda essa vivência. Foi muito bom ter vindo.

Comissão: Alguém gostaria de falar mais alguma coisa ?
Em nome do Conselho Regional de Psicologia daqui de São Paulo e da Comissão de Menoridade, gostaria de agradecer a sua presença e deixar esse espaço do Conselho aberto, através dessa Comissão, para quaisquer outras discussões. Podemos também encaminhar um convite para realizar um encontro onde a Ligia possa estar presente, em função de estar na Secretaria de Saúde, não no sentido de retomar essa experiência, mas no que dessa experiência possa ser pensado ao nível dessas duas Secretarias.

Glossário

Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA)

Entidade criada pela lei 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Ação Social, com a missão institucional de implementar a política de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em todo território nacional.

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/SP)

É um órgão público de direito privado criado em 12 de dezembro de 1973, lei 185. Implantado em 1974 com a denominação de Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (PRÓ-MENOR), estava ligado à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Em 1975, por determinação do Governo de São Paulo, esta Fundação passou a vincular-se à Secretaria da Promoção Social, tendo sua denominação alterada em 26 de abril de 1976, lei 985, para Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/SP). Em 28 de junho de 1990, o decreto 31.768 transferiu a vinculação da FEBEM da Secretaria de Estado da Promoção Social para a Secretaria de Estado do Menor.

Secretaria Municipal de Ação Comunitária de Santos (SEAC)

Foi criada pela lei complementar 19, de 12 de abril de

1991, com o objetivo de atender a população de baixa renda no Município. A Secretaria está subdividida em três departamentos: um de Assistência Pública, voltado ao atendimento da população em situação de rua; e dois de Ação Comunitária – Zona Noroeste e Região Leste – voltados para o trabalho com crianças, adolescentes e idosos. Entre os programas da SEAC estão: creches (atendimento integral a crianças de zero a seis anos), Centros de Convivência – CECONs (oferecem atividades complementares à escola para crianças com mais de sete anos), Centros de Convivência da Terceira Idade, Centros de Atendimento à População – CAPs, Casa de Retaguarda (atendimento à população que vive de mendicância).

Secretaria de Estado do Menor (SP)

A Secretaria do Menor foi criada em 15 de março de 1987, decreto 26.904, tendo como principais atribuições: “definir as metas do Governo relativas ao atendimento integral dos cidadãos de zero a 18 anos de idade; promover programas voltados ao atendimento de crianças e adolescentes em conjunto com os demais órgãos do Estado; coordenar, acompanhar e implementar programas de atendimento às crianças e adolescentes.” Atualmente desenvolve 14 diferentes programas de atendimento à infância e juventude, entre os quais: Casa Aberta, Casa Moradia, Casa Abrigo, Clube da Turma, Turma Faz Arte, Enturmando, SOS Criança, Creche/Pré-Escola, Rede Criança, Programa de Iniciação ao Trabalho e Casa Renascer.

Vara da Infância e da Juventude (SP)

Corresponde à antiga Vara de Menores, cuja denominação foi alterada após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Está afeta ao Tribunal de Justiça de São

Paulo. No Estado de São Paulo, três comarcas têm Varas privativas da Infância e da Juventude (Osasco, Campinas e Santos). Na capital, existem 10 Fóruns Regionais onde funcionam Varas da Infância e da Juventude, uma Vara Central da Infância e da Juventude e três Varas da Infância e da Juventude que atendem os adolescentes que praticaram delitos penais. Nos demais municípios, a função desta vara especial é acumulada numa Vara Cível ou Criminal.

Conselheiros do CRP-06

Gestão Movimento

Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel – Presidente

Marlene Bueno Zola – Vice-Presidente

Graça Maria Marino Totaro – Secretária

Adermir Ramos da Silva Filho – Tesoureiro

Aicil Franco

Ana Lúcia Jackson

Benedita Antonia Watanabe

Denise Assis Bandeira de Melo

Fausto Afonso Duarte

José Zula de Oliveira

Maralúcia Arenque Ambrósio Abramovay

Maurício Lourenção Garcia

Sara Raquel da Silva

Solange Bertolotto Schneider

Valter Apolinário Filho

Ana Maria Blanques

Antonio César Frasseto

Brônia Liebesny

Carolina do Rocio Klomfahs

Frida Zolty

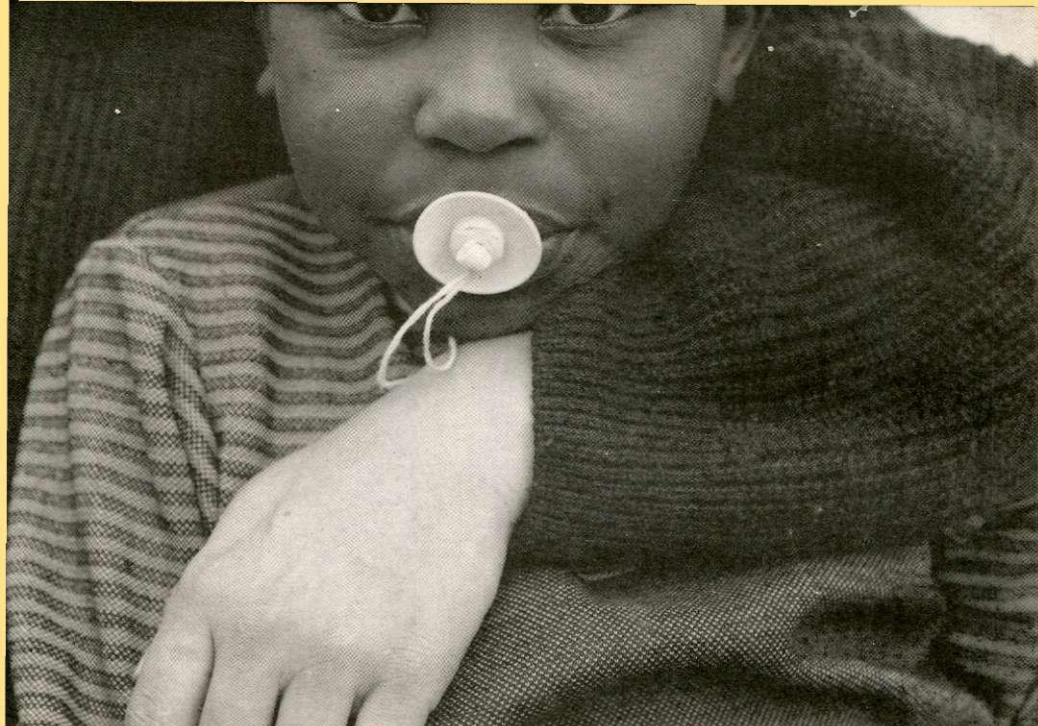
Irma Macário

José Alfredo Donizeti Leal

Káthia Nemeth Perez

Luiz Celso Manço

Mauro Hollo



"Creio que nas posições profissionalistas e caritativas somos o ópio dos povos ou simplesmente cola de sapateiro. Na posição de experimentadores sociais, compomos coletivos do tipo coração de um mundo sem coração. E isto não é festivo. Vocês sofrem e porque sofrem, podemos estar aqui transmitindo estas experiências para outros que estão se iniciando".

Antonio Lancetti

Este livro apresenta relatos e reflexões sobre o trabalho do psicólogo com crianças e adolescentes nas seguintes instituições no Estado de São Paulo:

Secretaria de Estado do Menor, FEBEM,
Vara da Infância e da Juventude, Vara da Família,
e Secretaria de Ação Comunitária de Santos.



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6a. região
São Paulo - Mato Grosso - Mato Grosso do Sul
Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo / SP - CEP 04038-004
Fone: (011) 549-9799